

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*

DIANE ÂNGELA CUNHA CUSTÓDIO

**EDUCAÇÃO SEXUAL NOS ANOS FINAIS DO ENSINO
FUNDAMENTAL: CONTINUIDADES E TENDÊNCIAS ATUAIS DAS
PESQUISAS ACADÊMICAS**

GOIÂNIA
2024

DIANE ÂNGELA CUNHA CUSTÓDIO

**EDUCAÇÃO SEXUAL NOS ANOS FINAIS DO ENSINO
FUNDAMENTAL: CONTINUIDADES E TENDÊNCIAS ATUAIS DAS
PESQUISAS ACADÊMICAS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC Goiás como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutora em Educação, sob a orientação da Professora Doutora Maria Cristina das Graças Dutra Mesquita

Linha de Pesquisa: Estado, Políticas e Instituições Educacionais.

Área de Concentração: Educação e Sociedade.

**GOIÂNIA
2024**

C987e Custódio, Diane Ângela Cunha

Educação sexual nos anos finais do Ensino Fundamental :
continuidades e tendências atuais das pesquisas acadêmicas /
Diane Ângela Cunha Custódio.-- 2024.

278 f.: il.

Orientadora: Profª Dr.ª Maria Cristina das Graças Dutra
Mesquita.

Tese (doutorado) -- Pontifícia Universidade Católica de
Goiás, Escola de Formação de Professores e Humanidades, Goiânia,
2024.

Inclui referências: f. 175-196.

1. Educação sexual - Estudo e ensino (Ensino fundamental) I.
Mesquita, Maria Cristina das Graças Dutra. II. Pontifícia
Universidade Católica de Goiás - Programa de Pós-Graduação em
Educação - 15/08/2024. III. Título.

CDU: 373.3:613.88(043)

Melany Barbosa Borges Xavier / CRB1-1356



Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Pontifical Catholic University of Goiás
Av. Universitária, 1069, Setor Universitário
Caixa Postal 86 - CEP 74.605-010
Goiânia - Goiás - Brasil

ATA Nº 205/2024

SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE DOUTORADO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM EDUCAÇÃO DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS

No dia **15 de agosto de 2024**, às **14:30**, foi realizada nas dependências da área VI da PUC Goiás, a sessão pública de Defesa de Tese de DIANE ANGELA CUNHA CUSTÓDIO, discente do curso de doutorado do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em **Educação** da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, com trabalho intitulado "EDUCAÇÃO SEXUAL NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: CONTINUIDADES E TENDÊNCIAS ATUAIS DAS PESQUISAS ACADÊMICAS.". A Banca Examinadora foi composta por: Profa. Dra. Maria Cristina das Graças Dutra Mesquita / PUC Goiás (Presidente); Profa. Dra. Lúcia Helena Rincón Afonso / PUC Goiás; Profa. Dra. Estelamaris Brant Scarel / PUC Goiás; Profa. Dra. Adda Daniela Lima Figueiredo Echalar / UFG; Profa. Dra. Joana Peixoto / IFG; Profa. Dra. Maria Esperança Fernandes Carneiro / PUC Goiás (Suplente) e Prof. Dr. Rodrigo Roncato Marques Anes / UEG (Suplente). O trabalho da Banca Examinadora foi conduzido pelo(a) Presidente da Banca que, inicialmente após apresentar os docentes integrantes da Banca Examinadora, concedeu **30 minutos** ao(a) discente para que este(a) expusesse seu trabalho. Após a exposição o(a) Presidente da Banca concedeu a palavra a cada membro para que estes arguissem o(a) discente. A banca examinadora deliberou pela manutenção do título original do trabalho apresentado, . Durante a arguição os membros da banca apresentaram suas contribuições ao trabalho, com sugestões para conclusão do estudo e apresentação dos resultados da pesquisa. Após o encerramento das arguições a banca examinadora, reunida isoladamente, avaliou o trabalho desenvolvido e o desempenho do(a) discente, considerando sua trajetória no curso e o trabalho produzido. Como resultado a Banca Examinadora deliberou pela **APROVAÇÃO DA TESE**. Proclamado o resultado pelo(a) Presidente da Banca, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente Ata que é assinada pelos membros da banca e pela Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação.

Goiânia, GO, 15 de agosto de 2024

Assinam esta Ata,
Banca Examinadora

Profa. Dra. Maria Cristina das Graças Dutra Mesquita / PUC Goiás (Presidente); Profa. Dra. Lúcia Helena Rincón Afonso / PUC Goiás; Profa. Dra. Estelamaris Brant Scarel / PUC Goiás e Profa. Dra. Adda Daniela Lima Figueiredo Echalar / UFG e Profa. Dra. Joana Peixoto / IFG.

Profa. Dra. Cláudia Valente Cavalcante - Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação

DEDICATÓRIA

À minha mãe Lázara da Cunha, porque tudo que sou hoje representa o seu empenho, o seu suor, a sua força de nunca desistir.

À amiga Ruth Aparecida Viana da Silva, minha inspiração constante como professora e como ser humano.

Ao Kadjót – Grupo interinstitucional de estudos e pesquisas sobre as relações entre as tecnologias e a educação, que me convidou para participar de suas pesquisas, me acolheu, e me proporcionou experiências que representaram um salto qualitativo na minha vida acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, pela direção, cuidado e proteção constante. A importância deste momento traz consigo também as lembranças de pessoas que contribuíram ao longo de minha vida acadêmica e pessoal, não somente nesta jornada atual. Por isso, agradeço também a vocês, que agora nomearei.

À minha mãe Lázara, avó Ana (*in memoriam*), tia Iranilda (*in memoriam*), tia Aparecida (*in memoriam*).

Ao meu irmão Marcio França e meu sobrinho Lucas Henrique, pelo amor, paciência e ajuda.

Às minhas filhas de coração: Laís Fernandes, Victória Caetano, Ana Luiza Cardoso e Giovanna Lima, pelo carinho, amor e incentivo.

À minha amiga-irmã, Edleusa dos Anjos Caetano, pelo apoio, carinho, amizade, orações e presença constante em minha vida.

Às amigas leais, e de fé inabalável, Diana Alves Rezende Kokrda, Ana Lúcia Ferreira Viana, Maria Luiza Cançado e Ângela Maria Silva Rodrigues.

Aos amigos de longa data, Dr. Rogério Ranulfo, Dr. Pedro Paulo de Oliveira Júnior e Chico Santos, pelas constantes palavras de incentivo.

À minha querida orientadora prof.^a Dr.^a Maria Cristina das Graças Dutra Mesquita, que me conduziu com competência, paciência, contribuindo muito para a minha evolução intelectual, tornando possível a construção deste trabalho, e assim juntas superamos os desafios.

Aos professores e professoras que contribuíram com a minha jornada na educação, e são para mim fonte de inspiração: Ildeu Coelho, Iria Brzezinski, Maria Esperança Fernandes Carneiro, Lila Spadoni, Elianda Tiballi, Beatriz Aparecida Zanata, Denise Cristina Bueno, Arianny Grasielly Baião Malaquias, Heloísa Andrada, Jussimária Almeida dos Santos, Idalisa Brasil, Rodrigo Alves Ferreira, Katiane de Jesus, Simone Lopes, Antônia Nilse, Edmilson Cardoso e Wesley Barbosa.

À Banca Examinadora da qualificação e defesa, por aceitarem participar de momentos tão importantes, oferecendo grandes contribuições, enriquecendo e aperfeiçoando este estudo. Prof.^a Dr.^a Adda Daniela Lima Figueiredo Echalar, Prof.^a Dr.^a Estelamaris Brant Scarel, Prof.^a Dr.^a Joana Peixoto e Prof.^a Dr.^a Lúcia Helena Rincón Afonso.

Um grande obrigada às autoras e autores das dissertações e teses que embasaram esta pesquisa. Vocês contribuíram com o meu aprendizado. Sou grata pelo aprendizado que pude realizar com vocês. As produções publicadas por vocês foram essenciais para a realização desta pesquisa. Andei o Brasil de Norte a Sul com o que vocês registraram.

E por fim, para as pessoas mais importantes na construção da professora que tenho me tornado: os alunos e alunas. Em especial, Nayara Jeniffer, Estepheny Alvarenga (*in memoriam*), Leticia Cutrim, Adriane Estefane, Laís Teles, Taís Nathanny, Renatha Roque, Lucas Siqueira, Kelly de Oliveira, Kauã Rodrigues, Sabrina Araújo.

“O tempo muito me ensinou: ensinou a amar a vida, não desistir de lutar, renascer na derrota, renunciar às palavras e pensamentos negativos, acreditar nos valores humanos, e a ser otimista.

Aprendi que mais vale tentar do que recuar... Antes acreditar do que duvidar, que o que vale na vida, não é o ponto de partida e sim a nossa caminhada”.

(Cora Coralina)

RESUMO

EDUCAÇÃO SEXUAL NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: CONTINUIDADES E TENDÊNCIAS ATUAIS DAS PESQUISAS ACADÊMICAS

Esta investigação, filiada à Linha de Pesquisa Estado, Políticas e Instituições Educacionais, do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, fundamenta-se em estudos teóricos acerca do Estado da Arte sobre Educação Sexual nos anos finais do Ensino Fundamental, verificando as continuidades/descontinuidades e tendências atuais. Elegeu-se como problema: o que dizem as pesquisas acadêmicas sobre educação sexual nos anos finais do Ensino Fundamental? Na apreensão do problema, adotou-se a abordagem qualitativa de pesquisa, sendo que, nos três primeiros capítulos, adota-se a pesquisa bibliográfica e documental, e, no quarto capítulo, prioriza-se o Estado da Arte para a análise do conteúdo das produções acadêmicas publicadas no Banco de Dados Abertos da Capes e na Plataforma CAPES/Sucupira bem como na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), no período de 2000 a 2022. Quanto ao objetivo geral, qual seja, compreender o papel atribuído à educação sexual nos anos finais do Ensino Fundamental na produção acadêmica sobre o tema, que conduziram aos objetivos específicos – apresentar a base de análise do objeto de estudo; formular um referencial teórico sobre a inserção da educação sexual nos anos finais do Ensino Fundamental; identificar como a produção acadêmica discute a inserção da educação sexual nos anos finais do ensino fundamental –, que delinearão a escrita desta tese. Das 57 produções analisadas, as categorias que emergiram permeiam a necessidade de adoção de políticas de formação específica para que o professor possa atuar na Educação Sexual Escolar de forma emancipatória. Acredita-se que esta pesquisa poderá contribuir para a educação formal e para a ciência de um modo geral, pois, trabalhar a sexualidade no espaço educativo formal exige qualidades e habilidades específicas, com uma proposta de formação inicial e continuada dos agentes envolvidos neste processo. Como resultados, a tese sugere algumas propostas relacionadas ao incentivo de formação inicial e continuada sobre educação sexual com todos os envolvidos no processo educativo formal, visando a produção de materiais didáticos que contribuam para a prática pedagógica docente no espaço escolar; alimentar a ação conjunta escola-família-comunidade; cobrar orçamentos para o trabalho com a educação sexual escolar; oferecer condições para combater preconceitos, tabus e desrespeito à diversidade sexual no ambiente escolar, no intuito de evitar a evasão e incluir estudantes que se identificam com um sexo diferente daquele que consta em suas certidões de nascimento. Ressalta-se que registro de sexo biológico não define personalidade. E, por fim, que esta pesquisa contribua dos programas de Pós-Graduação em Educação no debate e na construção teórica relativas à educação sexual escolar.

Palavras-chave: Estado da Arte/Estado do Conhecimento. Formação Inicial e Continuada. Ação conjunta Escola-Família. Sexualidades. Diversidades.

ABSTRACT

SEX EDUCATION IN THE FINAL YEARS OF ELEMENTARY SCHOOL: CONTINUITIES AND CURRENT TRENDS IN ACADEMIC RESEARCH

This investigation, affiliated with the State, Policies and Educational Institutions Research Line, of the Postgraduate Program in Education, of the Pontifical Catholic University of Goiás, is based on theoretical studies about the State of the Art on Sexual Education in the final years of Education Fundamental, checking continuities/discontinuities and current trends. The problem was chosen: what does academic research say about sexual education in the final years of Elementary School? As an object of study, school sexual education in Elementary School II, final years. In apprehending the problem, a qualitative research approach was adopted, and in the first three chapters, bibliographical and documentary research was adopted, and, in the fourth chapter, the State of the Art was prioritized for the analysis of the content of the academic productions published in the Capes Open Database and the CAPES/Sucupira Platform as well as in the Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD), in the period from 2000 to 2022. As for the general objective, namely, understanding the role attributed to education sexual activity in the final years of Elementary School in academic production on the topic, which led to specific objectives – to present the basis of analysis of the object of study; formulate a theoretical framework on the insertion of sexual education in the final years of Elementary School; identify how academic production discusses the insertion of sexual education in the final years of elementary school –, which outlined the writing of this thesis. The categories that emerged permeate the need to adopt specific training policies so that teachers can work in School Sexual Education in an emancipatory way. It is believed that this research could contribute to formal education and science in general, as working on sexuality in the formal educational space requires specific qualities and skills, with a proposal for initial and continued training of the agents involved in this process. As results, the thesis suggests some proposals related to encouraging initial and continued training on sexual education with everyone involved in the formal educational process, aiming to produce teaching materials that contribute to teaching pedagogical practice in the school space; nurture joint school-family-community action; demand budgets for work with school sexual education; offer conditions to combat prejudices, taboos and disrespect for sexual diversity in the school environment, with the aim of preventing dropouts and including students who identify with a sex different from that shown on their birth certificates. It should be noted that biological sex registration does not define personality. And, finally, this research reaffirms the role and contribution of Postgraduate Education programs in the debate and theoretical construction related to school sexual education.

Keywords: State of the Art/ State of the Knowledge. Sex Education. Initial and Continuing Formation. Joint School-Family action. Sexualities. Diversities.

LISTA DE QUADROS, GRÁFICOS E TABELAS

Gráfico 1 – Quantitativo de Teses e Dissertações - Educação Sexual (2000-2022)	130
Gráfico 2 – Quantitativo de teses e dissertações analisadas por Região (2000-2022)	135
Gráfico 3 – Quantitativo produções acadêmicas por IES (2000-2022).....	136
Gráfico 4 – Quantitativo de produções acadêmicas por gênero (2000-2022).....	167
Tabela 1 – Quantitativo de Teses e Dissertações publicadas no período de 2000 a 2022	132
Tabela 2 – Educação Sexual – Educação Básica (2000 a 2022)	134
Tabela 3 – Produções excluídas – critérios de exclusão (2000 a 2022).....	137
Quadro 1 – Abordagem do tema Sexualidade na BNCC (2018).....	121
Quadro 2 – Produções inclusas na análise desta pesquisa – IES/Programa/Nível (2000-2022)	143
Quadro 3 – Teses e Dissertações. Título: Educação Sexual – Assunto: Ensino Fundamental 2000-2022 – BDTD.....	226
Quadro 4 – Teses e Dissertações – CAPES: “Educação Sexual AND Ensino Fundamental”	233
Quadro 5 – Produções (teses e dissertações) BDTD e CAPES – Educação Sexual/Ensino Fundamental – 2000-2022.....	248
Quadro 6 – Teses sobre “Educação Sexual AND Educação Escolar” – CAPES/Sucupira..	266
Quadro 7 – Dissertações sobre “Educação Sexual AND Educação Escolar” – CAPES/SUCUPIRA	271
Quadro 8 – Dissertações sobre “Educação Sexual AND Educação Escolar” – CAPES/SUCUPIRA	274
Quadro 9 – Dissertações sobre “Educação Sexual AND Educação Escolar” – BDTD.....	276

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Características do Estado da Arte	32
Figura 2 – Cartas de Mulher – Bertha Lutz, Revista da Semana-RJ, 1918.....	57
Figura 3 – Áreas de concentração de pesquisas sobre Educação Sexual (2000-2022).....	135
Figura 4 - Fluxograma dos achados quantitativos das produções pesquisadas.....	139
Figura 5 – Palavras-chave predominantes nas produções pesquisadas (2000-2022).....	147
Figura 6 – Palavras-chave comuns nas produções analisadas (2000-2022).....	148
Figura 7 – Mulheres no mundo da pesquisa.....	168

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABGLT	Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais Travestis e Transexuais
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CLAM/UERJ	Centro Latino-Americano de Sexualidade e Direitos Humanos da Universidade Estadual do Rio de Janeiro
CNCD	Conselho Nacional de Combate à Discriminação
DST	Doenças Sexualmente Transmissíveis
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EPT	Educação para Todos
ESP	Escola Sem Partido
GDE	Gênero e Diversidade na Escola
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
LGBTTTI	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Transgêneros e Intersexuais
LGBTQIA	Lésbica, Gay, Bissexual, Travesti, transexual e transgênero, Queer, Intersexual, Assexual ou Aliados e inclusão de outras orientações sexuais, identidades e expressões de gênero.
MEC	Ministério da Educação
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PNPM	Plano Nacional de Políticas para as Mulheres
PNE	Plano Nacional de Educação
PNEDH	Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos
PPP	Projeto Político Pedagógico
RCNEI	Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil
SECAD	Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
SEDH	Secretaria Especial de Direitos Humanos
SPE	Saúde e Prevenção nas Escolas
SPM	Secretaria Especial de Política para as Mulheres

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO I – ABORDAGEM SOBRE ESTADO DA ARTE: CONCEITOS, CARACTERÍSTICAS E FUNDAMENTAÇÃO	21
1.1 Definição, características e fundamentos do Estado da Arte.....	23
1.2 Evolução histórica do Estado da Arte no Brasil	33
1.3 Diferenciação e singularização das pesquisas do tipo Estado da Arte	38
1.3.1 Estado da Arte <i>versus</i> Estado do Conhecimento	44
CAPÍTULO II – EDUCAÇÃO SEXUAL: UM DESAFIO NO ESPAÇO ESCOLAR ...	47
2.1 A Educação Sexual: uma visão panorâmica.....	47
2.2 História da Educação Sexual no Brasil.....	54
2.3 A Educação Sexual nos Documentos Oficiais.....	68
2.4 A Educação Sexual na Escola.....	83
CAPÍTULO III – EDUCAÇÃO SEXUAL NO CURRÍCULO: OS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	92
3.1 Concepção e características do Currículo.....	94
3.2 A Dimensão ideológica do Currículo	105
3.3 Educação Sexual no Currículo.....	111
3.4 Proposta curricular sobre Educação Sexual na Educação Básica brasileira no âmbito da Base Nacional Comum Curricular.....	117
3.5 Educação Sexual nos anos finais do Ensino Fundamental	123
CAPÍTULO IV – EDUCAÇÃO SEXUAL NO ENSINO FUNDAMENTAL: UM OLHAR SOBRE AS PRODUÇÕES ACADÊMICAS	129
4.1 Coleta de dados de teses e dissertações: mapeamento das produções encontradas.....	131
4.1.1 Coleta de dados de teses e dissertações: produções excluídas	137
4.1.2 Produções selecionadas e critérios de inclusão	138
4.2 Estado da Arte: divergências e convergências nas produções analisadas	141
4.2.1 Categorias que emergiram da análise das produções acadêmicas	146
4.2.1.1 Carência/Ausência de formação docente sobre a temática.....	149

4.2.1.2 Silenciamento da temática no espaço escolar.....	152
4.2.1.3 Perspectiva higienista e biologizante da Educação Sexual.....	153
4.2.1.4 Contextualização histórica, currículo e transversalidade da educação sexual.....	155
4.2.1.5 Sexualidades e diversidades	162
4.2.1.6 Ação conjunta: Escola e Família	166
4.3 Prevalência feminina/Protagonismo feminino nas produções acadêmicas	167
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	170
REFERÊNCIAS	175
APÊNDICE A – Resumos das produções analisadas.....	197
APÊNDICE B – Quadros das teses e dissertações	234
APÊNDICE C – Produções por IES	285

INTRODUÇÃO

A sexualidade constitui um tema importante na vida dos indivíduos, no entanto, não tem recebido a atenção necessária e adequada, especialmente no espaço escolar, haja vista ser esta uma questão perpassada por preconceitos e tabus. A abordagem do tema não tem sido tarefa fácil para os pais e profissionais da educação e saúde, pois isso implica em trabalhar com dificuldades pessoais, informações inadequadas ou insuficientes e até valores morais da sociedade, geralmente conservadores.

Em decorrência da ausência ou insuficiência do conhecimento sobre o assunto, do conservadorismo, das crenças religiosas e falta de capacitação e habilidade para tratar do tema bem como formação adequada dos professores que lidam com crianças, jovens e adolescentes, muitos pais e educadores restringem o assunto ao aspecto biológico e preventivo. Estas posturas, contudo, não têm correspondido às demandas de crianças e adolescentes, pois desconsideram que aspectos como afetividade, envolvimento e prazer fazem parte do universo vivenciado pelos adolescentes nesta fase da vida.

É importante, neste contexto, que os professores trabalhem o tema envolvendo o corpo, mente, sentimentos, manifestações da sexualidade, identidades de gênero, não limitando o assunto apenas ao corpo ou reprodução.

A manifestação da sexualidade faz parte do ambiente escolar, ainda que implicitamente, pois é neste ambiente que as crianças começam a se desenvolver, a se descobrir sexualmente, a partir do convívio entre elas. Neste ambiente revelam-se atitudes, condutas, comportamentos, identidades, diversidades que precisam de atenção, de serem relevadas para o desenvolvimento do respeito mútuo da valorização das diferenças, de atitudes que interrompam o ciclo da discriminação e violência.

A educação sexual há muito tempo é alvo de interesse da pesquisadora como professora de Educação Física, área que lida frequentemente com questões da corporeidade e da sexualidade dos estudantes, fato que tem incentivado a busca constante por conhecimento e aprimoramento profissional para lidar da forma mais adequada possível com essas questões no ambiente escolar.

Em nosso trabalho vivenciamos cotidianamente as manifestações dos estudantes relativas à sexualidade e observamos que as questões a ela concernentes despertam interesses diversos, por exemplo, temas referentes à gravidez na adolescência, doenças sexualmente transmissíveis, entre outras. Além disso, diante do aumento e das frequentes denúncias de práticas homofóbicas, feminicídios, preconceito de gênero, entre tantos outros fatos, foi

possível constatar o quão oportuno é o estudo do tema. Como mulher negra, trabalhadora da educação, o preconceito em todas as suas formas, especialmente de gênero e racial, é realidade constante no cotidiano, despertando nesta pesquisadora o desejo de atuar no sentido de reverter essa situação e, conseqüentemente, contribuir para o reconhecimento de que todas as pessoas, independente de nível socioeconômico, cor/raça e sexo têm o seu valor e pode contribuir significativamente para a construção de uma sociedade diferente, mais justa, sem preconceitos e exclusões.

Em busca de conhecimento e aprimoramento ocorreu a especialização em Educação Física Escolar, em 2003, na Universidade Estadual de Goiás (UEG). Desde 2012, a pesquisadora buscou novas formas de lidar com as temáticas de gênero, sexualidade e diversidade em sala de aula. Buscou ouvir mais atentamente os/as alunos/as e incentivar o respeito, inclusive diante das diferenças e diversidade sexual, pois o respeito é uma condição básica para qualquer relação humana. Ao escutar, acolher e respeitar o que cada aluno/a trazia para as aulas, foi possível inserir, em diversos conteúdos de Educação Física, as discussões sobre a violência contra a mulher e temas relativos à identidade de gênero e orientação sexual. Porém, as lacunas da formação inicial trazia a necessidade de obter mais informações sobre essas temáticas e de como abordá-las. Isso era algo que sempre a inquietava.

Diante da necessidade de obter conhecimento mais aprofundado desses assuntos, em 2016, esta pesquisadora convidou a Dr^a Cristina Lopes Afonso, vereadora em Goiânia (que tem uma história de agressão por parte de um ex-companheiro) e a Dr^a Laura Castro Teixeira, delegada lotada na Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (que após esconder por quase trinta anos sua identidade sexual, decidiu assumir sua transexualidade), para compartilharem as experiências vivenciadas sobre suas superações, no âmbito das Inteligências Múltiplas, com destaque para a Inteligência Intrapessoal/Emocional (capacidade de a pessoa identificar as próprias emoções e sentimentos, exercendo o domínio sobre os mesmos de forma favorável).

A partir das experiências relatadas, cresceu a motivação para obter maior conhecimento sobre os temas abordados. A grande oportunidade surgiu no Mestrado, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PPGE/PUC Goiás), na Linha de Pesquisa Estado, Políticas e Instituições Educacionais, no qual a pesquisadora ingressou em 2018. Com a proposta da professora Dr^a Teresa Cristina Barbo Siqueira, com larga experiência na temática, o desenvolvimento da pesquisa resultou na dissertação intitulada “Corporeidade, Gênero e Diversidade Sexual na Escola sob a Perspectiva Docente”.

A temática, contudo, continuou instigando e despertando cada vez mais interesse e a oportunidade para aprofundar no assunto apresentou-se com o Doutorado cujo ingresso ocorreu em 2021. Com a finalidade de saber como a educação sexual vem sendo tratada na escola, a investigação voltou-se para a educação sexual nos anos finais do Ensino Fundamental. Nesta fase são atendidas crianças na faixa etária dos 11 aos 14 anos, período em que a sexualidade está aflorando nos indivíduos e as relações estabelecidas na escola influenciam no processo de desenvolvimento sexual. Assim, o tema determinado para a pesquisa foi o lugar da educação sexual nos anos finais do Ensino Fundamental: o que dizem as pesquisas acadêmicas?

Cabe explicar alguns aspectos da organização da educação brasileira, sobretudo a relacionada à Educação Básica. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a Educação Básica é constituída pela Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio. A Educação Infantil é destinada às crianças entre 0 e 3 anos (creche) e às crianças entre 4 e 5 anos (pré-escola). O Ensino Fundamental, após alteração da LDB em 2006, por meio da Lei nº 11.274, passou de 8 para 9 anos, e o Ensino Médio, etapa final da educação básica, tem duração mínima de três anos. Embora a Lei não faça separação do Ensino Fundamental, os cinco primeiros anos são tratados como 1ª etapa ou anos iniciais do Ensino Fundamental, preferencialmente sob a responsabilidade dos municípios, quando públicos. Do sexto ao nono ano, o Ensino Fundamental geralmente está a cargo dos estados brasileiros, embora haja municípios que assumam a oferta e organização de todo o Ensino Fundamental. Esta etapa é tratada como anos finais do Ensino Fundamental ou, em alguns locais, como 2ª etapa do Ensino Fundamental. Nesta pesquisa vamos adotar a expressão anos finais do Ensino Fundamental para tratarmos da etapa da educação Básica que compreende do sexto ao nono ano.

O fato de a pesquisadora atuar na Educação Básica, sobretudo com estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental, foi determinante para a definição do tema e delimitação da etapa da educação. A experiência como docente interessada pelo tema indicou a necessidade de conhecer o que a academia tem produzido nos últimos anos, uma vez que a fundamentação teórica para a formação continuada dos professores deve-se ancorar em estudos científicos, com fundamentação robusta que lhes permitam uma formação continuada articulada com a realidade social, econômica e cultural de cada tempo histórico. Algumas questões iniciais foram levantadas, desde o Mestrado em Educação, como, por exemplo, verificar as tendências e a presença ou silêncio desta temática nos currículos dessa fase do ensino. A empiria e o senso comum não se fazem suficientes na construção do conhecimento. São apenas molas propulsoras para uma verticalização e apropriação do conhecimento historicamente produzido. A

curiosidade epistemológica motivou esta pesquisa e a compreensão de que o conhecimento tem como lócus principal a academia. Por esta razão, esta pesquisa foi se constituindo.

A escolha da educação sexual como objeto de estudo foi em razão do trabalho com pré-adolescentes e adolescentes nos anos finais do Ensino Fundamental e perceber, nessa fase, a necessidade e a relevância do conhecimento envolvendo a sexualidade para os estudantes, de modo a possibilitar-lhes o desenvolvimento do respeito mútuo, a vivência responsável da sexualidade, a superação do preconceito e da intolerância em relação às diferenças. Nessa faixa etária (11 aos 14 anos), a descoberta da sexualidade traz insegurança, dúvidas e incertezas, podendo a educação sexual contribuir para ajudá-los a lidar melhor com seus sentimentos e no esclarecimento de seus questionamentos.

A opção pela área da educação deve-se ao fato de que desde o mestrado vem-se desenvolvendo a pesquisa sobre sexualidade, gênero e diversidade sexual, percebendo, no doutorado, a oportunidade de aprofundar o assunto. E ainda por ser a área de atuação profissional da pesquisadora que, como professora de educação física, vivencia as questões relativas à sexualidade que intrigam os estudantes.

Justifica-se ainda o desenvolvimento da pesquisa, levando em conta a contribuição da produção acadêmica na compreensão do papel atribuído à educação sexual nos anos finais do Ensino Fundamental em vista das pesquisas abordarem o tema a partir de diversas perspectivas.

O marco temporal determinado de 2000 a 2022 deve-se ao fato de que nesse período a sociedade brasileira foi perpassada por relevantes mudanças das normas culturais relativas à sexualidade, sob o impulso do surgimento e consolidação dos estudos de gênero. A questão da diversidade sexual torna-se mais evidente o objeto de discussões e reflexões, culminando com uma produção acadêmica significativa.

O problema de pesquisa ao qual nos propomos responder é: o que dizem as pesquisas acadêmicas sobre educação sexual nos anos finais do Ensino Fundamental?

No objetivo geral, a busca em compreender o papel atribuído à educação sexual nos anos finais do Ensino Fundamental na produção acadêmica sobre o tema. E, nos objetivos específicos, pretendeu-se: apresentar a base de análise do objeto de estudo; formular um referencial teórico sobre a inserção da educação sexual nos anos finais do Ensino Fundamental; identificar como a produção acadêmica discute a inserção da educação sexual nos anos finais do ensino fundamental, que nos permitiu, ao final, construir esta pesquisa.

O interesse em desenvolver este trabalho a partir do Estado da Arte deve-se às contribuições desse tipo de pesquisa para a educação e para a ciência de um modo geral.

Compreendemos que o conhecimento é histórico e é produzido pelos seres humanos a partir de suas condições reais e objetivas. Cada tempo histórico, cada espaço geográfico, cultural e social interfere sobremaneira nesta produção. Desta forma, entendemos que o tema não se esgota e não se finda. As produções científicas elaboradas no recorte temporal escolhido (2000 a 2022) por certo carregam especificidades deste tempo. No nosso caso, iremos nos deter nas produções brasileiras, que, por sua vez, foram construídas sob a influência das interferências internas e externas que constituíram e constituem a sociedade na qual estamos inseridos. Assim, podemos dizer que o ineditismo desta tese se dá pelas condições pelas quais estas teses e dissertações foram construídas.

O que torna essa pesquisa singular é a abordagem meticulosa e abrangente que adotamos para mapear estas produções. Em vez de nos limitarmos a uma revisão superficial, optamos por uma análise minuciosa que transcende as fronteiras tradicionais, explorando conexões e lacunas que escaparam ao olhar convencional. Ao conduzir uma revisão do Estado da Arte, pretendemos ir além da simples enumeração de trabalhos pré-existentes. Em vez disso, vamos traçar uma narrativa coesa que destaque a evolução das ideias, identifique as influências que os currículos dos anos finais do Ensino Fundamental sofreram e ainda sofrem ao tratar deste tema e, crucialmente, lançar os alicerces para futuras investigações.

Optamos pelas dissertações e teses porque, embora não retratem toda a produção da pesquisa na área, constituem investigações produzidas no âmbito dos cursos de Pós-Graduação que representam importante ligação entre pesquisadores, profissionais e educandos, configurando-se como um locus relevantes na formação de profissionais e de novos pesquisadores e para habilitarem os educadores no sentido de atuarem com a educação sexual.

Para a construção do referencial teórico, recorreremos a diversos autores como Silva (2002), Louro (2008, 2020), Figueiró (1998, 2001, 2006, 2007), Bueno e Ribeiro (2018), Rosemberg (1985), Vicente (2021), Monteiro e Ribeiro (2018, 2019), Cassiavillani e Albrecht (2023), Assis, Souza e Barbosa (2021), Barbosa, Viçosa e Folmer (2019), Santos *et al.* (2020), Maia e Ribeiro (2011), Furlanetto *et al.* (2018), Apple (2002), Malanchen (2016, 2020, 2021), Malanchen e Santos (2020), Scott (1995) e outros autores e autoras que contribuíram na construção da visão sobre a história da educação sexual no Brasil, na análise dos documentos que orientam a elaboração do currículo escolar (Base Nacional Comum Curricular - BNCC, Parâmetros Curriculares Nacional - PCN, Plano Nacional de Educação – PNE, dentre outros), na dimensão ideológica do currículo e como a educação sexual tem sido inserida no espaço escolar.

A pesquisa está estruturada em quatro partes: o primeiro capítulo apresenta a abordagem sobre Estado da Arte, cuja finalidade é apresentar algumas considerações sobre este tipo de pesquisa, com destaque para conceitos, características, importância e evolução histórica no Brasil.

O segundo capítulo discorre sobre educação sexual, abordando aspectos como historicidade, condições que envolvem a educação sexual, documentos norteadores e a educação sexual nos anos finais do Ensino Fundamental.

O terceiro capítulo discorre sobre o lugar da educação sexual nas escolas, sobretudo no Ensino Fundamental, a partir da compreensão do currículo.

O quarto capítulo realiza um levantamento das produções bem como apresenta estas análises e, simultaneamente, uma análise dessas produções, visando destacar os avanços e tendências da inserção da educação sexual nos anos finais do Ensino Fundamental.

A tese encerra-se com as considerações finais, que traz as sínteses dos estudos realizados. Espera-se que esta pesquisa sugira novos estudos acerca desta temática, haja vista revelar uma questão pertinente à existência e vida dos seres humanos, contudo, ainda carregada de preconceitos e banalizações em alguns discursos e piadas que podem ser percebidas na vida cotidiana. Estudar, pesquisar, aprofundar-se neste assunto é também uma forma de combater preconceitos ou visões deturpadas acerca da sexualidade e da educação sexual no espaço escolar. É também uma forma de desconstruir discursos hipócritas divulgados amplamente em nome de uma moral aparente e culpabilizadora de pessoas que se encontram em uma fase de formação da sexualidade, no caso, estudantes pré-adolescentes e adolescentes.

CAPÍTULO I – ABORDAGEM SOBRE ESTADO DA ARTE: CONCEITOS, CARACTERÍSTICAS E FUNDAMENTAÇÃO

Neste capítulo apresentamos algumas considerações sobre o Estado da Arte, com destaque para conceitos, características, importância e evolução histórica no Brasil. Assim, serão analisadas produções acadêmicas (teses e dissertações) sobre a educação sexual nos anos finais do Ensino Fundamental, na perspectiva de localizar e compreender os achados, a partir das produções acerca desta temática nesta etapa da Educação Básica. Resgatando o que já foi explicitado na introdução deste trabalho, traçamos como objetivo realizar o estado da arte para identificar nas pesquisas acadêmicas, no período de 2000 a 2022 o que se tem produzido no Brasil sobre a educação sexual voltada para os alunos dos anos finais do Ensino Fundamental, sobretudo objetivando analisar os avanços e contradições nos currículos desta etapa da educação.

Conforme ressaltado por Ferreira (2021, p. 2), podemos dizer que os estudos designados como do estado da arte têm surgido e apresentado significativo crescimento em seu volume e diversidade, resultando na constituição de “um campo de conhecimento, produzido por diferentes pesquisadores, em diferentes instituições, ao longo do tempo, sobre determinada temática”. Explica a autora que o campo do conhecimento pode ser entendido

como um espaço demarcado pelos sujeitos (pesquisadores que ocupam posições em determinadas instituições) que, em comum, definem um universo de problemas e questões, suas fontes documentais e referências teóricas e metodológicas, suas intenções e práticas investigativas, suas marcas discursivas, reconhecendo-se em torno de um mesmo objeto de pesquisa (Ferreira, 2021, p. 3).

Trata-se este de um campo simbólico¹, caracterizado por interesses científicos específicos, defensáveis e validados pelos sujeitos nele inseridos e que com ele interagem num contexto de lutas e concorrência nos diversos cenários: acadêmico, cultural, político e social, conforme descrito por Ferreira (2021).

De acordo com Santos *et al.* (2020), o conhecimento científico é uma decorrência das necessidades e demandas, de se inteirar de todo e qualquer fenômeno histórico ocorrido ao longo do tempo. O surgimento do conhecimento científico emerge, assim, consubstanciado em produções que trazem em seu bojo informações que servem ao propósito científico voltado para

¹ O campo simbólico, ou de produção simbólica, refere-se ao microcosmo da luta simbólica entre as classes ou grupos, ao servirem aos seus interesses na luta interna do campo de produção (e apenas nessa medida) que os produtores servem aos interesses dos grupos exteriores ao campo de produção (Bourdieu, 1989, p. 12).

a conservação ou transformação da realidade, em consonância com as concepções filosóficas, políticas e ideológicas do pesquisador e sua opção por determinada teoria do conhecimento.

Santos *et al.* (2020) ressaltam que, a partir do fato de que o conhecimento científico se volta para a articulação entre teorias e a realidade, é preciso reconhecer que o fundamento básico da pesquisa científica se refere ao conhecimento do mundo que rodeia o ser humano. Sendo assim:

Responsável por esse conhecer, o expressivo número de produções acadêmicas em diferentes áreas e campos do conhecimento busca, dentro de suas possibilidades, inserir o mundo e seus fenômenos na centralidade dos processos de avaliação, reflexão e análise científica (Santos *et al.*, 2020, p. 203).

Por outro lado, é necessário reconhecer também que o campo científico se constitui em um espaço de conflitos teórico-metodológicos, condicionando-se à busca pela apreensão da realidade, à escolha por diferentes métodos, delineamentos e naturezas de pesquisa, a partir das concepções de realidade do pesquisador e, de forma mais efetiva, pelas características do estudo realizado (Santos *et al.*, 2020).

O estado da arte configura-se como um referencial teórico-metodológico que busca realizar um levantamento bibliográfico, com a finalidade de avaliar o conhecimento referente a um tema específico. Conforme ilustram Soares e Maciel (2000, p. 5), ao caracterizarem a pesquisa nesta opção metodológica como um estudo descritivo, explicativo ou ainda exploratório “[...] com base na análise de documentos, objetivando, num primeiro momento, quantificar, identificar, descrever um determinado saber científico e, num segundo momento, explicar e compreender o significado dessa produção no contexto da área de pesquisa [...]”. No caso desta pesquisa, a temática da educação sexual será nosso objeto, a ser buscado e identificado, objetivando compreender e analisar o tema nas produções acadêmicas.

Estudos no âmbito do Estado da Arte são relevantes na medida em que possibilitam o resgate da construção científica de uma área. Conforme destacado por Mokwa (2014, p. 70), as pesquisas em Estado da Arte devem

[...] ter caráter permanente, especialmente porque, no Brasil, as fontes de informação sobre estudos realizados são ainda precárias, de modo que os resultados de pesquisas dessa natureza podem constituir um banco de dados, regularmente atualizado que norteie pesquisadores, estudiosos e demais interessados.

Esse caráter permanente faz com que a pesquisa acerca do Estado da Arte, de qualquer temática, seja sempre necessária, relevante e atual. A produção do conhecimento é contínua e

histórica e reverbera a visão e condição de uma dada sociedade. Por meio da produção científica, percebemos o estado de desenvolvimento de uma determinada sociedade.

Mokwa ainda afirma que:

O estudo a respeito do Estado da Arte é de extrema relevância, e seus resultados podem vir a contribuir no estabelecimento de políticas de intervenção e na elaboração de diretrizes e propostas para a inserção de disciplinas, com caráter obrigatório nos cursos de Pós-Graduação, articulando-se com ações que visem propor melhoria de qualidade da formação de pesquisadores/as em relação a essa temática e, assim, levar para as instituições escolares, as contribuições acadêmicas de relevância social (2014, p. 8).

Em vista desse caráter permanente, o Estado da Arte pode contribuir significativamente para atualização e elevação do nível do conhecimento científico. Este tipo de pesquisa é fundamental para a ciência, independentemente do tema, pois permite mapear o já foi produzido e indicar qual a condição do conhecimento no presente e quais as possibilidades para o futuro. Por exemplo, em uma pesquisa feita na plataforma da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações-BDTD, realizada em 26 de março de 2023, usando como descritor a expressão *estado da arte*, para pesquisas de todas as áreas, identificou-se 74 teses e pouco mais de 12.000 dissertações. Esses dados indicam a necessidade e relevância de se persistir no Estado da Arte em todas as áreas, notadamente envolvendo a formulação de teses.

Embora ainda recentes no Brasil, estudos em torno do Estado da Arte são de grande relevância, pois contribuem no processo de evolução da ciência, visto que objetivam ordenar, periodicamente, as informações e resultados já conhecidos. Além de permitir a ordenação, esses estudos oportunizam identificar possibilidades para a integração de diferentes perspectivas, detectar duplicações ou contradições e determinar lacunas e vieses, conforme destacado por Mokwa (2014).

É neste contexto que se vislumbra o Estado da Arte, isto é, como pesquisa que vai além do mero mapeamento descritivo de trabalhos ou como etapa exploratória ou de revisão de determinados estudos. Sobre as características desse tipo de pesquisa, considerações são traçadas a seguir.

1.1 Definição, características e fundamentos do Estado da Arte

De acordo com Silva e Carvalho (2014), o Estado da Arte se constitui como metodologia de pesquisa realizada a partir da revisão bibliográfica, envolvendo a produção de determinada temática em uma área do conhecimento específica. Essa revisão tem por finalidade.

[...] identificar que teorias estão sendo construídas, quais procedimentos de pesquisa são empregados para essa construção, o que não está em discussão e precisa ser

trabalhado, que referenciais teóricos se utilizam para embasar as pesquisas e qual sua contribuição científica e social (Silva; Carvalho, 2014, p. 348-349).

Desse modo, a utilização do Estado da Arte implica na intenção de realizar um levantamento, mapeamento e análise do que se produz, considerando-se áreas de conhecimento, períodos cronológicos, espaços, formas e condições de produção (Silva; Carvalho, 2014).

As autoras destacam que, ao se optar por realizar um estudo com esse tipo de pesquisa, algumas características devem ser observadas a exemplo do tempo e espaço em que os estudos analisados foram elaborados. No Estado da Arte, o recorte temporal e espacial é necessário e relevante, tendo em vista que as análises feitas se referem a concepções e práticas inerentes a determinados contextos sociais, políticos, econômicos, culturais, entre outros (Silva; Carvalho, 2014).

Característica também importante, e que requer cuidadosa observação, é o recorte temático, necessário para a definição e delimitação do que se busca mapear, possibilitando realizar análises aprofundadas ou de um panorama amplo acerca de determinados temas. Vale ressaltar que as características supracitadas estão relacionadas a fatores relevantes no processo de pesquisa, como o tempo disponível para a consecução dos levantamentos e análises e a quantidade de colaboradores/as envolvidos no trabalho (Silva; Carvalho, 2014).

A definição das fontes a serem consultadas é outro aspecto que suscita especial atenção, dada sua importância para dar confiabilidade ao trabalho. Neste sentido, as avaliações precisam ser realizadas com muito cuidado e rigor. Necessário atentar-se, também, para a definição da forma como serão levantadas as referências, devendo-se delimitar e nortear as buscas por critérios de seleção e exclusão do que não será necessário. De um modo geral, essas buscas acontecem a partir de palavras-chave nos trabalhos completos ou nos títulos e resumos, mas pode acontecer de algumas referências que abordam as temáticas em estudo não estarem catalogadas por não apresentarem a palavra de busca (Silva; Carvalho, 2014).

Ainda que não envolva a pesquisa direta com sujeitos, requer-se no estudo de Estado da Arte uma postura de respeito, pois, para a confiabilidade do trabalho é preciso analisar as referências com fidelidade, sem qualquer distorção das informações para atender a interesses particulares, além do que as análises devem ser realizadas com seriedade e rigorosidade (Silva; Carvalho, 2014).

A terminologia Estado da Arte pode ser usada sob duas perspectivas: uma se refere a um *status* a ser alcançado, ou seja, trata-se de uma condição de contemplamento da literatura acerca de um determinado assunto, a partir da observação de como tem sido trabalhado, para

onde os estudos se direcionam, quais suas lacunas, entre outros aspectos; a outra é relativa ao método e objetivo. Nesta perspectiva, o Estado da Arte é descrito “como uma metodologia de caráter bibliográfico que almeja mapear as pesquisas sobre determinado assunto, tentando criar índices que possam ser correlacionados para formular tendências da área” (Batista; Kumada, 2021, p. 11).

Os autores destacam que além de identificar lacunas e direcionamentos das produções, o Estado da Arte, conforme concebido por alguns pesquisadores, centra seu recorte temporal em assuntos mais atuais, mas pode consistir também no estudo da produção histórica em um determinado campo, possibilitando a apreensão de novas perspectiva e/ou evidenciar questões ainda não respondidas pela literatura, e que, por sua relevância suscitam um olhar mais profundo e atento (Batista; Kumada, 2021).

De acordo com Gonini (2014, p. 54), o Estado da Arte se caracteriza como

[...] um estudo bibliográfico, entendido como o ato de investigar e de buscar informações sobre determinado assunto por meio de um levantamento realizado em base de dados, com o objetivo de detectar o que existe de produção em uma determinada área do conhecimento.

Por sua vez, Figueiró (1996, p. 51) menciona o seguinte: “Elaborar o Estado da Arte de alguma área do conhecimento significa fazer o levantamento, a sistematização e avaliação do conhecimento produzido nessa área, podendo constituir-se numa contribuição ao avanço da ciência”.

Destacando a possibilidade de o Estado da Arte contribuir para atualização de futuras pesquisas e evolução dos estudos, Luna (2002) afirma que ele objetiva a descrição atual de uma determinada área de estudo, identificando-se aspectos como o conhecimento já obtido, as principais lacunas, os principais entraves teóricos e/ou metodológicos. Além disso, é um estudo que contribui como “fonte de atualização para pesquisadores fora da área na qual se realiza o estudo na medida em que condensa os pontos importantes do problema em questão” (Luna, 2002, p. 82-83).

Para Ludke (1984), esse tipo de metodologia pode constituir um marco histórico no desenvolvimento de uma área do conhecimento, possibilitando a verificação de sua evolução. E Megid Neto (1999, p. 24) comenta que esse tipo de trabalho possibilita a

Identificação, [...] a seleção e classificação dos documentos segundo critérios e categorias estabelecidas em conformidade com os interesses e objetivos do pesquisador, na descrição e análise das características e tendências do material e na avaliação dos seus principais resultados, contribuições e lacunas.

Segundo André, Simões, Carvalho e Brzezinski (1999), o Estado da Arte se configura como um trabalho de revisão de literatura, compreendendo o inventário do conhecimento, a partir da análise comparativa de vários trabalhos que discorrem sobre determinada temática. Portanto, é um estudo que consiste na realização de levantamento ou de mapeamento do que já se produziu sobre determinado assunto, a partir de pesquisas realizadas em uma determinada área do conhecimento e em um determinado período de tempo, podendo contribuir para a atualização, enriquecimento e evolução tanto do conhecimento como da própria ciência.

A partir das descrições de vários autores (Gonini, 2014; Figueiró, 1996; Luna, 2002; Ludke, 1984; Megid Neto, 1999; André, Simões, Carvalho e Brzezinski, 1999), podemos destacar, de forma sintética, algumas características do Estado da Arte, tais como: seu caráter bibliográfico, consistir-se em um levantamento realizado em base de dados, compreender a sistematização e avaliação do conhecimento produzido em determinada área, contribuir com o avanço da ciência, consistir-se em fonte de atualização das pesquisas.

De acordo com reflexões de Ferreira (2002), tem-se apresentado uma tendência crescente de estudos no âmbito do Estado da Arte que, assim como no Estado do Conhecimento, trata-se de uma metodologia de caráter bibliográfico que tem por finalidade mapear e analisar determinada produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, buscando enfatizar que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares; de que forma e em que condições têm sido produzidas determinadas obras (teses, dissertações, periódicos, anais de congressos, seminários etc.). Ambos os tipos de estudo são caracterizados, ainda,

[...] por realizarem uma metodologia de caráter inventariante e descritiva de produção acadêmica e científica sobre o tema que busca investigar, à luz de categorias e facetas que se caracterizam enquanto tais em cada trabalho e no conjunto deles, sob os quais o fenômeno passa ser analisado (Ferreira, 2002, p. 258).

A ampliação de estudos e pesquisas em determinadas áreas do conhecimento tem sido o fator que move os pesquisadores na realização de novas pesquisas. Resulta disso, o crescimento quantitativo e qualitativo de produções nas diversas áreas do conhecimento, principalmente em nível de pós-graduação, conforme mencionado por Ferreira (2002):

Sustentados e movidos pelo desafio de conhecer o já construído e produzido para depois buscar o que ainda não foi feito, de dedicar cada vez mais atenção a um número considerável de pesquisas realizadas de difícil acesso, de dar conta de determinado saber que se avoluma cada vez mais rapidamente e de divulgá-lo para a sociedade, todos esses pesquisadores trazem em comum a opção metodológica, por se constituírem pesquisas de levantamento e de avaliação do conhecimento sobre determinado tema (Ferreira, 2002, p. 259).

A autora ressalta que o caminho descritivo-analítico na pesquisa do Estado da Arte pode ser elaborado em duas dimensões, consistindo a primeira naquela em que o pesquisador

[...] interage com a produção acadêmica através da quantificação e de identificação de dados bibliográficos, com o objetivo de mapear essa produção num período delimitado, em anos, locais, áreas de produção. Nesse caso, há um certo conforto para o pesquisador, pois ele lidará com os dados obtidos e concretos localizados nas indicações bibliográficas que remetem à pesquisa [...]. Nesse esforço de ordenação de uma certa produção de conhecimento também é possível perceber que as pesquisas crescem e se espessam ao longo do tempo; ampliam-se em saltos ou em movimentos contínuos; multiplicam-se, mudando os sujeitos e as forças envolvidas; diversificam-se os locais de produção, entrecruzam-se, desaparecem em algum tempo ou lugar (Ferreira, 2002, p. 265).

Conforme considerações da autora, em um primeiro momento da pesquisa, analisamos o panorama geral da produção e identificamos os autores, orientadores, nível de titulação, objetos de estudo, entre outros aspectos. Em um segundo momento, realizamos a análise dos aspectos específicos das produções como as tendências, enfoques teóricos e metodológicos, entre outros, que permitem construir uma historiografia das produções de determinada área, evidenciando os possíveis problemas e limitações apresentados pela pesquisa, além das lacunas existentes, indicando áreas possíveis de serem exploradas em outros estudos.

Conforme estudo realizado por Ribeiro e Castro (2018), o Estado da Arte constitui-se no levantamento do que foi produzido sobre determinada área para posterior análise e avaliação do conhecimento obtido.

Outra concepção é a de Messina (1998, p. 1), que compreende o Estado da Arte como “um mapa que nos permite continuar caminhando”. Essa definição aponta as possibilidades propiciadas por esse tipo de estudo ao pesquisador quanto a organizar, de maneira inteligível, sistematizada e continuada, discursos que à primeira vista se mostram descontínuos e contraditórios.

Para Soares (1989), o Estado da Arte se trata de um estudo bibliográfico de caráter inventariante que pode resultar na produção de obras que buscam preencher lacunas identificadas em pesquisas de determinado campo do conhecimento.

O campo de abrangência do estudo do Estado da Arte, para Rocha (1999), se estende também ao estabelecimento de relação com produções anteriores, de modo a identificar temas recorrentes e apresentar novas perspectivas de pesquisa para a consolidação de determinada área do conhecimento.

Soares e Maciel (2000) ressaltam a relevância dos estudos de Estado da Arte para a evolução da ciência ao longo do tempo, com a ordenação periódica do conjunto de informações

e resultados já obtidos em pesquisas anteriores. Possibilitam também identificar – na extensa gama de enfoques e perspectivas – duplicações, contradições e lacunas do que foi produzido, além de dar subsídios para esclarecer e resolver as problemáticas históricas, por exemplo, acerca do fracasso da escola na alfabetização, conforme mencionam as autoras.

Nesse mesmo sentido, Romanowski e Ens (2006) concebem que as pesquisas do tipo Estado da Arte indicam caminhos adotados e aspectos abordados em detrimento de outros na medida em que buscam identificar aportes significativos no processo de construção da teoria e práticas pedagógicas. E explicam o seguinte:

Embora recentes, os estudos de “estado da arte” que objetivam a sistematização da produção numa determinada área do conhecimento já se tornaram imprescindíveis para apreender a amplitude do que vem sendo produzido. Os estudos realizados a partir de uma sistematização de dados, denominada “estado da arte” recebem esta denominação quando abrangem toda uma área do conhecimento, nos diferentes aspectos que geraram produções (Romanowski; Ens, 2006, p. 39).

Portanto, pesquisas de Estado da Arte estão voltadas para o balanço das respectivas áreas do conhecimento, visando ao diagnóstico de temas relevantes, emergentes e recorrentes, além de evidenciar tipos de pesquisa, organizar informações existentes e, ainda, identificar as lacunas existentes (Romanowski; Ens, 2006).

De acordo com as autoras, estados das artes podem significar uma contribuição relevante para a construção de um campo teórico referente a uma área do conhecimento, visto que objetivam

[...] apontar as restrições sobre o campo em que se move a pesquisa, as suas lacunas de disseminação, identificar experiências inovadoras investigadas que apontem alternativas de solução para os problemas da prática e reconhecer as contribuições da pesquisa na constituição de propostas na área focalizada (Romanowski; Ens, 2006, p. 39).

Desse modo, tais estudos não ficam restritos à identificação da produção existente, mas se voltam para sua análise, categorização e identificação dos múltiplos aspectos e perspectivas (Romanowski; Ens, 2006).

As autoras ressaltam que os estudos de Estado da Arte têm caráter bibliográfico, com a finalidade de inventariar e sistematizar a produção em determinada área do conhecimento. Possibilitam a plena compreensão do estado alcançado pelo conhecimento sobre determinado tema, no que tange à sua amplitude, às tendências teóricas e vertentes metodológicas. Além disso, contribuem para o diagnóstico de temas relevantes, permitem organizar as informações disponíveis, apontando possíveis limitações e, a partir daí, ampliações plausíveis para tais estudos (Romanowski; Ens, 2006).

De acordo com Vosgerau e Romanowski (2014), as pesquisas do tipo Estado da Arte têm sua análise centrada na problematização e metodologia, sendo a finalidade principal o mapeamento, que serve ao pesquisador como uma referência para a justificativa lacuna que a investigação visa identificar e propor resoluções.

Um aspecto identificado por Santos *et al.* (2020), referente aos estudos de Estado da Arte, é que estes têm abordagem tanto quantitativa como qualitativa, o que não constitui uma regra geral. Sendo assim, são de caráter quantitativo quando reúnem numericamente determinada quantidade de produções; e qualitativos ao se voltarem para o comportamento e desenvolvimento de uma área do conhecimento baseada na análise qualitativa e refletida dessas publicações levantadas.

Em síntese, Santos *et al.* (2020) destacam que o Estado da Arte se configura como um tipo de pesquisa bibliográfica de natureza panorâmica, caracterizado pela visão crítica e analítica do tema e pela abordagem quantitativa, qualitativa ou quanti-qualitativa. Permite a realização de um balanço do conhecimento a partir da análise comparativa de diversos trabalhos sobre uma temática em questão. Assim, consiste em uma produção que possibilita a construção de novas perspectivas que podem contribuir com uma área do conhecimento e, portanto, com a evolução da ciência.

É possível observar que esse tipo de estudo possibilita realizar um mapeamento sobre uma determinada área da produção científica. No caso desta pesquisa, um mapeamento sobre as produções na área da Educação Sexual nos anos finais do Ensino Fundamental. Os autores supracitados mencionam que o Estado da Arte implica ainda que o pesquisador seja capaz de realizar uma síntese dos conhecimentos produzidos, de forma integrativa. Esta prática possibilitará o aprofundamento de questões pertinentes a um determinado tema.

Para Ferreira (2021), o Estado da Arte propicia ao pesquisador a possibilidade de identificar aspectos nas fontes pesquisadas que precisam ser avaliados, analisados, propondo, inclusive, novas visões, resoluções e perspectivas. Afirma a autora:

O estado da arte oferece ao investigador uma referência sobre as formas como têm sido tratados os temas, os avanços, as lacunas, os erros e as tendências já conquistados sobre o conhecimento até determinado o momento. Um dispositivo que permite ao pesquisador um conhecimento disciplinar temático, teórico e metodológico de um fenômeno com a finalidade de gerar a pesquisa a que se propôs o investigador, uma contribuição científica que pode produzir novas pesquisas e novas hipóteses de investigação sobre o que falta e o que é necessário fazer de forma crítica frente ao já produzido. O estado da arte seria então, inicialmente, um trabalho de caráter descritivo, de revisão, análise crítica e interpretação dos documentos localizados pelo pesquisador para orientar e fundamentar teoricamente a construção de sentidos sobre um determinado objeto (Ferreira, 2021, p. 10-11).

De acordo com Monotya (2005) *apud* Ferreira (2021), as pesquisas de Estado da Arte, compreendidas como pertencentes a um campo de investigação, podem ser analisadas no âmbito de três importantes tendências:

1) como proposta hermenêutica do conhecimento e da realidade social, uma ferramenta para o reconhecimento e interpretação da realidade; 2) como uma modalidade de investigação, uma proposta metodológica de natureza documental e qualitativa; 3) um estudo prévio e sistemático do processo de construção do conhecimento, que colabora para a tomada de decisões na área que o pesquisador se propõe a investigar (Ferreira, 2014, p. 14).

Gómez, Higuaita e Muñoz (2015), em uma amostra documental com pesquisas do Estado da Arte, ressaltam que é possível identificar três aspectos relacionados às intenções propostas pelos pesquisadores com a realização dos trabalhos, a saber: recuperar para descrever, recuperar para compreender, recuperar para transcender reflexivamente. Estas intenções são assim descritas por Ferreira (2021, p. 15):

Na primeira, trata-se de “recuperar para descrever” e apresentar de forma detalhada e consistente, balanços bibliográficos. A segunda tendência busca a “compreensão e a reflexão crítica” dos documentos em que a hermenêutica serve de guia e fundamentação para compreender a construção histórica e não o seu resultado. E, por último, “recuperar para transcender” evidencia a capacidade de interpretação reflexiva, avançada e articulando aquilo que foi rastreado, registrado, sistematizado com novos conhecimentos, transcendendo o conhecido catalogado e propondo uma compreensão crítica e rigorosa.

Infere-se que o Estado da Arte, no processo de investigação, não pode ser considerado somente um procedimento técnico para a realização do mapeamento e análise do conhecimento acumulado no contexto de uma determinada área ou temática. Mas também como uma investigação documental – investigação das investigações – constituída a partir do olhar hermenêutico e crítico acerca do objeto de estudo. Isso contribuirá para a compreensão de novos contextos geradores de investigação, indicando tendências ou enfoques em diferentes âmbitos de estudo – político, epistemológico, metodológico, conhecimento (Ferreira, 2021).

Considerando esses aspectos, Patiño (2016, p. 169) apresenta a seguinte concepção de Estado da Arte:

O Estado da Arte é uma revisão das propostas de investigação e seus produtos e o desenvolvimento teórico, investigativo e social de um fenômeno. [...] uma investigação documental que tem um desenvolvimento próprio, cuja finalidade é dar conta de construções de sentido sobre bases de dados.

Com base na definição de Patiño (2016), identificam-se três aproximações conceituais de Estado da Arte: a primeira como uma investigação documental; a segunda como uma revisão

de propostas investigativas; e, a terceira, como investigação visando a construção de sentido, conforme destacado por Ferreira (2021).

Ao refletir sobre esses aspectos, Ferreira (2021, p. 16) enfatiza que

Mais do que um tipo de metodologia ou técnica para recuperar / descrever / interpretar um conhecimento ou, ainda, uma etapa importante que orienta marcos teóricos e que constrói horizontes para uma nova pesquisa, o estado da arte é uma investigação que tem objeto de estudo específico (a própria produção científica sobre determinada temática); referencial teórico (do campo estado da arte ou estado do conhecimento); interlocutores de campos multidisciplinares; metodologia (inventariante, descritiva e interpretativa; quantitativa e qualitativa; documental e bibliográfica; hermenêutica); procedimentos metodológicos [...]; rigor analítico interpretativo que pressupõe interrogações, organizações, cruzamentos; explicitações, entrecruzamento de ideias conceituais com as informações ou observações obtidas pelos investigados; produção de resultados e conclusões. Enfim, uma investigação que tomando como objeto as pesquisadas acadêmicas produzidas sob determinadas temáticas, tem como finalidade produzir (novo) conhecimento e novos campos teóricos e metodológicos.

Conforme argumentado por Ferreira (2021), com o estudo do Estado da Arte, o pesquisador busca um novo conhecimento, um novo saber produzido mediante o diálogo com o próprio objeto de pesquisa. Sendo assim, o mapeamento ou a análise interpretativa sobre uma determinada temática não se constituem apenas em etapas para a produção de novas pesquisas e nem mesmo uma construção sistemática e previa teórica e conceitual acerca do objeto que se quer conhecer. Significa mais, implica na construção dos estudos de estado da arte a partir de uma interrogação sobre seu próprio objeto, requer a potencialização de novos interesses investigativos, no âmbito do próprio campo em que ele se situa.

O objeto de estudo, qual seja, a produção acadêmica não pode ser concebida como fonte de pesquisa para se atingir ou delimitar apenas um “estado”². É preciso buscar alcançar o que não foi conhecido e nem estudado.

Conforme Ferreira (2021), o Estado da Arte produz uma visão da produção acadêmica inserida na própria ação (o fazer) e no contexto demarcado por elaborações próprias e pelos limites de cada um no conjunto de documentos, com a intenção de organizar e propor novas questões e compreensões científicas. Desse modo, o Estado da Arte implica em um fazer voltado para a construção de uma história da produção acadêmica que pode resultar em novas histórias, novas visões, novas percepções e inteligibilidades a partir do aspecto que o pesquisador se propôs a pesquisar.

Buscando uma síntese para o conceito de Estado da Arte fundamentada nas contribuições dos estudos deste tema, reiteramos que se trata de uma modalidade de pesquisa

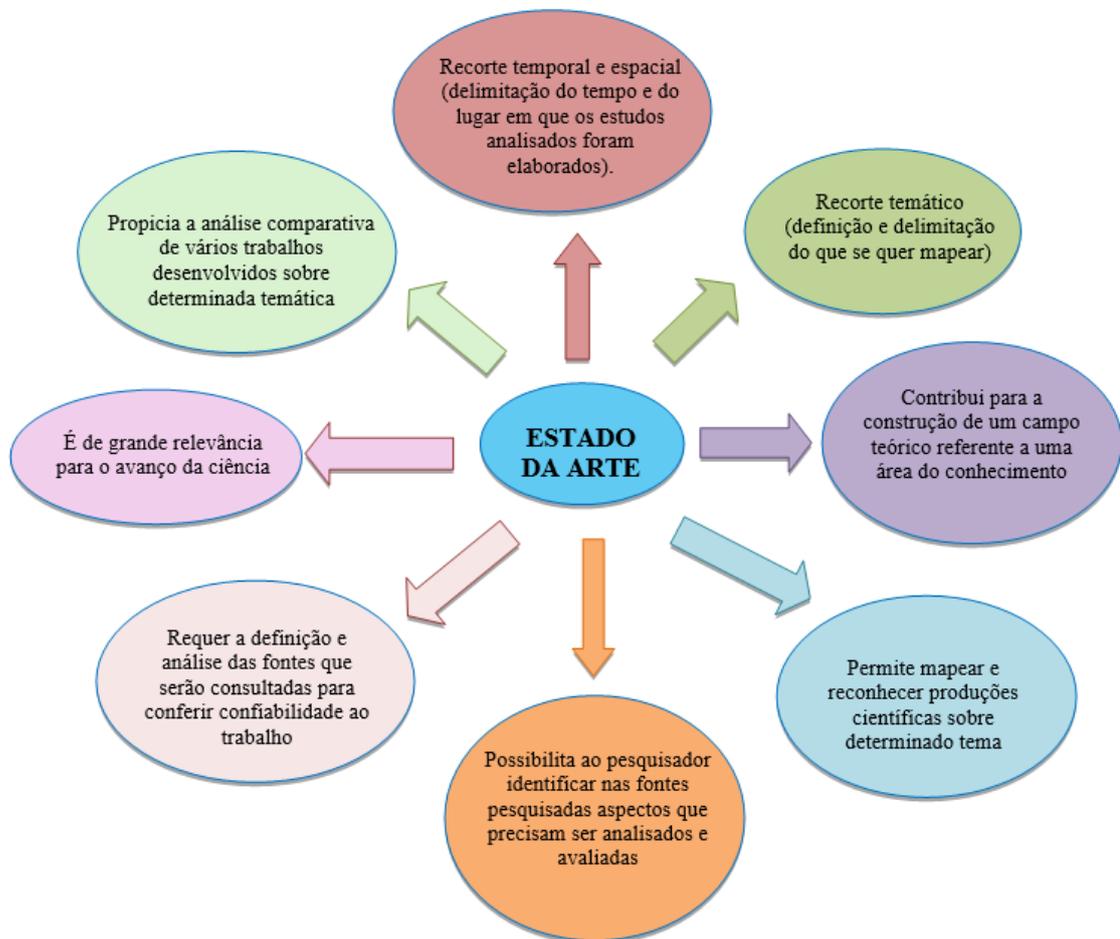
² Conforme destacado por Ferreira (2021) a expressão “estado” indica o modo de **ser** ou **estar**, para uma **situação** ou **disposição** de uma produção, que pode ser registrada, descrita, enumerada.

de caráter bibliográfico voltada para a produção de determinada temática em uma área do conhecimento específica, a partir de levantamento, mapeamento e análise do que foi produzido em um certo período de tempo e lugar.

Mediante as abordagens apresentadas, constatamos que, de uma forma geral, o Estado da Arte é um mapeamento de toda a produção acadêmica acerca de determinado tema. Tem caráter descritivo e inventariante, visto que reúne diversas pesquisas, descrevendo as conclusões sobre o tema.

O Estado da Arte destaca os aspectos de outras pesquisas e possibilita a identificação de lacunas existentes nas mesmas, bem como suas contribuições. A partir desse tipo de pesquisa, podemos identificar novo aspecto sobre o tema e mesmo uma nova metodologia que pode ser aplicada na pesquisa, para obtenção de novos resultados. As principais características do Estado da Arte estão apresentadas na figura a seguir.

Figura 1 – Características do Estado da Arte



Fonte: elaborada pela pesquisadora, 2023.

Na Figura 1, uma síntese das ideias até então expostas sobre o Estado da Arte no campo da pesquisa.

1.2 Evolução histórica do Estado da Arte no Brasil

Conforme destacado por Santos *et al.* (2020), o marco histórico do surgimento do Estado da Arte foi o século XIX nos Estados Unidos. Naquela época, as suas finalidades não tinham qualquer relação com “suas particularidades teórico-metodológicas no campo da produção do conhecimento contemporâneo” (p. 204). Caracterizava-se, na realidade, por estudos realizados no campo das artes. Utilizava-se, para descrever a condição ou nível alcançado por artes específicas, a expressão *status of the Art*, da qual teve origem sua terminologia. Naquele século, o desenvolvimento do Estado da Arte estava baseado em um trabalho de caráter descritivo e avaliativo do estágio de determinadas artes.

Posteriormente, no início do século XX, o *status of the Art* foi substituído por uma forma mais moderna, adotando-se no meio acadêmico a expressão *state of the art*. No âmbito dessa mudança, “passou a fazer referência ao uso de métodos, materiais ou conhecimentos modernos para o desenvolvimento de tecnologias, por exemplo” (Santos *et al.*, 2020, p. 204).

Portanto, temos que nos séculos XIX e XX, quando se configuraram duas terminologias, o Estado da Arte estava voltado para o desenvolvimento de produtos e conhecimentos de ordem prática ou tecnológica. Sua expansão para conhecimentos teóricos, de vertente científica, somente se estabeleceu mais tarde, especialmente em função da expansão dos estudos no campo da educação na região latino-americana (Santos, *et al.*, 2020).

Os autores explicam o seguinte:

De origem incerta, na região latino-americana a expansão de estudos de conhecimentos teóricos – o EA – ocorreu de modo significativo entre o final da década de 1970 e início de 1980. Um olhar a esse período nos permite entender que a caracterização de um EA perpassa a análise e o cumprimento de demandas sociais particulares, a exemplo do agravamento da situação educacional nas décadas de 70 e 80, do século XX na América Latina [...], os quais suscitaram, nessa região, o aparecimento e estabelecimento da modalidade de pesquisa em EA na grande área da educação (Santos *et al.*, 2020, p. 205).

Nas décadas de 1970 e 1980, na América Latina em geral, sobressaía um forte pensamento sociopolítico que incentivou e colaborou com ações de diversas instituições governamentais, muitas vezes comprometidas com projetos comuns entre países, como: Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO); Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL); Programa das nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); além da Rede Latino Americana e Informação e Documentação em

Educação (REDUC), entre outros, conforme destacado por Ferreira (2021). Neste contexto um espaço favorável às pesquisas começou a se delinear.

Ferreira (2021) aponta:

Este cenário favoreceu pesquisadores, centros de investigação e universidades para desenvolver trabalhos mais coletivos na tentativa de conhecer e discutir as condições e resultados da produção acadêmica nos países, especialmente no campo das ciências humanas, campo este intencionalmente enfraquecido em muitos aspectos, sob o controle e opressão de ditaduras (militares) (Ferreira, 2021, p. 7).

Neste contexto, um aspecto que se evidenciou foi a colaboração que os estudos denominados Estado da Arte, especialmente nas ciências humanas (no caso brasileiro, ocorreu no campo da educação), buscaram conceder para o conhecimento e análise sobre a temática social, “construindo um balanço ou um mapeamento que ultrapassou as questões locais, encaminhando-se para um desenho em âmbito nacional, procurando contribuir para a implementação de políticas públicas que favorecessem o desenvolvimento do país” (Ferreira, 2021, p. 7).

No Brasil, as pesquisas em educação passaram a ter maior destaque no meio universitário com a criação dos programas de pós-graduação, em 1965, posterior ampliação na década de 1970 e com a institucionalização dos grupos de pesquisa e formação de pesquisadores de alto nível, embora o apoio dos órgãos de fomento nesse processo fosse bastante limitado (Vosgerau; Romanowski, 2014).

Fatores como a contínua expansão dos programas de pós-graduação com inúmeros cursos recomendados de mestrado e doutorado, o significativo número de grupos de pesquisa e programas de apoio e fomento à pesquisa, com milhares de teses e dissertações defendidas na área da educação todo ano, simultaneamente, multiplicam o número de periódicos na área, possibilitando a publicação dos resultados dessas pesquisas (Vosgerau; Romanowski, 2014). As autoras ressaltam que com essa expansão da pesquisa torna-se necessária

[...] a realização de estudos que permitam levantamentos, balanços, mapeamentos, análises críticas, buscando colocar e evidenciar os temas e assuntos focalizados, as abordagens metodológicas, procedimentos e análises, os aportes teórico metodológicos, resultados que possam ser replicados ou evitados [...] bem como as lacunas que podem estimular a produção de novas pesquisas (Vosgerau; Romanowski, 2014, p. 167).

Com o aumento e desenvolvimento das pesquisas denominadas Estado da Arte, sua regularidade aumentou assim como a diversidade de temáticas de interesse dos pesquisadores. Assim, este tipo de investigação foi sendo reconhecida como distinta em relação a outros,

caracterizando um campo de investigação próprio, contribuindo para a diversificação das pesquisas em diferentes campos do conhecimento (Ferreira, 2021).

No mesmo período, o Brasil se sobressaiu como o país latino-americano que adotou o Estado da Arte como tipo de pesquisa voltado para o estudo de uma área do conhecimento e seu progresso, conforme ressaltado por Santos *et al.* (2020). Tomando a década de 1980 como referência para identificar trabalhos intitulados Estado da Arte no Brasil, Ferreira (2002, p. 259) caracteriza esse período como um marco do surgimento de estudos que se voltaram para

[...] o desafio de conhecer o já construído e produzido para depois buscar o que ainda não foi feito, de dedicar cada vez mais atenção a um número considerável de pesquisas realizadas de difícil acesso, de dar conta de determinado saber que se avoluma cada vez mais rapidamente e de divulgá-lo para a sociedade.

De acordo com Brandão (1986), citado por Ribeiro e Castro (2018), em meados da década de 1980, os pesquisadores brasileiros não conheciam muito bem a terminologia “Estado da Arte”, que consistia num tipo de investigação mais usual na produção teórica norte-americana. Embora fosse uma prática tradicional nos países desenvolvidos, as pesquisas de Estado da Arte produzidas no Brasil eram poucas até o início do século XXI. No meio acadêmico brasileiro, a pesquisa de revisão

[...] fora incorporada de forma abrupta [...] recebendo o nome de Estado da Arte que é uma tradução literal do inglês (*state of the art*), que significa diagnóstico de algo, sem, contudo, haver conhecimento aprofundado de quais eram seus pressupostos metodológicos (Ribeiro; Castro, 2018, p. 2).

As pesquisas de Estado da Arte se tornaram um desafio para os pesquisadores brasileiros resultando, já no século XXI na produção no campo da educação, de um estudo realizado pelo Ministério da Educação (MEC), em parceria com o Instituto nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), da série intitulada “Estado do Conhecimento”³, a partir do ano 2000, que se caracterizou como um movimento de grande relevância voltado para realização de pesquisas relativas a temas educacionais no país (Santos *et al.*, 2020).

Anteriormente a esse momento, na década de 1990, também foram desenvolvidos no Brasil, nas áreas jurídicas e sociojurídicas, estudos de Estado da Arte, por solicitação do Centro de Estudos Jurídicos (CEJ) do Conselho da Justiça Federal. Esses estudos representaram uma iniciativa voltada para o mapeamento de questões problemáticas da realidade concreta, ao

³Na concepção de Romanowski e Ens (2006, p. 39), trata-se o estado do conhecimento do estudo abordando apenas um setor das publicações. E, de acordo com Santos *et al.* (2020, p. 210), “o Estado do Conhecimento entrelaça o levantamento à avaliação da produção acadêmica e científica sobre o tema, a luz de categorias que identifiquem, em textos individuais e no conjunto deles as facetas sob as quais o fenômeno vem sendo analisado.

problematizar a produção acadêmica na área jurídica, sugerindo ações norteadoras para seu ensino e pesquisa (Santos *et al.*, 2020).

Neste contexto, a partir das experiências acadêmicas de grandes áreas do conhecimento, o Estado da Arte passa a adquirir visibilidade no Brasil em decorrência “de demandas sociais concretas e de questões e problemas que emergem da realidade vivida em suas diferentes dimensões” (Santos *et al.*, 2020, p. 206).

Os estudos de Estado da Arte passaram, assim, a se constituírem em um importante instrumento voltado para a busca de avanços, tanto na pesquisa como nas soluções de problemas em diversas áreas do conhecimento. E até mesmo para reunir pesquisas dispersas, avaliar sua relevância, utilidade e contribuição para questões concretas da realidade. Nesse sentido, Santos *et al.* (2020, p. 206) afirmam:

Com efeito, o próprio sentido histórico e finalidade do EA a partir dos anos finais do século XX e início do século XXI no cenário nacional acentuando sua importância como modalidade de pesquisa que não somente descreve o que avalia o nível de uma área ou campo do conhecimento, como em sua origem – o *status of the Art*. Seu impacto contemporâneo consiste na problematização qualificada de produções antes dispersas e posteriormente reunidas e analisadas, fruto do acesso democrático aos materiais científicos nas redes informacionais.

No século XXI tem-se um quadro bastante favorável às pesquisas de Estado da Arte. Isso devido, de um lado, à disponibilidade de sistemas informacionais que viabilizam a construção desses estudos. No caso do Brasil, vale mencionar, por exemplo, a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), cujo lançamento oficial aconteceu no final do ano de 2002, o Banco de Dados Abertos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (CAPES) e uma página disponibilizada para consulta ao Catálogo de Teses e Dissertações/Portal de Periódicos Sucupira, os dois últimos pertencentes à CAPES, instituída em julho de 1951, tendo iniciado oficialmente seus trabalhos em 1952. De outro, em razão do movimento dinâmico de produções culturais e científicas existentes e desenvolvidas em longa escala no mundo todo, notadamente no meio acadêmico, tem sido possível a reflexão sobre a necessidade de serem repensados os rumos da vida humana (Santos *et al.*, 2020). Um aspecto destacado pelos autores é que

[...] a relevância do EA na produção do conhecimento no mundo contemporâneo se explica pela necessidade de organização crítico-reflexiva de estudos produzidos no meio acadêmico, passando, conseqüentemente, a ser reconhecido como artefato científico que proporciona um olhar descritivo-analítico à literatura de uma área, respondendo as suas demandas, problemas e desafios teórico-metodológicos, e indicando proposições que permitam seu avanço (Santos *et al.*, 2020, p. 209).

Esse tipo de pesquisa vem adquirindo cada vez mais relevância e espaço no âmbito da produção teórica brasileira, especialmente na área de pesquisa educacional, “[...] na medida em que vem sendo utilizada, em um percurso de mais de quatro décadas, durante o qual foi sendo adaptada e interpretada por diversos pesquisadores de acordo com suas questões investigativas [...]” (Ribeiro; Castro, 2018, p. 3).

Conforme ressaltado por Romanowski e Ens (2006), no início do século XXI havia um intenso movimento de expansão de programas, cursos, seminários e encontros na área da educação em seus diferentes aportes. Em decorrência disso, a pesquisa em educação envolvendo diversos aspectos – formação de professores, currículo, metodologias de ensino, identidade e profissionalização docente, políticas de formação, entre outros, intensificou-se, com significativo crescimento do número de dissertações, teses, artigos, entre outros inúmeros estudos e publicações com diversas temáticas envolvendo a educação.

Neste contexto, pesquisas que abordam o Estado da Arte tornaram-se cada vez mais necessárias e relevantes para que se possa identificar aspectos tais como: abrangência desses estudos; contribuição para mudanças na prática pedagógica; contribuição para o processo de construção do conhecimento; predomínio de determinados temas em detrimento de outros; e, ainda, identificação das contribuições dessas pesquisas para a ruptura com práticas sociais dominantes que, em geral, têm concebido a educação como um instrumento de dominação⁴. Além disso,

O interesse por pesquisas que abordam o “estado da arte” deriva da abrangência desses estudos para apontar caminhos que vêm sendo tomados e aspectos que são abordados em detrimento de outros. A realização destes balanços possibilita contribuir com a organização e análise na definição de um campo, uma área, além de indicar possíveis contribuições da pesquisa com as rupturas sociais. A análise do campo investigativo é fundamental neste tempo de intensas mudanças associadas aos avanços crescentes da ciência e da tecnologia (Romanowski; Ens, 2006, p. 38-39).

Os estudos de Estado da Arte, portanto, têm contribuído para o avanço nas pesquisas nas diversas áreas do conhecimento, sobretudo na educação. Nestes temas sociais relevantes têm sido abordados, num momento de intensas mudanças em todos os campos, em especial aqueles relacionados à ciência e à tecnologia. Com isso, a educação tem sido beneficiada e

⁴ A educação, neste sentido, é usada de forma estratégica para dominação, uma vez que, “enquanto principal meios de difusão do conhecimento, acaba por reproduzir em seus conteúdos os princípios dominantes contribuindo decisivamente para a manipulação e alienação dos indivíduos” (Araújo, 2016, p. 1) e manutenção dos interesses da burguesia e dos grandes grupos econômicos.

Para Weber (2009, p. 139), a dominação seria “a probabilidade de encontrar obediência para ordens específicas (ou todas) dentro de determinado grupo de pessoas”. Desse modo, a dominação é legitimada pela aceitação e confere autoridade a quem exerce o poder.

A burguesia consiste, segundo concepção de Marx e Engels (2006), na classe dos proprietários dos meios de produção social e que exploram o trabalho da classe operária assalariada.

adquire cada vez mais condições de refletir e contribuir com temas de grande relevância para a sociedade.

1.3 Diferenciação e singularização das pesquisas do tipo Estado da Arte

Os estudos do tipo Estado da Arte são concebidos como revisões de literatura, contexto este que abrange, também, produções científicas com as mais variadas denominações, tais como, além de Estado da Arte, a revisão de literatura, a revisão narrativa, a revisão integrativa, o estudo bibliométrico, a meta-análise, a meta-sumarização e a síntese de evidências qualitativas.

De acordo com Vosgerau e Romanowski (2014), essa diversidade de estudos que realiza revisões suscita o questionamento sobre a relação existente entre eles, as distinções que apresentam e quando as expressões representam o mesmo tipo de estudo. Com a finalidade de apresentar as respostas, as autoras agruparam esses diversos estudos em dois grupos, quais sejam: as revisões que mapeiam e as revisões que avaliam e sintetizam.

A finalidade neste item não é elaborar uma análise profunda sobre cada tipo de estudo, mas uma breve caracterização que possibilite identificar o Estado da Arte nesse universo.

Entre os estudos de revisão que mapeiam tem-se o levantamento bibliográfico, cuja finalidade é o levantamento de todas as referências identificadas acerca de um determinado tema. Tais referências podem estar em qualquer formato, isto é, livros, sites, revistas, vídeos, enfim, qualquer fonte que de alguma forma contribua para propiciar um primeiro contato com o objeto de estudo investigado. Vale ressaltar “que não existe nessa opção um critério detalhado e específico para a seleção da fonte material, basta tratar-se do tema investigado” (Vosgerau; Romanowski, 2014, p. 169). Isto significa que o pesquisador utiliza diversas fontes de pesquisa, desde que discorram sobre o tema que está sendo estudado.

Com base nos estudos de Alves-Mazzotti (2002), as autoras destacam duas finalidades da revisão bibliográfica: “a construção de uma contextualização para o problema e a análise das possibilidades presentes na literatura consultada para a concepção do referencial teórico da pesquisa” (Vosgerau; Romanowski, 2014, p. 170). Desse modo, nesse tipo de produção, o material coletado a partir do levantamento bibliográfico é organizado de acordo com sua procedência, isto é, fontes científicas (artigos, teses, dissertações), fontes de divulgação de ideias (revistas, livros, sites, vídeos etc.). Mediante sua análise é possível ao pesquisador elaborar “[...] ensaios que favorecem a contextualização, problematização e uma primeira validação do quadro teórico a ser utilizado na investigação empreendida”. Torna-se essencial,

neste tipo de produção, a organização física e virtual dos documentos levantados (Vosgerau; Romanowski, 2014, p. 170).

A partir do aprofundamento da análise tem-se o estudo do tipo Estado da Arte, denominação de uso mais comum na área da educação ou revisão narrativa, na área da saúde, uma vez que permite o estabelecimento de relações com produções anteriores, “[...] identificando temáticas recorrentes, apontando novas perspectivas, consolidando uma área de conhecimento e constituindo-se orientações de práticas pedagógicas para a definição dos parâmetros de formação de profissionais para atuarem na área [...]”, segundo destacam Vosgerau e Romanowski (2014, p. 170-171).

Ainda referente ao Estado da Arte, as autoras enfatizam que nesse tipo de estudo são analisadas as produções bibliográficas em “determinada área [...] fornecendo o estado da arte sobre um tópico específico, evidenciando novas ideias, métodos, subtemas que têm recebido maior ou menor ênfase na literatura selecionada” (Noronha; Ferreira, 2000, p. 191). Visto que o volume de produção pode ser amplo, tem-se normalmente estabelecido o campo de pesquisa e o tema pesquisado, definido o período de pesquisa e estabelecido uma determinada e ampla fonte de dados compreendendo dissertações e teses ou um pouco mais restrita, abrangendo revistas científicas ou a junção de ambos (Vosgerau; Romanowski, 2014).

Vale ressaltar, em relação ao Estado da Arte, que este tipo de pesquisa apresenta alguns aspectos singulares em relação a outros tipos de pesquisa, como, por exemplo, o levantamento bibliográfico, o mapeamento da produção acadêmica, a revisão documental e o marco teórico.

De acordo com Ferreira (2021), essa questão terminológica é um tanto complexa, pois a adoção de determinado termo ou nomeação depende das escolhas, posições, filiações teóricas e metodológicas de pesquisadores ou grupos de pesquisa. Assim, a autora recorre a diversos autores para apresentar as distinções possíveis entre esses tipos de pesquisa.

A autora destaca, ainda, que não se pode confundir o mapeamento da pesquisa com o Estado da Arte, visto que o primeiro se refere ao processo sistemático de levantamento, identificação, localização e descrição das informações contidas em pesquisas elaboradas sobre uma área específica, estando situadas em determinado tempo, espaço e campo do conhecimento. O foco desse tipo de estudo é o mapeamento descritivo das pesquisas em vez de seus resultados, que são o alvo principal das pesquisas do tipo Estado da Arte (Ferreira, 2021).

Quanto à pesquisa bibliográfica, Ferreira (2021, p. 10) a descreve como

[...] uma forma sistematizada e organizada que colabora na revisão contínua e constante do objeto de estudo, em um movimento dialético e de interlocução do pesquisador com as investigações já produzidas no campo de estudo. Constitui-se em

um vigoroso instrumento que aponta para os temas pouco explorados e para a construção de hipóteses e problemas para outras investigações.

Sendo assim, a finalidade da pesquisa bibliográfica seria possibilitar a identificação de novas problemáticas que estariam relacionadas a alguns aspectos abordados pelo mapeamento bibliográfico, ou mesmo que propiciariam novas reflexões e conhecimentos nele ainda pouco explorados (Ferreira, 2021).

Por sua vez, Palacio, Granados e Villafañez (2016) concebem o Estado da Arte como levantamento bibliográfico, como a primeira e a mais importante etapa no processo de uma nova investigação de uma determinada temática e para a justificativa e formulação do problema a ser investigado. O Estado da Arte propicia ao investigador a visão de como os temas têm sido estudados, dos avanços e das lacunas detectados e das tendências obtidas acerca do conhecimento.

Em relação à revisão documental, Patino (2016) esclarece que o Estado da Arte implica em um conceito mais amplo, podendo-se considerar a primeira como uma fase relevante e básica para os estudos do Estado da Arte, uma vez que estes surgem com a finalidade de realizar um inventário das pesquisas de uma dada região.

Ao fazer a distinção entre marco teórico e Estado da Arte, Ferreira (2021) destaca, a partir de estudos da literatura, que

[...] o marco teórico seria uma explicitação da teoria (posições epistemológicas e disciplinares categorias conceituais) em que se aplica o problema de investigação, orientando sua compreensão e análise para intervir nos problemas investigativos [...] o estado da arte, diferentemente, se volta para a busca e o conhecimento de pesquisas recentes, partindo da leitura e análise intra e inter-textual, em tempo e espaço determinados, para traçar o conhecimento já produzido e necessário para o objeto de investigação do pesquisador (Ferreira, 2021, p. 11).

Conforme analisado pela autora, o mapeamento da pesquisa, o levantamento bibliográfico, o marco teórico e a revisão documental podem ser concebidos como pesquisas distintas ou como etapas de estudos do Estado da Arte, sem, contudo, se confundirem. Não são nem mesmo sinônimos. O que essas modalidades de pesquisa têm em comum é o fato de indicarem pesquisas cuja finalidade é a de conhecer, descrever, reunir, organizar, sistematizar e dar visibilidade às produções acadêmicas que tratam sobre uma determinada temática ou sobre um objeto de investigação (Ferreira, 2021).

São também estudos de revisão do tipo mapeamento, os estudos bibliométricos, bastante presentes nas áreas de ciências sociais e ciências da saúde, mas recentes ainda na área educacional (Vosgerau; Romanowski, 2014).

A bibliometria se originou do campo da biblioteconomia e tem como característica a prática de mensuração dos aspectos quantitativos dos conteúdos seja qual for o seu formato, isto é, os materiais a serem analisados podem ser livros, teses, capítulos de livros, artigos publicados em revistas científicas, comunicações em atas de conferências, documentos, textos, fontes ou base de dados. No processo de análise do material coletado, são utilizados os métodos estatísticos, “tais como modelo vetorial, modelos booleanos de recuperação, modelos probabilísticos, linguagem de processamento, abordagens baseadas no conhecimento e tesouros, com o objetivo de melhorar a eficiência na recuperação” (Bufren; Prates, 2005, p. 11).

Um aspecto destacado pelas autoras é que em diversos trabalhos é possível identificar uma definição mais restrita em relação à fonte de busca dos artigos. Para a definição do periódico, adota-se um critério mais explícito, que de modo geral é o impacto do periódico no campo de pesquisa definido pelo pesquisador, do mesmo modo que nas pesquisas do tipo Estado da Arte a busca parte de um tema, sendo que todos os documentos encontrados são recuperados e utilizados, seja qual for o tipo de texto, isto é, um ensaio, um artigo científico, uma revisão de literatura ou outros (Vosgerau; Romanowski, 2014). Infere-se, pois,

[...] que as revisões de mapeamento têm como finalidade central levantar indicadores que fornecem caminhos ou referências teóricas para novas pesquisas. Esses indicadores podem ser constituídos a partir de informação de ordem qualitativa, como é o caso das revisões bibliográficas e pesquisadas do tipo estado da arte é a partir de informações qualitativas que codificadas se transformam em dados quantitativos como é o caso das revisões bibliométricas” (Vosgerau; Romanowski, 2014, p. 174-175).

A finalidade das pesquisas de revisões de mapeamento é o levantamento de produções de natureza qualitativa, cujas informações propiciam caminhos para outras pesquisas, enquanto as revisões bibliométricas têm como alvo a obtenção de informações sobre determinado tema que, embora qualitativas, podem ser apresentadas na forma de dados quantitativos.

Nos estudos de revisão do tipo avaliação e síntese, tem-se a revisão sistemática, a revisão integrativa, a síntese de evidências qualitativas, a metassíntese qualitativa, a meta-análise e a metassumarização. Tais revisões apresentam distinções em relação às revisões de mapeamento no que tange à formulação da questão de investigação, ao estabelecimento de estratégias de diagnóstico crítico e à exigência de transparência para determinação de critérios para inclusão e exclusão dos estudos, notadamente primários, isto é, os coletados pelo próprio pesquisador como é o caso de entrevistas, observações, relatos, outros (Vosgerau; Romanowski, 2014).

Vale destacar que estes estudos têm sua origem na área de ciências da saúde, visto que “buscam identificar as condições em que determinadas evidências ocorrem e a possibilidade de identificação de padrões de ocorrência” (Vosgerau; Romanowski, 2014, p. 175).

A revisão sistemática é considerada “como estudo de observação retrospectivo ou estudo experimental de recuperação e análise crítica da literatura” (Mattos, 2015, p. 2). Tem como objetivo levantar, reunir, avaliar criticamente a metodologia da pesquisa e sintetizar os resultados de diversos estudos primários. Visa obter profundo entendimento de um determinado fenômeno a partir de estudos anteriores.

A revisão integrativa surgiu com a finalidade de revisar e combinar estudos com diversas metodologias. Possibilita a combinação de dados da literatura empírica e teórica que podem ser direcionados à apresentação de conceitos, identificação de lacunas nas áreas de estudos, a revisão de teorias e análise metodológica dos estudos acerca de determinado tema. Consiste “na construção de uma análise ampla da literatura, contribuindo para discussões sobre métodos e resultados de pesquisas, assim como reflexões sobre a realização de futuros estudos” (Mendes, Silveira e Galvão, 2015, p. 760).

A síntese de evidências qualitativas se caracteriza como uma estratégia de revisão periódica de conhecimento científico. Tem por finalidade a condensação de um grande volume de evidências, possibilitando a análise mais eficiente desses dados (Sousa; Wainwright; Soares, 2020). Contribui para a construção de análises aprofundadas sobre os temas pesquisados bem como para a compreensão dos fenômenos pesquisados.

A metassíntese qualitativa é definida como a “integração interpretativa de achados qualitativos (derivados de estudos fenomenológicos, etnográficos, da teoria fundamentada nos dados e outros) que são a síntese interpretativa de dados” (Matheus, 2009, p. 544). Essas integrações representam mais que a soma das partes, visto que propiciam uma nova interpretação dos resultados (idem).

A meta-análise consiste no “método estatístico utilizado na revisão sistemática para integrar os resultados dos estudos incluídos e aumentar o poder estatístico da pesquisa primária” (Sousa; Ribeiro, 2009, p. 241).

Finalmente, a metassumarização se configura como “uma reunião de resultados qualitativos apresentados de modo quantitativamente orientado, na forma de tópicos ou

sumários temáticos de *surveys*⁵ ou dados, como a soma de parte dos resultados sobre determinado tema” (Lopes; Fracolli, 2008, p. 774).

No campo educacional, estes estudos ganharam destaque a partir do final dos anos 2000, com o surgimento da *Campbell Collaboration*, que teve como um fator de impulso as pesquisas produzidas pelo *UK Cochrane Centre* e pelas necessidades de seus pesquisadores quanto à busca de evidências que auxiliassem não apenas nas intervenções em saúde, mas também aquelas de cunho social (Vosgerau; Romanowski, 2014). São desenvolvidos a partir de uma questão central de pesquisa, que precisa ser bem delimitada, e buscam identificar pesquisas que utilizam fontes primárias que propiciam resposta o mais próximo possível da questão formulada pelo pesquisador.

No processo de definição dos critérios de inclusão e exclusão de artigos, são relevantes os indicadores de avaliação quanto à proximidade e distanciamento da questão formulada, definindo-se estes como critérios temáticos de proximidade, além de critérios de inclusão e exclusão das pesquisas inventariadas. Na seleção dos artigos, o foco central da análise e sistematização são os resultados (Vosgerau; Romanowski, 2014). As autoras destacam ainda o seguinte: “Na estrutura das publicações resultantes desses estudos observa-se na introdução a contextualização e problematização da questão investigada, e em alguns casos a apresentação dos quadros teóricos dos conceitos abordados na questão [...]” (Vosgerau; Romanowski, 2014, p. 176). Ressaltam, ainda, que na estrutura das publicações, tem-se o encaminhamento metodológico da pesquisa, em que são apresentados: o critério de seleção do periódico ou base de dados dos artigos que serão buscados; os critérios de inclusão e exclusão de artigos; a abordagem de análise utilizada; as categorias criadas no decorrer do processo de análise; e os critérios de avaliação metodológica dos artigos selecionados.

Acerca da análise do material coletado, as autoras identificaram em seus estudos oito fases, assim descritas:

- (1) análise do objetivo do estudo apresentado no artigo, ou seja se o objetivo focaliza questão definida para a revisão;
- (2) identificação no texto de palavras-chave que deveria comportar o estudo em questão;
- (3) avaliação da qualidade do estudo;
- (4) leitura atenta do estudo para identificar os problemas levantados pelos autores;
- (5) determinação da relação entre os estudos levantados;
- (6) identificação de similaridade, diferenças e características únicas entre os estudos;
- (7) elaboração de sínteses e explicações;
- (8) e elaboração de modelos a partir dos resultados sintetizados (Vosgerau; Romanowski, 2014, p. 177-178).

⁵ Survey é um tipo de pesquisa descrita “como a obtenção de dados ou informações sobre características, ações ou opiniões de determinado grupo de pessoas, representante de uma população-alvo, por meio de um instrumento de pesquisa, normalmente um questionário” (Freitas *et al.*, 2000, p. 105).

Na análise da literatura pertinente ao tema, Depaepe, Verschaffel e Kelchtermans citados em Vosgerau e Romanowsti (2014) distinguiram nove recortes principais que orientam a análise do artigo, dos quais foram selecionados seis passíveis de serem aplicados generalizadamente em qualquer revisão sistemática:

(1) as definições do conceito investigado apresentado nos estudos; (2) a questão de pesquisa; (3) o método de pesquisa empregado; (4) o país onde o estudo foi realizado; (5) o número e origem dos participantes; (6) os principais resultados da pesquisa (Vosgerau; Romanowski, 2014, p. 178).

No que tange à sistematização dos resultados, destacam-se duas visões dominantes na determinação dos estudos de revisão que avaliam e sintetizam: “a de integração e agregação e a interpretação das evidências encontradas nos resultados” (Vosgerau; Romanowski, 2014, p. 179). Os estudos voltados para a visão interpretativa das evidências encontradas nos resultados são identificados nas bases de dados de periódicos a partir de diferentes denominações, tais como: revisão sistemática, revisão integrativa, síntese de evidências qualitativas e meta-síntese qualitativa. Estes estudos se voltam para a análise de pesquisas primárias, sendo a origem dos dados tanto de ordem qualitativa quanto quantitativa, cujo foco de análise compreendem as conclusões obtidas na análise empreendida (Vosgerau; Romanowski, 2014).

Estes estudos se fundamentam na tese de que uma visão interpretativa das evidências seria mais adequada ao campo educacional, uma vez que os resultados encontrados, os instrumentos de coletas e sujeitos participantes são geralmente variados, dificultando a agregação ou contabilização de resultados. Sendo assim, os resultados qualitativos, e também as condições de aquisição desses resultados, precisam ser agrupados e reagrupados de forma interpretativa por semelhanças, de modo que tenham condições de responder à questão central proposta para a pesquisa, segundo colocações de Vosgerau e Romanowski (2014).

Quanto à integração e agregação, são conceitos encontrados nas pesquisas que avaliam e sintetizam apenas estudos quantitativos, como esclarecem Vosgerau e Romanowski (2014), como acontece na meta-análise, pois tem como critério inicial para seleção a obtenção de resultados estatisticamente mensuráveis.

1.3.1 Estado da Arte *versus* Estado do Conhecimento

Como se constatou nas análises anteriormente apresentadas, as pesquisas caracterizadas como de mapeamento, marco teórico ou levantamento bibliográfico não se confundem com o

Estado da Arte. Contudo, quando se refere à expressão estado do conhecimento, a distinção é insustentável, conforme ressaltado por Ferreira (2021).

A autora explica que ao consultar bancos digitais, usando como palavra-chave a expressão “estado da arte”, normalmente traz a expressão estado do conhecimento como identificadora da pesquisa. Além disso, ao destacar os primeiros trabalhos nacionais considerados de caráter inventariante de uma produção acadêmica, as duas expressões surgem como sinonímicas (Ferreira, 2021).

De acordo com Ferreira (2021), os estudos do Estado da Arte ou do Estado do Conhecimento se caracterizam pela produção de grande número de trabalhos bem como por descreverem aspectos ou tendências gerais da pesquisa em determinada área do conhecimento, enfatizando os principais resultados encontrados e conclusões às quais se chegou após a análise do material levantado, para uma posterior construção de um balanço-síntese do conhecimento obtido.

A autora destaca que vários trabalhos sobre Estado da Arte, muitas vezes, recorreram às expressões estado da arte e estado do conhecimento como sinônimos, em função de suas finalidades investigativas: “mapear, desenhar, analisar os dados, construir categorizações e cruzamentos, divulgar e socializar a produção acadêmica organizada como um ‘todo’ para uso da comunidade científica, entre outros” (Ferreira, 2021, p. 13). Este é o caminho seguido na construção do Estado da Arte do tema escolhido nesta tese.

A autora explica que as duas expressões, “da arte” e “do conhecimento” são precedidas pela palavra “estado”. Ambas, usadas isoladamente ou como sinônimos apresentam, para os pesquisadores mencionados, “como objetivos comuns, principalmente (mas não só), o de conhecer e compreender o estado de uma produção científica, revelando, identificando e apontando lacunas, repetições, contradições e projeções no corpus analisado” (Ferreira, 2021, p. 13).

Assim, definir ou caracterizar esses estudos, seja como estado da arte ou estado do conhecimento, implica considerar que o substantivo “estado” expressa um determinado modo, momento, situação, lugar ou registro que pode ser superado ou constantemente atualizado, organizado e configurado conforme as mudanças das condições que o geraram e produziram, De acordo com as considerações de Ferreira (2021, p. 13):

A cada nova pesquisa localizada e a cada combinação possível de ser criada entre os diferentes trabalhos, o estado ganha nova configuração, movimentado pelo processo ininterrupto da ciência, da disponibilização da produção à comunidade acadêmica e da capacidade de avançar em novos períodos, fontes, espaços institucionais, entre outros.

O que podemos apreender, diante da distinção mais ou menos tênue entre ambas as nomeações, é que em cada novo trabalho produzido, o estado adquire uma configuração diferente, uma nova dimensão, visto que a ciência e a pesquisa científica estão em constante mudança e inovação, com possibilidades de avanços em direção a novos elementos como períodos, fontes, espaços institucionais, descobertas, políticas, entre outros.

Após delinear a fundamentação da pesquisa a partir do Estado da Arte, no próximo capítulo, buscaremos contextualizar a temática *educação sexual* no decorrer da história e, principalmente, as concepções e contradições que perpassam a inserção deste assunto no currículo escolar da educação básica.

CAPÍTULO II – EDUCAÇÃO SEXUAL: UM DESAFIO NO ESPAÇO ESCOLAR

Neste capítulo discorreremos sobre a educação sexual, abordando aspectos relativos à historicidade, às contradições que envolvem a educação sexual, aos documentos norteadores e à educação sexual nos anos finais do Ensino Fundamental.

Essa temática é, para esta pesquisadora, de grande importância, por se tratar de uma discussão da educação, área a qual ela pertence e, também, por dar continuidade e que por ocasião do Mestrado trouxe como ao tema de pesquisa abordado no Mestrado, isto é, a sexualidade e a diversidade sexual na escola. Neste processo de doutoramento, pretendemos verticalizar os estudos com o intuito de identificar o que outros educadores/pesquisadores investigaram a este respeito no período de 2000 a 2022.

2.1 A Educação Sexual: uma visão panorâmica

A discussão envolvendo a inserção da educação sexual no contexto escolar é antiga e tem mobilizado muitos educadores, mas as pesquisas voltadas para a temática da sexualidade e da educação sexual nos documentos das políticas públicas da educação não são ainda tão expressivas. Isso tem limitado as discussões e possíveis avanços sobre a questão, de modo que entendemos como necessário e relevante o levantamento das produções existentes para, a partir de sua análise, propormos ideias e sugestões que possam contribuir para o fortalecimento da ideia de inclusão da temática da sexualidade nos currículos escolares, criando condições favoráveis para o desenvolvimento da educação sexual no ensino formal.

De acordo com Fernandes e Lorenzetti (2019), falar sobre educação sexual na escola não é algo fácil e simples, embora já se tenha conquistado um certo avanço nos últimos anos. Maiores avanços, contudo, são impedidos dadas as influências de grupos conservadores e opositores. Existem aqueles grupos que acreditam que a abordagem sobre essa temática resultará na erotização das crianças e na iniciação sexual precoce. Outros, por sua vez, defendem a inserção dessa temática na escola, defendendo sua importância para o conhecimento do corpo, o desenvolvimento da autoestima, o exercício da sexualidade com segurança e responsabilidade e, por fim, para a proteção contra as violências sexuais.

A educação sexual tem sido relevante em vários países, resultando em diferentes diretrizes legais no âmbito internacional. De acordo com a descrição de Moizés (2010), em sua tese de doutorado em Enfermagem Psiquiátrica, a pesquisadora afirma que, com base na literatura consultada, a Espanha vem desenvolvendo, desde 1996, o Programa de Educação

Afetivo-Sexual *Uhin Bare*, que preconiza a educação sexual como condição para o desenvolvimento da identidade sexual na sua complexidade. Desenvolvida a partir do modelo transversal, atende educandos na faixa etária dos 14 aos 16 anos, na disciplina de Ética, por meio da qual são abordados alguns conteúdos relativos à sexualidade. Trata-se de um programa aberto e flexível que inclui a formação de professores.

Na França, a educação sexual foi implementada desde 1973. Atualmente é inserida a partir do Primeiro Ciclo⁶. Os professores recebem formação para atuarem nesta área, desenvolvida de acordo com o modelo transversal complementado com sessões de informação e educação para a sexualidade. É inserida no projeto educativo da escola, adaptado à realidade da instituição, envolvendo os pais no processo (Moizés, 2010).

Na Inglaterra, desenvolve-se, desde o ano 2000, a Educação para a Sexualidade e Relações, instituída desde o Primeiro Ciclo⁷ e acompanhada pela rede nacional de apoio às escolas. É desenvolvida em dois momentos: para educandos entre os 11 a 14 anos, abordada na disciplina de educação pessoal, social e para a saúde; e na faixa etária dos 14 aos 16 anos, na disciplina de educação sexual. As duas disciplinas são ministradas por professores preparados

⁶ “O jardim de infância acolhe as crianças no início da escolaridade obrigatória, que se inicia aos 3 anos. Geralmente é organizado em seções pequenas, médias e grandes, dependendo da idade das crianças. As instalações escolares pertencem aos municípios, que são responsáveis pela sua manutenção. A escola de ensino fundamental recebe crianças em idade escolar de 6 a 11 anos. É misto e gratuito se for público. É composto por dois ciclos: ciclo 2 (CP, CE1, CE2) e ciclo 3 (CM1 e CM2). As instalações escolares pertencem aos municípios, que são responsáveis pela sua manutenção. Ao final do ensino fundamental, o colégio marca o ingresso dos alunos no ensino médio. Está organizado em quatro níveis do sexto ao terceiro e estruturado em ciclos de ensino. As faculdades públicas são estabelecimentos educacionais públicos locais (EPL). A gestão dos seus edifícios é da responsabilidade dos departamentos em aplicação das leis de descentralização.” Disponível em: <https://www.education.gouv.fr/organisation-de-l-ecole-12311>. Acesso em: 12 jul. 2023.

⁷ “Todo cidadão britânico deve frequentar a escola, obrigatoriamente, a partir dos cinco anos de idade até os dezesseis. No Reino Unido existem escolas “*independent*”, o equivalente as escolas particulares aqui, ou seja, cobram mensalidade. Existem, também, as chamadas “*state-funded*” que são escolas financiadas pelo governo. [...] **Pré-escola ou educação pré-preparatória:** começa por volta dos três ou quatro anos de idade e é oferecido tanto pelas escolas governamentais, quanto pelas escolas independentes.

Educação Preparatória: [...] é oferecida no sistema independente para crianças de cinco a treze anos. Os estudantes internacionais geralmente começam aos sete anos (frequentemente nos internatos), quando completam 11 ou 13 anos são transferidos para o curso secundário em escolas independentes.

Educação Primária: [...] começa aos cinco anos de idade no sistema governamental (quando começa o curso primário) e aos 11 anos as crianças são transferidas para a escola secundária.

Educação Secundária: A educação secundária nos dois sistemas (governamental e independente) preparam os alunos até 16 anos de idade para as qualificações GCSE – General Certificate of Secondary Education ou equivalentes (similar ao ensino secundário brasileiro). Na educação secundária os alunos cursam uma série de matérias principais, selecionadas pela escola, e outra escolhida a partir de uma lista de matérias eletivas. As matérias principais incluem Inglês, Matemática, Desenho e Tecnologia, Francês ou Alemão, Biologia, Química, Física, História e Geografia. Já as eletivas englobam Administração, Economia, Música, Religião e outras línguas, como o Italiano, Russo e Espanhol.” Disponível em: <https://ccbeu.com/como-funciona-o-sistema-educacional-britanico/>. Acesso em: 12 jul. 2023.

para isso. No processo educativo, promovem-se parcerias entre a escola e os pais e, também, práticas participativas (Moizés, 2010).

Conforme destacado por Moizés (2010), em Portugal, o direito à educação sexual é garantido pelo Estado como componente do direito fundamental à escola. Em 1998, regulamentou-se o regime de autonomia das escolas que, assim, passaram a ter possibilidades de conceber o seu próprio projeto educativo. Em 2005, foi criado o Grupo de Trabalho em Educação Sexual (GTES) para a realização e proposta dos parâmetros gerais dos programas de educação sexual no meio escolar. Em 2009, foi estabelecido e regulado nos estabelecimentos de ensino básico e secundário⁸ a implantação da Educação Sexual.

Na Suécia, foram publicados, desde 1956, pelo Conselho para a Educação Sueca, diversos manuais de apoio à implementação da Educação Sexual, centrada na sexualidade e nas relações pessoais⁹. Esse trabalho foi desenvolvido por professores. Esta educação é abordada transversalmente, nas disciplinas e nas áreas não disciplinares, incentivando-se a participação ativa dos estudantes e disponibilizando informações aos pais (Moizés, 2010).

Nos Estados Unidos, a Educação Sexual foi instituída desde 1991, pelo Conselho de Educação e Informação sobre Sexualidade. Sua realização acontece a partir do jardim de infância, na forma de disciplina, e vai até o ensino médio. Privilegia-se, no trabalho com os estudantes, a promoção da saúde sexual e o incentivo à participação da Comunidade neste processo (Moizés, 2010).

No Brasil, a educação básica é um direito de todos, garantida por instrumentos legais relevantes, podendo-se mencionar o Art. 205, da Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988, e o Art. 2º, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 20 de Dezembro de 1996, que a declara como um “dever da família e do Estado, inspirado nos princípios de

⁸ “A educação escolar em Portugal se desenvolve em três níveis: Ensino básico; Secundário e Superior. A educação pré-escolar é facultativa e destina-se às crianças com idades compreendidas entre os três anos e a idade de ingresso no ensino básico (6 anos). O **ensino básico** é universal, obrigatório e gratuito e compreende três ciclos sequenciais: 1º Ciclo: 1º, 2º, 3º e 4º Anos; 2º Ciclo: 5º e 6º Anos; 3º Ciclo: 7º, 8º e 9º Anos. O **ensino secundário** é obrigatório e compreende um ciclo de três anos (10.º, 11.º e 12.º anos de escolaridade).” Disponível em: <https://www.acm.gov.pt/ru/-/quais-os-niveis-de-educacao-escolar-obrigatoria-em-portugal->. Acesso em: 12 jul. 2023.

⁹ “A educação sexual na Suécia apresenta quatro fases distintas, dependendo da idade dos alunos. Dos 7 aos 10 anos, os assuntos estudados são a menstruação, o prazer com o próprio corpo, os contraceptivos, a fertilização, a gravidez e o parto, tópicos que são também considerados nos níveis etários seguintes ajustados à maturidade dos alunos. Entre os 10 e os 13 anos são estudadas as alterações físicas na puberdade, as doenças venéreas, o exibicionismo, a homossexualidade e a pedofilia. No nível seguinte (dos 13 aos 16 anos) fazem parte do programa a desconstrução dos papéis sexuais e dos estereótipos, a família e o casamento do ponto de vista de diversas culturas, o aborto, a pornografia, a prostituição, a troca de carícias, a SIDA e o sexo seguro. O desejo sexual com as suas variações de força e orientação, as paixões, as disfunções sexuais são alguns dos temas introduzidos nos programas a partir dos 16 anos.” Disponível em: <https://www.esquerda.net/dossier/educacao-sexual-na-suecia-sem-tabus/16807>. Acesso em: 12 jul. 2023.

liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tendo por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1996). Sendo um direito e tendo por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, entendemos que o tema como a educação sexual deve constar no currículo dos alunos em toda a Educação Básica. A este respeito discorreremos nos próximos subitens.

Nesse mesmo sentido, a educação sexual consta no artigo 10 da Declaração dos Direitos Sexuais, organizado pela *World Association for Sexual Health* (WAS), em 1997,¹⁰ determinando que “todos têm o direito à educação e a uma educação sexual esclarecedora, processo que dura a vida toda, desde o nascimento e pela vida afora e deveria envolver todas as instituições sociais” (Associação Mundial para a Saúde Sexual, 2017).

Em vista das garantias desse direito, Fernandes e Lorenzetti (2019, p. 508) afirmam que: “[...] sendo a escola uma instituição social, ela se torna responsável em ser um espaço que, além da aprendizagem, vise ao desenvolvimento pleno do educando nas suas esferas históricas, morais, culturais e éticas, inserindo-o na sociedade”.

A escola é uma instituição social e, sendo assim, as questões sociais perpassam seu espaço, suscitando dela uma tomada de posição e ação. Segundo Mesquita, Carneiro e Afonso:

A escola é uma organização socialmente construída. Sua forma atual – controlada pelo Estado – foi edificada pela existência do ensino realizado primeiramente no lar e do ensino promovido pela igreja durante vários séculos. É antes de tudo um produto humano. É o resultado de uma evolução conflitiva não baseada em consensos, mas, sobretudo, o produto provisório de uma longa cadeia de conflitos ideológicos, organizativos e em sentido amplo. O ensino se expande pela necessidade da igreja e da burocracia em legitimar um tipo de saber que reproduz uma ideologia, como também pelos Estados nacionais modernos que se utilizaram do ensino e da escola em busca da hegemonia cultural (2017, p. 168).

Dessa forma, as questões envolvendo a sexualidade e a diversidade sexual estão presentes em seu contexto, demandando uma educação sexual que informe e forme o cidadão pleno, para a aceitação e respeito para com as diferenças, conscientizando-se sobre a importância de se reverter a situação de preconceito e violência. Entretanto, por ser um tema que ainda persiste como tabu enfrenta aspectos ideológicos e de interesse de determinadas classes sociais.

¹⁰ A declaração de direitos sexuais da WAS foi originalmente proclamada no 13º Congresso de Sexologia em Valencia, Espanha em 1997. Em 1999, foi aprovada uma revisão em Hong Kong pela Assembleia Geral da WAS: Saúde Sexual para o Milênio. Disponível em: <https://spsc.pt/wp-content/uploads/2017/01/Direitos-Sexuais-WAS.pdf>. Acesso em: 14 maio 2023.

De acordo com Freud (2012, p. 26), tabu é uma palavra de origem polinésia, que tem dois sentidos opostos: de um lado, significa “santo, sagrado e, de outro, significa “inquietante, perigoso, proibido, impuro”. Ainda em Polinésio, o contrário de tabu é *noa*, ou seja, o que é acessível a todos.

O conceito de tabu implica na ideia de reserva, de forma que o tabu se manifesta basicamente em proibições e restrições. De acordo com o autor,

As restrições do tabu são algo diverso das proibições religiosas ou morais. Não procedem do mandamento de um deus, valem por si mesmas; distingue-as das proibições morais o fato de não se incluírem num sistema que dá por necessárias as privações, de forma geral, e fundamenta esta necessidade. As proibições do tabu prescindem de qualquer fundamentação; têm origem desconhecida; para nós obscuras, parecem evidentes sob o eu domínio (Freud, 2012, p. 27).

O tabu consiste, portanto, uma série de restrições à qual uma sociedade (ou povo) se submete ainda que não entenda realmente o porquê isso ou aquilo é proibido, mas aceitando essa condição como algo óbvio, certa da punição se houver uma transgressão.

Ressaltamos que o tabu tem sido criado e mantido por meio de instituições, pessoas e relações. O homem cria para si mesmo proibições-tabus que devem ser rigorosamente observadas, processo este que Freud (2012-2013) denomina de neurose obsessiva ou enfermidade do tabu.

O tabu foi estabelecido a partir do totismo. O totem consiste em uma lei que estabelece para os membros de um mesmo clã/totem a proibição da relação sexual entre si. Trata-se da Lei da exogamia inseparável do sistema tolêmico. A partir desse sistema, Freud analisa como o homem constrói suas proibições que se universalizam nos povos.

Os tabus têm servido para o controle de determinados comportamentos ou pensamentos que contrariam os padrões determinados para a sociedade. Implica em domínio e imposição aos indivíduos de padrões considerados social e moralmente adequados.

Conforme destacado por Silva (2002, p. 1): “A história da sexualidade é tão antiga quanto a história da humanidade”. Ao longo do tempo, a sexualidade ocidental foi expressa das mais variadas formas, marcada por valores, estigmas e preconceitos característicos de cada época e sociedade.

Uma intensa valorização do sexo tem ocorrido nos últimos três séculos, o que culminou com o maior controle de sua expressão, definindo-se onde e quando, em quais situações e quem poderia falar dele. A escola foi uma das instituições liberadas para tratar dessa temática, mas não com total abertura e liberdade. Configurando-se como dispositivo de poder, passou a ter como uma função a disciplinarização do corpo e da sexualidade dos indivíduos. A sexualidade

das crianças tornou-se o principal alvo de preocupação, pois eram vistas como futuros cidadãos. Assim, pedagogos, juntamente com os médicos, passam a vigiar e controlar as crianças com a finalidade de evitar o onanismo (masturbação), patologia considerada séria na sociedade (Silva, 2002).

Mesmo falando-se há séculos sobre sexo, tanto na escola como na sociedade de um modo geral não ocorreram mudanças importantes em relação ao tema. O sexo continuava como algo proibido. Nas escolas existiam regulamentos rígidos de disciplina; às crianças e jovens não era permitido expressar a sexualidade. O tema sequer era abordado no espaço escolar. Mesmo que a intenção fosse de uma educação sexual, as atividades desenvolvidas eram propostas de acordo com a idade e o sexo, divisão que visava o controle da sexualidade da criança. Havia a negação, o ocultamento, a proibição em relação ao sexo e sexualidade também no âmbito da sociedade. No século XVIII, ainda que os colégios parecessem omitir-se em relação ao sexo, os seus mecanismos de funcionamento os caracterizavam como um espaço de poder que controla os corpos e o sexo dos alunos (Silva, 2002).

Ainda naquele século, denominado o Século das Luzes, surge uma literatura médico-pedagógica sobre a sexualidade da criança e do adolescente que no ideário da Revolução Francesa (1789-1799), representavam os futuros cidadãos. Por esta razão, as ações dos médicos e pedagogos eugenistas¹¹ tornaram-se fundamentais para a formação da sociedade europeia, conforme destacado por Silva (2002, p. 3):

[...] em nome da saúde pública, os médicos e os pedagogos eugenistas passaram a fazer parte das famílias e das escolas. Os médicos elaboravam discursos e os pedagogos projetos normalizadores do sexo que deveriam ser absorvidos pela família e pela escola. Se a família não estava dando conta da educação (sexual) das crianças, passava a ser obrigação da escola suprir esta falha familiar.

A autora ainda destaca que na terceira década do século seguinte, passou-se a considerar a família incapaz de cuidar e educar devidamente os seus filhos. Entra em cena, então, o higienista.¹² Naquele mesmo momento, surgiram os internatos que adotaram o discurso da higiene com funções disciplinares e normalizadoras. As crianças eram, assim, afastadas do

¹¹ Fundada por Francis Galton (1822-1911), a eugenia seria o controle da genética da sociedade. Refere-se à seleção dos seres humanos, tendo por base suas características hereditárias, visando melhorar, as características do conjunto da população (SciELO Brasil, 2008). Eugenista é o defensor da ideia de usar a ciência para melhorar a espécie humana.

¹² Aquele que é especialista em higiene. Parte da medicina que cuida da saúde mediante a criação de medidas voltadas para a prevenção de doenças (Dicionário Online de Português, 2014).

ambiente social e do risco de serem levadas a desvios. Nos internatos seriam controladas e formadas em conformidade com os preceitos médicos.

O controle da sexualidade das crianças e adolescentes ficava evidente também pela forma como a educação era oferecida, com escolas para meninas e escolas para meninos, que recebiam um ensino diferenciado. O acesso à escolaridade diferia entre os sexos e o nível socioeconômico. Nas sociedades patriarcais, a maioria das mulheres era analfabeta. Meninos e meninas eram preparados para exercerem funções distintas na sociedade. Elas para serem donas-de-casa e mães e eles para as atividades fora de casa, em instituições públicas, cargos políticos etc. em vista disso, a educação secundária era destinada apenas para os meninos. De acordo com Louro (2020, p. 444):

Aqui e ali, no entanto, havia escolas-certamente em maior número para meninos, mas também para meninas; escola fundadas por congregações e ordens religiosas femininas ou masculinas; escolas mantidas por leigos-professores para as classes de meninos e professoras para as de meninas. Deveriam ser eles e elas pessoas de moral inabalável; suas casas ambientes decentes e sondáveis, uma vez que as famílias lhes confiavam seus filhos e filhas. As tarefas desses mestres e mestras não eram, contudo, exatamente as mesmas. Ler, escrever e contar, saber as quatro operações, mais a doutrina cristã, nisso consistiam os primeiros ensinamentos para ambos os sexos; mas logo algumas distinções apareciam: para os meninos, noções de geometria; para as meninas, bordado e costura.

Às meninas, por ocasião da regulamentação das “pedagogias” a partir da primeira lei de instrução pública, foi concedido o acesso unicamente a esse nível. Determinava-se que para o exercício de mestras seriam nomeadas “aquelas senhoras que por sua honestidade, prudência e conhecimentos se mostrarem dignas de tal ensino, compreendendo também o de coser e bordar” (Louro, 2020, p. 444).

A distensão no acesso à educação não acontecia apenas em relação aos meninos e meninas. A divisão de classes, de etnia, de raça e religiosa também influenciava na determinação das formas de educação oferecidas. À população africana escravizada era negado o acesso a qualquer forma de escolarização. Mesmo com as sucessivas leis que amenizavam o sistema de escravidão, isso não significou a concessão de oportunidades de ensino para os negros. Quanto aos trabalhadores livres, a diversidade étnica consistia no fator que implicava em diferentes práticas educativas. Assim,

Imigrantes de origem alemã, italiana, espanhola, japonesa etc. tinham propostas educativas diferentes e construíram escolas para meninos e meninas muitas vezes com o auxílio direto de suas regiões de origem. Suas diferentes formas de inserção na produção e na sociedade brasileiras (como operários fabris, lavradores ou pequenos proprietários) também teriam consequências nos processos educativos (Louro, 2020, p. 445).

Também entre os imigrantes, as diferenças entre o sexo masculino e feminino permeavam as concepções educativas para eles voltadas.

Vale menção aqui ao fato de que toda a preocupação envolvendo a sexualidade do indivíduo aconteceu, a princípio, em relação às classes privilegiadas. Estas foram alvo de ações mais rigorosas de controle sobre o corpo. A partir do final do século XVIII, no entanto, passou-se a cuidar da sexualidade do proletariado, quando este tornou-se um problema para o Estado. Em meio ao processo de desenvolvimento da indústria pesada, considerava-se necessária a mão de obra sadia. Além disso, concebia-se a necessidade de controlar a prostituição e as doenças venéreas. Diante desses fatos, constata-se que, a questão relativa à sexualidade do indivíduo emerge, primeiramente, no contexto da burguesia e, mais tarde, envolve também o proletariado. Conforme destacado por Silva (2002, p. 5): “A gênese da sexualidade é historicamente burguesa, sendo imposta posteriormente ao proletariado, como forma de sujeição”.

Apesar dessas preocupações, a educação sexual somente tornou-se alvo de interesse no Brasil no início do século XX. A partir da década de 1920, teve início, embora timidamente, uma certa preocupação com a educação sexual no âmbito da educação escolar. Sobre a história da educação sexual no país, discorreremos no próximo item.

2.2 História da Educação Sexual no Brasil

A educação sexual de crianças e jovens no Brasil tornou-se alvo mais evidente de preocupação nos anos vinte e trinta do século XX. Nesse momento já se constituía preocupação de médicos, intelectuais e professores que atuavam no contexto educacional brasileiro.

De acordo com Aquino e Martelli (2012), nos anos de 1920 e 1930, a educação sexual tornou-se alvo de discussões entre médicos, professores e outros profissionais. Nesse período a abordagem então adotada junto às crianças e jovens tinha caráter higienista e eugenista, visando ao combate às doenças venéreas, à masturbação, à prostituição e ao preparo dos sujeitos para um futuro mais saudável e com responsabilidade.

Temos que considerar que foi nessa época que o, então, Presidente da República do Brasil, Getúlio Vargas (1882-1954) criou um ministério articulando educação e saúde:

Foi no ano de 1930, por força do Decreto nº 19.402 de 14 de novembro, que Getúlio Vargas criou uma Secretaria de Estado com a denominação de Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública. Entre as atribuições do novo Ministério constam o estudo e despacho de todos os assuntos relativos ao ensino, saúde pública e assistência hospitalar, conforme Art. 2º. do referido Decreto. [...] Somente em 1937, com a publicação da Lei nº 378 de 13 de janeiro é que, ao se estabelecer uma ampla

reforma e estruturação do sistema educacional brasileiro, o então Ministério é redefinido como Ministério da Educação e Saúde Pública (Mesquita, Almeida e Noleto, 2021. p. 85).

Conforme destacado por Figueiró (1998), os primeiros trabalhos de educação sexual no Brasil aconteceram nas décadas de 1920 e 1930, mediante as iniciativas de educadores e médicos que preconizavam a educação sexual na escola. A motivação de tais iniciativas era a melhoria das condições de saúde das mulheres e adquirir um maior conhecimento sobre elas sem, contudo, promover qualquer mudança no papel que então lhes cabia na sociedade. A autora menciona que: “Os objetivos eram os mesmos que fundamentavam o aumento das oportunidades educacionais para a mulher e, em nenhum desses casos, estava havendo a preocupação com a reestruturação dos papéis sexuais” (Figueiró, 1998, p. 124).

À mulher continuava-se oferecendo uma educação pautada pelas concepções médico-higienistas do século XIX, visando prepará-la para ser esposa e mãe. A distinção entre os papéis de homens e mulheres baseada nas diferenças de sexo persistiam. O espaço da mulher continuava sendo o do lar, cuidando da casa, do marido e dos filhos e a educação voltada para ela tinha a função de habilitá-la para esse papel. O higienismo acabou, assim, sendo um guia social, familiar e religioso para a mulher, reforçando o papel idealizado para elas na sociedade.

No início do século XX, o movimento feminista liderado por Bertha Lutz¹³, era conduzido por uma motivação política diferente, além da maior valorização da mulher da

¹³ “Nascida em São Paulo, no dia 2 de agosto de 1894 [...], Bertha foi educada na Europa, formou-se em Biologia pela Sorbonne e tomou contato com a campanha sufragista inglesa. Voltou ao Brasil em 1918 e ingressou por concurso público como bióloga no Museu Nacional, sendo a segunda mulher a entrar no serviço público brasileiro. Ao lado de outras pioneiras, empenhou-se na luta pelo voto feminino e criou, em 1919, a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher, que foi o embrião da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF). Em 1922, Bertha representou as brasileiras na Assembleia-Geral da Liga das Mulheres Eleitoras, nos Estados Unidos, sendo eleita vice-presidente da Sociedade Pan-Americana. Somente dez anos depois do ingresso das brasileiras na Liga das Mulheres Eleitoras, em 1932, por decreto-lei do presidente Getúlio Vargas, foi estabelecido o direito de voto feminino. Sucessora de Leolinda Daltro, fundadora da primeira escola de enfermeiras do Brasil, Bertha Lutz organizou o primeiro congresso feminista do país e, na Organização Internacional do Trabalho (OIT), discutiu problemas relacionados à proteção do trabalho da mulher. Também fundou a União Universitária Feminina, a Liga Eleitoral Independente, em 1932, e, no ano seguinte, a União Profissional Feminina e a União das Funcionárias Públicas. Candidata, em 1933, pela Liga Eleitoral Independente, a uma vaga na Assembleia Nacional Constituinte de 1934, pelo Partido Autonomista do Distrito Federal, Bertha não conseguiu eleger-se. Mas obteve a primeira suplência no pleito seguinte e acabou assumindo o mandato de deputada na Câmara Federal em julho de 1936, devido à morte do titular, Cândido Pessoa. Sua atuação parlamentar foi marcada por proposta de mudança na legislação referente ao trabalho da mulher e do menor, visando, além de igualdade salarial, a licença de três meses para a gestante e a redução da jornada de trabalho, então de 13 horas diárias. Com o regime do Estado Novo implantado em 1937 e o fechamento das casas legislativas, Bertha permaneceu ocupando importantes cargos públicos, entre os quais a chefia do setor de Botânica do Museu Nacional, cargo no qual se aposentou em 1964. No ano de 1975, Ano Internacional da Mulher, estabelecido pela ONU, Bertha foi convidada pelo governo brasileiro a integrar a delegação do país no primeiro Congresso Internacional da Mulher, realizado na capital do México. Foi seu último ato público em defesa da condição feminina. Bertha Lutz faleceu no Rio de Janeiro em 16 de setembro de 1976, aos 84 anos” (Agência Senado, 2023).

sociedade, preconizava a implantação da educação sexual nas escolas visando à proteção à infância e à maternidade.

Em 1918, Bertha Lutz enviou uma carta à Revista da Semana, do Rio de Janeiro, expondo seu pensamento em defesa do reconhecimento da mulher na vida em sociedade. Em um trecho retirado da carta, ela assim afirma:

Não proponho uma associação de “suffragettes” para quebrarem as vidraças da Avenida, mas uma sociedade de brasileiras que comprehendessem que a mulher não deve viver parasitariamente do seu sexo, aproveitando os instinctos animaes do homem, mas que deve ser util, instruir-se e a seus filhos, e tornar-se capaz de cumprir os deveres politicos que o futuro não pode deixar de repartir com ella Assim deixariam de occupar sua posição social tão humilhante para ellas como nefasta para os homens, e deixariam de ser um dos pesados élos que atam o paiz ao passado, para se tornarem instrumentos preciosos ao progresso do Brasil (Revista da Semana-RJ, 1918, s.p).

Na Figura 2, a seguir, a íntegra da Carta publicada que se encontra disponível no acervo da Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital – e de domínio público.

Figura 2 – Cartas de Mulher – Bertha Lutz, Revista da Semana-RJ, 1918

Revista da semana



ARTAS DE MULHER

De uma distincta senhorinha patriciã, licenciada «es. Sc.» na Sorbonne, filha de um illustre cientista, e que actualmente trabalha no nosso mais glorioso instituto scientifico, recebi a carta que transcrevo e que considero uma das mais preciosas dadas com que a generosidade das minhas patriciãs me tem estimulado no obscuro trabalho desta pagina de colaboração da «Revista da Semana». A minha modesta cultura sente-se imerecidamente engrandecida pelas palavras de louvor desta brasileira que é a mais perfeita representante, entre nós, da «nova mulher». Reservo-me para responder depois ás considerações desta nobre carta, onde se afirma o elevado espirito de Bertha.

«Ha já muito tempo que sigo as suas cartas, publicadas na «Revista da Semana», com o maior interesse. A ultima, do dia 14, causou-me grande prazer. Desde que soube da nova posição eleitoral e electiva das inglesas, estive muito curiosa de saber se a senhora teria a coragem de escrever o que escreveu. Se não o tivesse feito, tinha a intenção de pedir-lhe que publicasse algumas linhas minhas sobre o assumpto. Felizmente a senhora o fez e infinitamente melhor do que eu o teria feito. Estou completamente de accordo com as suas idéas e a felicidade e agradeço de todo o coração.

Sou brasileira e durante os ultimos sete annos estive estudando na Europa. Foi com muita pena que observei no meu regresso o que a senhora diz sobre a falta de reverencia e respeito para com a mulher, que se observa em nossa capital. O tratamento da mulher em publico é penoso para ella e não contribue muito para honrar os nossos patricios. Nos meios cultivados e para com a mulher de sua familia ou de suas relações, ha, naturalmente, mais respeito; mas é superficial e mal esconde a tolerancia e a indulgencia, como se se tratasse de uma creança mimada. Nesse ponto, apesar do magnifico esforço de progresso realisado nos ultimos annos, achamo-nos muito atrasados comparados ás raças que

hoje dominam o mundo, e á França nova e regenerada, que esta terrível guerra deu á luz.

Sem duvida, a maior parte da responsabilidade deste estado lastimavel, cabe aos homens, em cujas mãos a legislação, a politica, todas as instituições publicas repousam. Mas nós tambem somos um pouco culpadas. A senhora cita as palavras de um dos maiores dos nossos contemporaneos, o presidente Wilson, sobre as mulheres norteamericanas: «ellas se mostraram em nada differentes de nós em todos os ramos do trabalho pratico que exerceram em beneficio proprio ou do paiz». Essas palavras deviam servir-nos de guia, pois revelam o segredo ao qual as mulheres, hoje emancipadas, devem a sua equiparação com o homem. Estive na Europa durante a guerra, passei na Inglaterra e na França os dias tragicos que precederam a victoria. O esforço das mulheres foi admiravel, foi heroico. Algumas, com o coração despedaçado pela morte de um filho, de um esposo, de um pae ou de um irmão, todas com a alma cheia de anciedade e de horror, com a maior simplicidade e coragem tomaram os logares dos soldados, desempenharam os mais pesados trabalhos dos ausentes. A essas tarefas, até agora ignoradas ou julgadas impossiveis para a mulher, ella trouxe uma intelligencia viva e uma energia indomavel. E o que todos os argumentos sociaes e politicos não puderam fazer, esse exemplo heroico de abnegação e força de vontade o conseguiu. Hoje colhem ellas o fructo da sua dedicação. Nós, felizmente para nosso paiz e para nós proprias, não fomos chamadas a dar as mesmas provas. Mas assim mesmo sentimos que somos dignas de occupar a mesma posição. Como, porem, obtel a? Não devemos resignar-nos a ser as unicas subalternas num mundo ao qual a liberdade sorri. Devemos tornar-nos dignas da posição que ambicionamos e dar provas do nosso valor para merecel-a. E' certo que muito, que quasi tudo, no estado actual, depende do homem. Mas uma das maiores forças de emancipação e de progresso está em nosso poder: a educação da mulher e do homem.

Della, para que seja intellectualmente igual e para que sua vontade se discipline. Delle, para que se acostume a pensar que a mulher não é um brinquedo para o distrahir; para que, olhando sua esposa, suas irmãs e lembrando-se de sua mãe, comprehenda e se compente da dignidade da mulher. Para conseguirmos esse resultado, para mostrarmos a nossa equivalencia, um esforço individual e collectivo é necessario. A demonstração pra ca tem um valor infinitamente superior a qualquer outra, é a unica que convence. A senhora tem dado o n elhor exemplo, mostrando em suas cartas que o espirito feminino pode elevar-se á altura dos problemas geraes, comprehender idéas novas e exprimi-las com elegancia e claresa. D. Maria José, conquistando o primeiro logar em um concurso, tambem contribuiu grandemente para o exito da nossa causa. Finalmente, todas as professoras normalistas e outras, ás quaes a noção confia a educação de seus filhos, mostram que em nosso paiz tam em ha mulheres de grande valor. Foram esses tão excellentes exemplos que me incitaram a escrever esta carta e propor-lhe canalisar todos esses esforços isolados, para que seu conjuncto chegue a ser uma demonstração. Para esse fim venho propor-lhe fazer um ensaio de fundação de uma liga de mulheres brasileiras. Não proponho uma associação de «suffragettes» para quebrarem as vidraças da Avenida, mas uma sociedade de brasileiras que comprehendessem que a mulher não deve viver parasitariamente do seu sexo, aproveitando os instinctos animaes do homem, mas que deve ser util, instruir-se e a seus filhos, e tornar-se capaz de cumprir os deveres politicos que o futuro não pode deixar de repartir com ella. Assim deixariam de occupar sua posição social tão humilhante para ellas como nefasta para os homens, e deixariam de ser um dos pesados elos que atam o nosso paiz ao passado, para se tornarem instrumentos preciosos ao progresso do Brasil.

BERTHA



No teor da carta, escrita no início do século XX, percebemos que Bertha Lutz é uma mulher com uma consciência crítica histórica aguçada, que evidencia seu pensar sobre a forma como o sexo se revelava, isto é, como uma forma de poder que subjuguava a mulher. Conclama leitoras e leitores a compreenderem a importância da mulher “instruir-se e a seus filhos”, pois, isso a tornaria “capaz de cumprir os deveres políticos que o futuro não pode deixar de repartir com ela”. O espaço temporal de 1918 a 2023 totaliza 105 anos, ou seja, mais de um século. Contudo, não causaria estranhamento se esta carta fosse republicada hoje, com a escrita ortográfica atual, e ainda seria considerada escandalosa, comunista, esquerdista, fruto do governo atual, para muitos cidadãos que se dizem ‘guardiões dos bons costumes e defensores da família’.

Em 1928, o Congresso Nacional de Educadores aprovou a proposta de programa de Educação Sexual nas escolas somente para crianças com idade superior a 11 anos (Fernandes; Lorenzetti, 2019). Destacamos como primeira iniciativa de inclusão da educação sexual no currículo escolar a realizada em 1930, no Colégio Batista do Rio de Janeiro, experiência mantida por vários anos, até 1954, quando o professor responsável por esta iniciativa foi processado e retirado do cargo que então ocupava (Figueiró, 1998).

Nessa época, a influência da Igreja Católica na sociedade era intensa, inclusive interferindo em diversas questões, como no caso da educação, ocupando uma posição de destaque no que se referia às decisões relativas aos rumos da educação brasileira. Em relação à questão da sexualidade e da abordagem dessa temática na escola, a Igreja tinha uma posição **conservadora**, impedindo qualquer manifestação em defesa da educação sexual. Segundo Bueno e Ribeiro (2018, p. 50),

[...] a Igreja Católica ocupava uma posição de destaque na tomada de decisões a respeito dos rumos da educação nacional. Tendo a Igreja Católica um posicionamento repressivo em relação à sexualidade, a transmissão de informações a respeito do tema bem como as manifestações sexuais entre os estudantes eram fortemente reprimidas.

A Igreja tinha um papel hegemônico na educação brasileira e, por ser uma instituição conservadora, impunha seus preceitos morais para a educação pública. Preconizava a educação sexual como função da família. Na sociedade ocidental, essa instituição sempre ditou as normas da sociedade, inclusive sobre sexualidade. Valorizava o sexo como condição para a reprodução, restringia e reprimia as manifestações da sexualidade, interferindo no desenvolvimento dos projetos de educação sexual. Desse modo, a moral sexual era advinda dos valores sexuais impostos pela religião.

Até a década de 1960, o tema da sexualidade era abordado, mas de forma controlada, sendo apresentado como um discurso de diretrizes da Igreja, que tratava a sexualidade como algo pecaminoso, que deveria voltar-se somente à reprodução. Assim,

[...] mesmo antes do final da década de 1960, quando ocorreu no país um momento de hipertrofia de um autoritarismo moralista, o sistema de ensino nacional era bastante repressivo, tanto à veiculação de informações sobre sexualidade humana quanto à manifestação da sexualidade entre os estudantes (Rosemberg, 1985, p. 12).

No âmbito dessa ação repressiva e de controle da expressão sexual, editoras católicas publicaram livros de orientação tratando a sexualidade como algo negativo e, por isso, deveria ser vigiado e controlado. Com esse discurso, conforme mencionado pela autora supracitada, campanhas criadas ou apoiadas pela Igreja se opunham às produções culturais, considerando-as subversivas por abordarem essa temática. Tais campanhas acabavam influenciando até mesmo autoridades políticas,

Apesar da repressão imposta pela Igreja, nos anos 1930, a educação sexual no Brasil passou por um momento de intensa divulgação nos meios de comunicação em decorrência do trabalho pioneiro de médicos interessados por questões de sexo e sexualidade, conferindo a esses temas a cientificidade necessária para o debate na sociedade. Monteiro e Ribeiro (2019) chamam a atenção para o fato, na época, da publicação de muitos livros em inúmeras editoras conceituadas, visando que renomados autores brasileiros e estrangeiros atingissem várias edições acerca desta temática.

Nesse mesmo contexto, foi fundado por José de Albuquerque, em 1933, o Círculo Brasileiro de Educação Sexual, com a finalidade de disseminar a educação sexual a todo território nacional, sendo esta, fundamentada na perspectiva da sociologia, psicologia, criminologia e pedagogia. Segundo Felício (2011), o médico José de Albuquerque foi considerado um dos precursores do projeto de educação sexual brasileiro destinado à população. Visava esse projeto oferecer um serviço de instrução e esclarecimento acerca de assuntos de educação e higiene sexual, abordando questões de caráter biológico, psicológico e moral.

De acordo com relato de Monteiro e Ribeiro (2019), mesmo que o período compreendido entre os anos 1930-1950 tivesse sido palco de um discurso científico pré-sexual, o fato é que entre os diversos autores existiam diferentes visões sobre educação sexual, entre as quais estavam os ideais higienistas, profiláticos, religiosos, que expressavam a mentalidade médica, científica e educacional do Brasil naquela época.

Vale ressaltar uma certa mudança de atitude da Igreja em relação à educação sexual após o Concílio Vaticano II. A partir desse evento algumas ordens religiosas passaram a ter um outro olhar sobre a sexualidade, em razão do novo valor atribuído a ela no plano da criação divina. Pesquisando sobre o tema, Bueno e Ribeiro (2018, p. 51) identificaram três causas que levaram a uma nova percepção e valorização do amor carnal, quais sejam:

1- a importância social dada ao amor na arte, literatura e outras expressões culturais, e a conseqüente necessidade de trazê-lo para o casamento, onde a Igreja poderia tê-lo sob regulação e, com isso, conservar o controle social; 2- a ideia da natureza como auxílio da graça divina, que já estava sendo desenvolvida na sociedade cristã, ainda que por muito tempo estivesse silenciada; 3- por razões políticas, ao alçar o amor como forma de valorizar a família, o que busca se opor aos movimentos socialistas que à época-meados do século XX – representavam uma ameaça aos interesses da Igreja, já que esses movimentos criticavam a família enquanto instituição repressiva burguesa. Assim, o amor “carnal” passa a ser valorizado, desde que entendido como parte das uniões monogâmicas heterossexuais reprodutivas.

Como podemos constatar, ainda que tivesse ocorrido uma mudança de visão da sexualidade e do amor carnal, persistiam as ações de controle dos indivíduos, dos corpos, de suas expressões com o intuito de manter o controle social, além de manter o ideal da família como instituição basilar da sociedade e assegurar a manutenção dos padrões socialmente aceitos de união entre as pessoas, que deveria ser monogâmica, heterossexual e ter por finalidade a reprodução, padrão fortemente defendido pela igreja.

A partir da década de 1960, alguns colégios católicos passaram a desenvolver programas de educação sexual bem como várias outras instituições educacionais. Nesse mesmo período aconteceu a implementação de programas de educação sexual em algumas escolas do País, o que somente foi possível em razão das transformações culturais, políticas e sociais então em curso, com reflexos sobre os comportamentos sexuais, suscitando maiores discussões sobre o tema (Bueno; Ribeiro, 2018).

Em resultado disso, na década de 1960, mesmo durante o início do regime militar, na segunda metade dessa década, algumas experiências de educação sexual começaram a ser desenvolvidas na rede de ensino, no Rio de Janeiro, em Belo Horizonte e em São Paulo. Nesse período essas iniciativas aconteceram, sobretudo, em escolas que propunham uma renovação pedagógica, como no caso do Colégio de Aplicação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP), dos ginásios vocacionais, do Grupo Experimental Dr. Edmundo de Carvalho e dos ginásios pluricurriculares experimentais (Figueiró, 1998; Rosenberg, 1985; Bueno; Ribeiro, 2018).

Importante destacar que os tipos de cursos oferecidos nestas instituições de ensino superior, nas Faculdades das Humanidades, destinavam-se à formação pedagógica e filosófica.

Entre os anos de 1961 e 1969 desenvolveu-se nos colégios vocacionais do estado de São Paulo uma experiência de educação sexual. Nesses colégios realizavam-se diversas atividades como orientação em grupo, atendimento individual ao aluno, trabalho com os pais e realização de seminários de estudos destinados aos profissionais envolvidos. Integrado ao currículo como um todo, essa intervenção fazia parte das disciplinas de Estudos Sociais, Português, Ciências, Educação Física, Educação Musical, Educação Doméstica, Artes Plásticas e Artes Industriais, conforme destacado por Figueiró (1998)¹⁴.

Os assuntos então abordados e discutidos surgiam a partir dos interesses dos próprios alunos e, também, por sugestões da orientadora educacional, cuidando para que, além da transmissão de informações, fosse estabelecido um ambiente favorável à livre expressão de dúvidas acerca da vida sexual (Bueno; Ribeiro, 2018).

As experiências com a educação sexual até então desenvolvidas, embora significativas e importantes, acabaram esbarrando na crise política vivenciada no país, o que comprometeu a sua continuidade. A partir do final da década de 1960, eventos políticos bastante expressivos impactaram negativamente o processo de implantação e condução dos projetos de educação sexual no Brasil.

Com o regime militar imposto pelo Golpe de Estado de 1964, estabeleceu-se no país um cenário bastante difícil, com redução das liberdades individuais e manifestações da sexualidade. O tema sequer podia ser debatido. Em consequência, havia silenciamentos e proibições em relação à educação sexual, com o fechamento de escolas e denúncias de professores que insistiam em continuar com projetos nessa área.

Em 13 de dezembro de 1969, foi decretado o Ato Institucional nº 5, resultando no recrudescimento e formalização do período de exceção política. Coube ao Ministério da Justiça o papel de censurar todo e qualquer texto que contrariasse os padrões morais e as condutas então considerados adequados e socialmente aceitos. Neste contexto: “A sexualidade, ainda associada à ‘subversão’, possa a figurar-se como uma questão polêmica e alvo de investigações, especialmente quando vinculada à educação de crianças e adolescentes” (Bueno; Ribeiro, 2018, p. 52).

14 A este respeito verticalizaremos no Capítulo 3, em especial, no item destinado ao tema Currículo.

Neste período histórico caracterizado pela repressão, as escolas e os educadores eram intensamente vigiados e controlados pelo Estado, reflexo da perspectiva autoritária e moralista que atinge o sistema educacional brasileiro no decorrer do regime militar.

As consequências dessa repressão recaíram na produção de estudos sobre educação sexual, cuja carência devia-se a fatores como

[...] a censura, característica do momento político da época, que incorreu no desaparecimento de relatórios sobre as experiências realizadas; a não priorização do tema dentro do contexto geral de insuficiências educacionais do país; o padrão acadêmico da época, que não aceitava relatos de experiência – no caso, relatos de experiências de programas de Educação Sexual em escolas (Bueno; Ribeiro, 2018, p. 53).

A partir de 1978, com o processo de abertura política, houve a diminuição da censura, condição favorável ao surgimento de estudos sobre a educação sexual. Esta foi, inclusive, oficialmente retomada nas escolas. Foram pioneiros nessa ação a Prefeitura Municipal de São Paulo (1978-1982) e a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (1980-1986) (Bueno; Ribeiro, 2018).

Nesse mesmo ano, ressurgiu o debate público sobre a Educação Sexual, o que foi propiciado pela luta contra a Ditadura Militar. Ocorre então a realização do I Congresso sobre Educação Sexual nas Escolas. Este primeiro congresso bem como os posteriores abriram espaço favorável para o debate público sobre a Educação Sexual na instituição escolar, que então é destacado na mídia, em vista da crescente demanda da população por informações sobre sexualidade, de acordo com relato de Rosemberg (1985, p. 16),

[...] é realizado em São Paulo e comentado pela imprensa com bastante destaque, o I Congresso sobre Educação Sexual nas Escolas. Organizado por iniciativa particular, o congresso atraiu muitos participantes, principalmente de São Paulo. Esse congresso se realizará nos anos subsequentes tendo sido, a nosso ver, um dos elementos provocadores para que o debate sobre a inclusão ou não da Educação Sexual nos currículos se tornasse público. [...] Esta movimentação em torno da Educação Sexual permitiu que os meios de comunicação percebessem a existência, entre os brasileiros, de um desejo de falar e de ouvir sobre sexo e a possibilidade (graças ao abrandamento da censura) de que essa fala ocorresse através dos meios de comunicação de massa.

Na década de 1980, uma série de iniciativas e ações foram de significativa relevância para trazer à tona questões referentes à sexualidade e à Educação Sexual. Entre essas iniciativas, podemos destacar programas de rádio e de televisão comandados por mulheres; a fundação da Associação Brasileira de Educação Sexual (EDUSEX), por Harno Okawara (ginecologista), Gilada Fucs (psiquiatra), Leon Francisco Lobo (pediatra) e Maria Helena Matarazzo

(socióloga); a criação do Centro Avançado de Educação para a Saúde e Orientação Sexual (CAESOS), pela professora Sonia Maria Vilela Bueno, em 1985; a fundação da Sociedade Brasileira de Sexualidade Humana (SBRASH), também em 1985, entre outros (Bueno; Ribeiro, 2018).

Nessa década, associações científicas vinculadas à ginecologia, à urologia e à psicologia voltaram a discutir sobre sexualidade e comportamento sexual, propiciando o surgimento das bases da sexologia que contribuiriam para fundamentar e fortalecer o conhecimento sexual no Brasil. Esse saber sexual chega às universidades, a partir do surgimento de grupos de pesquisa no final dos anos 1990 e início dos anos 2000. Desse modo, as universidades brasileiras tornam-se a fonte do conhecimento sexual no país, além de responsáveis por uma intensa produção bibliográfica sobre sexualidade e educação sexual e, posteriormente, sobre os estudos de gênero, conforme destacam Monteiro e Ribeiro (2019, p. 1257):

De 1990 a 2015 a sociedade brasileira lida com profundas mudanças de normas e padrões culturais ligados à sexualidade, absorve o surgimento e a consolidação dos estudos de gênero, e discute diferentes modos de lidar com a sexualidade e aceitar a diversidade. Ações governamentais efetivas incentivam o desenvolvimento de projetos e programas voltados para a igualdade entre homens e mulheres, o respeito à diversidade e o combate à homofobia. Em 1997, a partir dos PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais, o governo federal reconhece a educação sexual como tema importante e urgente na escola brasileira. Em 2012 é criado o primeiro curso de Mestrado em Educação Sexual do país, na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, na cidade de Araraquara, interior de São Paulo.

Na década de 1990, muitas foram as publicações, projetos, eventos e grupos de estudos sobre sexualidade no país. No início da década, Organizações Não Governamentais (ONGs) atuaram na área da sexualidade mediante a realização de trabalhos “em escolas, capacitação de profissionais de educação e saúde, produção de materiais educativos (vídeos, manuais e guias) e prestação de serviços de assessoria e consultoria” (Bueno; Ribeiro, 2018, p. 55).

Em 1996, foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/1996 e implantados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), trazendo em seu bojo determinações sobre a orientação sexual na escola. Isto significou o reconhecimento oficial quanto a necessidade e relevância dessa orientação. Sugeriu o compromisso com o atendimento da necessidade dos educandos de expressarem sua sexualidade. No âmbito dos PCN (1998), apresentava-se a orientação sexual, que deveria ser trabalhada em todas as disciplinas de forma transversal. Como justificativa para a inserção da temática no terceiro e quarto ciclo da Educação Fundamental, no documento afirma-se:

A Orientação Sexual na escola é um dos fatores que contribui para o conhecimento e valorização dos direitos sexuais e reprodutivos. Estes dizem respeito à possibilidade de que homens e mulheres tomem decisões sobre sua fertilidade, saúde reprodutiva e criação de filhos, tendo acesso às informações e aos recursos necessários para

implementar suas decisões. Esse exercício depende da vigência de políticas públicas que atendam a estes direitos. O trabalho de Orientação Sexual também contribui para a prevenção de problemas graves, como o abuso sexual e a gravidez indesejada. Com relação à gravidez indesejada, o debate sobre a contracepção, o conhecimento sobre os métodos anticoncepcionais, sua disponibilidade e a reflexão sobre a própria sexualidade ampliam a percepção sobre os cuidados necessários quando se quer evitá-la. Para a prevenção do abuso sexual com crianças e jovens, trata-se de favorecer a apropriação do corpo, promovendo a consciência de que seu corpo lhes pertence e só deve ser tocado por outro com seu consentimento ou por razões de saúde e higiene. Isso contribui para o fortalecimento da auto-estima, com a conseqüente inibição do submetimento ao outro. Com a inclusão da Orientação Sexual nas escolas, a discussão de questões polêmicas e delicadas, como masturbação, iniciação sexual, o “ficar” e o namoro, homossexualidade, aborto, disfunções sexuais, prostituição e pornografia, dentro de uma perspectiva democrática e pluralista, em muito contribui para o bem-estar das crianças, dos adolescentes e dos jovens na vivência de sua sexualidade atual e futura (Brasil, 1998, p. 293).

Naquela ocasião, os meios de comunicação, notadamente a televisão, preconizavam a necessidade de se abordar sobre sexualidade no meio escolar, impulsionando, assim, a Educação Sexual na escola na década de 1990.

Acreditava-se que as questões relativas à sexualidade seriam abordadas com mais liberdade e de forma mais ampla, uma vez que os veículos midiáticos investiram em informações, no contexto da saúde pública, de grande relevância para a população. Contudo, embora a mídia falasse sobre sexualidade e o tema fosse ouvido por todos, inclusive nas famílias, não havia o diálogo sobre o assunto em todos os espaços sociais especialmente no meio familiar. Isso deixaria evidente que a repressão ainda era um fato presente.

Conforme pontuado por Monteiro e Ribeiro (2019), no período compreendido entre os anos de 1990 e 2015 a sociedade brasileira é perpassada por profundas mudanças das normas e padrões culturais relativos à sexualidade, sob o impulso do surgimento e consolidação dos estudos de gênero. A partir de então, passa-se a discutir diferentes modos de lidar com a sexualidade e aceitar a diversidade.

No período compreendido entre os anos 2000 e 2010, as ações implementadas pelo governo brasileiro no âmbito da sexualidade e educação sexual compreenderam três iniciativas: o Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas – SPE, lançado em 2003; o Programa Gênero e Diversidade na Escola – GDE, lançado em 2006; o Programa Brasil sem Homofobia – BSH, lançado em 2004.

O eixo estruturante das ações do SPE é a integração dos setores da saúde e da educação, mantendo os princípios e diretrizes que os fundamentam. O foco do referido programa é política pública de prevenção do Vírus da Imunodeficiência humana/Síndrome da Imunodeficiência Adquirida – HIV/AIDS e a gravidez na adolescência. O SPE tem como proposta a abordagem

do tema sexualidade nas escolas a partir do diálogo com os aspectos subjetivos, questões referentes às identidades, às práticas afetivas e sexuais no contexto dos direitos humanos. A finalidade é a abordagem voltada especialmente para o contexto comportamental e socioafetivo, juntamente com estratégias como a distribuição de preservativo masculino nas escolas (Brasil, 2006).

Conforme destacado por Vicente (2021), os objetivos propostos pelo SPE não foram totalmente alcançados em decorrência de fatores como: a reduzida carga horária dos cursos de formação continuada oferecidos aos professores; falta de participação dos profissionais da saúde; a insuficiente carga horária para a implementação do programa; desinteresse dos gestores escolares em relação ao projeto, não colaborando em sua implantação; rejeição por parte dos educadores das Unidades Públicas de Ensino que implementaram o SPE; carência de ações voltadas para os estudantes com necessidades educacionais especiais.

Em vista dessa situação, para que o SPE promova as transformações propostas e para que se consolide dentro e fora da escola, oferecendo uma educação sexual emancipatória, que contribua para a reversão da realidade de violência e preconceito que perpassa a sociedade, reformulações do programa são mais que necessárias, são urgentes.

O GDE, por sua vez, conforme mencionado por Vicente (2021), configura-se como Política de Governo¹⁵ voltada para a formação de professores, na modalidade a distância, direcionado para as temáticas de gênero, sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais nas perspectivas culturais, sociais, históricas, educacionais e políticas. Essa ação governamental tem por finalidade “socializar conhecimentos por meio da reflexão com as/os professores/as da educação básica sobre os modos como a diferença e a inferioridade social se vinculam” (Carrara *et al.*, 2017, p. 14).

Os autores mencionam que o programa teve seu conteúdo programático estruturado em quatro módulos: 1) Diversidade; 2) Gênero; 3) Sexualidade e Orientação Sexual e 4) Relações Étnico-raciais. Mais dois módulos foram excepcionalmente incluídos posteriormente, a pedido

¹⁵ “É preciso compreender a **distinção entre Política de Governo e Política de Estado**. Essa distinção encontra-se bem definida no Dicionário da Educação do Campo (2012, p. 573): Em cada período histórico [...], o rumo dos assuntos de interesse público é definido pela correlação de forças existente. Desta correlação resultam projetos, programas, decretos e leis que configuram a política de Estado e/ou de Governo. Ou seja, a política que perpassa governos e se institui como a lei maior, ou a Política de Governo que são leis menores, que não podem contrariar a lei maior, mas somente executá-la, complementá-la. As políticas de Estado e de Governo determinam, em primeira ou segunda instâncias, as condições de vida na sociedade. Em última instância, o que determina a política são o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção: a relação entre os homens, a natureza, a produção dos bens materiais e imateriais e o sistema de trocas daí decorrente.” (Silva, 2021, p. 23. Grifo nosso).

da Secretaria de Educação do Rio de Janeiro, quais sejam: 5) Gravidez na Adolescência; e, 6) Participação Juvenil.

Ainda que tivesse esbarrado em dificuldades para sua implantação, Carrara *al et.* (2017) destacam que o GDE, mesmo que de forma limitada, contribuiu para suprir a lacuna existente na formação de professores nos temas de gênero, sexualidade e relações étnico-raciais. Observamos, também, impactos positivos quanto à inclusão digital de professores das redes públicas, além de ter propiciado abertura para a abordagem de temas considerados polêmicos, em diversos contextos. Por outro lado, há a necessidade de revisão e atualização do GDE em razão das mudanças ocorridas nos últimos anos no contexto de estudos acerca de gênero, sexualidade e relações étnico-raciais no Brasil.

O Programa BSH consistiu no marco brasileiro no combate à discriminação relativa à orientação sexual e identidade de gênero. A função principal é estabelecer um diálogo da sociedade civil com o Estado quanto ao tratamento da diversidade sexual e, ainda, o reconhecimento e garantia da cidadania da população LGBTQIA (Lésbicas, Gays Bissexuais, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, *Queers*, Intersexuais, Assexuados) (Vicente, 2021).

Uma das medidas adotadas para combater o preconceito contra a diversidade sexual, no âmbito do Programa BSH, foi a criação do Projeto Escola sem Homofobia (ESH), por meio de convênios firmados entre Ministério da Educação (MEC) e algumas Organizações Não Governamentais (ONGs). Esse projeto, além de promover a formação de educadores para o trabalho com as questões relacionadas a gênero e a sexualidade, criou um *kit* constituído de diversos materiais didáticos que deveriam ser distribuídos nas escolas. Trata-se do chamado *Kit* Anti-homofobia.

Essa iniciativa gerou desconfianças quanto à sua finalidade e intencionalidade, além de protestos nos meios de comunicação e sociedade. Como resultado das pressões, a distribuição do material foi suspensa. Desde então, uma onda de discursos contra a implementação da educação sexual nas escolas difundiu-se por todo o país (Vicente, 2021).

Os programas comentados trazem em seu bojo propostas relevantes para a educação sexual no Brasil e para o combate ao preconceito e à homofobia. Algumas ações foram de fato implementadas com resultados positivos, mas, considerando a dimensão da questão envolvendo a educação sexual, o preconceito e a violência de gênero, esses resultados foram insuficientes para reverter a realidade vivenciada no país. Esses programas carecem de revisões e atualizações em vista da relevância e necessidades de novas ações que essas questões vêm

suscitando. A falta de resultados mais efetivos com a implantações desses programas deve-se, também, à persistência de posições conservadoras na sociedade e no âmbito político do país, dificultando que medidas adotadas para o combate ao preconceito contra a diversidade sexual sejam colocadas em prática, ao mesmo tempo que emerge um movimento de oposição à educação sexual.

A partir do ano de 2015, estabeleceu-se no país um discurso anti-assexual e contrário às liberdades conquistadas, em consequência da onda de conservadorismo motivada por um fundamentalismo cristão exacerbado. Tem-se início a uma verdadeira cruzada contra atitudes, manifestações e discursos considerados contrários aos princípios ditos cristãos. É neste contexto, segundo Monteiro e Ribeiro (2019, p. 1257), para os conservadores

Igualdade entre gêneros, diversidade sexual, homofobia, cidadania, liberdade de expressão são temas associados ao comunismo, à esquerda, ao petismo e passam a ser execrados por setores da sociedade que, até então ofuscados pela democracia, ganham força fazendo oposição ao então governo do Partido dos Trabalhadores.

Em 2016, o Golpe para a retirada da então Presidenta Dilma Vana Rousseff, que teve apoio jurídico, parlamentar e da mídia, em um discurso em nome da democracia. Ribeiro (2016, p. 108), em um dos capítulos do livro “Por que gritamos golpe”, afirma a ideia que se segue:

As questões que assolam o país nos últimos tempos revelam um quadro nebuloso e de retrocessos. O impedimento da presidenta e a ilegalidade que o cerca demonstram uma falência ética e moral de nossas instituições. Porém, para além dessas arbitrariedades, os resultados práticos disso afetarão de modo concreto a vida da população, principalmente da dos grupos historicamente discriminados.

Quinalha (2016, p. 112), no mesmo livro, no capítulo intitulado “Em nome de Deus e da família: o golpe contra a diversidade”,

Em vez de mencionarem as acusações de desrespeito à lei orçamentária, cerne do pedido do impeachment, os deputados deram seus votos baseados apenas em convicções pessoais, geralmente pouco republicanas e sem quaisquer fundamentos legais: “pela esposa Paula”, “pela filha que vai nascer e a sobrinha Helena”, “pelo neto Gabriel”, “pela tia que me cuidou quando era criança”, “pela minha família e meu Estado”, “por Deus”, “pelos militares de 1964” e “pelos evangélicos” foram algumas das justificativas utilizadas pelos deputados para aprovar o procedimento. Nem sequer eram obrigados a apontar as razões de seus votos, mas o fizeram, o que torna bastante sintomático o conteúdo desses discursos comprometidos com a defesa da família tradicional e de sua moral conservadora.

Um detalhe curioso que o autor analisa nestes discursos é que nas justificativas apresentadas pelo parlamento já estaria impregnada uma cobrança do legislativo de

[...] sua fatura do governo interino de Michel Temer: fim do Ministério de Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos; Secretaria de Direitos Humanos dissolvida [...] nomeação para a Secretaria de Mulheres [...] de uma deputada que já presidiu a Frente Parlamentar Evangélica e é abertamente contrária ao direito ao aborto; extinção da

Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi) no âmbito do Ministério da Educação; escolha de ministros exclusivamente homens e brancos para todos os postos do primeiro escalão do governo; encontro de Temer com o pastor Silas Malafaia para “receber benção” e seu discurso oficial de posse enquanto presidente interino prometendo fazer um “ato religioso” com o Brasil: “Quando você é religioso você está fazendo uma religião. O que queremos fazer agora com o Brasil é um ato religioso, um ato de religião de toda a sociedade brasileira com os valores fundamentais do nosso país” (Quinalha, 2016, p. 112).

Com todo esse discurso contraditório e conservador, o resultado não poderia ser outro. Em 2018, os conservadores conseguem eleger um presidente de extrema-direita que coaduna com os princípios do fundamentalismo cristão e cujas ações políticas estavam em conformidade com a moral baseada em princípios religiosos e de acordo com os interesses desse grupo.

Como podemos perceber, a história da educação sexual no Brasil está vinculada à história da própria educação brasileira e, assim como esta, tem sido alvo de embates político-ideológicos, de interesses e ações voltadas para a constituição de um currículo escolar que priorize a formação do cidadão ideal que atenda às demandas da sociedade em cada momento histórico.

A invisibilidade da temática relativa à sexualidade nos documentos – a exemplo da BNCC e PCN – que orientam a formulação de currículos escolares persiste ainda hoje, incentivada por grupos e instituições sociais que buscam impor seus valores e padrões morais. Isso dificulta o rompimento dos estereótipos da cultura machista, sexista, misógina e opressora que se sobressai no país, a menos que se implante nas escolas uma educação sexual comprometida com a superação da desigualdade de gênero, com a promoção do respeito à diversidade sexual e que propicie aos estudantes as condições para que expressem seus sentimentos, dúvidas e temores em relação a esses temas.

Analisando o panorama atual, podemos dizer que a onda conservadora que assolou o país no contexto da Ditadura Militar, inviabilizando o trabalho dos professores e as iniciativas de educação sexual então adotadas, emerge novamente no Brasil e opõe-se aos avanços já conquistados no âmbito do ensino da sexualidade e, inclusive, impedido novas conquistas.

2.3 A Educação Sexual nos Documentos Oficiais

Neste item, a finalidade é apresentar uma discussão sobre como a Educação Sexual consta na legislação brasileira voltada para a educação. Essa abordagem tem relevância à medida que o Brasil, já no século XXI, não possui uma lei específica sobre sexualidade e Educação Sexual, conforme destacado por Cassiavillani e Albrecht (2023).

Ao considerar os números relativos à violência e desigualdade de gênero no país, constatamos o quanto a educação sexual é relevante e necessária. Em 2021, o relatório do Fórum Global Mundial sobre desigualdade de gênero destacou o Brasil como o 93º colocado no ranking mundial (Cassiavillani; Albrecht, 2023). Em relação à população LGBTQIA+,¹⁶ no ano de 2017, foram registrados onze casos de violência contra pessoas trans e 214 casos de violência contra homo/bissexuais, por dia (Gênero e Números, 2017). Esses dados evidenciam que expressões e identidades de gênero e sexualidade estão intimamente relacionadas com a sujeição e diversos tipos de violência. Em vista dessa realidade, não é mais possível ignorar a importância da educação sexual e que a escola não está isenta desta questão. Na opinião de Cassiavillani e Albrecht (2023, p. 4):

Seria no mínimo ingênuo acreditar que a escola não faz parte da estruturação desse cenário. Muito pelo contrário, a instituição escola integra uma teia, um entrelaçamento de relações extremamente complexas que molda sujeitos e sociedades e, ao mesmo tempo, por eles é moldada. Nesse emaranhado de forças, discursos, proposições e políticas, é impossível delimitar um início ou um fim. Escola, enquanto parte de uma sociedade com culturas e valores próprios, e sociedade, enquanto organismo moldado, dentre outros, pela escola, vivem uma complexa dinâmica de retroalimentação.

Inserida em uma sociedade caracterizada pela desigualdade de gênero, pelo preconceito em relação às diferenças, pela violência, a escola não está imune às manifestações dessa realidade em seu interior. Por outro lado, uma vez que se mantém silenciada diante dessa questão, sendo usada como instrumento de manutenção e legitimação da sociedade burguesa, conservadora, heteronormativa, ela acaba por disseminar os padrões e valores dessa sociedade, contribuindo para que esse cenário se mantenha.

Desse modo, ressaltamos a importância da promoção da educação sexual no ambiente escolar para que, de alguma forma, promovam-se mudanças que revertam esse cenário de preconceitos e violências.

Constatamos que, ao longo do tempo, as diretrizes da Educação voltadas para temas de diversidade sexual e de gênero vêm passando por avanços e retrocessos. Essa alternância deve-se ao fato de que a sexualidade ocupa um lugar na construção dos sujeitos e os acompanha no decorrer de suas vidas, “sendo profundamente influenciada por culturas, costumes e disputas em meio a diversos contextos sociais e políticos” (Cassiavillani; Albrecht, 2023, p. 7). A escola como instituição social tem sua parcela de participação na construção das sociedades, podendo

¹⁶ A sigla LGBTQIA+ significa: lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, *queer*, intersexuais, assexuais, com o símbolo “+” abrangendo as demais orientações sexuais e de gênero, representando pluralidade (Barbosa, 2023).

contribuir para a mudança de percepção e atitudes em relação às manifestações de gênero e sexualidade.

A escola é, sem sombra de dúvidas, parte fundamental no processo de construção das sociedades, visto que cabe a esta instituição, juntamente com a família e com o Estado, a responsabilidade de promover de forma colaborativa tal processo, objetivando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. A instituição escolar tem, de fato, grande responsabilidade sobre o desenvolvimento integral dos indivíduos, inclusive com o respaldo da Constituição Federal (1988), ao determinar, entre os direitos sociais, o direito à Educação. Ressaltamos um dos objetivos fundamentais do Estado, qual seja a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, a promoção do bem de todos sem qualquer forma de discriminação e a igualdade entre homens e mulheres no que tange a direitos e obrigações. Podemos identificar nestas determinações um precedente para a educação sexual, conforme destacado por Cassiavillani e Albrecht (2023, p. 8):

Nesse sentido, entende-se que os dispostos na Carta Magna, seriam, em si, respaldo para a inserção da Educação Sexual nas escolas, uma vez que estas carregam grande responsabilidade sobre a formação integral dos indivíduos e os debates proporcionados pelas práticas de Educação Sexual poderiam tornar-se caminhos para a promoção de uma sociedade que interage sujeitos com diversas expressões e identidades de gênero e sexualidade sem os subalternizar.

Considerando esse precedente, vale destacar como a educação sexual é tratada em alguns documentos oficiais, com a finalidade de verificar possíveis avanços e/ou retrocessos da incorporação da temática relativa a gênero, diversidade sexual e sexualidade nesses documentos.

Começando pela LDB nº 9.394/1996, ressaltamos que na ocasião de sua publicação, dois eventos relevantes ocorreram, refletindo no referido documento. Trata-se da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD), realizada no Egito, e da IV Conferência Mundial sobre as Mulheres em Pequim. Nessas conferências deu-se significativo destaque para pautas de equidade e eliminação das desigualdades e preconceitos bem como para a promoção do bem-estar e de uma cultura da paz, conforme mencionado por Cassiavillani e Albrecht (2023). Esses preceitos acabaram incorporados no Artigo 3º da LDB, como podemos constatar no artigo abaixo:

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I- igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II- liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

III- pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
IV- respeito à liberdade e apreço à tolerância (Brasil, 1996).

O referido artigo assegura condições de acesso e permanência de todos os indivíduos na escola, portanto, independentemente de orientação sexual e gênero; preconiza a tolerância com as diferenças e a liberdade de manifestação da pessoa independentemente de sua cultura ou de qualquer outra peculiaridade.

Na década de 1990, segundo Cassiavillani e Albrecht (2023), as reformas ocorridas na educação foram norteadas pelas intenções de um governo notadamente neoliberal, que tinha como proposta a acomodação das necessidades da economia no sistema de educação. Neste contexto, a LDB de 1996 é caracterizada por uma grande dicotomia: de um lado, retrata grandes conquistas de profissionais da educação e de movimentos mobilizados no processo de sua construção, por outro, se caracteriza por aspectos mais consonantes com a política neoliberal adotada então pelo Governo Federal.

A política neoliberal¹⁷ comprometida com o fortalecimento do mercado deparou-se com a necessidade de se adequar às mudanças sociais, de modo que acabou aceitando algumas pautas de grupos minoritários e promovendo o individualismo. Como resultado, a ideia de liberdade individual sobressaiu-se acima do bem coletivo, simultaneamente enfraquecendo o poder do Estado de realizar políticas sociais destinadas à população. Foi neste cenário, como bem lembra os autores citados anteriormente, que o discurso da diversidade se proliferou e passou-se a constatar, nos documentos da Educação, uma maior presença das questões relativas a gênero, raça e sexualidade.

Com o objetivo de inovar na área da educação, o Ministério da Educação (MEC) implementou os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)¹⁸, trazendo em seu bojo propostas disciplinares e eixos temáticos considerados transversais e que deveriam ser debatidos em todos os componentes curriculares. Neste contexto, o MEC reconheceu o estudo sobre a sexualidade como campo de atuação dos educadores, constante em um dos volumes dos PCN, sendo este o primeiro documento a legitimar a prática da educação sexual nas escolas. De acordo com descrição de Cassiavillani e Albrecht (2023, p. 10): “Publicados para os anos iniciais do Ensino Fundamental (1ª a 4ª séries) em 1997 e, no ano seguinte, para os anos finais (5ª a 8ª séries),

¹⁷ O neoliberalismo apresenta como características: “1- A divisão entre mercados e Estado [...]; 2- Imposição da ideia de maior eficiência dos mercados em relação ao Estado; 3- Globalização financeira; 4- A estabilidade econômica advinda através de baixa inflação; 5- Garantias ilimitadas ao sistema financeiro” (Oliveira, 2019, p. 266).

¹⁸ Os PCN foram oficializados no ano de 1997.

ambos trazem como tema transversal, um volume que trata da Orientação Sexual, que se refere à denominada Educação Sexual”.

Os temas transversais se referem a um conjunto de conhecimentos socialmente elaborados, que se apresentam sob várias formas na vida cotidiana, tidos como fundamentais para a vida em sociedade. Constituem eixo unificador, em torno do qual organizam-se as disciplinas, que devem ser trabalhadas de forma coordenada e não como um assunto desvinculado da realidade, descontextualizados nas aulas (Brasil, 1998).

Vale ressaltar, contudo, que o trabalho com temáticas relativas à sexualidade e a educação sexual preconizadas pelos PCN têm esbarrado em muitos desafios. As abordagens sobre sexualidade humana têm encontrado resistências devido ao rigor imposto pelos modelos sociais vigentes. Mas a sexualidade é algo inerente ao ser humano e precisa ser relevada nos diversos espaços sociais, inclusive na escola.

Mas, o que temos percebido no decorrer do tempo é a ausência dessa temática nos documentos que servem de parâmetros para a construção dos currículos escolares. Para o currículo do Ensino Fundamental, os Parâmetros Curriculares Nacionais indicavam como temas transversais, entre outros, a questão da orientação sexual ou da diversidade sexual. Entretanto, essas temáticas

raramente são contempladas pelo planejamento interdisciplinar nas escolas e nas aulas dos professores. Estes, por sua vez, apresentam certas resistências em relação à abordagem de determinados temas, principalmente os relacionados à sexualidade humana (Araújo; Camargo, 2012, p. 105).

Os PCN foram de significativa contribuição para a ampliação da discussão acerca das temáticas sexualidade e educação sexual. A partir de então, foi possível a maior participação dos movimentos sociais políticos e filosóficos na sociedade, conforme ressaltado por Monteiro e Ribeiro (2020).

A publicação dos PCN em 1997 e 1998, conforme indicado, criou a perspectiva para se trabalhar temas como sexualidade e gênero nas escolas. Mas, após mais de duas décadas e meia, o distanciamento dessas temáticas do espaço escolar ainda é uma realidade.

A temática sexualidade desperta grande interesse e curiosidade por parte dos estudantes e prende a atenção quando abordada em sala de aula em razão dos múltiplos aspectos que a envolve. A perspectiva transversal proposta pelos PCN visa conferir aos professores a responsabilidade de desenvolver com os estudantes uma discussão que os leve à compreensão de sua sexualidade de forma prazerosa e consciente (Assis; Souza; Barbosa, 2021).

O tema transversal ‘Orientação Sexual’ está estruturado em duas partes. Na primeira, justifica-se a importância da inclusão da temática nos currículos escolares, discorre sobre a função e a postura do professor ao abordar a sexualidade e destaca a proposição dos objetivos a serem alcançados. Na segunda parte são destacados os blocos de conteúdo, os critérios de avaliação e as orientações didáticas para o trabalho com os anos iniciais e os anos finais do Ensino Fundamental.

Com a finalidade de oferecer aos educadores um caminho norteador, o volume referente à Orientação Sexual está disposto em três eixos; 1) Corpo: matriz da sexualidade; 2) Relações de Gênero; 3) Prevenção das Doenças Sexualmente Transmissíveis / AIDS¹⁹, tema que precisa ser ajustado à faixa etária e às especificidades da turma, com a qual o trabalho vai ser desenvolvido (Brasil, 1998).

A introdução e abordagens de temas desta natureza na e pela escola, reforçam a importância da articulação entre escola e sociedade. A escola que não observa e considera o mundo real, distancia-se dos sujeitos que a constituem. Há que se considerar o contexto histórico, econômico e social bem como os problemas enfrentados no cotidiano dos estudantes, professores e demais envolvidos com o processo educacional escolar, a fim de dar sentido à função social da escola. Desta forma, o currículo escolar é vivo e está em constante movimento, conforme trataremos mais adiante nesta tese.

De acordo com reflexão de Vicente (2021), conforme concepção presente nos PCN, a educação sexual nas escolas deve ser desenvolvida a partir de uma visão pluralista de ideias, valores e crenças presentes nos diversos meios sociais. Essa ação é necessária para que os alunos adquiram a aula referência mediante a reflexão. Nesse sentido, destaca-se como resultados positivos a vivência de experiências bem-sucedidas, o aumento do rendimento escolar e a redução da angústia e agitação em sala de aula.

Uma vez que envolve temas fortemente relacionados a preconceitos, tabus, crenças e valores vivenciados no cotidiano de cada indivíduo, é necessário que o trabalho com a sexualidade não se limite a aspectos biológicos, contemplando principalmente os aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos e psíquicos subjacentes à temática.

Desse modo, o ideal é que se tome como ponto de partida os diálogos estabelecidos na sala de aula, as demandas apresentadas pelos próprios alunos, suas dúvidas, temores e

¹⁹ A AIDS chega ao Brasil por volta dos anos 1980. O primeiro caso de HIV no Brasil foi registrado na cidade de São Paulo, mais especificamente no Hospital Emílio Ribas, em 1980. Porém, foram necessários ainda mais dois anos para que o diagnóstico fosse classificado como AIDS ([https://graduacao.afya.com.br/medicina\(historia-aids-brasil, 2023\)](https://graduacao.afya.com.br/medicina(historia-aids-brasil, 2023))).

incertezas. E caso seja necessário, realizar intervenções pontuais que levem à verbalização das dúvidas e temores, tratando-as de forma clara e direta. Conforme pontuado por Vicente (2021, p. 84):

Além dos aspectos biológicos, sociais e culturais, a orientação sexual no âmbito escolar postulada pelos PCN, inclui a promoção da saúde, por meio de ações preventivas às infecções sexualmente transmissíveis, às situações de abuso sexual e à gravidez indesejada. Em termos gerais, a tarefa de zelar pela saúde e bem-estar das crianças e jovens é incumbida à escola pelo fato de ser considerada um espaço privilegiado de convívio social, que possibilita trocas de experiências afetivas e de reflexão sobre a própria sexualidade.

O trabalho pedagógico voltado para as questões de gênero postulados nos PCN visava o combate às relações autoritárias bem como o questionamento dos rígidos padrões de conduta estabelecidos para homens e mulheres a partir de construções socioculturais inerentes à biologia. A abordagem desses temas é fundamental para a desmistificação de concepções que, ao escamotearem as razões, sociais, históricas e políticas das desigualdades entre homens e mulheres, acabam por legitimar a heteronormatividade.

Uma crítica feita aos PCN de orientação sexual é quanto ao fato de este não abordar temas de relevância, como a homossexualidade, bissexualidade e outras diversidades sexuais bem como a discriminação destes. Além desse aspecto, outro ignorado é a sexualidade no período infantil, sendo relevante tratar a temática desde essa fase, visto que a sexualidade perpassa pela infância, adolescência, vida adulta e terceira idade (Assis; Souza; Barbosa, 2021).

Outro aspecto ressaltado pelos autores é que a sexualidade ainda persiste como um tabu, e isso gera dificuldades para o trabalho com as dúvidas dos estudantes ou com situações inadequadas no ambiente escolar. A consequência pode ser sujeitos confusos ou excluídos por não se encaixarem no padrão social e culturalmente estabelecido. Neste mesmo contexto de dificuldades, tem-se a religião que contribui para a formação dos mitos envolvendo o sexo e a sexualidade.

A sexualidade humana é uma temática revestida de elevada subjetividade e as representações acerca desse tema é que vão nortear, ou não, sua abordagem no espaço escolar. Por isso é que no Volume 10 dos PCN o tema foi instituído como transversal. Por outro lado, existem autores que divergem quanto à utilização do termo Orientação Sexual, preferindo o termo Educação Sexual, sob o argumento de que o primeiro se refere apenas à orientação sexual. Para outros, contudo, o termo orientação é mais adequado por tratar-se a educação de “um processo de reflexão do próprio ser, e a orientação envolve as várias áreas que influenciam a aprendizagem e as relações humanas” (Assis; Souza; Barbosa, 2021, p. 13671).

Analisando vários estudos sobre o tema, os autores supracitados destacam que os conteúdos específicos de cada disciplina podem servir à educação sexual, sem desconsiderar os temas transversais. Essa perspectiva torna maior a responsabilidade dos educadores quanto à formação dos educandos, que devem estimular a criatividade, a capacidade de reflexão, de questionar, ao invés de buscar memorizar conteúdo sem significado.

Desse modo, consideramos o termo educação sexual mais adequado, haja vista propiciar ao educando a possibilidade de ser sujeito ativo, participante do próprio processo de aprendizagem e não simples receptor de orientações. Nesse processo ativo, ele pode posicionar-se, expressar opiniões e sua percepção sobre o assunto. Educar significa formar, com o educador dando ao educando condições para o crescimento interior. Além do mais, a educação sexual possibilita o debate aberto, as discussões, as trocas de experiências, a aquisição de conhecimentos mais amplos, capacitando os educandos para a participação em lutas sociais e consequente mudança da realidade.

Os PCN, por ocasião de sua implantação conferiram maior visibilidade à educação sexual no Brasil. Contudo, embora sua finalidade fosse promover reflexões e discussões de técnicos, professores, equipes pedagógicas e com pais e responsáveis, com a finalidade de sistematizar a ação pedagógica da escola em relação à abordagem de questões da sexualidade, isso não aconteceu à época bem como ainda se apresenta como um desafio a ser superado. Representaram um avanço importante no que tange à educação sexual e a perspectiva que então se criou, foi de que temas como gênero e sexualidade seriam trabalhados de forma transversal, em todas as disciplinas. Mas, tanto na ocasião de sua implantação como nos anos posteriores, persistiu o distanciamento dessas temáticas do espaço escolar. As dificuldades têm sido muitas, como falta de qualificação e preparo dos professores, falta de recursos didáticos, o conservadorismo que predomina na sociedade brasileira, a persistência da sexualidade como um tabu, a permanência da ideia de que cabe ao professor de Ciências esse papel, a visão biologizante da sexualidade, entre diversos outros fatores.

Considerando a presença cada vez mais marcante da diversidade sexual, das questões de gênero na sociedade, na realidade social dos estudantes e na escola, é preciso uma educação sexual mais efetiva e não uma abordagem pontual quando o tema desperta alguma curiosidade, quando surge alguma necessidade ou com a finalidade de prevenir a gravidez precoce e a transmissão de doenças sexualmente transmissíveis. Para tanto, uma reestruturação dos PCN foi necessária de modo a atender as demandas atuais da educação sexual, como o combate à violência de gênero, ao preconceito, à discriminação contra a mulher, à homofobia e outras formas de violência.

Outro importante documento para o campo da Educação foi o Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, que determinou diretrizes, metas e estratégias para a política educacional que vigorou até o ano de 2010. Entre os objetivos e metas para os cursos de formação docente, contemplava-se nas diretrizes curriculares os estudos de temas relacionados às questões tratadas nos temas transversais, notadamente aquelas relativas às abordagens de gênero, educação sexual, ética, saúde e temas locais. Entretanto, este PNE não foi colocado em prática de forma permanente, de modo que alguns de seus objetivos e metas foram parcialmente alcançados, enquanto outros sequer foram contemplados, conforme destacado por Barbosa, Viçosa e Folmer (2019, p. 4):

Em 2001, um importante documento para o campo da Educação tornou-se pauta de relevantes discussões: o Plano Nacional de Educação (PNE/Lei 10.172/2001), documento que determinou diretrizes, metas e estratégias para a política educacional que vigorou até o ano de 2010. Nos objetivos e metas para os cursos de formação docente, incluíam-se nas diretrizes curriculares os estudos de temas relacionados às problemáticas tratadas nos temas transversais, especialmente no que se referem às abordagens de gênero, educação sexual, ética, saúde e temas locais. Porém, o referido PNE não foi permanentemente colocado em prática e muitos de seus objetivos e metas foram parcialmente ou não foram contemplados.

No ano de 2009, surgiu a proposta de um novo PNE, que deveria ser executado entre os anos 2011-2020. Naquele ano ocorreram Conferências Municipais e Estaduais e, em 2010, a Conferência Nacional de Educação, nas quais foram discutidos os princípios norteadores para a elaboração do PNE. Em relação à sexualidade, nesse novo documento, o tema foi contemplado no Eixo II, intitulado Educação e Diversidade: Justiça Social, Inclusão e Direitos Humanos, cujas proposições e estratégias estavam voltadas para a promoção da igualdade racial, de gênero, por orientação sexual e identidade de gênero, dos direitos reprodutivos e da prevenção a abusos e exploração sexual.

O PNE se constitui em um documento no qual são definidas as diretrizes, metas e estratégias para a política educacional brasileira e que, portanto, é rediscutido e reelaborado a cada decênio. Assim, no âmbito das discussões para a aprovação do novo Plano Nacional de Educação, houve um fortalecimento dos slogans doutrinação e ideologia de gênero no contexto dos grupos e mídias sociais, com seus agentes travando intensas disputas por ocasião da construção do Plano. Isso resultou na retirada da obrigatoriedade das discussões sobre gênero e sexualidade no ambiente escolar, de acordo com comentário de Barroso e Silva (2020):

O Plano Nacional de Educação – PNE é um documento no qual se definem diretrizes, metas e estratégias para a política educacional brasileira sendo rediscutido e reelaborado a cada decênio (atual PNE: 2014 a 2024) [...]. Em meio às discussões para a aprovação do Plano Nacional de Educação (2014), os slogans doutrinação e ideologia de gênero se

fortaleciam diante dos grupos e mídias sociais, e seus agentes travavam intensas disputas durante a construção do Plano, culminando na retirada da obrigatoriedade das discussões sobre gênero e sexualidade no âmbito do PNE [...] (Barroso; Silva, 2020, p. 443-444).

Desse modo, no PNE de 2014-2024²⁰, Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, a sexualidade perdeu seu caráter educativo, conforme apontam os pesquisadores Chiaradia e Nascimento (2016), restringindo-se ao controle da violência sexual, além do que, todas as questões de gênero e sexualidade foram retiradas desse documento.

Em relação às questões de gênero e sexualidade no PNE 2014-2024, os autores destacam que a proposta compreendia tópicos referentes a análise de livros didáticos no que tange ao conteúdo discriminatório envolvendo a mulher, o negro, as negras e os povos indígenas, além de incluir na formação docente as discussões relativas aos temas transversais e às questões de gênero. Mas, mediante as muitas alterações feitas, o conjunto de propostas constantes no PNE anterior (2001-2010), acabou limitando-se a uma estratégia no PNE atual: o combate à violência sexual.

Conforme destacado por Semis (2017), em 2014, as expressões gênero e orientação sexual foram suprimidas do Plano Nacional de Educação. A frase “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção de igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual” foi modificada, dando lugar à publicação de outra: “erradicação de todas as formas de discriminação”.

Em 2015, também nos Planos Municipais de Educação (PME)²¹, foram retirados os trechos em que constavam as expressões: diversidade sexual, orientação sexual e gênero.

A retirada destas temáticas dos referidos documentos significa um retrocesso no setor educacional, além de evidenciar, de acordo Groff, Maheirie e Mendes (2015, p. 1433),

[...] a força de um movimento fundamentalista no Brasil, representado na câmara federal por deputados da chamada “bancada evangélica” e por deputados católicos conservadores. Preocupados em manter princípios que negam o gênero como uma construção histórica, social e cultural bem como as múltiplas possibilidades de expressão das sexualidades e das formas contemporâneas de constituição familiar, estes setores conservadores têm negado a perspectiva de uma educação inclusiva pautada nos direitos humanos.

O conservadorismo no Brasil é basicamente de caráter moral e político, se apresentando como um movimento novo para a preservação dos bons costumes, da família e da moral.

²⁰ Entre o período de vigência do PNE 2001-2010 e o atual PNE 2014-2024, há uma vacância de três anos, quando diferentes interesses entraram em disputa na construção desta política (Chiaradia; Nascimento, 2017).

²¹ Em decorrência do PNE, estados e municípios tiveram que elaborar seus próprios planos, como preconiza o Art. 8º da Lei 13.005/2024. Ou seja, elaborar seus correspondentes planos de educação, ou adequar os planos já aprovados em lei, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas no PNE, no prazo de 1(um) ano contado da publicação desta Lei.

Defende a manutenção das instituições sociais tradicionais como a família, a comunidade local e a religião, além dos usos, costumes, tradições e convenções sociais. Por isso se opõe à educação sexual e à abordagem acerca de gênero, sexualidade e diversidade sexual, por acreditar que isso contraria os princípios cristãos e que cabe somente à família ensinar sobre sexo para os filhos.

Os grupos conservadores perpetraram um movimento que visava a retirada das discussões sobre gênero e sexualidade do Plano Nacional de Educação, que ficou conhecido como movimento contra “ideologia de gênero”.²² As ideias preconizadas se disseminaram em todo o país, adquirindo significativa proporção e força, no sentido negativo, inclusive promovendo uma distorção das noções de sexualidade. Para Seffner (2016, p. 8),

[...] Grupos conservadores de variadas matizes passaram a enxergar em qualquer abordagem de gênero a temível “ideologia de gênero, como se também não fosse ideologia o discurso que professam na condenação do gênero. Tal movimento iniciou com forte expressão em 2014 e atingiu seu ápice em 2015, sempre em sintonia com a elaboração e votação dos planos de educação.

Não havia, por parte desse movimento, nenhuma proposta de inclusão no PNE, somente a supressão dos marcadores sociais da diferença, notadamente gênero e sexualidade, se estendendo também à raça, religião e geração, conforme pontuado por Seffner (2016).

Assim, valores defendidos pela classe social marcadamente conservadora, serão pano de fundo para o golpe de 2016.

Não é surpreendente que um golpe conservador, sustentado por setores de direita e por parte da classe média que faz da moral sua maior bandeira política, embalada pelo discurso de defesa da família e dos valores religiosos, **eleja como ameaça as formas de sexualidade** e de desejo que desafiam a heteronormatividade e a cisgeneridade (Quinalha, 2016, p. 108; grifo nosso).

Neste contexto, destaca-se que a retirada desses marcadores sociais do PNE reafirma, no processo educacional brasileiro, a naturalização das diferenças entre homens e mulheres, a ideia da família patriarcal como instituição única e verdadeira e a concepção de vida social a partir da reprodução biológica entre homem e mulher, afirmando a heteronormatividade como o único padrão adequado e socialmente aceito.

²²A “ideologia de gênero” consiste em um discurso político de natureza religiosa que, segundo explicação de Aragusuku (2020, p. 107) foi gradualmente propagado nos meios teológicos católicos em fins dos séculos XX e início do XXI, para então se tornar fluente nas disputas políticas em diversas partes do mundo a partir da atuação de grupos conservadores cristãos. Uma reação conservadora aos avanços jurídicos, em termos de direitos sexuais e políticas de gênero e sexualidade – como o reconhecimento das uniões homoafetivas, do direito ao aborto, da necessidade de políticas de proteção à diversidade sexual etc. – assimilados pela Organização das Nações Unidas e promovidos por diversos Estados nacionais”.

Como já foi anteriormente mencionado, a partir de 2015, o movimento conservador tornou-se mais acirrado no país, tendo como fundamento os princípios cristãos, opondo-se a qualquer ação e proposta voltadas para a defesa da educação sexual e direito de manifestação da sexualidade. Foi neste contexto que teve início o processo de formulação da Base Nacional Curricular Comum (BNCC).

De acordo com análise de Vicente (2021), a BNCC foi discutida e elaborada em um momento marcado por uma profunda crise política, quando configurava-se um movimento que demandava o retorno ao conservadorismo. Neste contexto, a versão final da BNCC acabou sofrendo a influência de diversos eventos que, em consequência, impactaram diretamente a implantação da nova estrutura de educação.

Entre estes eventos, segundo Vicente (2021), estão: o apressamento nas alterações de legislações relativas à educação, à esfera trabalhista e à previdência social; a substituição de especialistas efetivadas pelo MEC no decorrer do processo de construção da BNCC e, notadamente, as pressões do Movimento Escola sem Partido (ESP) para que o documento fosse aprovado pelo Congresso o quanto antes, de modo que as modificações contemplassem as questões de interesse desse grupo.

Em relação às questões de gênero e sexualidade, a versão oficial apresenta retrocessos evidentes, especialmente em comparação às diretrizes preconizadas pelos PCN. Em 1997, os Parâmetros Curriculares de Orientação Sexual foram oficializados visando-se sua implantação nos currículos escolares. A BNCC, em 2018, por sua vez, traz em seu bojo um profundo silenciamento quanto a essas questões.

Mesmo que tenha ocorrido significativas contribuições em prol da inclusão dos referidos temas nos referenciais curriculares, na versão final da BNCC, os trechos que defendiam o respeito à diversidade de indivíduos quanto às diferenças de sexo, identidade de gênero e orientação sexual foram excluídos de todos os componentes curriculares em que havia essa indicação.

O jogo de interesses esteve presente no processo de construção da BNCC e, em consequência disso, não houve transparência nos debates que resultaram na versão final do documento. Este foi aprovado com diversas falhas como a censura da temática racismo, a total omissão em relação às questões da sexualidade, homofobia e gênero. Por esta razão, elaboração da BNCC não foi um processo legítimo, primeiro porque os dados da consulta pública não foram sistematizados pelos órgãos oficiais e, segundo, devido à falta de explicações quanto ao fato de algumas proposições terem sido incorporadas no documento e outras não.

O que se tem é um documento tecnocrático e conservador, produzido sem transparência, a ser imposto aos sistemas de ensino e às escolas (Ximenes, 2017). A versão final da BNCC enviada pelo MEC para ser homologada, na realidade incorporou o viés conservador dos projetos de lei da Escola Sem Partido (ESP), resultando na exclusão das discussões de gênero e sexualidade nas instituições escolares.

O ESP surgiu no ano de 2004, a princípio, sem força política e sem apontamentos de relevância e preocupação, manteve-se por um tempo desconhecido. A partir de 2014, adquiriu maior visibilidade ao preconizar a proibição de as escolas agirem de forma oposta às convicções morais das famílias dos estudantes. Desse modo, não caberia e não deveriam os professores fazerem qualquer menção à sexualidade nas salas de aula, pois isso consistiria em “ideologia de gênero” e induziria os alunos à homossexualidade.

O ESP traz em seu bojo a defesa de uma escola apartidária, sem doutrinação e livre de ideologias²³. Esse tema ganhou força em 2015 e maior evidência nas campanhas eleitorais de 2018 e no início do mandato do presidente da república Jair Bolsonaro (2019-2022) (Souza; Chagas, 2019).

A partir de 2014, a proposta do ESP ganhou ênfase mediante o envio de projetos à Câmara dos Deputados, nos quais as instituições escolares deveriam aderir, denotando os docentes como doutrinadores de alunos, principalmente, no âmbito da sexualidade e da identidade de gênero. Desse modo, o ESP intervinha nas questões consideradas “ideologias de gênero”, ao mesmo tempo apresentando-se neutro, contrariando o que na prática o caracterizava, um movimento de carácter conservador, cujas teses representavam um retrocesso nos avanços obtidos ao longo dos anos, inclusive aqueles relacionados aos direitos humanos (Manhas, 2016).

Por ocasião da elaboração da BNCC, foi intensa a atuação do ESP para que suas teses e propostas fossem contempladas no documento. Essas propostas estavam em discussão já algum tempo e seus defensores adquiriram espaço dentro do MEC e nas discussões envolvendo o texto final da Base nacional, com a entrada de Mendonça Filho (DEM), ministro da Educação no governo do presidente Michel Temer (MDB) (2016-2018).

²³ Postura concernente com o neoliberalismo, doutrina política, econômica e ideológica que preconiza a redução do poder do Estado nas questões sociais e retração dos direitos sociais. De acordo com Toniol (2022, p. 5): “Esse movimento pode ser concebido como inserido em um campo discursivo neoconservador e neoliberal, defendendo um projeto de educação antidemocrático e excludente”. Assim, o intuito é o controle e a repressão do trabalho docente.

A entrada forçada de Temer na condução das políticas educacionais no Brasil é decisiva para os tempos seguintes:

O governo interino Temer, ainda que não seja uma ditadura ou um regime totalitário, tem sua origem em um golpe parlamentar e não em eleições diretas. Assim, de partida, ele perde em pluralidade e é destituído de uma tensão salutar entre as instituições, marcando um alinhamento ímpar entre Executivo e Legislativo que reforça as agendas conservadoras com essa aproximação institucional. Ao assumir, desde o Estado, um discurso religioso e com sua base de sustentação parlamentar nitidamente vinculada a setores fundamentalistas, esse governo interino toma o poder como um lugar de irradiação de discursos sobre gênero e sexualidade que colocam em risco conquistas de décadas, pois diversos projetos de lei em trâmite de autoria de parlamentares fundamentalistas terão agora mais chances de serem aprovados no Legislativo e sancionados pelo Executivo (Quinalha, 2016, p. 110).

Dentre as questões que para o ESP precisavam ser resolvidas antes da versão final da BNCC estão: a doutrinação produzida pelo currículo escolar, o viés ideológico de esquerda que fundamentaria o documento apresentado à consulta pública; a diversidade cultural nos currículos e a ideologia de gênero nos currículos escolares (Macedo, 2017).

Tratava-se de demandas políticas das minorias sociais, relativas à raça, gênero e sexualidade, questões que, mesmo timidamente, vinham conquistando algum espaço no currículo escolar no decorrer do tempo.

Com a interrupção das poucas conquistas de grupos minoritários, principalmente os de mulheres e LGBTs, precisamente no campo educacional e no âmbito do currículo escolar, a intenção era manter o controle sobre eles. Vale ressaltar que esse era apenas um dos meios de controle que esse movimento ultraconservador buscava utilizar.

A ação do ESP, no processo de construção da BNCC, começou a delinear-se após a publicação da segunda versão, mediante o fortalecimento das demandas conservadoras, resultando em controles e táticas de exclusão das diferenças nas propostas para a educação. De acordo com Santos *et al.* (2020, p. 12-13):

O MESP atuou em duas frentes em relação às demandas desse documento. A primeira colocou em xeque a competência do Conselho Nacional de Educação (CNE) para sua aprovação, restringindo-o ao âmbito curricular e minando sua atuação em termos da inserção dos direitos humanos e civis na BNCC. A segunda frente diz respeito ao conteúdo da BNCC, no tocante aos objetivos de aprendizagem e de ensino, de modo que ampliou o caráter reativo de suas proposições ao defender: a) a transferência da educação para o espaço privado da família; b) o controle ideológico; c) o apagamento e a censura da diversidade nos currículos; d) o ocultamento das abordagens de gênero. Diversas (os) defensoras/es do MESP, desde 2016, passaram a ser interlocutoras/es acessados pelo MEC e endossados pelas bancadas religiosas quanto à defesa do ensino por competências e à politização da BNCC, empunhando a bandeira de uma revisão imediata do documento, que mal fora implantado, com a justificativa de que o Congresso teria condições de assegurar a pluralidade de ideias e a ordem técnica do ensino muito mais que o próprio Ministério e seus órgãos deliberativos.

Como podemos ver, o ESP atuava de forma ferrenha ao impor suas proposições, para submeter a educação brasileira aos ditames do conservadorismo, inclusive confrontando instituições educacionais. O tipo de educação proposto por esse movimento é aqueles cujos conteúdos são definidos a partir de um currículo no qual os conhecimentos dados como significativos são os determinados por uma classe social. Ainda nesse tipo de educação não há qualquer possibilidade de uma relação dialógica, uma vez que os/as alunos/as são sujeitos passivos e não estão na centralidade do processo ensino-aprendizagem.

A intenção do ESP seria calar os/as educadores/as para que não propiciassem aos/as estudantes a capacidade de reflexão crítica do contexto em que estão inseridos, tornando-os/as produtos de uma única forma de pensar, de conceber e ver a realidade. Assim, impediria que tivessem uma visão ampla e reflexiva sobre todo tipo de questão, como, por exemplo, a temática da diversidade sexual, gênero e sexualidade.

O que o ESP buscava, com suas demandas, era a ideologização dos conteúdos de ensino, a partir de uma forma tendenciosa de trabalhar os diversos conteúdos, transmitindo os valores dos grupos sociais mais conservadores, as informações de interesse do capital e dos grupos social e politicamente privilegiados, de modo a garantir a manutenção da ordem vigente.

Ao defender uma escola apartidária, livre de ideologias e ao denunciar os professores como doutrinadores de alunos, o ESP pretendia, na realidade, manter a instituição escolar como instrumento a serviço do capital e das classes dominantes conservadoras. Além disso, pretendia impedir que a proposta da educação sexual continuasse avançando no contexto escolar. A tentativa de tolher as conquistas dos grupos minoritários nos âmbitos educacional e curricular visava manter o controle sobre esses grupos. A real pretensão era assegurar a manutenção da sociedade burguesa, tradicional, com seus valores, padrões de moral, interesses políticos, sociais e econômicos.

Em vista do que foi aqui analisado, a BNCC, da mesma forma que os PCN, não foi homologada a partir de contribuições democráticas. Embora seu processo de construção, a princípio, tenha ocorrido a partir de diversas contribuições de sujeitos sociais, refletindo um processo de criação democrático, posteriormente se rendeu às influências autoritárias e conservadoras de representantes da iniciativa privada, da Igreja e do governo. A ação do ESP foi reflexo dessas influências.

Em 2018, o ESP foi arquivado, mas as ideias que preconizava não foram totalmente extintas. Exemplo disso, conforme destacado por Moura e Leite (2019, p. 73), é que

[...] as falas sobre o combate à “ideologia de gênero” voltaram à tona no discurso do presidente em posse no ano de 2019 e por alguns de seus ministros, entre eles o primeiro, empossado em janeiro, da Educação. Este rotulou instituições de ensino como semeadoras da diversidade sexual, desconsiderando a diversidade como parte do desenvolvimento humano.

Atualmente, esse discurso persiste. Os defensores do conservadorismo, bolsonaristas ou não, ainda mantêm a mesma postura em defesa dos próprios interesses e da classe social que representam. As discussões sobre Educação Sexual, questões de gênero e sexualidade continuam sem um consenso e os maiores prejudicados com isso são os/as estudantes que se deparam cotidianamente com essa realidade nos diversos espaços sociais, sem as informações adequadas que lhes propiciem condições de conviverem com a diversidade sexual e as diferenças de um modo geral.

2.4 A Educação Sexual na escola

A educação sexual do indivíduo acontece em vários espaços sociais, sendo a escola um espaço propício para isso, dada o seu caráter informativo e formativo. Além disso, “O ambiente escolar constitui espaço de convivência que promove interações sociais que contribuem para a formação cidadã, sendo propício para o desenvolvimento de estratégias e ações que envolvam a realidade e o contexto do educando” (Barbosa, Viçosa, Folmer, 2019, p. 7).

Em razão disso, a educação sexual tem na escola um espaço favorável, no qual é possível a reflexão, a problematização, a discussão da temática da sexualidade de forma realística, crítica, construtiva, informativa e formativa.

A expressão educação sexual tem sido alvo de múltiplos entendimentos no que tange ao seu significado, conteúdos, eficácia e consequências. Na década de 1990, era chamada de Orientação Sexual, não havendo ampla aceitação e concordância da parte de muitos autores em relação a esse termo. Em 2019, documentos da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura – UNESCO apresentam o termo “Educação para a Sexualidade” que também não foi aceito para designar a prática educacional interventiva em questões da sexualidade no espaço escolar (Correia; Conceição, 2021). Não havendo consenso, os três termos permaneceram presentes na literatura sobre a temática. Ressalta-se que a expressão Orientação Sexual se tornou oficial e institucionalizada com o lançamento dos PCN em 1997, conforme tratamos no item anterior.

Atualmente, tem-se feito referência à educação sexual e informação sexual: à educação para a sexual, e, informação sexual à educação para a sexualidade; e, ainda, à educação sexual e educação afetivo-sexual. A educação sexual em determinado momento é percebida como um

processo marginal à construção da identidade sexual; em outro é concebida como elemento essencial para a mudança dos costumes (Correia; Conceição, 2021).

A educação sexual constitui, antes de tudo, uma forma de educação, visto ser uma prática ou ação voltada para a transmissão de conhecimentos, representações, valores e práticas. Correia e Conceição (2021) defendem que ela se configura como toda ação de ensino-aprendizagem sobre a sexualidade humana, envolvendo, além de conhecimentos relacionados à vida sexual, sentimentos, emoções, valores e normas.

Segundo consta nas Orientações técnicas internacionais de educação em sexualidade - Uma abordagem baseada em evidências da UNESCO, edição revisada de 2019, a educação em sexualidade pode ser entendida como toda e qualquer experiência de socialização vivida pelo indivíduo ao longo de seu ciclo vital, que lhe permita posicionar-se na esfera social da sexualidade.

De fato, a aprendizagem sobre a sexualidade acontece em diversos espaços sociais de vivência dos indivíduos no decorrer de sua vida, a partir de seus relacionamentos. A educação sexual implica em direito de obter informações bem como o direito de ter oportunidades de expressar sentimentos e valores e adquirir subsídios para a construção da própria sobre a questão da sexualidade. Na concepção de Figueiró (2007, p. 15),

[...] a Educação Sexual tem a ver com o direito de toda pessoa receber informações sobre o corpo, a sexualidade e o relacionamento sexual e, também, com o direito de ter várias oportunidades para expressar sentimentos, rever seus tabus, aprender, refletir e debater para formar sua própria opinião, seus próprios valores sobre tudo que é ligado ao sexo.

Nesse mesmo sentido, Benites (2006) caracteriza a educação sexual como o processo educativo no qual a pessoa adquire informações sobre sexo, sexualidade, corpo e gênero. A partir dessas informações formam-se atitudes, valores e crenças sobre sexualidade.

Em decorrência de sua formação cultural, os indivíduos carregam uma gama de tabus, preconceitos e sentimentos, muitas vezes negativos, em relação ao sexo e isso tem dificultado o diálogo aberto e realístico sobre o assunto, conforme destacado por Nogueira *et al.* (2016). Em vista disso, o professor que se propõe educar sexualmente os/as alunos/as precisa preparar-se para isso, rever os próprios valores e concepções sobre sexo, gênero e sexualidade, precisa reeducar-se sexualmente participando de estudos, adquirindo conhecimentos, buscando novos caminhos para atuação.

A educação sexual no contexto escolar é necessária para a formação da sexualidade de crianças e jovens visto que tem como finalidade prepará-los para fazerem escolhas seguras,

saudáveis e conscientes e, acima de tudo, propiciar o desenvolvimento de atitudes respeitadas no que se refere aos relacionamentos sociais e afetivos. Nesse sentido, Vieira *et al.* (2017, p. 15) ressaltam que

A escola e os educadores têm papel fundamental, podendo contribuir positivamente para uma educação integral, social e culturalmente libertadora, na qual o conhecimento ultrapassa a técnica e o conteúdo dos currículos das disciplinas, tornando claras as relações entre o saber e a vida cotidiana.

A educação sexual na escola não tem a intenção de substituir os pais nesta tarefa, que deve iniciar em casa e ser complementada na instituição escolar, a partir de uma abordagem clara, sem qualquer senso de julgamento e sem a influência de tabus, propiciando informações adequadas e corretas. Contudo, sexo é tabu, o que consiste em um desafio para a educação sexual.

De acordo com Dias e Oliveira (2015), a educação sexual consiste em um processo de formação global do qual o indivíduo, a família, a sociedade e a escola fazem parte. Mas é na escola que suas ações são sistematizadas, razão pela qual esta instituição não pode limitar-se apenas ao papel de informante, pois correria o risco de tornar a educação sexual em mera instrução sexual.

Isto significa que os conteúdos curriculares precisam estar integrados com as questões sociais, configurando, no campo pedagógico, a transversalidade. Por ser a educação sexual uma questão de extrema relevância, precisa ser discutida e refletida na escola, com a finalidade de produzir conhecimento e, simultaneamente, promover o respeito a si próprio e aos outros (Dias; Oliveira, 2015).

Assim, a educação sexual nas escolas precisa ter como base uma concepção pluralista das sexualidades, isto é, levar em conta a multiplicidade de comportamentos sexuais e os valores a eles associados. Cada indivíduo deve ser visto em sua singularidade e realidade cultural, a partir da ideia de que não há uma verdade absoluta no que se refere às concepções, atitudes, práticas e vivências da sexualidade (Maia; Ribeiro, 2011).

A educação sexual adequada, na concepção dos autores, é aquela que além de fornecer informações busca também organizar um espaço para a realização de reflexões e questionamentos sobre a sexualidade, incluindo esclarecimentos acerca dos mecanismos sutis de repressão sexual aos quais a sociedade está submetida e sobre a condição histórico-social em que a sexualidade se desenvolve. Portanto, “a educação sexual nas escolas deve abranger, além das temáticas preventivas como saúde sexual e reprodutiva, discussões que incluem os relacionamentos sociais, a cidadania e os direitos humanos, incluindo o respeito à diversidade sexual” (Maia; Ribeiro, 2011, p. 81).

Se a finalidade é promover o desenvolvimento pleno do sujeito, a escola destaca-se entre os grupos de referência (família, Igreja e outros), pois esta é a sua função primordial. De modo que, nesse espaço pedagógico, a orientação sexual torna legal as discussões e as reflexões acerca da sexualidade (Maia; Ribeiro, 2011).

Vale ressaltar que a construção do gênero e da sexualidade do indivíduo não é algo que acontece em um dado momento, mas ao longo de sua vida, a partir de inúmeras aprendizagens e práticas, em diversas situações. Trata-se de um processo no qual participam diversas instâncias e espaços, inscrevendo nos corpos as marcas e as normas que devem ser seguidas. Sobre isso, Louro (2008, p. 18) afirma:

A construção dos gêneros e das sexualidades dá-se através de inúmeras aprendizagens e práticas, insinua-se nas mais distintas situações, é empreendida de modo explícito ou simulado por um conjunto inesperado de instâncias sociais e culturais. É um processo minucioso, sutil, sempre inacabada. Família, escola, igreja, instituições legais e médicas mantêm-se, por certo como instâncias importantes nesse processo constitutivo. Por muito tempo, suas orientações e ensinamentos pareceram absolutos, quase soberanos.

Na contemporaneidade outras instâncias têm exercido influências no comportamento das pessoas. É esse o caso da mídia, das novelas, da publicidade, das revistas, da internet, dos sites de relacionamento, dos blogs, do cinema, da televisão, dos *shopping centers*, da música popular das pesquisas de opinião e de consumo, entre diversos outros que influenciam atitudes, escolhas, posturas, expressões, posicionamentos. Conforme destacado por Louro (2008, p. 18): “As proposições e os contornos delineados por essas múltiplas instâncias nem sempre são coerentes ou igualmente autorizados, mas estão, inegavelmente, espalhados por toda a parte e acabam por constituir-se como potentes pedagogias culturais”.

Os indivíduos são constantemente interpelados por conselhos, sugestões e palavras de ordem que ensinam sobre saúde, comportamento, religião, amor, dizendo o que preferir e o que recusar, como produzir os corpos, que estilos adotar, qual o melhor modo de ser e viver. Algumas orientações procedem de instituições tradicionalmente reconhecidas por sua autoridade, como a medicina ou ciência, a família, a justiça, a religião ou provêm de outros espaços. O que podemos perceber nesses múltiplos discursos é que não são uniformes. Mesmo que normas culturais há muito tempo postas e consolidadas sejam reiteradas em várias instâncias, não é mais possível ignorar que se têm multiplicado os modos de compreender, dar sentido e de viver os gêneros e a sexualidade, consoante Louro (2008).

À escola e à educação sexual escolar impõe-se um grande desafio, diante de tantos discursos, para informar, conscientizar os educandos, discutir as diversas temáticas e ajudá-los

a refletir sobre as questões de gênero e sexualidade, diversidade sexual, entre diversos outros assuntos. A ação desenvolvida precisará ser flexível, levando em conta as demandas dos alunos suas manifestações e questões que emergem no espaço escolar.

O espaço escolar constitui-se um dos principais lugares de construção dos saberes de crianças e adolescentes, inclusive de identidade e, portanto, é um dos primeiros lugares em que esses sujeitos se deparam com as diferenças, sendo uma delas a de gênero. Por esta razão, o desenvolvimento da consciência crítica e de práticas baseadas no respeito à diversidade e aos direitos humanos não é apenas importante, mas necessário e fundamental.

A escola é um espaço propício para a transmissão do conhecimento, onde o diálogo franco e aberto é possível, as diversas opiniões e concepções podem ser colocadas e discutidas com seriedade. É, portanto, um espaço propício para a educação sexual, para a aquisição de uma visão mais realística e libertadora sobre gênero, diversidade sexual e sexualidade. Além disso, na escola é possível ensinar o valor do respeito para com as diferenças e para consigo mesmo. Não pode, pois, limitar-se à mera instrução sexual, mas privilegiar a reflexão, a discussão, o diálogo e a troca de experiências, especialmente no que tange à educação sexual.

Ressaltamos que a educação sexual incluída no espaço escolar transversalmente, conforme preconizado pelos PCN, nas várias áreas do currículo não significa a exclusão da abordagem específica, visto que existem situações em que as manifestações sexuais suscitam flexibilidade e disponibilidade por parte do professor para tal abordagem quando esta for demandada. Diante do dilema envolvendo a sexualidade na atualidade, Lima e Almeida (2010, p. 729) destacam que:

[...] é fundamental que o educador ensine de forma verdadeira e tangível a utilização dos conhecimentos, na medida em que a Escola, enquanto instituição social, precisa incluir na sala de aula abordagens que possibilitem o acesso às informações e transforme-as em conhecimento, a fim de esclarecer sobre as mais diversas questões que giram em torno da sexualidade humana, sobre aborto, gravidez, contracepção, homossexualismo, erotismo, identidade sexual, DST, entre outras importantes, além dos conteúdos especificados na matriz curricular.

Em relação à educação sexual, é grande a dificuldade para sua implantação nas escolas, havendo a perspectiva de propiciar o conhecimento superficial uma vez que existem barreiras didáticas do educador quanto ao ensino de gêneros, orientação sexual, gravidez, DST, entre outros assuntos relacionados à sexualidade. Por outro lado, as políticas públicas ainda não têm oferecido aos profissionais de ensino o preparo adequado para lidar com questões como a sexofobia ou heterofobia, a homofobia, a heteronormatividade e outros preconceitos que perpassam a sociedade há séculos, antes mesmo da existência da escola como instituição e que, atualmente, estão bastante presentes na sala de aula.

Em vista disso, uma ação voltada para a mudança dessa realidade faz-se necessária. Conforme ressaltado por Lima e Almeida (2010, p. 728),

[...] é fundamental desconstruir conceitos machistas ou feministas no sentido da transformação do processo de ensino, para a inclusão de minorias sociais como homossexuais e deficientes. Contudo, é defendida a função específica da escola de manter os jovens isolados de sua condição de integrantes da sociedade, da construção da sua história e da participação da sua cultura, além de terminar o período escolar e se tornarem adultos que não desenvolvam conflitos ou problemas.

Mas, como as contradições e os embates da sociedade manifestam-se também na escola, esse espaço social pode servir à luta pelo reconhecimento de direitos, inclusive o direito à livre manifestação da sexualidade; por maiores oportunidades de acesso à educação, ao conhecimento, ao trabalho, ao respeito, à vida digna, independente de condição socioeconômica, racial, sexual, cultural, entre outras.

É verdade que se tem visto geralmente nas escolas, uma ação dessexualizante e desmotivadora, mediante o emprego de estratégias repressivas e autoritárias na construção de conceitos, oferecendo aos estudantes pouca ou nenhuma estrutura para dialogar sobre sexualidade. Em consequência, os jovens acabam não encontrando solução aos seus questionamentos, dúvidas e incertezas, visto que nem a família e nem a escola atendem aos conflitos que estão enfrentando.

A escola pode constituir um espaço cheio de possibilidades. De acordo com Furlanetto *et al.* (2018), a escola se configura como uma instituição que tem uma função social voltada para a evolução intelectual, física, social e cultural dos indivíduos. A sexualidade, por sua vez, perpassa todas as fases do desenvolvimento dos alunos e será fortemente influenciada pelas características da formação discente e pelos diferentes modelos aprendidos na família e na escola mediante professores e funcionários. Reside aí a grande complexidade contida nas relações, em decorrência de diferentes percepções, padrões culturais e sociais e visões de mundo, tornando essencial que a educação sexual seja trabalhada a partir de critérios norteadores, por profissionais qualificados, com a finalidade de diminuir conflitos e visões pessoais.

Muitos educadores têm destacado a dificuldade de trabalhar com a educação sexual, o que pode estar relacionado com a própria constituição histórica da sexualidade. As práticas higienistas e a repressão da liberdade de expressão sexual, associadas a crenças religiosas, marcaram o início da educação sexual no Brasil, culminando com a valorização das relações heterossexuais, do patriarcado e da visão da sexualidade como um tabu. Atualmente esses

aspectos têm impedido o estabelecimento de um diálogo aberto e franco sobre sexualidade na escola, com as iniciativas limitadas às informações sobre práticas de preventivas, especialmente nas séries finais do ensino fundamental e no ensino médio. Entre as razões da falta de diálogo sobre sexualidade nas séries iniciais está o temor de fomentar uma antecipação dos comportamentos sexuais e o receio de provocar conflitos com as famílias (Furlanetto *et al.*, 2018).

Além disso, os autores pontuam que a abordagem médico-informativas que caracterizou o início das atividades de educação sexual na história do Brasil ainda hoje encontra espaço para ser trabalhada nas escolas, tanto por se tratar de uma estratégia importante de saúde coletiva bem como em razão de seu caráter de controle e abstenção das práticas sexuais. Essa modalidade de intervenção adquire força sustentada na prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e nos elevados índices de gravidez na adolescência.

Conforme ressaltado por Furlanetto *et al.* (2018), vários estudos (a exemplo de Dias *et al.*, 2010; Cedaro, Vilas Boas e Martins, 2012; Furlani, 2011) têm apontado para a ineficiência das intervenções informativas pontuais em relação aos comportamentos sexuais de risco entre adolescentes. Essas intervenções apenas surtiriam os efeitos desejados se houvesse uma melhoria conjunta dois fatores relacionados, tais como capacitação de profissionais, reavaliação e revisão das estratégias didáticas e o desenvolvimento de uma cultura que promova a reflexão crítica ao longo da vida, de modo a propiciar aos estudantes o sentido de autocuidado.

Repensar o processo e as estratégias de educação sexual torna-se necessário para a compreensão dos significados sociais atrelados aos papéis sexuais e às representações culturais, permitindo a aproximação entre os indivíduos e, além disso, fará com que as informações preventivas façam sentido para os educandos. Considerando a realidade vivenciada atualmente, marcada por eventos como a violência de gênero, o feminicídio, a homofobia, o preconceito com a diversidade, entre outros, as ações de educação sexual precisam avançar. E, para que isso ocorra e os princípios preconizados nos PCN (apesar de terem sido substituídos pela BNCC) sejam incorporados no cotidiano escolar é preciso refletir sobre as práticas metodológicas e pedagógicas desenvolvidas e oferecer aos docentes capacitação para que tenham condições de lidar com essas questões. Toda ação voltada para a educação sexual tem relevância para uma mudança de postura, de visão, de atitude, mas é preciso mais, é preciso vislumbrar a transformação da sociedade. Neste sentido, Furlanetto *et al.* (2018, p. 564) afirmam que: “[...] toda estratégia de educação sexual tem uma contribuição social, mas apenas aquelas comprometidas com a transformação social poderão auxiliar na desconstrução de padrões de comportamento sexual excludentes”.

Para uma abordagem emancipatória voltada para a transformação dos padrões de relacionamento sexual impostos sexual e culturalmente, a ação docente não pode ser limitada ao fornecimento de informações científicas descontextualizadas da realidade em que vivem os sujeitos, mas precisa propiciar a compreensão das normas sexuais como construção social, para a promoção do respeito à diversidade sexual e de gênero e para que os estudantes vivenciem a sexualidade com liberdade e responsabilidade.

A educação sexual e as discussões sobre as temáticas da sexualidade, gênero, identidade e diversidade sexual não podem ser confundidas com doutrinação moral ou ideológica, mas percebidas como direito, como uma condição da cidadania. Ignorar, escamotear ou silenciar estas questões não faz com que deixem de existir. De acordo com Furlanetto *et al.* (2018, p. 566):

Reprimir as diferentes formas de expressão da sexualidade humana em uma sociedade não faz com que a sexualidade deixe de existir; somente oculta. De outra forma, aceitar a diversidade sexual e de gênero não faz com que ela se propague, mas promove uma consciência respeitosa.

A escola se configura como um espaço repleto de situações que refletem as relações sociais que ocorrem fora dela e que acabam influenciando comportamentos e atitudes. Por isso, torna-se cada vez mais necessário que a educação sexual seja efetivamente desenvolvida no contexto escolar, bem como aconteça o avanço das estratégias adotadas para a abordagem das questões relativas à sexualidade. Por esta razão, conhecer o que vem sendo pesquisado e discutido sobre a temática nos últimos anos, torna-se ação importante para a construção de proposições futuras. Antes desse passo, vimo-nos incitadas a verticalizar um pouco mais sobre a educação sexual no currículo do Ensino Fundamental (segunda etapa), conforme o capítulo a seguir.

As considerações apresentadas pelos diversos autores analisados apontaram que o tema educação sexual ainda está envolto em tabu, constrangimento e vergonha, dificultando sua inserção efetiva no espaço escolar. Mas isso não significa que seja uma ação impossível, visto que as temáticas da sexualidade, gênero e diversidade sexual despertam interesse e curiosidade dos estudantes. É certo que os professores têm enfrentado barreiras que dificultam a efetivação da educação sexual na escola, por exemplo, o receio de desaprovação das famílias, o conservadorismo que persiste na sociedade, a permanência da visão biologizante ou higienista da educação sexual, e, as relações de poder impostas pelos agentes que detêm a autoridade pedagógica que permeiam os documentos que orientam a formulação dos currículos escolares, entre tantas outras razões. Todavia, é na escola e nas mãos dos educadores que também

encontramos possibilidades para a mudança dessa realidade. Uma vez que se tenha uma visão mais totalizante desses documentos normativos e consciência do que se pode aproveitar, refutar ou reconstruir, os educadores terão condições de atuar de forma propositiva no cotidiano escolar, conscientizando, formando, instrumentalizando os estudantes para que atuem no sentido de mudar a realidade, e, principalmente, que lutem por seus direitos, inclusive a uma educação integral.

CAPÍTULO III – EDUCAÇÃO SEXUAL NO CURRÍCULO: DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Quando se fala em pesquisa sobre a educação sexual no espaço escolar, mais precisamente nos anos finais do Ensino Fundamental, é importante ter presente as normativas, regulamentações e diretrizes que regem a Educação Básica no Brasil. Justificamos, assim, dedicar um capítulo desta tese acerca deste assunto. Ressaltamos, contudo, que, embora não seja o objeto de estudo, as considerações feitas sobre currículo podem contribuir para evidenciar como a educação sexual vem sendo abordada na escola.

Antes, cabe aqui apresentar algumas reflexões sobre o currículo, com destaque para aspectos como concepção, dimensão ideológica e como a educação sexual tem sido contemplada no âmbito curricular.

Abordagens e reflexões sobre a relação educação sexual e currículo, requer que se desvele o papel que ele vem exercendo na determinação dos processos educativos e suas finalidades.

Consoante Apple (2002), admitindo ou não, o currículo e as questões educacionais mais genéricas sempre estiveram vinculados à história dos conflitos de classe, raça, sexo e religião em diversos países. Diante disso, pode-se afirmar que questões sociais que vêm adquirindo relevância na sociedade, ao longo do tempo, têm perpassado o currículo.

Tem sido assim também em relação às questões econômicas, com a escola sendo apontada como instituição que pode levar à solução dos problemas relativos à crise econômica e às relações de autoridade que atingem as práticas e políticas dos grupos dominantes. A princípio, acreditava-se, segundo Apple (2002, p. 87), que,

Se as escolas, seus professores e seus currículos fossem mais rigidamente controlados, mais estreitamente vinculados às necessidades das empresas e das indústrias, mais tecnicamente orientados e mais fundamentados nos valores tradicionais e nas normas e regulamentos dos locais de trabalho, então os problemas de aproveitamento escolar, de desemprego, de competitividade econômica internacional, de deterioração das áreas centrais das grandes cidades, etc. desapareceriam quase que por completo.

Tratam-se estas de concepções conservadoras que, após um período de recrudescimento, foram restauradas, com efeitos negativos sobre pessoas e instituições, nesses países. Diante disso, Apple (2002) destaca que é necessário levar seriamente em conta o envolvimento da educação com as desiguais relações de poder que caracterizam a sociedade, caso contrário, o risco é viver em um mundo distanciado, separado da realidade. Neste contexto, as teorias,

diretrizes e práticas envolvidas na educação não são técnicas, mas intrinsecamente éticas e políticas, envolvendo determinações pessoais em relação a questões do bem comum.

Ao analisar as instituições escolares e o que acontece em seu interior, o autor identificou o que é chamado de tendências contraditórias, resistências e conflitos envolvendo as forças ideológicas que nela atuam, isto é,

a reprodução cultural e econômica não é o único fenômeno que está ocorrendo em nossas instituições educacionais [...]. já não é raro encontrar pessoas que, individualmente ou em grupos organizados, estão atuando de formas que podem oferecer importantes bases para um trabalho “contra-hegemônico”, também (Apple, 2002, p. 87).

O autor argumenta que o ressurgimento de posturas conservadoras se configura como uma tentativa de recuperar o poder hegemônico que fora ameaçado por determinados grupos na luta por seus direitos, para a conquista de maior espaço na sociedade, como as mulheres, pessoas de cor, entre vários outros.

O que os grupos conservadores propalam é a volta e a disseminação de uma cultura comum, “na qual os valores de determinado grupo-geralmente o grupo dominante – são transmitidos a todos os alunos [...]” (Apple, 2002, p. 90). Contudo, na opinião do autor, isso nada tem a ver com uma cultura verdadeiramente comum, tratando-se, na realidade, de abordagens superficiais que não levam em conta e nem aprofundam as questões políticas em pauta.

A cultura comum não deve partir da ideia de uma sociedade cordata e obediente, mas da participação coletiva de todos, seja como indivíduos, seja como grupo, em um processo contínuo que, de modo algum, deve ser imposto como algo pronto e concluído. Sendo assim, uma cultura comum não deve implicar em algo uniforme e homogêneo, a que todos devem se adaptar. Contrariamente, deve implicar e se consubstanciar em um processo livre, enriquecedor e coletivo com a participação de todos na formulação dos conceitos e valores que permearão a sociedade (Apple, 2002).

É essa a visão na qual se deve basear a reflexão sobre a relação entre educação sexual e currículo. Ao se definir essa relação, é fundamental que os indivíduos e os grupos interessados participem desse processo, que possam contribuir para construir e reconstruir as relações não apenas educacionais, mas também aquelas de cunho político e econômico.

Essa questão é relevante quando se aborda sobre o currículo escolar, visto que,

A escola em geral, ou em determinado nível educativo ou tipo de instituição, sob qualquer modelo de educação, adota uma posição e uma orientação seletiva frente à cultura, que se concretiza, precisamente, no currículo que transmite. O sistema

educativo serve a certos interesses concretos e eles se refletem no currículo (Sacristán, 2020, p. 17).

Desse modo, as finalidades atribuídas e destinadas implícita ou explicitamente à instituição escolar, no que tange à socialização, formação, segregação ou integração social etc., refletem, necessariamente nos objetivos que orientam o currículo, na seleção de seus componentes e nas próprias atividades metodológicas. É por meio do currículo “que se realiza basicamente as funções da escola como instituição” (Sacristán, 2020, p. 17).

Por esta razão é que se faz necessário desenvolver uma reflexão envolvendo os problemas e as questões relacionadas com o currículo, devendo esta ser crítica para que possa contribuir no desenvolvimento dos processos que modelam o currículo no âmbito de um sistema escolar concreto. Esta reflexão poderá contribuir para o desvelamento de valores e intenções que norteiam o currículo e que podem estar implicadas na reprodução de relações sociais desiguais e injustas, como é, por exemplo, o caso do sexismo, do racismo, do classismo e do heterossexismo.

Apresentadas estas considerações, discorreremos, a seguir, acerca da concepção de currículo e algumas de suas características.

3.1 Concepção e características do Currículo

O currículo é popularmente conhecido “como a organização das matérias a serem estudadas durante os períodos regulares de aula” (Vieira; Yuara; Santos, 2020, p. 43).

Em sentido epistemológico, o termo currículo, resulta da palavra *Scurrere*, que implica em vários significados como correr, atalho, pista de corrida, carreira, percurso a ser realizado (Malanchen, 2021; Vieira; Yuara; Santos, 2020). Surge daí a compreensão do currículo escolar como um caminho, um curso ou uma listagem de conteúdos que devem ser seguidos (Malanchen, 2021, p. 124).

No âmbito educacional e pedagógico, o conceito de currículo passou por algumas mudanças no decorrer da história da educação. Neste contexto, para Moreira e Silva (1997, p. 28), trata-se o currículo de “um terreno de produção e de política cultural, no qual os materiais existentes funcionam como matéria-prima de criação e recriação e, sobretudo, de contestação e transgressão”.

O currículo explícito se configura a partir de documentos oficiais em nível nacional expressos como normas, leis, diretrizes livros e determinações curriculares em níveis locais,

nas escolas, onde são executados os planos de ensino e de aula conforme ressaltado por Vieira, Freire e Márques (2021).

De acordo com o que foi exposto, pode-se entender o currículo escolar como uma trajetória, como o caminho percorrido pelo homem no processo de produção, transmissão e apropriação do conhecimento.

Ao analisarmos as concepções de currículo, é relevante considerar como aspectos de caráter político, econômico e cultural fundamentam a ação pedagógica / educativa consubstanciadas neste instrumento. Neste sentido, o currículo constitui “um conjunto de orientações teórico-pedagógicas que, fundamentado político-econômico-culturalmente, estabelece e orienta as intenções e finalidades da prática educativa nos processos de formação humana” (Peres; Torriglia, 2012, p. 2).

As determinações e as intenções que norteiam o currículo decorrem desse modo, dos interesses vigentes em determinada realidade histórica, cultural e social e que acabam refletindo nos procedimentos adotados. De acordo com Jesus (2017, p. 2639-40), “o currículo se refere a uma realidade histórica, cultural e socialmente determinada, e se reflete em procedimentos didática e teorização”.

A elaboração de um currículo configura-se como um processo social, no qual estão presentes simultaneamente fatores lógicos, epistemológicos, intelectuais bem como determinantes sociais como poder, interesses, conflitos simbólicos e culturais, propósitos de dominação decorrentes de fatores relativos à classe, raça, etnia e gênero (Jesus, 2017).

O currículo constitui elemento central do projeto pedagógico, além de ser viabilizador do processo de ensino aprendizagem. No âmbito desta análise, Sacristán (1999, p. 61) afirma que “O currículo é a ligação entre a cultura e a sociedade exterior à escola e à educação; entre o conhecimento e a cultura herdados e a aprendizagem dos alunos; entre a teoria (ideias, suposições e aspirações) e a prática possível, dadas determinadas condições”.

O currículo escolar é, pois, parte do cotidiano de todas as escolas, promovendo a relação entre a cultura, a sociedade e a instituição escolar; viabilizando o acesso dos estudantes, por meio da aprendizagem, ao conhecimento e à cultura; e interligando a teoria e a prática pedagógica, a partir de determinadas condições.

Conforme destacado por Peres e Torriglia (2014), os estudos sistematizados acerca do currículo originaram-se nos Estados Unidos, a partir dos estudos de Bobbit na obra “O Currículo”, de 1918. No âmbito da teoria curricular, o currículo é sistematizado e organizado “a partir de suas múltiplas dimensões, constituindo-se um conjunto de análise, interpretação e compreensão dos fenômenos curriculares” (idem, p. 5).

As autoras mencionam duas tradições na teoria do currículo. Uma refere-se à perspectiva técnica, a partir da qual o currículo é concebido como conjunto de conteúdo a ser ensinado e como plano de ações pedagógicas; a segunda, baseada nas perspectivas prática e emancipatória de inter-relação, concebe o currículo como resultante tanto do plano de ações como das realizações (Peres; Torriglia, 2014).

No processo de organização do currículo, procede-se na seleção, a partir de um universo amplo do conhecimento, de determinados conteúdos que vão atender a determinados interesses e intenções. Sobre isso, Silva (2005, p. 15) ressalta que “o currículo é sempre resultado de uma seleção: de um universo mais amplo de conhecimentos e saberes seleciona-se aquela parte que vai constituir o currículo”. Para o autor, o currículo resulta “[...] de um processo que reflete os interesses particulares das classes e grupos dominantes” (idem).

Neste contexto, o currículo não é algo fixo, mas flexível, podendo ser elaborado em consonância com as características sociais, culturais e identitárias inerentes à sociedade, visto que depende, em parte, dos processos de subjetivação, considerando “os múltiplos caminhos e itinerários formativos construídos ao longo do processo educacional” (Freire; Vieira, 2019, p. 3). Em vista disso, o currículo deve ser concebido como um processo e não como um documento estático, com diretrizes oficiais as quais determinam o que deve e o que não deve ser ensinado. Assim, é preciso referir-se ao currículo como ação, compreendê-lo como um

[...] processo que envolve uma multiplicidade de relações, abertas ou tácitas, em diversos âmbitos, que vão da prescrição à ação, das decisões administrativas à práticas pedagógicas, na escola como instituição e nas unidades escolares especificamente. Para compreendê-lo e, principalmente, para elaborá-lo e implementá-lo de modo a transformar o ensino, é preciso refletir sobre grandes questões (Sacristán; Pérez-Gómez, 2000, p. 27).

A partir dessa ideia, o currículo deve ser entendido em uma perspectiva prática que abrange diversas dimensões, que vão desde as decisões administrativas até a práxis pedagógica, relevando os itinerários formativos, múltiplos, diversos e subjetivos. Neste sentido, a concepção de currículo está relacionada ao que realmente se efetiva nas escolas, isto é, aos saberes produzidos no processo de ensino-aprendizagem, de acordo com reflexão de Freire e Vieira (2019).

Os autores destacam as concepções de currículo a partir de três vertentes teóricas que serão brevemente comentadas a seguir. Trata-se das teorias tradicionais, teorias críticas e teorias pós-críticas.

As teorias tradicionais de currículo são baseadas em modelos tradicionais e não têm por finalidade problematizar as instituições de ensino e nem os processos de configuração da vida social no que tange à sua relação com a construção do currículo de ensino-aprendizagem. Essa perspectiva caracteriza-se pelo silenciamento sobre as questões econômicas, políticas e culturais que implicam na elaboração do currículo somente como um conjunto de conteúdos que devem ser ministrados, não relevando qualquer discussão acerca da estrutura social que determina o que deve ou não ser ensinado e as razões de tal seleção (Freire; Vieira, 2019).

De um modo geral, esse modelo de currículo está fundamentado em questões técnicas, sendo baseado em uma perspectiva fabril, de monitoramento e controle dos sujeitos envolvidos no processo educacional. Neste contexto, é possível afirmar que as teorias tradicionais concebem o currículo em consonância com os moldes do sistema capitalista. Nesta perspectiva, Silva (2010, p. 148) afirma que:

O currículo é capitalista. O currículo reproduz-culturalmente – as estruturas sociais. O currículo tem um papel decisivo na reprodução da estrutura de classes da sociedade capitalista. O currículo é um aparelho ideológico do Estado capitalista. O currículo transmite a ideologia dominante. O currículo é, em suma, um território político.

Sendo assim, ressalta-se que as teorias tradicionais foram elaboradas nos moldes do sistema capitalista, tendo por características a reprodução, o controle e monitoramento da produção. Trata-se de teorias da aceitação, ajuste e adaptação que uma vez inseridas no processo educacional visam práticas de assujeitamento dos envolvidos no processo, no âmbito do modelo de controle dos Aparelhos Ideológicos do Estado²⁴, mais especificamente o Aparelho Ideológico Escolar (Silva, 2010).

Já as teorias críticas do currículo, emergem a partir dos movimentos sociais nos anos de 1960. Configuram-se como abordagens baseadas na crítica ao modelo de currículo profissional caracterizado pela reprodução do modelo fabril, reprodução social, monitoramento e rigoroso controle dos processos de ensino aprendizagem consubstanciado na sistematização de um currículo de base hegemônica. Alguns desses movimentos sociais que contribuíram para a mudança na visão de currículo foram:

Os movimentos de independência das antigas colônias europeias; os protestos estudantis na França e em vários outros países; a continuação do movimento dos direitos civis nos Estados Unidos; os protestos contra a guerra do Vietnã; os movimentos de

²⁴ Os Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE) são aqueles que funcionam pela ideologia, ou seja, são compostos por um certo número de instituições distintas como por exemplo, escola, família, sistema jurídico, sistema político, meios de comunicação etc. Estes têm como objetivo a reprodução das relações de produção, isto é, das relações de exploração capitalista. Entre os IESs, a escola tem papel preponderante (Althusser, 1980).

contracultura; o movimento feminista; a liberação sexual; as lutas contra a ditadura militar no Brasil (Silva, 2010, p. 29).

Esses movimentos contribuíram para o surgimento da discussão sobre as diversas formas de opressão e colonização, implicando na discussão acerca de questões relativas à pobreza, desigualdade social bem como aquelas envolvendo o currículo e a predominância neste documento da língua, cultura e saberes das classes economicamente privilegiadas. Neste contexto,

as teorias críticas do currículo surgem como uma alternativa para compreensão do processo de ensino aprendizagem e dos saberes e competências que perpassam o currículo. Colocam-se no lugar da crítica dos conhecimentos até então naturalizados no currículo, entendido, aqui, não apenas como conteúdos, objetivos, competências, metodologias etc., mas como uma práxis pedagógica ligada à dinâmica da vida social, à luta de classes e, portanto, ligado à cultura (Freire; Vieira, 2019, p. 6).

No âmbito das teorias críticas um aspecto é a crítica à concepção tecnicista de currículo, que, segundo Malanchen (2021), é defendida por pesquisadores como Bobbitt e Tyler²⁵. Decorreram, assim, da insatisfação com o modelo de ensino então vigente, trazendo em seu bojo a crítica ao modelo tecnocrático de currículo.

As teorias pós-críticas de currículo, por sua vez, caracterizam-se como um avanço/aprofundamento das teorias críticas, notadamente em relação à discussão sobre currículo e desigualdade social, feminismo, gênero etc. Além disso, problematizam ainda o “progresso” cultural e a hegemonia de determinados grupos étnicos e econômicos (Freire; Vieira, 2019).

Desse modo, considera-se que as teorias pós-críticas defendem o reconhecimento da pluralidade cultural e diversidade humana, a partir da elaboração de uma concepção de currículo que releva as categorias de identidade, alteridade e diferença. Nesse sentido, decorre desse pensamento a concepção de um currículo que evidencia a necessidade de formação humana integral que possibilite o desenvolvimento da capacidade de refletir sobre a condição social de indivíduos e grupos, da capacidade de compreender e respeitar as diferenças, sejam étnicas, sociais, culturais, sexuais, entre outras.

Por esta razão, Silva (2010) argumenta que as teorias pós-críticas são mais problematizadoras que as teorias críticas no que tange aos processos de dominação social,

²⁵ Franklin Bobbit atuou como professor de administração na Universidade de Chicago. Considerado um dos precursores dos estudos sobre currículo, foi responsável pelo estabelecimento do currículo como campo de especialização na área da educação.

Ralph Tyler, educador norte-americano, desenvolveu trabalhos voltados para a avaliação escolar. O livro intitulado “Princípios básicos de currículo e ensino”, tornou-o conhecido no meio educacional (Malanchen, 2021).

discutindo e refletindo sobre aspectos da dominação e opressão que foram ignoradas e excluídas de qualquer discussão referente às relações de poder materializadas na distinção social, econômica, étnica, cultural, de gênero e de sexualidade. neste contexto, as teorias pós-críticas,

[...] colocam como questão importante a discussão de que o poder não é algo dado e centralizado [...] defendem que o poder não é algo fixo em posse de determinado grupo, pessoa ou instituição. Nesse sentido, o poder é descentralizado e as formas de opressão se manifestam nas diversas microrrelações, de gênero, de trabalho, de lazer, de educação, de política etc. (Freire; Vieira, 2019, p. 7).

Nesse caso, infere-se que o currículo concretiza essas formas de opressão, o que torna sua problematização necessária e fundamental à práxis pedagógica, uma vez que não releva aqueles sujeitos historicamente marginalizados no processo educacional, como é o caso das pessoas com deficiência, os negros, os indígenas, LGBTQ1A+, dentre outras.

Nas concepções de currículo apresentadas, a partir das teorias tradicionais, críticas e pós-críticas percebe-se que houve mudanças históricas nessas concepções, com reflexos no processo ensino-aprendizagem. O currículo continua sendo alvo de discussões e reflexões, resultando em novas teorizações. Simultaneamente, diversos movimentos sociais emergiram lutando por seus direitos, fazendo reivindicações e defendendo suas ideias. No contexto desses movimentos surgiram diversas questões relativas ao currículo escolar. Conforme mencionado por Malanchen (2021, p. 71):

Os debates, realizados dentro dessa perspectiva, fizeram com que emergissem diversas questões em relação ao currículo escolar, tais como: diversidade cultural, valorização da subjetividade, deslocamento da discussão sobre classes sociais para discussões sobre identidade, alteridade, diferença, cultura de cada grupo, gênero, raça, etnia, religião e orientação sexual.

A autora explica que essa mudança no foco do “o que ensinar” é decorrência do pensamento pós-moderno²⁶ na educação escolar, mais especificamente na preconização de um currículo pós, baseado no relativismo cultural²⁷ presente nos debates atuais. Referindo-se a esse movimento, ressalta:

A agenda pós-moderna em sua configuração, é composta por diversas teorias que têm discursos que se perpassam como a negação do sujeito, da razão, da história, da totalidade e do conhecimento objetivo. Com essa defesa para os intelectuais “pós”, tudo é resultado da compreensão subjetiva, da experiência pessoal e das interpretações dessa

²⁶ A pós-modernidade caracteriza-se “por mudanças ocorridas nas artes, ciências e no cotidiano. Ganhou impulso com a crítica à filosofia ocidental no século XX”. O termo pós-modernidade, surgiu a partir do questionamento à modernidade, alegando-se que “a mesma entrou em crise causando uma série de rupturas com a tradições realista europeia nos idos do século XIX e muitos valores e ideais que até então orientavam a vida humana, pelo menos nos últimos séculos, entram em descrédito (Bortoluzzi; Silva, 2023, p. 11).

²⁷Relativizar – verbo transitivo. Considerar (algo) sob um ponto de vista não absoluto (Dicionário Online Priberam de Português. Relativizar. Disponível em <https://dicionario.priberam.org/relativizar>. Acesso em 28 jan. 2024.

experiência. Postula-se a partir dessa compreensão que a realidade é somente o que cada um percebe ser (Malanchen, 2021, p. 75).

No que se refere à educação, o pensamento pós-moderno coloca como uma proposição o Multiculturalismo, teoria esta que tem norteadado grande parte dos estudos sobre currículo. A questão multicultural é colocada como uma alternativa cuja finalidade é, por meio do currículo, solucionar problemas relativos à desvalorização de movimentos sociais. Para seus defensores é necessário que se analise e denuncie como discriminações questões envolvendo gênero, raça, etnia, classe e religião as quais interferem na construção do conhecimento, nos valores e nas identidades nas instituições escolares. Neste contexto, o currículo concebido na perspectiva multicultural vem adquirindo mais espaço (Malanchen, 2021).

O pensamento pós-moderno indica como possível caminho para a educação o relativismo cultural e epistemológico, como se esta fosse a única alternativa de escolha moral e politicamente correta. Tem-se uma postura negacionista em relação ao patrimônio histórico e cultural da humanidade e ao conhecimento objetivo e universal, caracterizados como de caráter etnocêntrico, eurocêntrico, branco, masculino, discriminador, preconceituoso, opressor e colonizador.

Para os multiculturalistas, o termo cultura configura-se como a forma geral de vida de um determinado grupo social, com suas interpretações e visões de mundo. Sendo assim, a inserção dessa forma de cultura no currículo, resultará em respeito e valorização das culturas dos educandos.

Malanchen (2016), contudo, compreende que o discurso multiculturalista tem caráter problemático pelo menos por duas grandes razões. A primeira refere-se à incoerência entre o pretenso caráter crítico adotado por esse movimento e o conformismo social que caracteriza sua atitude ante a negação da perspectiva de superação do modo de produção capitalista. A segunda razão decorre do fato de que, admitindo-se a visão de valorização da cultura dos grupos, a desvalorização da escola e do trabalho educativo, poderia implicar na possibilidade de extinção de um grupo social de grande relevância, o dos professores. Mas não é só isso, a contradição do multiculturalismo vai além, conforme ressalta a autora,

o pós-modernismo, ao enfatizar as lutas fragmentadas de movimentos sociais, rejeita o conhecimento da totalidade, os valores universais, a racionalidade, a igualdade (na concepção liberal ou na socialista) e, de forma mais profunda, a concepção do marxismo de emancipação humana (Malanchen, 2021, p. 78).

A negação em relação a possibilidade do conhecimento objetivo da realidade pode incorrer em negação da possibilidade de transformação dessa realidade a partir desse mesmo conhecimento, além da negação do homem genérico universal, defendido pelo projeto socialista. Tende-se, desse modo, defender o homem individual e particular, a prática da tolerância, a resiliência e a prática da paz o que, em última instância, culmina na insensibilidade em relação aos problemas que afligem a sociedade.

Para Malanchen (2021), o que deve ser combatido não é a diversidade cultural e sim aquelas diferenças decorrentes das desigualdades sociais. É preciso contrapor-se não à valorização da diversidade de culturas, mas ao relativismo consequente de uma compreensão equivocada do respeito ao pluralismo e ao diverso, que leva à relativização da ciência e do conteúdo escolar e que contribuem para a legitimação de práticas pedagógicas esvaziadas de conteúdo, a elaboração de currículos aligeirados e com um viés tecnicista, voltados para um conteúdo pragmático baseado no saber fazer, não acompanhado do saber pensar.

No âmbito do multiculturalismo, a objetividade e a universalidade do conhecimento não são relevadas sob o argumento de que não levam em consideração e nem valorizam as culturas populares no currículo escolar. A defesa das culturas populares no ideário multicultural está baseada no discurso da humanização do capitalismo mediante atitudes que valorizem a democracia política e cultural.

Em suas análises, Malanchen (2021) destaca que suas colocações não têm qualquer pretensão de criticar ou desvalorizar a luta de movimentos sociais contra as diversas formas de preconceito, discriminação e exclusão social e cultural, tampouco traçar qualquer comentário sobre suas características, seus avanços e suas contradições. O que está em pauta são as implicações da adoção generalizada do relativismo cultural para os currículos escolares. Ser contra o relativismo cultural não significa ser contra a diversidade de culturas existentes. Significa estar atento para o fato de que,

As contradições e inconsistências da abordagem multicultural a tornam uma grande aliada das forças sociais conservadoras e negacionistas, a despeito de, no plano das aparências, o multiculturalismo ser identificado por muitos dos seus defensores e críticos como uma linha de pensamento de esquerda (Malanchen, 2021, p. 74).

A autora ressalta que na teoria marxista, a compreensão da totalidade como universalidade implica a compreensão da relação de contradições existentes entre os seres diversos. Isto é, para que a universalidade exista, o diverso é necessário. É nisto que reside a contradição: a existência simultânea da unidade e da diversidade (Malanchen, 2021).

Neste contexto, parte-se da Pedagogia Histórico-Crítica para a organização de uma teoria curricular marxista. Ela preconiza que a escola deve constituir um espaço voltado para o trabalho pedagógico. Saviani (1994, p. 24), um dos teóricos da Pedagogia Histórico-Crítica, afirma que “[...] o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens”. Nesta teoria, defende-se a ideia de que o acesso ao saber sistematizado, ao saber objetivo favorece o combate ao preconceito, uma vez que desmascara crenças e evidencia a superficialidade de alguns argumentos e atitudes envolvendo determinados grupos sociais, conforme argumenta a autora.

No âmbito da Pedagogia Histórico-Crítica, a difusão da concepção de mundo materialista histórica e dialética pode ser um desafio, embora seja necessária para a compreensão do papel do conhecimento na formação humana e da necessidade e relevância do desenvolvimento do pensamento autônomo e crítico. Essa percepção, no processo de formação de educadores na perspectiva Histórico-Crítica, é essencial para a mudança da realidade educacional atual, marcada pelo conservadorismo e tecnicismo. Conforme destacado por Malanchen (2021, p. 74).

Com essa compreensão, observamos que um desafio a ser enfrentado na difusão da Pedagogia Histórico-Crítica é a difusão da concepção de mundo materialista histórica e dialética, sem o que, a própria discussão sobre o papel do conhecimento na formação humana corre o risco de não ir além de vagas afirmações sobre a necessidade de desenvolvimento do pensamento autônomo e crítico. Essa difusão além de perpassar a elaboração de currículos escolares que se contrapõem a BNCC [...], também precisa fazer parte de projetos de cursos de formação inicial e continuada de professores. Pois sem professores formados numa perspectiva Histórico-Crítica fica impossível elaborar, implementar e superar políticas públicas educacionais e currículos conservadores e/ou tecnicista.

Nesse processo, enfatiza-se que para a organização de um currículo a partir da Pedagogia Histórico-Crítica, é preciso adotar como eixo norteador, no âmbito do Materialismo Histórico-Dialético, a categoria trabalho, que consiste na atividade especificamente humana, por meio da qual acontece a transformação consciente da realidade natural e social. Saviani, teórico da pedagogia histórico-crítica, salienta que

A pedagogia histórico-crítica vai tomando forma à medida que se diferencia no bojo das concepções críticas, ela diferencia-se da visão crítico-reprodutivista, uma vez que procura articular um tipo de orientação pedagógica que seja crítica sem ser reprodutivista. Esta colocação parece-me importante porque boa parte dos debates que se travaram e das objeções que se levantaram a essa tendência acabaram desconsiderando que ela está além do crítico-reprodutivismo, e não aquém. As críticas formuladas pelo crítico reprodutivismo são algo que se considera superado (Saviani, 2011, p. 57).

Os preconizadores da teoria Histórico-Crítica, ressaltam a relevância do acesso dos indivíduos aos bens materiais e também intelectuais produzidos pela humanidade, o que possibilitaria a constituição de um ser humano com aptidões e funções mais elevadas, habilitando-o para a conquista de sua emancipação. Somente por meio da educação é possível garantir o acesso aos bens intelectuais mais desenvolvidos, como a ciência, a arte e a filosofia (Malanchen, 2021).

Neste sentido, as várias disciplinas e seus conteúdos curriculares têm como objetivo desenvolver as habilidades psíquicas dos educandos. Assim,

O pensamento conceitual do sujeito, o raciocínio lógico, por fim, as funções psicológicas superiores são desenvolvidas de forma integral, a partir da organização e transmissão do conhecimento científico pelo professor, que deve ser apropriado pelo indivíduo (Malanchen, 2021, p. 75).

Saviani (2011) nos incita a refletir sobre a finalidade da escola. Uma vez que sua existência se deve a uma função social relevante para o desenvolvimento humano e, por consequência, ao social.

A escola existe, pois, para propiciar a aquisição dos instrumentos que possibilitam o acesso ao saber elaborado (ciência), bem como o próprio acesso aos rudimentos desse saber. As atividades da escola básica devem organizar-se a partir dessa questão. Se chamarmos isso de currículo, poderemos então afirmar que é a partir do saber sistematizado que se estrutura o currículo da escola elementar. Ora, o saber sistematizado, a cultura erudita, é uma cultura letrada. Daí que a primeira exigência para o acesso a esse tipo de saber seja aprender a ler e escrever. Além disso, é preciso conhecer também a linguagem dos números, a linguagem da natureza e a linguagem da sociedade. Está aí o conteúdo fundamental da escola elementar: ler, escrever, contar, os rudimentos das ciências naturais e das ciências sociais (história e geografia) (Saviani, 2011, p. 15).

O professor deve relevar os conceitos espontâneos, cotidianos que o aluno já possui sem, contudo, limitar o pensamento dos alunos a esses conceitos. Deve-se incorporar a esse nível mais elementar do pensamento conhecimentos que vão levá-lo a níveis mais complexos e elevados que somente podem ser obtidos por meio do pensamento abstrato, ou seja, dos conceitos científicos.

Conforme descrito por Duarte (2000, p. 87), o conhecimento construído pelo pensamento científico, com mediação do abstrato “não é uma construção arbitrária da mente, não é o que o fenômeno parece ser ao indivíduo”, mas consiste na captação, pelo pensamento, da realidade objetiva em sua essência. Sendo assim, a apropriação dos conceitos científicos leva ao desenvolvimento das funções psicológicas de forma a possibilitar a compreensão dos processos essenciais da realidade, compreensão esta necessária, ainda que não suficiente, para

a transformação da realidade a partir da prática social. Portanto, para consubstanciar a Teoria Histórico-Crítica Curricular, é preciso que se busque

[...] na cultura produzida pela humanidade, o que há de mais rico, o que existe de mais desenvolvido para transmitir às novas gerações. Dessa forma, a socialização da riqueza intelectual universal pela escola situa-se num contexto mais amplo, o de luta pela socialização da riqueza humana como um todo e, mais precisamente, pela superação da propriedade privada dos meios de produção (Malanchen, 2021, p. 76).

Para se opor à alienação produzida pela sociedade de classes, deve a escola atuar no sentido de socializar o saber sistematizado, visto ser esta a sua especificidade. Ao contribuir para o desenvolvimento da consciência da realidade, estará a escola habilitando os sujeitos para a intervenção nessa realidade, no sentido de preservar o que precisa ser preservado bem como transformar o que precisa ser superado, inclusive a sociedade de classes.

Para tanto, determinados conhecimentos precisam fazer parte dos currículos escolares nas escolas públicas, para os filhos da classe trabalhadora. Para que isso se concretize, uma série de mudanças são necessárias como investimentos na formação política e pedagógica dos professores, a adequação da estrutura física e dos materiais pedagógicos das escolas, a valorização salarial, entre outras. Por outro lado, entende-se como necessário, também,

[...] o fortalecimento da luta pela educação integral para os estudantes, com conteúdos e disciplinas que possam garantir o aprendizado e o desenvolvimento das funções psicológicas e conseqüentemente, a formação de um pensamento conceitual que realmente analise e compreenda a realidade e suas contradições (Malanchen, 2021, p. 77).

Na perspectiva histórico-crítica, o currículo é concebido como um produto histórico, resultado de uma luta coletiva, da disputa entre as classes, envolvendo questões ideológicas, políticas e pedagógicas. Neste contexto, a organização do currículo deve propiciar tanto os meios para que sejam compreendidos os conhecimentos neles inseridos quanto o movimento de contradições existente na sociedade, considerando que a classe trabalhadora está nele inserida. Busca-se a formação da consciência crítica a partir do conhecimento crítico, para uma prática social que prova mudanças na sociedade no plano do conhecimento e no plano histórico social (Malanchen; Santos, 2020).

Assim, na perspectiva materialista, histórica e dialética, o conhecimento tem significado e relevância para a prática social coletiva de luta pelo fim da sociedade de classes. Isto implica na superação da propriedade privada dos meios de produção, da divisão social do trabalho, portanto, na superação da alienação. Implica dizer que, para superar tal condição, o currículo escolar deve se contrapor às teorias tradicionais, conforme discorreremos no início deste capítulo.

Dada essa relevância, o trabalho educativo precisa acontecer de uma forma que não ignore o conhecimento cotidiano, mas que também não o tenha como referência principal de forma a ser por ele limitado. Ressalta-se que,

[...] num currículo pautado na Pedagogia Histórico-Crítica, o que se almeja não é a crítica pela crítica, o conhecimento pelo conhecimento, mas a formação da consciência crítica com o conhecimento crítico, para uma prática social que possa fazer alterações na realidade no plano do conhecimento e no plano histórico-social (Malanchen; Santos, 2020, p. 14).

A escola contribuirá neste sentido se contar com um currículo que realmente possibilite a emancipação humana. No âmbito da Pedagogia Histórico-Crítica preconiza-se a luta pela transformação social, com a perspectiva de uma sociedade sem classes e, portanto, de fato justa e igualitária, levando ao fim do capitalismo e sua busca desenfreada pelo lucro, pelo poder econômico. Neste contexto, o currículo também precisa ser repensado, visto que pode atuar como uma ferramenta que mantém o capitalismo e, conseqüentemente, as pessoas subordinadas às classes dominantes que legitimam saberes, identidades e padrões, considerando ilegítimo tudo e qualquer ação que não cumpra ou corresponda ao que esta classe determina como adequado e aceitável. O currículo tem assim, uma dimensão ideológica, que será analisada no item a seguir.

3.2 A Dimensão ideológica do Currículo

Ao observar o cotidiano escolar e suas práticas, é possível identificarmos que os instrumentos educacionais, desde os livros didáticos até a estrutura organizativa da instituição (estrutura docente, organização do currículo, estrutura física da escola) reproduzem as relações de poder existentes na sociedade sendo, ao mesmo tempo, frutos dela.

Muito se tem destacado e debatido sobre a presença da ideologia no processo de construção do conhecimento mediado pedagogicamente, o que se tem constatado nos livros didáticos, no currículo, na escolha de determinado tema em detrimento de outro. Isso além da presença da ideologia hegemônica, isto é,

[...] a ideologia do capital que se fundamenta nas relações desiguais e de poder, a partir do momento em que a escola reproduz, na sua estrutura organizativa (corpo docente, equipe diretiva, as relações professor-aluno nas salas de aula), o caráter da sociedade desigual em que vivemos. Trata-se da ideologia que está presente no currículo oculto, ou seja, a ideologia que não está expressa em documentos oficiais das instituições de ensino, mas se encontram na prática cotidiana das escolas, que estão presentes no ato de lidar com o aluno, no ato de expressar o conhecimento e escolher os conteúdos (Pinto, 2015, p. 2).

Essas mediações constituem a ideologia da escola e a partir delas são reproduzidos os valores e relações historicamente constituídas pela sociedade.

Feitas essas considerações, é importante destacar o que se entende por ideologia. Esta pode compreendida como: “Um corpus de representações e de normas que fixam e prescrevem de antemão o que se deve e como se deve pensar, agir e sentir” (Chauí, 2016, p. 247).

A autora explica que a ideologia predetermina o que os indivíduos devem pensar, sentir e querer, como vão agir, de modo a generalizar o ponto de vista e os interesses da classe que está no domínio das relações sociais. E destaca,

A eficácia da ideologia depende, justamente, da sua capacidade de produzir um imaginário coletivo em cujo interior os indivíduos possam localizar-se, identificar-se e, pelo autorreconhecimento assim obtido, legitimar involuntariamente a divisão social (Chauí, 2016, p. 247).

A ideologia vincula-se aos interesses de determinados grupos sociais dada a sua função de transmitir uma visão de mundo que assegura a posição social dessa classe. Ela mantém, assim, o silenciamento sobre sua própria gênese, que é exatamente a divisão de classes. Ao inculcar nos indivíduos modos considerados adequados e aceitáveis de pensar e agir, está na realidade legitimando a divisão de classes, ao mesmo tempo que não deixa evidente sua intenção. A classe dominante, na realidade, tem apresentado “o seu interesse como sendo o interesse comum de todos os membros da sociedade, ou seja, a dar aos seus pensamentos a forma de universalidade, a apresentá-los como os únicos racionais e universalmente válidos” (Marx; Engels, 2005, p. 65).

É nessa perspectiva que os conhecimentos escolares se configuram como mecanismos socioeconômicos para o controle ideológico e reprodução cultural da sociedade classista e desigual. Sendo assim, a relação entre poder é expressão da relação dialética entre sistema econômico e sistema cultural.

Ainda mencionando Marx e Engels (2005), os autores evidenciam o poder material como elemento importante para a análise da ideologia, pois constitui simultaneamente o poder espiritual dominante. Desse modo, “as ideias dominantes são apenas a expressão das relações materiais dominantes” (p. 63). Para saber como são as relações materiais dominantes na sociedade capitalista, é preciso analisar as relações de produção nesta sociedade.

Marx (1985, p. 136) enfatiza a dimensão ontológica da produção material da vida em relação à consciência humana, afirmando que: “[...] o modo de produção da vida material é que

condiciona o processo da vida social, política e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, inversamente, o seu ser social que determina a sua consciência”.

A partir da colocação de Karl Marx, é possível apreender que as complexas relações de produção da vida humana constituem a estrutura econômica da sociedade, a partir da qual surge a superestrutura jurídica, política e os demais instrumentos ideológicos que entrarão em ação à medida que as relações sociais se tornam mais complexas. Estas relações constituem a base para as formas de consciência social.

É no âmbito das relações sociais que reside o aspecto contraditório da educação e do currículo, um importante mediador do processo educacional. Na sociedade caracterizada pela divisão de classes, uma característica é o conflito social, com a classe dominante impondo às outras classes seus interesses particulares como sendo estes aceitáveis e universais, o que pode refletir nas formas econômicas de produção e nas formas da consciência social. Neste sentido, Peres e Torriglia (2014, p. 12) afirmam: “Tal ideologia estabelece as formas econômicas de produção da vida material e sua respectiva superestrutura, as formas da consciência social que, no currículo, irão orientar a formação intelectual e prática para a reprodução dos interesses da classe que dirige a dinâmica social”.

Em uma sociedade de classes a educação poderá estar ideologicamente orientada para a reprodução do sistema de produção material vigente. Pensando o currículo em tal contexto, este relevante componente educacional tem como função promover com qualidade – mediante as metodologias, as teorias e os conhecimentos (científicos e cotidianos) – as condições objetivas para produção da vida material, além de desenvolver nos indivíduos a humanidade historicamente produzida. Assim,

Levando em consideração que as esferas que compõem a superestrutura política, jurídica, educacional etc., estão *pari passu* com as necessidades do desenvolvimento econômico de produção material dos indivíduos, as exigências interpostas pelo mercado de trabalho são, na sua grande maioria, adaptadas prontamente aos currículos educacionais. E esta adesão pelos currículos se deve a diferentes fatores: estão inseridos na lógica do capital e não podem ficar alheia às suas determinações; são determinados pelas políticas de educação, ou seja, tornando-se jurídicas e legalizadas; as instituições, principalmente as que o ensino constitui uma mercadoria, precisam estar atualizadas, formando mão de obra com qualidade, garantindo o sucesso na inserção dos seus alunos no mercado de trabalho e, por conseguinte, os alunos exigem das instituições padrões de qualidade na formação, adequada às necessidades do mercado, pois necessitam estar inseridos no mercado de trabalho (Peres; Torriglia, 2014, p. 14).

As esferas educacionais, estando comprometidas com os interesses das classes privilegiadas, especialmente com aqueles relacionados ao desenvolvimento econômico de produção, formularão currículos escolares com base nesses interesses, perpassados pela lógica do capital. No mesmo contexto, as instituições educacionais, principalmente as privadas

precisam estar em consonância com as determinações do capital, formando mão de obra para o mercado de trabalho, que atenda à lógica da produção e acumulação capitalistas.

Com a reestruturação mundial do sistema produtivo capitalista, ensejando a chamada economia globalizada, a partir da década de 1990, foram realizadas reformas na educação escolar em todos os seus níveis e em diversos aspectos. Nesse movimento, buscou-se o ajuste da escola as novas demandas e dinâmica do mercado, ao novo modelo produtivo então estabelecido e aos interesses hegemônicos de manutenção do *status quo*. Sobre isso Malanchen e Santos (2020, p. 3) afirmam:

Com o discurso de colocar a escola em sintonia com as mudanças tecnológicas, culturais e socioeconômicas, o que se colocou em prática foi um intenso processo de formatação da escola segundo os moldes impostos pela lógica do capitalismo do fim do século XX e início do século XXI de acordo com o ideário neoliberal.

As reformas educacionais deveriam acontecer acompanhando a lógica produtivista, tendo como principal intuito a erradicação do analfabetismo e universalização do ensino fundamental, visto estes como fatores essenciais ao desenvolvimento do país, mas que visava na realidade, a ampliação e exploração da mão de obra. A educação continuou assim servindo ideologicamente aos interesses da classe hegemônica. De acordo com Malanchen e Santos (2020, p. 3): “A educação, nesse novo modelo, continua a ser entendida como importante ferramenta para o desenvolvimento, sendo destacado o papel da escolarização básica e, como consequência, a elaboração de currículos para este nível”.

Persiste, apesar do contexto de mudanças, o papel da educação como instituição à qual é atribuída a função de garantir o desenvolvimento econômico, assegurar a manutenção da sociedade de classes e os interesses da classe hegemônica, papel este que se reflete no currículo da educação básica.

A sociedade capitalista vivencia, de tempos em tempos, períodos de crise econômica que, por vezes, levam muitos países ao colapso econômico-financeiro e a uma consequente ampliação das condições de desigualdades sociais. Nesses momentos de crises cíclicas do capital, emergem ideários trazendo em seu bojo modelos de política de reconstrução nacional para muitos países periféricos, entre os quais o Brasil. Um desses ideários foi o modelo econômico neoliberal. Conforme descrito por Malanchen e Santos (2020, p. 8),

Esse modelo preconiza a liberdade individual como elemento fundante das relações econômicas e sociais. Isso significa dizer que, para o sucesso desse modelo e a transformação dos países que o adotam, há necessidade de internalização do conceito de liberdade individual em todas as formas de relação entre as pessoas.

No entanto, ressaltamos que essa liberdade está condicionada ao mercado como indutor de competitividade e de concorrência, elementos que fazem parte do discurso neoliberal, apresentados como necessários ao desenvolvimento social e individual.

Intentando atender rapidamente aos interesses do mercado, diante das mudanças cada vez mais intensos e céleres, a educação escolar passa a ser vista como área estratégica para responder às exigências decorrentes dessas mudanças. Conforme destacado por Duarte (2001, p. 29),

É nesse contexto que o lema “aprender a aprender”²⁸ passa a ser revigorado nos meios educacionais, pois preconiza que à escola não caberia a tarefa de transmitir o saber objetivo, mas sim a de preparar os indivíduos para aprenderem aquilo que deles for exigido pelo processo de sua adaptação às alienadas e alienantes relações sociais que presidem o capitalismo contemporâneo. A essência do lema “aprender a aprender” é exatamente o esvaziamento do trabalho educativo escolar, transformando-o num processo sem conteúdo. Em última instância o lema “aprender a aprender” é a expressão no terreno educacional, da crise cultural da sociedade atual.

No novo cenário econômico que se instalou com a crise do capitalismo mundial e a emergência da economia globalizada, suscitou-se a redefinição do papel da escola, agora voltado para o desenvolvimento de competências e habilidades que potencializam a subjetividade dos estudantes, preparando-os para a lógica do mercado. As diretrizes pedagógicas neste novo contexto estão baseadas na Pedagogia das Competências. No currículo por competências toma-se como referência os comportamentos esperados dos indivíduos para lidar com as diversas situações da vida e do trabalho.

Na sociedade em que o ideário neoliberal é marcante, a escola pública tende a funcionar de acordo com os preceitos desse ideário, de forma a desenvolver um ensino que corresponda e viabilize os elementos nos quais esse modelo econômico está baseado, quais sejam: “competitividade, individualismo e um modo de produção e apropriação de conhecimentos orientados pelo mérito de cada indivíduo” (Malanchen; Santos, 2020, p. 9).

O que é priorizado no âmbito do neoliberalismo é a formação de indivíduos autônomos, competitivos, eficientes e competentes, aptos à atuação na construção e consolidação da chamada sociedade do conhecimento ou da informação. É neste contexto que a Pedagogia das

²⁸ Um dos quatro pilares da educação da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura-UNESCO, elaborados em 1999 pelo educador francês Jacques Delors. Além de aprender a aprender, os demais pilares são: aprender a fazer, aprender, os demais pilares são: aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser. Estes pilares estão inseridos no relatório “Educação: um tesouro a descobrir”, e definem os aprendizados considerados essenciais para que as crianças e adolescentes se desenvolvam cognitivamente e socialmente. O pilar aprender a aprender consiste na instrução do indivíduo para que, por si mesmo e seus próprios meios, descubra, construa e absorva o conhecimento acerca de diversos assuntos (Instituto Educacional Castro Alves, 2023. Disponível em: <https://iecastroalves.com.br/pilares-da-educacao/>). Acesso em: 15 jul. 2023.

Competências se torna o fundamento epistemológico da formação escolar, em todos os níveis de ensino, servindo como medida do sucesso ou fracasso dos indivíduos. Desse modo,

A ideia que se difunde quanto à apropriação de competência pela escola é que ela seria capaz de promover o encontro entre formação e emprego. No plano pedagógico testemunha-se a organização e a legitimação da passagem de um ensino centrado em saberes disciplinares a um ensino definido pela produção de competências verificáveis em situações que os alunos deverão ser capazes de compreender e dominar. Em síntese, em vez de partir de um corpo de conteúdos disciplinares existentes, com base no qual se efetuam escolhas para cobrir os conhecimentos considerados mais importantes, parte-se das situações concretas, recorrendo-se às disciplinas na medida das necessidades requeridas por essas situações (Ramos, 2006, p. 221).

Constatamos que por meio dos quatro pilares da educação redefine-se o papel formativo da política educacional curricular no Brasil, qual seja: o desenvolvimento de habilidades e competências que contribuem para consolidação dos princípios pedagógicos de manutenção do modo de produção capitalista, com a escola pública servindo como meio de divulgação dos ideários neoliberais.

Esse projeto educativo traz em seu bojo um discurso contundente colocando como necessária a revisão do papel da escola, preconizando sua transformação num ambiente mais atrativo e menos disciplinar, um espaço diferente no qual o aluno não mais buscará por conhecimentos historicamente sistematizados, mas por conhecimentos que lhe ofereçam condições de mudança de sua realidade social e econômica, que revertam as situações de pobreza e desigualdade.

Para isso, deveria a escola ser organizada com base em um currículo voltado para o atendimento das demandas de inclusão social. Em vistas disso, deixa-se de priorizar a busca pelos conhecimentos historicamente sistematizados, aqueles conhecimentos mais desenvolvidos e elaborados das ciências, das artes e da linguagem, priorizando-se aqueles conhecimentos caracterizados como novos, úteis ao mercado e ao mundo do trabalho. Assim,

A escola é forçada a abrir-se ao mundo econômico como meio de se redefinirem os conteúdos de ensino e atribuir sentido prático aos saberes escolares. Como os processos automatizados apropriam-se dos princípios científicos, funcionando com certa autonomia em relação aos operadores, a formação responsabilizar-se-ia muito mais por ordenar as atitudes e práticas profissionais em coerência com a organização e funcionamento dos processos de produção (Ramos, 2006, p. 222).

Esses novos saberes são direcionados para aprendizagens tidas como significativas, mas que na realidade, são adaptadas ao contexto econômico que suscita dos indivíduos o ajustamento às demandas emergenciais do capitalismo em constante processo de mudanças. Desse modo, o currículo escolar acaba sendo norteado “pela adoção de práticas de ‘sucesso’

decorrentes da experiência individual, subjetiva de cada indivíduo” (Malanchen; Santos, 2020, p. 10). O currículo acaba, assim, servindo ideologicamente, aos interesses do capitalismo em sua fase globalizada e neoliberal, além de contribuir para a manutenção dos interesses da classe privilegiada. Visto que a BNCC, enquanto parâmetro norteador para a elaboração dos currículos escolares, não se configura como um documento pautado na neutralidade, ela traz em seu bojo um

modelo de currículo centralizado, reduzido à definição de competências e habilidades; o envolvimento dos pesquisadores e especialistas na elaboração e validação do documento; o estabelecimento do vínculo entre educação e produtividade, tomando como parâmetro de orientação curricular as avaliações internacionais (Pereira; Pinheiro; Feitosa, 2019, p. 356).

Assim, nesse documento, ficam evidentes os interesses inerentes à proposta de um ideal de unificação curricular em todo o território nacional, desconsiderando as múltiplas realidades educacionais do país, caracterizadas pelas diversidades bem como as realidades sociais marcadas pelas desigualdades.

Para um currículo diferente, é preciso concebê-lo no âmbito da Pedagogia Histórico-Crítica, visto ser esta diferente das pedagogias burguesas, tanto nas vertentes tradicionais quanto nas vertentes do aprender a aprender, exatamente por estar baseada em uma concepção de mundo bastante distinta das concepções mecanicista, pós-moderna e idealista, mas que se identifica com a concepção materialista histórica e dialética. O modelo capitalista será superado à medida que os indivíduos se apropriem da ciência, da arte e da filosofia, caso contrário, incorre-se no risco de ficar-se limitado ao conhecimento imediato e pragmático, sem qualquer base e condições para a mudança da realidade.

Feitas essas análises, no próximo item será comentado como a educação sexual é tratada no currículo.

3.3 Educação Sexual no Currículo

A educação sexual vem, ao longo do tempo, consistido em uma questão polêmica no espaço escolar, e por muito tempo os currículos escolares foram mantidos distantes dessa discussão. Em razão disso, a escola tem sido caracterizada, em relação a esse tema, como um espaço de conhecimento em que, “historicamente, tem prevalecido o conveniente silenciamento, a estratégia da restrição temática, o privilegiamento do senso comum, a manutenção do preconceito e da intolerância [...] e o sutil descaso por parte da escola e das políticas educacionais” (Furlani, 2008, p. 287).

De fato, a educação sexual e o debate das questões relativas à sexualidade e diversidade sexual não têm encontrado espaço favorável na escola, por uma série de razões já comentadas neste trabalho. Com as transformações e demandas sociais ocorridas no país, ocorreram inúmeras iniciativas de instituir oficialmente a educação sexual no sistema educacional brasileiro. Embora alguns avanços tenham acontecido, muito ainda precisa ser feito, notadamente no âmbito curricular.

O tema das sexualidades, ainda que cada vez mais debatido fora do contexto escolar, dentro da sala de aula ainda é silenciado, fator que faz com que a temática seja mantida longe dos currículos e não seja tratada como um campo do conhecimento. Desse modo, Silva e Oliveira (2020, p. 821) afirmam que

[...] muitos discursos sobre currículo na perspectiva da sexualidade e gênero são instituídos a partir de conceitos ligados ao padrão da heteronormatividade, do binarismo macho e fêmea, do natural. Essa articulação discursiva, faz das escolas espaços avessos às performances de gênero que não correspondam à heterossexualidade, logo se caracterizam como inabitáveis para aqueles que não se encaixam nesse perfil.

Ressaltamos aqui, mais uma vez, que as políticas curriculares constituem alvo de atenção de setores conservadores, que buscam regular e orientar crianças e jovens em conformidade com os padrões que consideram adequados e aceitáveis. Esse pensamento tem servido para justificar o discurso pedagógico de professores que coadunam com esses ideais, ou não se veem em condições para o enfrentamento, dificultando e até impedindo a ação de profissionais que reconhecem a relevância do debate na sala de aula. Por sua vez, os professores que atuam em escolas privadas acabam tendo que silenciar em relação ao tema, por medo de perderem seus empregos. Nestas escolas o currículo é imposto e não cabe ao professor se pronunciar ou participar de forma democrática desta construção.

A discussão de gênero e diversidade sexual será possível a partir da construção de um diálogo mais profundo com outras áreas da educação, tanto no campo do currículo, no da formação de professores bem como no campo do desenvolvimento psicológico com a finalidade de ampliar o debate na escola, conforme destacado por Silva e Oliveira (2020).

No caso do currículo, os autores destacam que este, ao produzir instrumentos particulares de conhecimento, significações sociais e identidades culturais (de gênero, classe, sexualidade, raça, etnia, geração), constitui espaço de significação, perpassado por processos que tanto asseguram a representação de uma identidade como contribui para incluí-la ou excluí-la em decorrência dos jogos de interesse resultante das disputas de poder (Silva; Oliveira, 2020).

Considerar o currículo nessa perspectiva implica na sua percepção como prática discursiva e de poder, com significação e atribuição de sentidos vinculado à produção de diferentes discursos sociais e culturais, mencionam os autores. Portanto, o currículo tanto está inserido como constitui ele próprio, em um campo de disputas, no qual se manifestam as relações de poder. Desse modo, o currículo deve ser pensado como algo dinâmico, em constante movimento e não como algo fixo, pronto e acabado.

A proposta de discussão sobre gênero e sexualidade na escola implica no início de um jogo de interesses tanto da parte dos sujeitos que lutam pela inserção desta temática no currículo escolar quanto daqueles que silenciam essa discussão em razão de suas crenças religiosas e concepções políticas. Fato este que fica evidente em ações governamentais, que influenciadas por um forte movimento político conservador excluíram os termos “identidade de gênero” e “orientação sexual” dos documentos oficiais que servem de base para a formulação de políticas educacionais. Esse jogo de interesses tem reflexos no currículo que,

[...] pode ser encarado também, como um dispositivo que ajudando processo de exclusão e marginalização, que por vezes a depender de como é concebido, pode ocultar as discussões de gênero e sexualidade na escola e potencializar ações preconceituosas, ao conceber essas discussões a partir de um enfoque biológico e essencializador (Silva; Oliveira, 2020, p. 831).

É possível perceber, pelas nossas pesquisas, que ausências, exclusões e silêncios em um currículo em relação a determinadas temáticas, como é o caso da sexualidade e diversidade sexual, decorrem de interesses sociais que priorizam determinados assuntos e rebatem outros. Desse modo, as sexualidades consideradas não-normais, não são inseridas no currículo e são até mesmo combatidas pelo mesmo, sob o argumento de formar cidadãos “normais”, isto é, herossexuais.

Em vista disso, o currículo escolar acaba se configurando como um instrumento central na construção das diferenças e identidades, sendo o papel assumido pela escola considerado importante e estratégico nesta construção, exatamente por se constituir no espaço “onde as complexas formas de ‘identidades culturais são construídas, articuladas, transgredidas e rearticuladas’ nas práticas sociais e materiais pedagógicas” (Silva; Oliveira, 2020, p. 831).

De acordo com considerações de Goulart (2012), o currículo resulta sempre de uma dada seleção de conhecimentos e saberes que vão construí-lo e que se transformam em conformidade com as mudanças ocorridas nas sociedades, que legitimam verdades, sendo que as diversas teorias justificam aqueles conhecimentos e saberes que devem ou não ser selecionados, em consonância com os padrões determinados para a construção de “modelos” de ser humano. No que tange à sexualidade, a heteronormatividade, entendida como sendo a

heterossexualidade, é considerada a única maneira normal e, portanto, aceita, de vivenciar a sexualidade, tem sido o modelo que orienta as abordagens do tema na educação, desconsiderando-a, sistematicamente, como sendo uma questão de identidade e poder.

As questões relativas ao sexo, gênero e sexualidade, embora estejam relacionadas entre si, têm sido tratadas separadamente e abordadas de forma equivocada pelas teorias curriculares tradicionais e críticas. As teorias tradicionais nem mesmo mencionam as questões relativas à sexualidade, de modo que contribuem para a perpetuação dos aspectos normativos referentes ao sexo e sexualidade tanto nos discursos como nas práticas escolares (Goulart, 2012).

Nas teorias críticas, por sua vez, as questões relativas às identidades e sexualidades continuaram a ser tratadas mediante um determinismo dominante e um essencialismo biologizante, sendo a identidade sexual definida a partir da diferenciação homem/mulher, masculino/feminino. Essa visão, portanto, acaba refletida no currículo escolar.

Como resposta à visão político-econômica das teorias críticas, emergiram as perspectivas pós-críticas, trazendo em seu bojo o argumento de que essas teorias inviabilizavam o aprofundamento das questões étnico-raciais e de gênero. As teorias pós-críticas, conforme ressaltado por Goulart (2012, p. 5),

[...] adotam uma abordagem pluralista, que enfatiza os aspectos linguísticos e discursivos a fim de aprofundar as questões referentes aos discursos dominantes como fatores históricos, além de enfatizar as relações de poder referentes às abordagens relativas ao sexo e à sexualidade. percebendo-os não mais por suas bases político-econômicas ou por meio de visões positivistas ou cientificistas. Nesse conjunto de releituras e proposições, a teoria queer²⁹ enquadra-se nas teorias pós-críticas, adotando a reflexão de que a sexualidade seja algo construído socialmente e que ganhou significados históricos a partir de discursos dominantes. Esta teoria vem radicalizar as questões de sexo, sexualidade e gênero nos currículos, demonstrando que a identidade sexual não é definida simplesmente por aspectos biológicos, mas também por construções sociais e culturais historicamente determinados (Goulart, 2012, p. 5).

As teorias pós-críticas propõem uma visão mais ampla da questão referente a gênero e sexualidade, ao adotarem uma abordagem pluralista. Esta visão vai além das abordagens biologizantes ou de bases político-econômicas e cientificistas, partindo de uma visão sócio-

²⁹Teoria *Queer* trata-se de uma linha teórica de estudos de gênero, que se originou nos Estados Unidos no final dos anos 1980. O marco principal dessa teoria foi a publicação do livro “Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade”, em 1990, pela filósofa americana e professora de Literatura Comparada da Universidade de Berkeley, Califórnia, Judith Butler (Louro, 2001).

A palavra *Queer*, surgiu originalmente como um xingamento, um palavrão ou uma injúria ao indivíduo homossexual. Com o tempo foi adotada pela comunidade LGBT+ e atualmente se configura como uma forma de designar todos aqueles indivíduos que não se encaixam na heterocisnormatividade (Moraes; Rodrigues; Lounge, 2020; Escola do Parlamento, 2023).

histórica e cultural ao mostrar que a identidade sexual se define, também, a partir de construções sociais e culturais historicamente determinadas.

A escola, apesar dos debates referentes à questão da sexualidade, gênero e diversidade sexual, ainda se caracteriza como um espaço segregador das identidades sexuais que não correspondem à heteronormatividade, atuando na construção dos gêneros como categorias biologicamente definidas, normatizando esses comportamentos e marginalizando os indivíduos cuja identidade sexual não corresponda ao padrão tido como normal. Desse modo, Goulart (2012, p. 6) argumenta que

Enquanto a escola e os currículos mantiverem esta visão tradicional e conservadora sobre o sexo e a sexualidade, é impossível pensar em uma sociedade realmente plural e multicultural, percebida por suas diversidades e onde os estigmas sobre o sexo, o gênero e as sexualidades sejam efetivamente discutidos e tratados com respeito, não com tolerância.

As concepções sobre sexualidade e gênero presentes no espaço escolar e no currículo, baseadas em características biológicas e na visão binária nas relações de gênero, reforçam a visão conservadora sobre estes temas e contribuem para a persistência das desigualdades de gênero e da negação da diversidade sexual.

Ao refletir sobre o papel que o currículo desempenha no processo educativo, Caetano (2013) ancorado na ideia de que são inúmeras as instâncias socioeducativas por onde passam os sujeitos que integram a escola, desenvolve seu pensamento a partir do que ele chama de movimentos curriculares, entendendo-se estes como,

[...] as pedagogias escolares e as tecnologias pedagógicas (arquitetura, livros didáticos, vestimentas, mídia etc.), que significadas na cultura e obedecendo a certa lógica de planejamento, constroem, ensinam e regulam as corporalidades, produzindo modos de subjetivações e arquitetando formas e configurações de estar e viver na escola e, logicamente, na sociedade (Caetano, 2013, p. 66).

Cabe retomarmos a concepção de currículo em Moreira e Silva (1997) para compreendermos o lugar que a sexualidade e o corpo ocupam no currículo escolar. Na concepção dos autores, o conceito de currículo apresenta-se sob dois enfoques: o do conhecimento escolar e o da experiência de aprendizagem. No primeiro enfoque, que tem predominado ao longo do tempo, o currículo é concebido como o “[...] conhecimento tratado pedagógica e didaticamente pela escola e que deve ser aprendido e aplicado pelo aluno” (Moreira; Silva, 1997, p. 11). Neste caso, uma questão que se coloca é quanto ao que o currículo deve eleger e como os conteúdos selecionados devem ser estruturados. Já no segundo enfoque,

o currículo é compreendido como “[...] o conjunto de experiências a serem vividas pelo estudante sob a orientação da escola” (idem, p. 12).

A partir desses dois conceitos, Caetano (2013) argumenta que os saberes universalizados são selecionados em meio a uma gama de outros saberes, sendo que essa seleção faz parte das políticas que orientam a instituição / sistema educacional. Neste contexto, o autor afirma que

[...] os currículos não somente sistematizam e organizam os conhecimentos ou as habilidades a serem universalizados pelas escolas e aprendidos pelos e pelas estudantes, eles buscam produzir e universalizar significados da cultura e, neste sentido, educar os gêneros, formar as corporalidades e apresentar subsídios a formação de identidades (Caetano, 2013, p. 67).

A partir dessa constatação, destaca-se que o corpo é a base onde o conhecimento é significado e também o lócus do qual parte a produção e a expressão da cultura, de modo que as sexualidades e os gêneros adquirem relevantes significados e, em razão disso, faz-se necessário problematizar os movimentos curriculares, visto que constituem parte dos dispositivos utilizados pela escola na formação dos sujeitos. A partir desse entendimento pode-se afirmar que nos currículos estão presentes modelos de gêneros que projetam a heterossexualidade e a masculinidade hegemônicas como normas e referências a serem adotadas (Caetano, 2013).

Infere-se que o currículo se configura, assim, como um instrumento a serviço da manutenção da sociedade pautada no conservadorismo e na ideologia religiosa, de padrões de comportamento, de identidade sexual e modelos de gênero considerados social e moralmente aceitos. O currículo acaba servindo como um dispositivo de poder que tem como uma função a disciplinarização dos corpos, impondo-lhes normas e formas de vivenciarem a sexualidade, além de reproduzir representações hegemônicas de masculinidade e feminilidade, saberes, práticas e identidades mediante discursos construídos socioculturalmente e permeados por relações de poder. Portanto, na percepção de Caetano (2013, p. 68),

Os movimentos curriculares fazem parte destas práticas educativas que nos ensinam a heteronormatividade e o androcentrismo. Esses dois dispositivos são constituídos por regras discursivas que produzidas nas sociedades atravessam suas tecnologias educativas e interpelam nossas subjetividades permitindo, com isto o controle ou a mediação da forma como vivemos nossos gêneros, sexualidades e nos posicionamos nos espaços sociais. Para tanto, estes discursos e interpelações precisam ser constantemente repetidos e reiterados nas práticas educativas cotidianas para dar o efeito de substância e de algo natural.

A escola tem sido, assim, responsável pela manutenção e reafirmação das hierarquizações provenientes das ideias de masculinidade e feminilidade. Tanto nos instrumentos oficiais curriculares como em suas ações cotidianas, tais representações orientam as práticas desenvolvidas na instituição escolar. Os movimentos curriculares realizados nas práticas cotidianas da escola de modo algum constituem elementos desinteressados de transmissão de conhecimentos, mas são, na realidade, construídos a partir dos interesses decorrentes da escola e dos sistemas sociais. Assim, a educação sexual incorporada no currículo tem servido mais à reafirmação dos padrões e valores postos na sociedade conservadora, referentes a sexualidade e gênero, sem o necessário questionamento dessas “verdades absolutas” instauradas no currículo e impostas aos educandos.

3.4 Proposta curricular sobre Educação Sexual na Educação Básica brasileira no âmbito da Base Nacional Comum Curricular

A proposta para a formulação de uma base curricular unificada para a Educação Básica brasileira consta no artigo 210 da Constituição Federal Brasileira, no artigo 26 da LDB/1996 e nas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. O marco da retomada dessa proposta foi a formulação do PNE (2014-2024). A partir de então, o Ministério da Educação inicia as ações que levaram aos processos de Construção da BNCC.

A BNCC foi homologada em 2017, para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental e, no ano seguinte, foi atualizada para o Ensino Médio. Constitui-se como uma normativa que tem por finalidade promover a equidade no ensino nas escolas, públicas e privadas, em todo o país. Desde sua homologação tem-se constituído na principal referência para a elaboração do currículo nas instituições escolares, abrangendo diversos assuntos inerentes à Educação Básica. Nessa perspectiva, Barroso e Silva (2020, p. 445), afirmam que:

[...] a BNCC tem como base a necessidade de criação de currículos, servindo, assim, como referencial para todas as escolas do Brasil, em todas as modalidades da Educação Básica, sendo uma ferramenta que possibilita a formulação/reformulação do currículo que subsidia a proposta político-pedagógico das escolas.

No processo de construção e organização da BNCC, houve a participação de entidades representativas das diversas áreas do conhecimento de Universidades públicas, do Conselho Nacional dos Secretários de Educação (CONSED), da União Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação (UNDIME) e, especialmente, representantes da classe empresarial – incluindo aí diversas organizações prestadoras de serviços pedagógicos – e da Organização Não

Governmental Movimento pela Base Nacional Comum, conforme destacado por Vicente (2021).³⁰

Traçando uma linha do tempo, seguida pelo processo de construção da BNCC, tem-se que em setembro de 2015, a primeira versão do documento foi disponibilizada à consulta pública. Nesta versão, os temas relativos à sexualidade constaram em dois momentos do componente curricular de ciências, especificamente na unidade de conhecimento “Vida: Constituição e Reprodução”, direcionada ao nono ano do ensino fundamental, cujos componentes eram voltados para o funcionamento do aparelho genital masculino e feminino e para a compreensão das mudanças físicas, fisiológicas e comportamentais ocorridas na fase da puberdade.

Na segunda versão da BNCC, apresentada pelo MEC em 2016, a proposta de inclusão da sexualidade fica evidente para a Educação Infantil no seguinte texto:

O corpo expressa e carrega consigo não somente características físicas e biológicas, mas também marcas de nosso pertencimento social que repercutem em quem somos e nas experiências que temos em relação ao gênero, à etnia ou raça, à classe, à religião e à sexualidade (Brasil, 2016, p. 69).

Para os anos iniciais do Ensino Fundamental, contudo, tem-se, na unidade que aborda as diferentes formas de vida, uma proposta de aprendizado de caráter exclusivamente biológica, como se constata no seguinte texto: “Perceber que diferenças anatômicas entre os animais, incluindo os seres humanos, estão relacionadas a diferentes formas de realizar funções como a respiração, a alimentação, a excreção e a reprodução” (Brasil, 2016, p. 292).

Para os anos finais do Ensino Fundamental, o tema da sexualidade fora inserido nos objetivos de aprendizagem na disciplina de ciência do oitavo ano, apresentando como proposta: “Relacionar as dimensões orgânica, culturais, afetiva e éticas na reprodução humana, que implicam cuidados, sensibilidade e responsabilidade no campo da sexualidade, especialmente a partir da puberdade” (Brasil, 2016, p. 447).

³⁰ Apesar de ter havido certa participação dessas entidades representativas, esta participação aconteceu em um clima de tensão permanente e não se fez objetivada no resultado final da BNCC. Conforme destacado por Auer *et al.* (2023), a representatividade de diversos sujeitos no processo de elaboração da BNCC não foi suficiente para que de fato fossem ouvidos. Essa participação foi proforma e suas contribuições foram sumariamente ignoradas, visto que as decisões já estavam tomadas a priori. Tratou-se, pois, de uma estratégia para dar a falsa impressão de que aquele era um processo democrático, quando na realidade atendia aos interesses da classe social hegemônica.

Cabe ressaltar, no entanto, que entre a primeira e a última versão, muitas mudanças ocorreram, notadamente no que se refere a gênero e sexualidade. Isso pode ser observado na página 11, do texto da Base, segunda versão, que apresentava:

A equidade requer que a instituição escolar seja deliberadamente aberta à pluralidade e à diversidade, e que a experiência escolar seja acessível, eficaz e agradável para todos, sem exceção, independentemente de aparência, etnia, religião, sexo, identidade de gênero, orientação sexual ou quaisquer outros atributos, garantindo que todos passam a aprender (Brasil, 2016, p. 11).

Mas, a versão final excluiu o termo “identidade de gênero” e “orientação sexual”, conforme consta no texto abaixo descrito:

A equidade requer que a instituição escolar seja deliberadamente aberta à pluralidade e à diversidade, e que a experiência escolar seja acessível, eficaz e agradável para todos, sem exceção, independentemente de aparência, etnia, religião, sexo ou quaisquer outros atributos, garantindo que todos possam aprender (Brasil, 2017, p. 11).

Sobre a versão final da BNCC, ressalta-se que este documento está dividido em competências assim definidas: “Mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho” (Monteiro; Ribeiro, 2020, p. 13).

As dez competências gerais – conhecimento; pensamento científico, crítico e criativo; repertório cultural; comunicação; cultura digital; trabalho e projeto de vida; argumentação; autoconhecimento e autocuidado; empatia e cooperação; responsabilidade e cidadania – destacadas na Introdução da Base Nacional Curricular Comum (Brasil, 2018, p. 9) para a Educação Básica, compreendem as seguintes perspectivas:

1. Aprender e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para a compreensão da realidade e construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
2. Desenvolver o pensamento científico, crítico e criativo para investigar problemas e sua causalidade, propondo soluções com base nos conhecimentos das diferentes áreas.
3. Ampliar e valorizar o repertório artístico e cultural, tanto local como mundial a partir de diversificadas práticas.
4. Utilizar diferentes formas de linguagens e formas de expressão para o compartilhamento de informações e entendimento mútuo.
5. Adquirir habilidades para utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação para a produção de conhecimentos e resolução de problemas.

6. Valorizar saberes e vivências culturais e apropriar de conhecimentos que possibilitam a compreensão do mundo do trabalho e elaboração do projeto de vida.

7. Argumentar sobre pontos de vista com base em fatos, dados e informações confiáveis, com vista à promoção de direitos, conscientização e deveres individuais e coletivos.

8. Adquirir competências para o autoconhecimento e autocuidado.

9. Exercitar a empatia, o diálogo a resolução de conflitos e a cooperação, acolhendo e valorizando a diversidade, sem qualquer tipo de preconceito.

10. Agir com responsabilidade nos âmbitos pessoal e coletivo, tendo por base princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários.

De um modo geral, a BNCC incorpora os princípios estabelecidos nos PCN, apresentando três instâncias em que são descritos os conteúdos disciplinares voltados para a aprendizagem de competências, tendo por finalidade atender às diferenças individuais dos estudantes. Estas instâncias são assim descritas por Vicente (2021, p. 107):

1. Foco no desenvolvimento de competências – por meio da indicação clara do que os alunos devem “saber” (considerando a constituição de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores);
2. Compromisso com a Educação integral – que deve visar à formação e o desenvolvimento humano global dos estudantes, em sua dimensão intelectual, social, emocional, física e cultural;
3. Igualdade, diversidade e equidade – que devem valer para as oportunidades de ingresso e permanência em uma escola de Educação Básica, assim como, reconhecer que as necessidades dos estudantes são diferentes.

Durante o processo de elaboração da BNCC, aconteceram manifestações de diversos grupos, muitas vezes discordando em relação ao que se considerava essencial, secundário e fundamental no que tange a conhecimentos. Para os grupos conservadores, os textos da BNCC não atingiam o nível ideal que seria necessário para uma significativa obtenção de conhecimentos. Os grupos progressistas, por sua vez, adotaram uma postura contrária ao documento, criticando as propostas que não contemplavam qualquer finalidade mercadológica ou voltada às políticas neoliberais, conforme destacado por Neira *et al.* (2018).

Mas a questão a ser refletida no contexto deste trabalho é quanto à forma como a sexualidade acabou constando na versão final da BNCC. O documento esquematiza um quadro, no qual são reunidas habilidades a serem desenvolvidas em relação às questões de Sexualidade na unidade temática – Vida e Evolução, como se pode observar no Quadro 1 a seguir.

Quadro 1 – Abordagem do tema Sexualidade na BNCC (2018)

Unidade Temática	Objetivos de conhecimento	Habilidades
Vida e evolução	<p>Mecanismos Reprodutivos</p> <p>Sexualidade</p>	<p>(EF08C107) Comparar diferentes processos reprodutivos em plantas e animais em relação aos mecanismos adaptativos e evolutivos.</p> <p>(EF08C108) Analisar e explicar as transformações que ocorreram na puberdade considerando a atuação dos hormônios sexuais e do sistema nervoso.</p> <p>(EF08C109) Comparar o modo de ação e a eficiência dos diversos métodos contraceptivos e justificar a necessidade de compartilhar a responsabilidade na escolha e na utilização do método mais adequado à prevenção da gravidez precoce e indesejada e de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST)</p> <p>(EF08C110) Identificar os principais sintomas modos de transmissão e tratamento de algumas DST (com ênfase na AIDS), e discutir estratégias e métodos de prevenção.</p> <p>(EF08C111) Selecionar argumentos que evidenciem as múltiplas dimensões da Sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética).</p>

Fonte: Brasil (2018, p. 348-349).

Um aspecto importante observado no quadro apresentado é a redução da Sexualidade a uma dimensão biológica, destacando somente aspectos relacionados à anatomia e à fisiologia da reprodução humana. Constata-se, também, a presença dos pressupostos médicos-higienistas apresentados nas habilidades, quando se faz menção a questões referentes às Doenças Sexualmente Transmissíveis – DST. Inclusive neste ponto observa-se que as noções de Sexualidade, constantes no documento, estão pouco atualizadas, visto que o Departamento de Vigilância, Controle e Prevenção das IST, do HIV/Aids e das hepatites Virais, vinculado ao Ministério da Saúde, adota a terminologia Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) em lugar da expressão Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST), conforme destacado por Monteiro e Ribeiro (2020).

Ainda em relação à sexualidade, a última habilidade do documento sinaliza com uma possibilidade que poderia ser considerada um avanço, que é “selecionar argumentos que evidenciem as múltiplas dimensões da Sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética)” (Brasil, 2018, p. 346-347). Contudo, esse não é o caso pois, de acordo com os autores,

[...] mesmo que aqui haja uma menção que os professores podem discutir sobre múltiplas dimensões da Sexualidade em diferentes perspectivas, o documento não vem viabilizando antecipadamente condições para que os professores, de forma autônoma, trabalhem aspectos que envolvam essas múltiplas dimensões da Sexualidade (Monteiro; Ribeiro, 2020, p. 17).

Mesmo a BNCC vinculando a sexualidade às dimensões afetivas e sociais, textos contidos no documento indicam a limitação da sexualidade à dimensão biológica, além de caracterizar a adolescência como fase reprodutiva e priorizar os aspectos anatômicos, fisiológicos, hormonais e da reprodução humana. Isto é, trata-se de um documento que toma

como base a genitalidade para justificar os entendimentos normativos das vivências afetivo-sexuais e a biologização da diversidade, o que pode levar à reafirmação da heterossexualidade como a sexualidade normal e bem-comportada (Santos *et al.*, 2021). Em consequência,

A ausência de menção direta ao termo sexualidade caracteriza a BNCC como um documento direcionado a questões de saúde pública, descartando, no entanto, aspectos culturais, sociais, políticos, históricos associados à percepção da sexualidade. Embora se preconizem alguns aspectos éticos, o apagamento semântico da sexualidade, [...] não viabiliza as discussões e os questionamentos a respeito das estruturas sociais, dos machismos e sexismos, da invisibilidade da diversidade sexual, das lutas das mulheres, da violência sexual, da questão relacional do gênero e da própria disputa de diversos setores sociais em torno desses debates (Santos *et al.*, 2021, p. 15).

Outro aspecto a ser mencionado em relação à BNCC é a sinalização da busca por competências e habilidades contrárias à discriminação de qualquer grupo humano. Contudo, esse preceito é apresentado de forma genérica e contribui apenas para discussões superficiais nos espaços escolares, com a manutenção das estruturas das desigualdades e das exclusões, inviabilizando que se estabeleça efetivamente nos espaços educacionais uma cultura da paz e do respeito (Santos *et al.*, 2021).

A inviabilização da discussão de temas relativos à diversidade sexual, gênero e sexualidade, entre outros assuntos, na escola, implica na redução da formação plena e da escolarização a uma perspectiva técnica, sendo que qualquer tipo de discussão fora dos conteúdos básicos é visto como doutrinação ideológica esquerdista. Para os autores supracitados, a defesa do argumento de que a educação cabe à família e que a BNCC deve render-se aos interesses religiosos nada mais é que uma imposição de saberes e discursos hegemônicos sobre a sexualidade e sobre o gênero, o que destitui da escola seus sentidos formativos.

O fato é que entre a divulgação da segunda versão e a homologação da versão final, houve a distância de um ano e, nesse tempo, a direita se articulou e se mobilizou para dar à BNCC um teor moralizador e desvinculado dos tópicos crítico-reflexivos voltados para a cidadania e direitos da pessoa. Isso porque tais tópicos eram associados à esquerda e, especificamente ao Partido dos Trabalhadores (PT), que na concepção conservadora, precisava ser erradicado da política brasileira, em razão dos riscos que apresentava. Por esta razão, a palavra gênero foi suprimida do documento. Em consequência, segundo Monteiro e Ribeiro (2020), a BNCC acabou silenciando discussões sobre Gênero que são necessárias e fundamentais para o combate de práticas misóginas e “LGBTfóbicas” no contexto escolar.

Os autores argumentam que o Congresso Brasileiro – e possivelmente com maior intensidade a Câmara dos Deputados – é conservador e, nesse caso, um grande número de representantes se dispõem ao debate sobre Educação Sexual, Sexualidade e Gênero, por considerar que se trata de temas cuja discussão deve acontecer no âmbito familiar. Com a ascensão da extrema direita, empoderada e com maior representatividade a partir do governo de Michel Temer, valores conservadores são disseminados com a intenção de acabar com a liberdade de expressão, o que acabou afetando o texto da BNCC.

Enquanto nas versões preliminares fazia-se referência aos termos gênero e orientação sexual e às múltiplas dimensões da sexualidade bem como apresentava-se uma visão mais crítica e reflexiva sobre a diversidade sexual, na versão oficial não há mais essa referência sob o argumento de que a temática de gênero é alvo de muitas controvérsias.

3.5 Educação Sexual nos anos finais do Ensino Fundamental

Dada a sua relevância, entendemos que a educação sexual deve ter início na escola já nos anos iniciais do Ensino Fundamental, visto que a sexualidade está presente na vida do ser humano desde seu nascimento. Conforme destacado por Jesus e Freitas (2020, p. 4): “A sexualidade se manifesta desde o momento do nascimento até a morte, de formas diferentes a cada etapa do desenvolvimento”. Por esta razão, a sexualidade precisa ser tratada na escola em suas várias dimensões. A proposta da Orientação Sexual dos PCN é que seja considerada nas suas dimensões biológica, psíquica e sociocultural (Brasil, 1998).

O corpo expressa e carrega não apenas as características físicas e biológicas, conforme destacado por Jesus e Freitas (2020), mas também as marcas do pertencimento, da vivência social que influem em quem é o indivíduo, nas experiências que traz relacionadas ao gênero, à etnia ou raça, à classe, à religião e à sexualidade. O corpo constitui e revela a singularidade de cada pessoa, sua identidade pessoal e social. Por meio do corpo as crianças exploram o mundo desde bebês, estabelecem relações, expressam-se, brincam adquirem conhecimentos sobre si, sobre o outro, sobre o meio social e cultural.

Os estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental, com idade geralmente entre 10 e 13 anos, encontram-se em uma faixa etária caracterizada pela transição entre infância e adolescência. Nessa fase, conforme explicitam as autoras, muitas mudanças acontecem em decorrência de transformações biológicas, psicológicas, sociais e emocionais. Simultaneamente, ocorrem mudanças relevantes nos seus vínculos sociais e laços afetivos, resultando na intensificação de suas relações com os pares da mesma idade bem como das

aprendizagens referentes à sexualidade e às relações de gênero, com um rápido processo de ruptura com a infância e tentativa de construir os próprios valores.

Já para Batista e Bolonhezi (2020), a adolescência se caracteriza como uma fase cheia de mudanças e de transformações biopsicossociais estimuladas pelos hormônios provenientes da puberdade. Desse modo, nessa fase muitas curiosidades surgem em relação à sexualidade e, muitas vezes, as informações são ocultadas, não há o diálogo, o debate, a necessária orientação envolvendo a temática, seja na família e mesmo na escola, onde nem sempre os professores sentem-se seguros para uma abordagem de educação sexual.

Com a BNCC, a temática da sexualidade deve ser abordada a partir do 8º ano, com a abordagem de temas referentes a mecanismos reprodutivos, puberdade, gravidez e infecções sexualmente transmissíveis. São temas importantes, mas a educação sexual precisa acontecer num universo mais amplo e profundo, especialmente considerando a realidade atual.

Se em momentos anteriores não era permitido falar em sexo, pois este era visto como algo pecaminoso, sujo e vergonhoso, hoje a realidade para crianças e adolescentes é outra, pois o acesso às informações e desinformações é muito grande e o assunto ainda não é tratado com naturalidade e da forma mais adequada e coerente.

Atualmente, em vista das inúmeras fontes de divulgação de conteúdo com teor sexual e erótico, Jesus e Freitas (2020) refletindo sobre os efeitos disso, inferem que as crianças e adolescentes estão cada vez mais expostos a erotização precoce por meio da mídia, música, figurinos que incitam a sedução, *files*, internet, dentre outros. Estas formas de comunicação reforçam comportamentos precoces de expressão da sexualidade na infância com consequentes prejuízos no desenvolvimento saudável de crianças e por extinção, de adolescentes e adultos.

As crianças têm sido expostas a conteúdos distorcidos em relação à sexualidade, sendo que muitas vezes não estão em condições emocionais para entendê-los e vivenciá-los. Neste contexto, o papel da escola na orientação das crianças é fundamental, no sentido de ajudá-las a valorizarem ações e comportamentos próprios de sua faixa etária, de orientá-las no sentido de conhecer e preservar seu próprio corpo, exercendo a sexualidade de forma plena e respeitosa. Sobre isso, Carvalho, Jardim e Guimarães (2019, p. 20) afirmam que:

Atualmente a sexualidade, em relação à formação da criança e do adolescente, tem se mostrado a cada geração como um parâmetro de precocidade, pois os jovens dos séculos XXI tornam sua vida sexual ativa antes do amadurecimento psicológico, fisiológico, social e financeiro. Desta forma, compreende-se que se faz necessário a iniciativa de elaboração e execução de um plano de intervenção para conscientização sobre as consequências advindas desse processo, assim como, orientação para a prática da sexualidade de forma consciente a fim de minimizar as sequelas que podem ser geradas

devido à falta de informação quanto a uma relação sexual segura e o modo como a pratica (Carvalho; Jardim; Guimarães, 2019, p. 20).

Devido à vivência da sexualidade cada vez mais precocemente, o ideal é que o assunto seja abordado em todas as séries do Ensino Fundamental, levando em conta a idade e o nível de maturidade dos estudantes. Precisa envolver todas as disciplinas, não ficando essa abordagem limitada à disciplina de Ciências, a uma série específica e nem ao aspecto biológico. Crianças e adolescentes têm hoje contato com informações de diversas fontes, que chegam a eles de diversas formas, sem qualquer critério e nem sempre de forma adequada. Em vista disso, a escola precisa contar com um plano de ação coerente para informar e formar os estudantes em relação à temática de gênero e sexualidade. Conforme destacado por Teixeira (2014, p. 2),

Os adolescentes estão se deparando cada vez mais cedo com novos valores comportamentais, relacionados com a afetividade e a vida sexual. Além de experimentarem rápidas mudanças em seus corpos, sentimentos e relações com a sociedade, também passam a se tornar responsáveis por sua saúde e bem-estar.

Neste contexto, os educadores precisam adotar uma postura inovadora, estabelecendo o diálogo aberto e franco, incentivando a participação, utilizando os meios didáticos adequados e necessários para favorecer o processo de ensino-aprendizagem no âmbito da educação sexual.

O ocultamento da instrução, seja nas famílias, na escola e em outros espaços sociais, de modo algum irá favorecer crianças e adolescentes e sim a desinformação ou a obtenção de informações deturpadas. A escola precisa trabalhar, desde cedo, com as crianças sobre corpo e sexualidade, contribuindo para a formação de uma geração mais bem informada, emocionalmente saudável, preparada para lidar com desafios e prevenida contra violências, abusos e preconceitos.

A compreensão da questão da sexualidade deve acontecer de forma ampla. Nesse sentido, Jesus e Freitas (2020, p. 10) esclarecem que:

A sexualidade humana deve ser compreendida pelos alunos nas suas dimensões biológica, psicológica, cultural e social, e é preciso preocupar-se com a forma (aspectos cognitivos) como essas dimensões são apreendidas significativamente pelos alunos.

Além da prevenção, a educação sexual desde a infância é uma condição para a adoção de atitudes de respeito ao outro, independente da orientação de gênero.

De acordo com Jardim e Brêtas (2006), a educação sexual deve acontecer desde o início, quando a criança entra na escola e ser desenvolvida ao longo de toda a vida escolar. Cada faixa etária possui características próprias que devem ser levadas em consideração para assegurar a compreensão das mensagens que serão passadas, buscando sempre uma vinculação entre o conteúdo e a vida cotidiana do educando.

O professor, por sua vez, precisa estar preparado para polemizar, lidar com os valores, tabus e preconceitos. O que se tem visto, contudo, são profissionais sem subsídios adequados para trabalhar essas questões e acabam dando a elas enfoque basicamente biológico. É grande o desafio que os professores precisam enfrentar, não apenas eles, mas também as famílias e as próprias crianças. Sobre isso Soares e Soares (2012, p. 1) mencionam:

A sexualidade infantil no contexto escolar é um grande desafio para educadores, pois e principalmente para as crianças, que ao se desenvolver têm curiosidade sobre as mudanças que vão ocorrendo ao longo da vida. A sexualidade é compreendida por muitos como um assunto polêmico e complexo para ser discutido na escola, devido as diferentes visões, culturas, tabus e valores que estão impostos neste contexto.

Esse é um desafio que a escola precisa enfrentar mesmo porque ela se constitui na instituição mediadora entre o aluno e o mundo. E essa mediação acontece sobretudo, pela transmissão do conhecimento. Soares e Soares (2022, p. 2) ressaltam que,

[...] É pelo conhecimento adquirido através dos professores que a criança aprende, se desenvolve e se prepara para encarar muitas adversidades e desafios da sociedade. A partir disso é importante a escola entender que a sexualidade e o desenvolvimento humano são questões indissociáveis e o desenvolvimento e curiosidades acerca desse tema permeia a infância e a adolescência.

Qualquer programação de educação sexual precisa considerar a realidade vivenciada pelos estudantes e como eles percebem sua sexualidade. É a partir disso que será possível a elaboração de questões problematizadoras e significativas para os sujeitos, de forma que vão contribuir para a adoção de uma nova postura, tanto de autocuidado como de conscientização e mais reflexiva em relação à sexualidade. Sobre isso, Maciel *et al.* (2014, p. 67) afirmam:

Conhecer a realidade vivenciada e a percepção dos adolescentes sobre sua sexualidade deve ser o primeiro passo na elaboração de uma programação de ações educativas, problematizadoras e voltadas para o autocuidado corroborando uma proposta emancipatória, criativa e humanizada, correspondente à educação progressista, que rompe com a formação voltada para o modelo de assistência biomédico e autoritário.

Na escola podem ser desenvolvidas práticas que favorecem as reflexões e discussões sobre diversas temáticas, contribuindo para a ampliação do conhecimento acerca de questões presentes no cotidiano dos sujeitos, como é o caso da sexualidade e outros assuntos relevantes na vida de crianças e adolescentes. Segundo afirmação de Barbosa *et al.* (2019, p. 34):

[...] no espaço escolar as práticas educativas favorecem reflexões e discussões que ampliam o campo do conhecimento ao abordar questões do seu cotidiano, entre elas, a sexualidade e as vulnerabilidades, geralmente apresentadas nessa fase de vida, como por exemplo, à gravidez não planejada e o risco de contrair uma Infecção Sexualmente Transmissível. Nesse sentido, abordar a sexualidade como parte inseparável do sujeito, principalmente dos adolescentes, que estão em uma fase de curiosidade e descobertas, é permitir a esses sujeitos a oportunidade de entenderem e elaborarem suas vontades e desejos.

Na escola, a intervenção com crianças e adolescentes, no âmbito da educação sexual, é muito importante, primeiro em razão do tempo significativo que ficam na escola e, segundo, por ser um ambiente de interação dos indivíduos com o mundo e com as pessoas. Além disso, é preciso reconhecer a relevância social do conteúdo e trabalhar o mesmo de modo que se confira aos estudantes condições de perceber os riscos que permeiam suas escolhas e, a partir disso, tomarem decisões responsáveis.

Para Goiás foi elaborado o Documento Curricular (DC-GO), resultante de uma ação coletiva envolvendo a implementação da Base Nacional Comum Curricular no território goiano. O referido documento traz em seu bojo orientações e definições de aprendizagens tidas como essenciais a serem desenvolvidas pelas crianças da educação Infantil e estudantes do Ensino Fundamental no estado, no decorrer da Educação Básica (Goiás, CONSED/UNDIME, 2018).

O DC-GO tem estrutura semelhante à BNCC, de modo que, mantém a apresentação do Ensino Fundamental baseado em áreas de conhecimentos (Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas) e componentes curriculares (Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Arte, Educação Física, Matemática, Ciências da Natureza, História e Geografia). A exemplo da BNCC, o DC-GO também é regido pelas dez competências gerais que permeiam toda as etapas da Educação Básica bem como todas as áreas de conhecimento e seus respectivos componentes curriculares.

O documento não faz referência a um programa de educação sexual, mas determina como uma das competências específicas da Ciência da Natureza (Competência 7) para o Ensino Fundamental: “Conhecer, apreciar e cuidar de si, do seu corpo e bem-estar, compreendendo-se na diversidade humana, fazendo-se respeitar e respeitando o outro, recorrendo aos conhecimentos das Ciências da Natureza e às suas tecnologias” (Goiás, CONSED/UNDIME, 2018, p. 122).

Em Ciências da Natureza, na unidade temática Vida e Evolução, em objetos de conhecimento/conteúdos, faz-se referência a Dimensões da sexualidade humana, cuja habilidade a ser adquirida é “Secionar argumentos que evidenciem as múltiplas dimensões da sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética)” (Idem, p. 132).

Como constatamos, não se faz, no DC-GO, referências à Gênero e Diversidade de Gênero. Tais questões não são abordadas no Ensino Fundamental, sobressaindo a perspectiva de uma consideração fisiológica e biológica do corpo humano.

Embora no DC-GO o enfoque seja biológico, a educação sexual e a sexualidade são abordadas nos componentes curriculares de artes e educação física, o que implica em certa autonomia em relação ao que fora proposto na BNCC, conforme mencionado por Silva *et al.* (2023).

Os autores ressaltam que o documento possibilita discussões a respeito da sexualidade ao mencionar a função preventiva da educação sexual, razão informativa, mas sim focar no desenvolvimento do indivíduo no que tange ao respeito por si próprio e pelo outro (Silva *et al.*, 2023).

Na disciplina de educação física, as questões de gênero e sexualidade são abordadas no 6º e 7º ano, “na unidade temática dança, no objeto de conhecimento danças urbanas, os quais visam analisar e depois reproduzir tais temas através das danças urbanas e manifestações culturais” (Silva *et al.*, 2023, p. 198).

Assim, apesar de o tema sexualidade ser efetivado disciplinarmente no DC-GO, é possível ao professor utilizar diversas estratégias para abordar o assunto.

CAPÍTULO IV – EDUCAÇÃO SEXUAL NO ENSINO FUNDAMENTAL: UM OLHAR SOBRE AS PRODUÇÕES ACADÊMICAS

Neste capítulo apresentamos a pesquisa realizada por títulos e assuntos, leitura de resumos e produções com a temática Educação Sexual/Ensino Fundamental, delimitando a análise, após a leitura das produções encontradas e estabelecidos os critérios de inclusão/exclusão, para os anos finais do Ensino Fundamental.

Como fonte de pesquisa, a consulta foi realizada no acervo da CAPES/Sucupira em dois endereços distintos: na primeira pesquisa, a busca no Catálogo de Teses & Dissertações no Portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior (CAPES)³¹. Posteriormente, o acesso à Plataforma dos Dados Abertos da CAPES³², haja vista esta plataforma disponibilizar todos os resumos das produções anteriores à Plataforma Sucupira³³, que não constavam no endereço da primeira pesquisa realizada. A busca ocorreu também na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)³⁴ que registra as produções acadêmicas da Plataforma Sucupira. Ao final, a opção foi pela página da CAPES com os Dados Abertos, por condensar as informações inerentes ao objeto de estudo.

A primeira fase da pesquisa, realizada entre os dias 17 e 23 do mês de julho do ano de 2023, ocorreu antes da banca de qualificação desta pesquisa. Contudo, ao longo da construção do Capítulo IV, o retorno à pesquisa tornou-se uma constante, pois foi necessário retomar o acesso às publicações completas e/ou resumos, no intuito de confirmar os critérios de exclusão e inclusão, bem como as categorias que emergiram nas produções acadêmicas analisadas.

Após a banca de qualificação, novamente um retorno à pesquisa realizada, diretamente na Plataforma dos Dados Abertos da CAPES, possibilitou baixar as planilhas de todas as

³¹ Disponível em: <https://catalogodeteses.CAPES.gov.br/catalogo-teses/#/>. O acesso ocorreu a partir de julho de 2013, sendo consultado todas as vezes que se fez necessário ao longo da construção desta tese, ou seja, até maio de 2024, para conferência dos dados.

³² Disponível em: <https://dadosabertos.CAPES.gov.br/>. O acesso ocorreu ao longo dos meses de fevereiro a maio de 2024.

³³ A Plataforma Sucupira foi lançada no dia 27 de março de 2014 e disponibilizada ao público no dia 03 de abril do mesmo ano. “A escolha do nome da Plataforma é uma homenagem ao professor Newton Sucupira, autor do Parecer nº 977 de 1965. O documento, hoje conhecido como "Parecer Sucupira", conceituou, formatou e institucionalizou a pós-graduação brasileira nos moldes como é até os dias de hoje” (Brasil, 2024). Disponível em: <https://www.gov.br/CAPES/pt-br/assuntos/noticias/CAPES-lanca-plataforma-sucupira-para-gestao-da-pos-graduacao>. Acesso em: 12 maio 2024.

³⁴ “[...] inicialmente denominada Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e, atualmente, denominada Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), [...] a BDTD passou por diferentes processos de atualização, desde o sistema em si ao padrão de metadados utilizado: [...] 2023: Atualização do leiaute da BDTD e apresentação da interface do gestor de repositórios digitais e bibliotecas locais de teses e dissertações.” (Brasil, 2024). Disponível em: <https://bdttd.ibict.br/vufind/about/home>. Acesso em: 12 maio 2024.

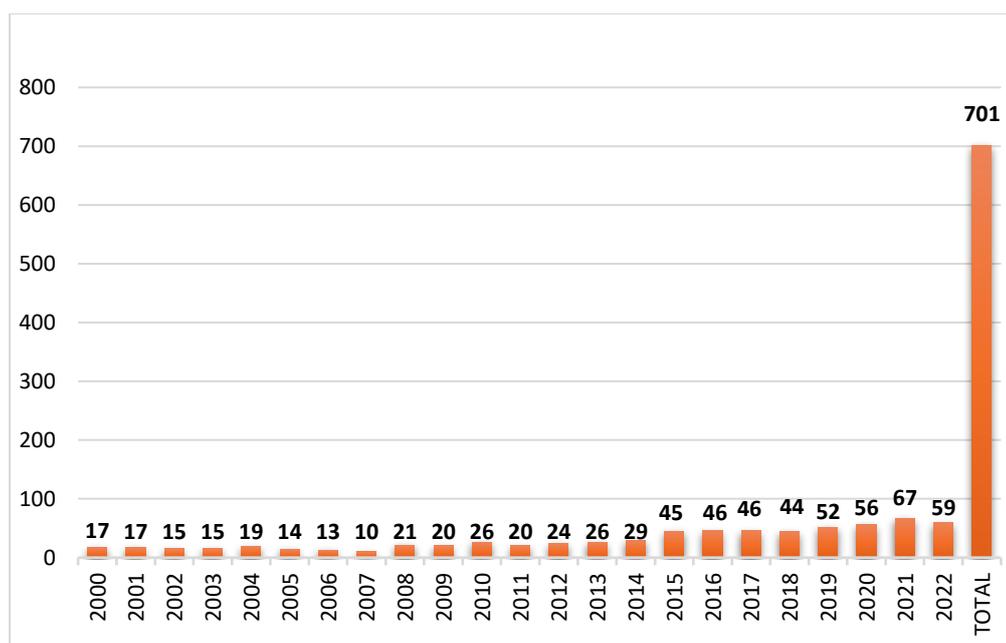
produções acadêmicas – teses e dissertações – disponíveis no recorte temporal delimitado para esta pesquisa, período de 2000 a 2022.

Os critérios de inclusão adotados, descritos ao longo deste capítulo, foram necessários para orientar a busca e seleção das publicações, delimitando-se para as produções disponibilizadas na íntegra na base de dados, divulgadas em língua portuguesa, publicadas entre os anos de 2000 e 2022, de modo a refletir as evidências científicas inerentes aos últimos vinte e dois anos no Brasil relacionadas à Educação Sexual nos anos finais do Ensino Fundamental.

Ao considerar o total das produções encontradas, com o descritor “Educação Sexual”, confirmou-se a necessidade de estabelecer critérios de exclusão para a análise das teses e dissertações pesquisadas, pois encontramos um total de 701 produções.

Quando observamos os anos das produções, chegamos ao resultado evidenciado no gráfico a seguir.

Gráfico 1– Quantitativo de Teses e Dissertações - Educação Sexual (2000-2022)



Fonte: Elaborado pela autora a partir do banco de dados da CAPES/Sucupira e Portal BDTD. Pesquisa realizada entre os dias 17 e 23 de julho de 2023, revisada em novembro de 2023 e nos meses de fevereiro a maio de 2024.

As produções encontradas remetiam à educação sexual de forma geral e em diferentes áreas de atuação, a exemplo da psiquiatria, medicina, enfermagem e serviço social. Este dado corrobora a importância da delimitação da pesquisa para o nosso objeto de estudo, ou seja, o espaço escolar, e, mais precisamente a Educação Básica – anos finais do Ensino Fundamental.

Quanto aos critérios de exclusão, descartamos pesquisas em áreas não diretamente relacionadas à educação sexual no espaço escolar, que não apresentaram consonância com o objeto de estudo proposto; consideramos que não fariam parte da análise as publicações que não se encontravam disponíveis em texto completo; publicações que disponibilizavam o texto completo, mas cujo *link* apresentava erro mediante a tentativa de acessá-las; e, as publicações na área educacional não diretamente ligadas à etapa da Educação Básica proposta nesta pesquisa, ou seja, anos finais do Ensino Fundamental.

4.1 Coleta de dados de teses e dissertações: mapeamento das produções encontradas

O primeiro passo da pesquisa consistiu na consulta ao Painel de Informações Quantitativas do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, em busca de teses e dissertações a partir da temática educação sexual nos anos finais do Ensino Fundamental, no período de 2000 a 2022.

Para o refinamento da pesquisa, utilizamos o recurso “Busca avançada” disponibilizado no Portal da BDTD, selecionando-se “Título”, “Assunto” e “Resumo Português”. Quanto à escolha dos descritores, em um primeiro momento, buscamos os termos “educação sexual AND³⁵ educação escolar”, pelo fato de esta pesquisadora estar vinculada em um Programa de Doutorado na área de Educação e por ser também campo de atuação profissional. Posteriormente, fomos pesquisar no Portal da Capes. Também delimitamos para os descritores “educação sexual AND ensino fundamental II”, e, posteriormente, delimitamos para “anos finais do ensino fundamental”. No Portal da CAPES, utilizamos o recurso “Refinar meus resultados”, disponível na página do Catálogo de Teses e Dissertações. Posteriormente, fizemos a mesma consulta no banco de dados abertos da CAPES.

Para a análise posterior das produções acadêmicas, reiteramos que foram excluídas aquelas cujas temáticas não estavam diretamente relacionadas ao objeto de estudo. Ou seja, após filtrar as buscas, consideramos as produções acadêmicas relacionadas à educação básica escolar nos anos finais do Ensino Fundamental.

³⁵ Utilizamos as aspas para o termo composto e o operador booleano “AND” para ligar dois assuntos. Os termos utilizados para a pesquisa aparecem no título, no resumo e nas palavras-chave das publicações. “Os Operadores Booleanos atuam como palavras que informam ao sistema de busca como combinar os termos de sua pesquisa. São eles: AND, OR e NOT e significam, respectivamente, E, OU e NÃO e, a fim de facilitar a visualização da busca, **é importante que estes sejam escritos em letras maiúsculas.**” (UERJ, 2020. Grifo nosso). Disponível em: <http://www.capes.uerj.br/voce-sabe-o-que-sao-operadores-booleanos/>. Acesso em: 12 fev. 2024.

Posteriormente, delimitamos para os descritores “educação sexual AND ensino fundamental anos finais”. Após este refinamento, obtivemos os resultados que se encontram expressos no quadro apresentado no Apêndice A. Por fim, após a banca de qualificação, filtramos novamente as produções acadêmicas com o descritor “educação sexual”.

Ao utilizarmos os descritores “Educação Sexual”, no banco de dados abertos da CAPES, obtivemos o resultado expresso na tabela a seguir, observados o ano e o tipo de produção acadêmica publicada no período de 2000 a 2022.

Tabela 1– Quantitativo de Teses e Dissertações publicadas no período de 2000 a 2022

Ano Base	Dissertação	Tese	Produções anuais
2000	14	3	17
2001	14	3	17
2002	12	3	15
2003	12	3	15
2004	18	1	19
2005	11	3	14
2006	12	1	13
2007	9	1	10
2008	20	1	21
2009	15	5	20
2010	21	5	26
2011	15	5	20
2012	18	6	24
2013	20	6	26
2014	25	4	29
2015	37	8	45
2016	41	5	46
2017	40	6	46
2018	37	7	44
2019	44	8	52
2020	49	7	56
2021	55	12	67
2022	52	7	59
TOTAL	591	110	701

Fonte: Elaborado pela autora a partir do banco de dados da CAPES/Sucupira (2024).

Podemos observar que no total de 701 publicações, 591 são dissertações e 110 teses. O ano com maior número de produções foi 2021, totalizando 67 (sessenta e sete) produções. Percebemos que o ano com menor produção foi 2007, com 10 produções. A Pandemia da Covid 19 (que é reconhecida pela organização Mundial da Saúde em dezembro de 2019)³⁶ pode ter influenciado no acréscimo de pesquisas em nível de Mestrado e Doutorado, no entanto, tal temática não faz parte do objetivo desta pesquisa.

³⁶ Em 31 de dezembro de 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) foi alertada sobre vários casos de pneumonia na cidade de Wuhan, província de Hubei, na República Popular da China. Tratava-se de uma nova cepa (tipo) de coronavírus que não havia sido identificada antes em seres humanos.

Como é possível constatar nos dados da tabela, o tema tem atraído um maior número de pesquisadores nos últimos anos (2015-2022), em um movimento contrário aos anos anteriores. Todavia, em proporção ao número de dissertações produzidas, a pesquisa de teses ainda se revela tímida. Praticamente, são quase 6 (seis) dissertações para cada tese.

Em nosso primeiro levantamento de dados, no ano de 2023, pesquisamos na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), utilizando como descritores os termos “educação sexual” AND “ensino fundamental anos finais”, chegamos a um total de 88 produções acadêmicas³⁷. Continuamos nossa pesquisa no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes/Sucupira e, posteriormente, tivemos acesso aos Dados Abertos da Capes, nos meses de janeiro a abril e conferência dos dados em maio de 2024, o que nos possibilitou acesso às produções disponibilizadas pelos programas de Pós-Graduação das Instituições de Ensino Superior do Brasil registradas no Banco de Dados Abertos da Capes (2024).

Não separamos as teses das dissertações, pois nossa intenção neste trabalho não é tratar das especificidades dos tipos de pesquisa. Não serão analisados nesta tese o mérito dos trabalhos, a verticalização das temáticas, aspectos metodológicos e epistemológicos. Nosso objetivo, como já explicitado na introdução desta tese, é trazer os resultados destas pesquisas na medida em que evidenciaram ou não avanços nas discussões sobre a educação sexual nos currículos dos anos finais do Ensino Fundamental. No Apêndice B, o resultado dos achados.

Observando os títulos das teses e dissertações apresentadas, constatamos que as temáticas sexualidade, gênero, diversidade sexual, identidade de gênero e educação sexual foram abordadas sob diversos olhares e trabalhadas em diversos espaços educativos, tanto formais como informais. Isso revela os interesses que essas questões vêm despertando na comunidade acadêmica. É reflexo, ainda, da expansão dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, aumento significativo do número de grupos de pesquisa e programas de apoio e fomento à pesquisa da temática em estudo.

Os estudos realizados pelos pesquisadores contribuem na reconstituição história da educação sexual e educação escolar. Reforça a importância de a Academia promover novas pesquisas e análise de referenciais teóricos que contribuirão com o trabalho docente em sala de aula acerca do assunto estudado.

Importante ressaltar que a partir do critério de inclusão “Educação sexual AND Ensino Fundamental anos finais”, e após a leitura dos resumos de cada produção acadêmica,

³⁷ No apêndice B, os resultados da pesquisa feita em julho de 2023, com as produções encontradas na Plataforma da BDTD e CAPES/Sucupira, com as palavras-chave. No corpo desta tese, optamos pelos quadros com a pesquisa atualizada em novembro de 2023 e no período de fevereiro a abril de 2024.

vislumbramos o corpus para a análise do conteúdo das teses e dissertações relacionadas ao objeto de estudo desta tese. Analisamos, assim, aquelas relacionadas à área da educação básica/Ensino Fundamental anos finais ou na dimensão histórica da sexualidade.

Na Tabela 2, a seguir, o resultado das produções encontradas após delimitarmos para a área da Educação Básica.

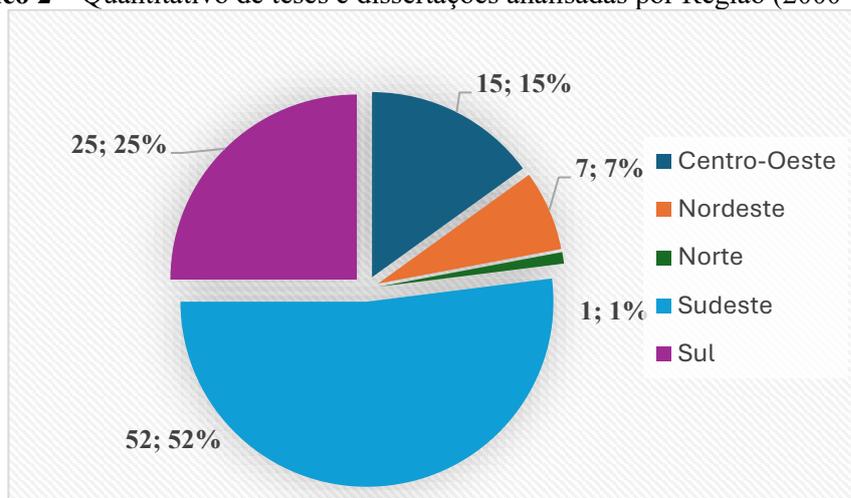
Tabela 2– Educação Sexual – Educação Básica (2000 a 2022)

Ano Base	Produção - Educação Sexual – Educação Básica
2000	3
2001	5
2002	3
2003	4
2004	5
2005	3
2006	1
2007	3
2008	3
2009	6
2010	3
2011	2
2012	4
2013	5
2014	4
2015	6
2016	5
2017	6
2018	7
2019	4
2020	7
2021	6
2022	5
TOTAL	100

Fonte: Elaborado pela autora a partir do banco de dados da CAPES/Sucupira (2024).

Os dados apontam uma regularidade nas pesquisas relacionadas à educação sexual no campo educacional. Ao considerarmos o aumento dos debates e discussões acerca das questões referente à sexualidade, gênero, diversidade sexual e a importância da educação sexual, à medida que essa temática adquire maior visibilidade, seja nas instituições de ensino, na mídia e em outros espaços educativos, torna-se um desafio para a Academia incentivar mais pesquisas nesta área. Precisamos estar atentos a isso, considerando a força do discurso daqueles que se dizem defensores da moral e que apregoam a existência de uma “ideologia de gênero”.

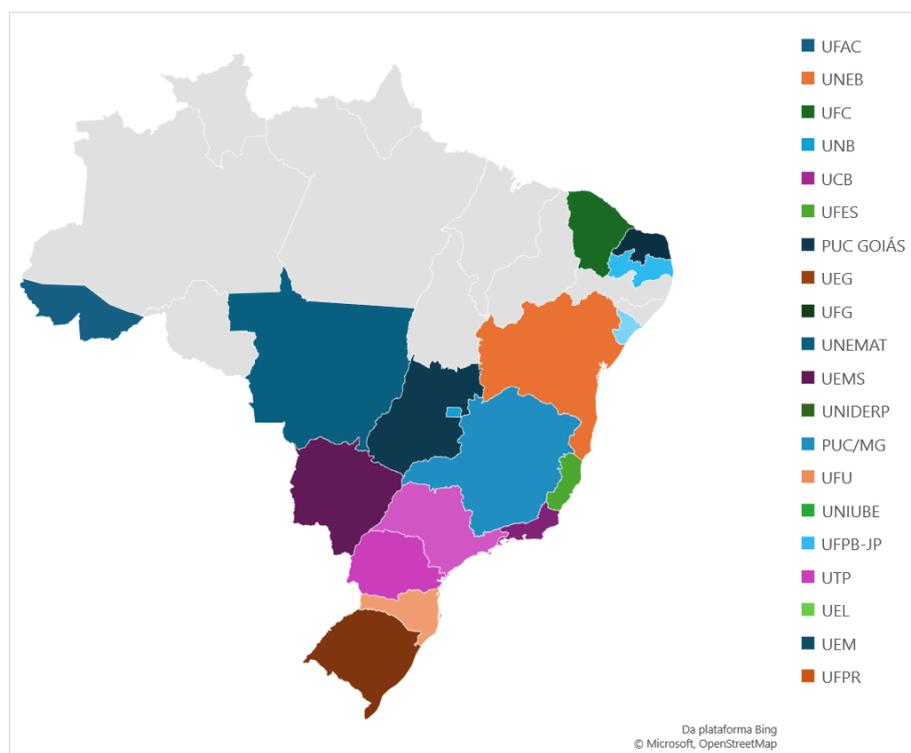
Em relação às regiões do Brasil em que as teses e dissertações foram publicadas, apresentamos, conforme expresso no Gráfico 2, a seguir, o resultado do local das 100 (cem) publicações pré-selecionadas.

Gráfico 2 – Quantitativo de teses e dissertações analisadas por Região (2000-2022)

Fonte: Elaborado pela autora a partir do banco de dados da CAPES/Sucupira (2024).

Observamos que a Região Centro-Oeste se encontra em terceiro lugar no quantitativo das pesquisas sobre Educação Sexual, totalizando 15% das produções acadêmicas, sendo que as regiões Sudeste e Sul detêm um número maior de pesquisas.

Em relação à produção acadêmica por estados, na Figura 3, a seguir, temos um panorama destas produções entre os anos 2000 e 2022 dos estados brasileiros que produziram pesquisas relativas à temática Educação Sexual envolvendo o espaço escolar. Percebemos que é uma temática com pouca produção na Região Norte e em alguns estados do Nordeste.

Figura 3 – Áreas de concentração de pesquisas sobre Educação Sexual (2000-2022)

Fonte: Elaborado pela autora a partir do banco de dados da CAPES/Sucupira (2024).

4.1.1 Coleta de dados de teses e dissertações: produções excluídas

Na sequência, ao ler as produções encontradas, passamos a refinar a nossa pesquisa. Assim, realizamos a exclusão das produções não relacionadas à educação sexual no Ensino Fundamental anos finais e chegamos ao seguinte achado:

Tabela 3 – Produções excluídas – critérios de exclusão (2000 a 2022)³⁹

	Ano	Região	UF	Tipo	Critério de exclusão
1	2000	Sudeste	ES	Dissertação	Papel da Psicologia Social: educação sexual e cidadania.
2	2000	Centro-Oeste	DF	Dissertação	Pesquisa direcionada ao Ensino Médio.
3	2003	Nordeste	SE	Dissertação	Pesquisa direcionada ao Ensino Médio.
4	2003	Sudeste	SP	Dissertação	Pesquisa direcionada ao Ensino Médio.
5	2008	Sul	RS	Dissertação	Atendimento socioeducativo em instituição específica.
6	2009	Sudeste	SP	Tese	Representações sociais sobre sexualidade.
7	2009	Sul	RS	Dissertação	Pesquisa sobre o uso de Libras na educação sexual.
8	2010	Sudeste	SP	Dissertação	Ensino Fundamental - séries iniciais.
9	2011	Centro-Oeste	GO	Dissertação	Pesquisa direcionada ao Ensino Médio.
10	2012	Centro-Oeste	DF	Dissertação	Pesquisa direcionada ao público da EJA.
11	2013	Centro-Oeste	MS	Dissertação	Pesquisa autobiográfica.
12	2013	Sudeste	SP	Dissertação	Pesquisa documental - Diretrizes da Unesco.
13	2013	Sudeste	RJ	Dissertação	Pesquisa direcionada ao Serviço Social.
14	2013	Centro-Oeste	GO	Dissertação	Pesquisa sobre referenciais relativos à memória.
15	2014	Sul	RS	Dissertação	Pesquisa sobre epidemiologia.
16	2015	Sul	PR	Tese	Ensino Fundamental - séries iniciais.
17	2015	Sudeste	SP	Tese	Sobre pesquisas apresentadas no Endipe.
18	2015	Sudeste	SP	Dissertação	Intervenção do Serviço Social.
19	2015	Sudeste	SP	Dissertação	Violência sexual.
20	2015	Sudeste	SP	Dissertação	Pesquisa com gestores diversos.
21	2016	Sudeste	SP	Dissertação	Pesquisa sobre o Portal do Mec.
22	2016	Sudeste	SP	Dissertação	Pesquisa sobre um Programa de Rádio - educação sexual.
23	2016	Sudeste	MG	Dissertação	Pesquisa sobre oficinas de educação sexual.
24	2016	Sudeste	MG	Dissertação	Pesquisa sobre livros didáticos.
25	2017	Sul	PR	Dissertação	Prática docente de uma professora de Ciências.
26	2017	Sudeste	SP	Dissertação	Análise de desenhos em carteiras escolares.
27	2017	Sudeste	SP	Dissertação	Temática LGBTQI não relacionada ao Ensino Fundamental II.
28	2017	Norte	AC	Dissertação	Construção de modelos anatômicos 3D.
29	2018	Sul	RS	Tese	Pesquisa sobre infecções sexualmente transmissíveis.
30	2018	Sul	PR	Dissertação	Pesquisa sobre livros didáticos.
31	2018	Sudeste	SP	Tese	Pesquisa com profissionais da educação e da saúde.
32	2018	Sudeste	RJ	Dissertação	Pesquisa sobre doenças sexualmente transmissíveis.
33	2018	Centro-Oeste	DF	Dissertação	Pesquisa sobre a disciplina de Ciências.
34	2019	Sul	PR	Dissertação	Pesquisa no Ensino Superior.
35	2019	Centro-Oeste	DF	Dissertação	Pesquisa sobre o discurso do Escola sem partido.
36	2020	Sudeste	SP	Dissertação	Pesquisa Ensino Médio.
37	2020	Centro-Oeste	GO	Dissertação	Pesquisa Ensino Médio.
38	2021	Sudeste	RJ	Dissertação	Pesquisa em artigos sobre sexualidade.
39	2021	Sudeste	SP	Dissertação	Pesquisa não direcionada ao Ensino Fundamental II.
40	2022	Sudeste	SP	Dissertação	Educação de Jovens e Adultos.
41	2022	Sudeste	SP	Dissertação	Violência sexual.
42	2022	Centro-Oeste	MS	Dissertação	Foco da pesquisa: andragogia.
43	2022	Sudeste	SP	Dissertação	Anos iniciais do ensino fundamental.

Fonte: Elaborado pela autora a partir do banco de dados da CAPES/Sucupira (2024).

³⁹ No Apêndice C, o quadro com os dados das produções excluídas (título/autoria/instituição/programa/palavras-chave).

Esse processo de exclusão só foi possível após o acesso aos dados abertos e leitura das produções encontradas. Inicialmente, resumos e palavras-chaves. Isso possibilitou analisar as publicações disponíveis e que poderiam ser excluídas do objeto de estudo. A seguir, discorreremos sobre as produções selecionadas e critérios adotados para inclusão. A exclusão foi necessária, haja vista as pesquisas não estarem relacionadas ao objeto de estudo proposto, além de outros critérios conforme mencionado no início deste capítulo.

Em seguida, partimos para a leitura mais aprofundada das pesquisas selecionadas e que poderiam compor o objeto de estudo.

4.1.2 Produções selecionadas e critérios de inclusão

No primeiro capítulo desta pesquisa, quando tratamos sobre as características do Estado da Arte, vimos a necessidade do recorte temporal e espacial que cada pesquisador e pesquisadora precisa estabelecer. A delimitação do tempo e do lugar auxiliam na análise dos resultados obtidos. Além desse recorte, a definição e delimitação do tema se torna necessário para se chegar a um mapeamento mais fidedigno ao objeto pesquisado.

Voltamos assim ao nosso objeto de estudo, que já define tanto o recorte temporal e espacial (2000-2022) quanto o recorte temático: Educação Sexual no Espaço Escolar no Ensino Fundamental anos finais.

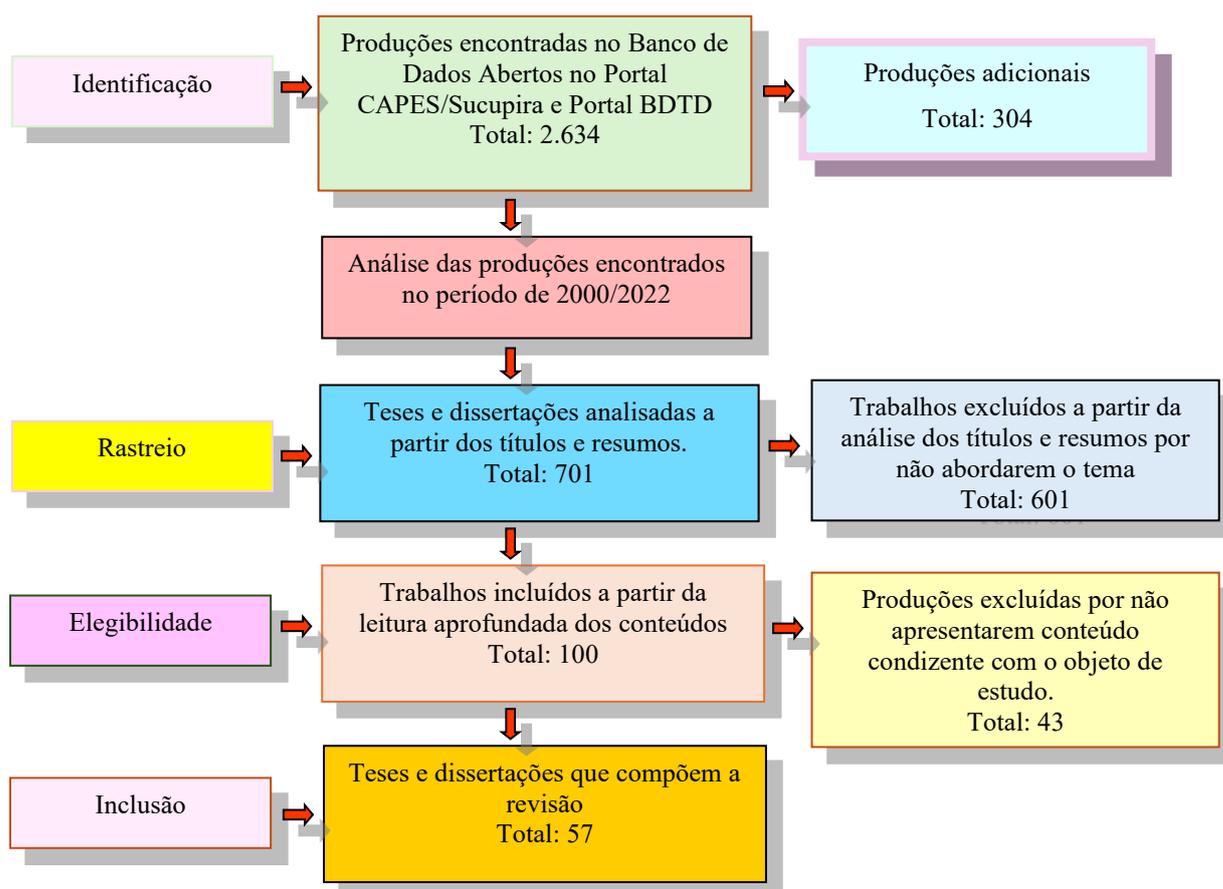
Este recorte se revelou essencial quando nos deparamos com as produções encontradas. Pelos achados, observamos que a Educação Sexual tem se tornado objeto de pesquisa para profissionais que atuam tanto na área da Saúde (Medicina, Enfermagem, Psicologia) quanto na de Segurança e no campo educacional. Encontramos pesquisas de administradores, profissionais da área da psicologia, agentes de segurança, assistentes sociais, enfermagem e medicina, gestores, e de outras instituições que atendem crianças, adolescentes e adultos na questão da sexualidade. Isso tudo além da área específica do espaço escolar, que também proporciona pesquisas desde as creches ao nível superior.

Vale destacar que mesmo excluindo as demais pesquisas encontradas, pela leitura rápida que fizemos das produções, podemos afirmar que são estudos que poderão contribuir para a construção de um campo teórico sobre Educação Sexual que reflete diretamente na formação de crianças, adolescentes e adultos no espaço escolar formal. Para isso, como vimos no terceiro capítulo de nossa pesquisa, será necessária a adoção de políticas educacionais específicas que contemplem o currículo. Que se revele um currículo crítico, que se posicione criticamente

perante uma postura política que, em um discurso fundamentado na hipocrisia, em nome da moral e da religião, fundamenta as relações de desigualdade e de desprezo de quem se define além da genitália. Tal discurso reforça o tabu e o medo de profissionais da educação que ousam trabalhar diferente.

Retomando nossos achados, trazemos um resumo explicitado no Fluxograma a seguir, na Figura 4, do quantitativo das produções pesquisadas. Reiterando que, na primeira busca, encontramos 2.634 produções quando utilizamos o descritor “Educação Sexual”, sem delimitar área de formação ou etapa de formação escolar ou qualquer outro tipo de filtro com sinais que contribuem na delimitação. Destas produções, 304 foram consideradas adicionais por não terem sido publicadas no período delimitado para pesquisa, ou seja, anos 2000 a 2022. A pesquisa nos levou ao seguinte achado:

Figura 4 - Fluxograma dos achados quantitativos das produções pesquisadas



Fonte: Elaborado pela autora, 2023/2024.

Importante destacar que há trabalhos anteriores à Plataforma Sucupira, e, por isso, na página do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES/Sucupira, não consta o hiperlink “detalhes”, que nos remete diretamente à publicação integral da tese ou dissertação, exceto se houver restrição do acesso ao texto integral. Como mencionado no início deste capítulo, em

nota de rodapé, a Plataforma Sucupira foi disponibilizada ao público no dia 03 de abril de 2014. Assim, todas as publicações anteriores a 2014 estão sem o resumo ou palavras-chave. Tal foi a razão que nos direcionou a buscar outra alternativa e fez com que encontrássemos o Portal de Dados Abertos da CAPES.

Após o acesso aos dados abertos, reiniciamos a leitura das produções encontradas. Inicialmente, resumos e palavras-chaves. Isso possibilitou analisar as publicações disponíveis e produções analisadas e inclusas como pertinentes ao objeto de estudo, na Tabela 4, a seguir, uma síntese do total e critérios de inclusão para a análise das produções pesquisadas.

Tabela 4 – Produções e critérios de inclusão na análise desta pesquisa (2000-2022)⁴⁰

	Ano	Região	UF	Tipo	Critério de inclusão
1	2000	Sudeste	SP	Tese	Ensino Fundamental e Médio.
2	2001	Sudeste	SP	Dissertação	Ensino Fundamental - 12 a 17 anos.
3	2001	Nordeste	PB	Dissertação	Educação sexual no Ensino Fundamental.
4	2001	Sudeste	SP	Tese	Educação Sexual - crianças e adolescentes - Escola Estadual.
5	2001	Sul	SC	Dissertação	Educação Sexual - tema transversal.
6	2001	Centro-Oeste	GO	Dissertação	Papel da Educação Sexual escolar.
7	2002	Sudeste	SP	Dissertação	Educação Sexual - tema transversal.
8	2002	Sudeste	SP	Dissertação	Professores do ensino fundamental - sexualidade.
9	2002	Sudeste	RJ	Dissertação	Formação docente - Ensino Fundamental II/educação sexual.
10	2003	Sudeste	SP	Dissertação	Educação sexual na escola - Ensino fundamental e médio.
11	2003	Sul	PR	Dissertação	Sexualidade dos alunos do Ensino Fundamental.
12	2004	Sul	SC	Dissertação	Educação Sexual em escolas municipais.
13	2004	Sudeste	RJ	Dissertação	Pesquisa realizada com alunos de 7ª série.
14	2004	Sudeste	MG	Dissertação	As sexualidades na escola fundamental.
15	2004	Sudeste	SP	Dissertação	Pesquisa sobre Estado da Arte.
16	2004	Sul	RS	Dissertação	Pesquisa realizada com estudantes da 8ª série.
17	2005	Sul	SC	Dissertação	Pesquisa/Adolescentes do Ensino Fundamental.
18	2005	Sudeste	RJ	Tese	Construção social da educação sexual - Ensino Fundamental.
19	2005	Sul	PR	Dissertação	Alunos da 7ª série do ensino fundamental.
20	2006	Nordeste	CE	Dissertação	Prática pedagógica/educação sexual/Ensino fundamental II.
21	2007	Nordeste	RN	Dissertação	Educação sexual no Ensino Fundamental.
22	2007	Sudeste	SP	Dissertação	Educação sexual no Ensino Fundamental.
23	2007	Sudeste	SP	Dissertação	Educação sexual no Ensino Fundamental.
24	2008	Sudeste	RJ	Dissertação	Percepções de alunas/adolescentes sobre a Educação Sexual.
25	2008	Sul	PR	Dissertação	Percepção docente/educação sexual/Ensino Fundamental.
26	2009	Sudeste	RJ	Dissertação	Desafios no trabalho com educação sexual.
27	2009	Sudeste	SP	Tese	Educação Sexual nas Escolas de Ensino Fundamental.
28	2009	Sul	PR	Mestrado	Papel docente/Ensino fundamental e médio/sexualidade.
29	2009	Sul	SC	Dissertação	Pesquisa em turmas de 8ª séries do ensino fundamental.
30	2010	Sudeste	SP	Tese	Visão de estudantes/docentes -Educação sexual.
31	2010	Sudeste	SP	Dissertação	Pesquisa sobre Estado da Arte.
32	2011	Sul	PR	Dissertação	Educação sexual no Ensino Fundamental - séries finais.
33	2012	Sudeste	SP	Tese	Ensino Fundamental e Médio.
34	2012	Sul	RS	Tese	Ensino Fundamental e Médio.

⁴⁰ No Apêndice A, os resumos de todas as produções incluídas, com as devidas referências.

35	2012	Sul	RS	Dissertação	Ensino Fundamental - 8ª. Série.
36	2013	Sudeste	MG	Tese	Ensino Fundamental.
37	2014	Sudeste	SP	Tese	Pesquisa sobre Estado da Arte.
38	2014	Sudeste	SP	Tese	Pesquisa sobre Estado da Arte.
39	2014	Nordeste	PB	Dissertação	Percepções/representações de alunos/as das 8º e 9ª séries.
40	2015	Sudeste	SP	Dissertação	Ensino Fundamental - 7º ano.
41	2016	Sul	PR	Tese	Docentes do Ensino Fundamental - séries finais e médio.
42	2017	Sudeste	SP	Dissertação	Abordagem/tema transversal no ensino fundamental (I e II).
43	2017	Sudeste	RJ	Dissertação	Pesquisa com professores do 9º ano do Ensino Fundamental.
44	2018	Centro-Oeste	GO	Dissertação	Pesquisa em Banco de Dados.
45	2018	Nordeste	BA	Dissertação	Pesquisa sobre Estado da Arte -1996-2016.
46	2019	Sul	RS	Dissertação	Educação sexual no ensino fundamental - Unidade didática.
47	2019	Centro-Oeste	GO	Dissertação	Educação sexual no ensino fundamental II.
48	2020	Sul	RS	Dissertação	Educação sexual no ensino fundamental II/didático.
49	2020	Sudeste	SP	Dissertação	Educação sexual nos anos finais do ensino fundamental.
50	2020	Centro-Oeste	MT	Dissertação	Educação sexual/percepção docente - ensino fundamental II.
51	2020	Sul	SC	Tese	Pesquisa sobre Estado do Conhecimento.
52	2020	Nordeste	RN	Dissertação	Educação sexual no ensino fundamental e médio.
53	2021	Centro-Oeste	DF	Dissertação	Percepções de estudantes do 6º ano sobre sexualidade.
54	2021	Centro-Oeste	GO	Dissertação	Educação sexual no ensino fundamental.
55	2021	Sudeste	SP	Tese	Educação sexual/documentos curriculares/Educação básica.
56	2021	Sudeste	SP	Tese	Educação sexual – currículo da educação básica.
57	2022	Sul	SC	Dissertação	Educação sexual no ensino fundamental/ anos finais.

Fonte: Elaborado pela autora a partir do banco de dados da CAPES/Sucupira (2024).

Ao todo, foram 14 (catorze) teses e 43 (quarenta e três) dissertações selecionadas para análise.

Tabela 5 – Produções e critérios de inclusão na análise desta pesquisa (2000-2022)⁴¹

Ano	Região	UF	Tipo	Critério de inclusão	
1	2004	Sudeste	SP	Dissertação	Pesquisa sobre Estado da Arte.
2	2010	Sudeste	SP	Dissertação	Pesquisa sobre Estado da Arte.
3	2014	Sudeste	SP	Tese	Pesquisa sobre Estado da Arte.
4	2014	Sudeste	SP	Tese	Pesquisa sobre Estado da Arte.
5	2018	Centro-Oeste	GO	Dissertação	Pesquisa em Banco de Dados.
6	2018	Nordeste	BA	Dissertação	Pesquisa sobre Estado da Arte -1996-2016.
7	2020	Sul	SC	Tese	Pesquisa sobre Estado do Conhecimento.

Fonte: Elaborado pela autora a partir do banco de dados da CAPES/Sucupira (2024).

Dos dados expressos na Tabela 4, chamou a nossa atenção as sete pesquisas que envolveram o Estado da Arte/Estado do Conhecimento, conforme expresso na Tabela 5.

4.2 Estado da Arte: divergências e convergências nas produções analisadas

Para a análise das publicações encontradas, consideramos, primeiramente, o período de publicação e o nível de formação. Sabemos que prosseguir em uma formação de nível superior, no campo da pós-graduação *stricto sensu*, para quem atua na área educacional e está em efetivo

⁴¹ No Apêndice C, os resumos de todas as produções incluídas, com as devidas referências.

exercício, não é uma tarefa fácil, seja pela falta de tempo ou, principalmente, por dificuldades financeiras. Isso nos possibilitou perceber alguns fatores pertinentes ao perfil de profissionais que dão continuidade à formação em nível de pós-graduação, o que justificou a eleição da categoria “Protagonismo feminino nas produções acadêmicas”, confirmando ou não a veracidade da categoria, uma discussão que veremos posteriormente neste capítulo.

É importante destacar que as temáticas das pesquisas estão em consonância com o contexto em que foram produzidas. Por exemplo, nas produções do ano 2000, as Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST), principalmente a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS), foi uma temática que ganhou relevância, tanto no doutorado quanto no mestrado. Vale destacar que nas décadas de 1980-2000 a AIDS se tornou uma preocupação mundial, classificada como epidemia. Isso gerou campanhas frequentes de conscientização e prevenção direcionadas para a população mundial. Tanto que o dia 1º de dezembro passou a ser o Dia Mundial de Combate à AIDS.

Nesse contexto, a tese de doutorado de Martins (2000), vinculado ao Programa de Psicologia da Educação da PUC São Paulo, demarca o ponto inicial do marco temporal delimitado para nossa pesquisa (2000-2022). Neste estudo, o autor busca analisar aspectos que considera importantes, a partir da visão de docentes do Ensino Fundamental e Médio, sobre o que deveria ser contemplado em uma proposta de Educação Sexual. E como a epidemia da AIDS estava em evidência, havia uma grande preocupação em como abordar essa temática com estudantes da Educação Básica como um todo. Nessa pesquisa, Martins (2000) prioriza a perspectiva sócio-histórica em sua análise. Apesar de ser uma pesquisa na área da Psicologia da Educação, voltada para o desenvolvimento psicosssexual e as fases da adolescência, destacamos a relevância do estudo para o campo educacional. Dentre os desafios apontados pelo pesquisador, a partir da pesquisa com docentes e estudantes do Ensino Fundamental e Médio, está a importância de se trabalhar com a educação sexual dentro da escola. Para o pesquisador, este espaço ainda é um local que oportuniza momentos de formação tanto para docentes quanto para estudantes e familiares. Nesse contexto, a escola seria um espaço de mediação para essa reflexão-formação.

No Quadro 2 a seguir, pelo título das pesquisas realizadas, podemos ter um breve espelho da influência do contexto histórico nas temáticas das produções entre os anos 2000 e 2022, por região, programa, IES e nível de formação.

Quadro 2 – Produções incluídas na análise desta pesquisa – IES/Programa/Nível (2000-2022)

Ano	IES	Programa	Título	Nível
2000	PUC/SP	Psicologia da Educação	A educação sexual em tempos de Aids: um caminho possível para uma ação no âmbito escolar	Doutorado
2001	USP	Psicologia	Adolescentes: a vivência da sexualidade em tempos de Aids	Mestrado
2001	UEPB-JP	Educação	Educação Sexual: representações sociais de professores(as) de Ensino Fundamental	Mestrado
2001	UNESP	Educação	A formação de educadores sexuais: possibilidades e limites	Doutorado
2001	UFSC	Educação	Sexualidade como tema transversal: a estruturação da educação sexual nos PCNs	Mestrado
2001	UFG	Educação	Educação sexual na escola: a prevalência da moral burguesa e a possibilidade de construção da autonomia	Mestrado
2002	FAMERP	Ciências da Saúde	Educação sexual do adolescente escolar: estudo de caso a partir do desempenho metodológico de duas regências	Mestrado
2002	USP	Enfermagem Psiquiátrica	Educação sexual nas escolas: pesquisa-ação com professores do ensino fundamental	Mestrado
2002	UGF	Sexologia	Educação Sexual pela Internet para Professores de Ensino Fundamental (ESAD)	Mestrado
2003	UNIMEP	Educação	Educação sexual na escola: um estudo junto a adolescentes	Mestrado
2003	UTP	Educação	A educação sexual nas escolas da rede municipal de Curitiba	Mestrado
2004	UFSC	Psicologia	Sexualidade como Tema Transversal nas escolas: da teoria à prática	Mestrado
2004	UNESA	Educação	A participação da escola na produção da identidade sexual do adolescente	Mestrado
2004	PUC/MG	Educação	A sexualidade no currículo da escola fundamental - travessões e reticências sobre a homossexualidade nos discursos e nas atividades em uma escola em Belo Horizonte.	Mestrado
2004	UNICAMP	Educação	Pesquisas sobre formação de professores/educadores para abordagem da educação sexual na escola	Mestrado
2004	PUC/RS	Educação em Ciências e Matemática	Sexualidade: reconstruindo compreensões de forma coletiva, partindo da visão dos adolescentes	Mestrado
2005	UFSC	Psicologia	Adolescência, Gênero e AIDS: dando voz aos jovens.	Mestrado
2005	PUC-RIO	Educação	Verdades e pedagogias na educação sexual em uma escola	Doutorado
2005	UEL	Ensino de Ciências e Educação Matemática	As atividades sobre sexualidade aplicadas transversalmente nas aulas de Ciências: limites e possibilidades	Mestrado
2006	UFC	Educação	Educação sexual na escola - concepções e práticas.	Mestrado
2007	UFRN	Educação	Navegando nas ondas dos saberes do ser: uma conversa com a sexualidade à luz da corporeidade	Mestrado
2007	USP/RP	Enfermagem Psiquiátrica	A sexualidade na compreensão de professores do ensino fundamental	Mestrado
2007	UNICID	Educação	Educação em saúde: Políticas Públicas de saúde e educação como construção social	Mestrado
2008	UCP/RJ	Educação	Orientação sexual na escola: o que pensam alunas/adolescentes do ensino fundamental	Mestrado
2008	UTP	Educação	Educação sexual uma análise da concepção dos professores de duas escolas estaduais do ensino fundamental de Curitiba	Mestrado
2009	UFF	Educação	Escola e sexualidades diferentes concepções / muitos desafios	Mestrado
2009	UNICAMP	Educação	Educação sexual e formação de professores de ciências biológicas: contradições, limites e possibilidades.	Doutorado
2009	UEM	Educação para a Ciência e o Ensino de Matemática	Educação em Ciência e Sexualidade: o professor como mediador das atitudes e crenças sobre sexualidade no aluno	Mestrado
2009	UDESC	Educação	Tá ligado!? Diálogos entre adolescentes e telenovelas da Rede Globo: interfaces na construção da compreensão da sexualidade	Mestrado
2010	USP/RP	Enfermagem Psiquiátrica	Educação sexual, corpo e sexualidade na visão dos alunos e professores do ensino fundamental	Doutorado
2010	UNESP-PP	Educação	Educação sexual na escola e juventude: um estudo das pesquisas acadêmicas no Brasil (2000-2004)	Mestrado

2011	UFPR	Educação	Educação sexual no ensino de ciências: um estudo com foco nos professores.	Mestrado
2012	USP	Educação	Os patamares de adesão das escolas à educação sexual	Doutorado
2012	UFRGS	Educação em Ciências Química da Vida e Saúde	Sexualidade e educação sexual: prática docente em uma escola pública de Juazeiro do Norte-CE	Doutorado
2012	UNIVATES	Ensino de Ciências Exatas	Educação sexual nas escolas: marcas e concepções culturais	Mestrado
2013	UFU	Educação	A educação sexual no Amapá: experiências e desafios docentes	Doutorado
2014	UNESP/ARAR	Educação Escolar	Estado da arte sobre sexualidade e educação sexual: estudo analítico-descritivo de teses e dissertações produzidas na Universidade Estadual Paulista	Doutorado
2014	UNESP/ARAR	Educação Escolar	A produção em sexualidade, gênero e educação sexual na ANPED: estudo analítico-descritivo a partir do estado da arte como opção metodológica	Doutorado
2014	UFPB-JP	Educação	Faces, discursos e práticas: visões e vivências da sexualidade e da saúde reprodutiva entre adolescentes de uma escola pública de João Pessoa – PB	Mestrado
2015	UNESP/ARAR	Educação Sexual	Sexualidade e adolescência: rodas de conversa e vivências em uma escola de ensino fundamental	Mestrado
2016	UEM	Educação para a Ciência e o Ensino de Matemática	Educação em Sexualidades Crítica: formação continuada de professoras(es) com fundamentos na pedagogia histórico-crítica	Doutorado
2017	UNESP-ARAR	Educação Sexual	Tema transversal orientação sexual, prática pedagógica do professor de educação física: trajetórias e desafios	Mestrado
2017	UNESA	Educação	Representações sociais de educação sexual por professores do 9º ano do ensino fundamental	Mestrado
2018	PUC-GOÍÁS	Educação	Educação sexual nas políticas educacionais: um estudo na rede estadual de ensino de Aparecida de Goiânia.	Mestrado
2018	UNEB	Crítica Cultural	Estado da arte em educação sexual no banco de teses e dissertações da capes: estudo exploratório - descritivo com ênfase em 2016 e no eixo discursivo educacional-emancipatório	Mestrado
2019	UFPEL	Ensino de Ciências e Matemática	Educação sexual no ensino fundamental: construindo uma unidade didática	Mestrado
2019	UEG	Ensino de Ciências	Educação sexual no meio escolar: elaboração de um guia pedagógico para escolas municipais de Anápolis- GO	Mestrado
2020	URI	Ensino Científico E Tecnológico	A educação sexual no contexto do ensino fundamental	Mestrado
2020	UNESP-ARAR	Educação Sexual	O professor como mediador e multiplicador da educação sexual: uma análise de práticas pedagógicas	Mestrado
2020	UNEMAT	Ensino de Ciências e Matemática	Desafios atuais nas práticas pedagógicas na educação sexual nos anos finais do ensino fundamental em Campo Novo do Parecis	Mestrado
2020	UDESC	Educação	Consolidação da educação sexual como tema de pesquisa no Brasil: mapeamento das dissertações e teses defendidas nos Programas de Pós-Graduação em Educação	Doutorado
2020	UFRN	Ensino de Ciências Naturais e Matemática	Educação sexual: propostas de oficinas didáticas para o ensino fundamental e médio	Mestrado
2021	UNB	Ensino de Ciências	Crescer e se relacionar: percepções de alunos de 6º ano sobre temáticas do âmbito da sexualidade e de seu ensino no ambiente escolar	Mestrado
2021	UFG	Ensino na Educação Básica	Educação sexual na escola: concepções e perspectivas dos professores de uma escola municipal de Sanclerlândia-GO	Mestrado

2021	UNINOVE	Educação	A educação sexual nos documentos curriculares e na perspectiva de professores do ensino fundamental	Doutorado
2021	USP	Educação	Educação sexual nos documentos curriculares e nas perspectivas de uma secretaria municipal de educação e dos sujeitos da escola	Doutorado
2022	UNIVALI	Gestão de Políticas Públicas	Sexualidades e gêneros nas escolas municipais de Itajaí (SC) e a política educacional na atualidade	Mestrado

Fonte: Elaborado pela autora a partir do banco de dados da CAPES/Sucupira (2024).

Na tabela 6, já pelo título das pesquisas realizadas, podemos ter uma breve noção das temáticas e similaridades nas produções por períodos específicos.

É importante destacar que as temáticas das pesquisas estão em consonância com o contexto em que foram produzidas. Por exemplo, nas produções do ano 2000, as Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST), principalmente a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS), foi uma temática que ganhou relevância, tanto no doutorado quanto no mestrado.

Pela leitura das publicações, até 2005 a AIDS foi uma constante nas pesquisas. Em termos históricos, o vírus HIV⁴² gerou uma epidemia e se tornou objeto de pesquisa em prol de vacinas para combatê-lo. Os debates nas escolas eram frequentes. Além da doença, o medo também assolava o Brasil, reforçando o preconceito contra quem ousava dizer que era portador do vírus, gerando muito sofrimento nas famílias que tinham adquirido a doença.

De 2005 a 2017, a adesão ao proposto pelos PCNs, em relação à Orientação Sexual e à questão de se trabalhar o tema pelo viés da transversalidade do tema ganhou relevância. Considerando que a formação e a prática docente, as marcas e concepções culturais também foram objeto de pesquisa.

A partir de 2018, observamos uma preocupação voltada para a questão das políticas públicas e de políticas educacionais relacionadas à temática, o papel da escola e da mediação docente, a expansão da temática para o reconhecimento da diversidade da sexualidade e de gênero.

Prosseguimos em nossa análise, na busca pelas categorias que emergiram a partir das leituras realizadas, conforme descrito a seguir.

4.2.1 Categorias que emergiram da análise das produções acadêmicas

Conforme apresentado na Tabela 4, no subitem 4.1.2 desta tese, 57 produções mereceram a nossa atenção pelo fato de abordarem a temática “Educação Sexual” no Ensino

⁴²HIV: É um retrovírus, classificado na subfamília dos *Lentiviridae* e é uma Infecção Sexualmente Transmissível. Esses vírus compartilham algumas propriedades comuns, como por exemplo:

- Período de incubação prolongado antes do surgimento dos sintomas da doença;
- Infecção das células do sangue e do sistema nervoso;
- Supressão do sistema imune.

Importante: Pessoas vivendo com HIV e/ou Aids que não estão em tratamento ou mantêm a carga viral detectável podem transmitir o vírus a outras pessoas pelas relações sexuais desprotegidas, pelo compartilhamento de seringas contaminadas ou de mãe para filho durante a gravidez e a amamentação, quando não tomam as devidas medidas de prevenção. Por isso, é sempre importante fazer o teste e se proteger em todas as situações” (Brasil, 2024. Ministério da Saúde. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/a/aids-hiv>. Acesso em: 12 maio 2024.

Figura 6 – Palavras-chave comuns nas produções analisadas (2000-2022)

Desafios e limitações

Contexto histórico Perspectiva higienista
 Sexualidades Diversidade sexual
 PCN -Temas transversais Tabus
 Interdisciplinaridade Silenciamento
 Educação Sexual no Ensino Fundamental II
 Gênero Biologização Educação Sexual Escolar
 Recursos didáticos Formação docente continuada
 Políticas públicas Políticas educacionais
 Integração Família e Escola

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (ferramenta utilizada: <https://wordart.com/create>)

Nas pesquisas diretamente relacionadas ao nosso objeto de estudo (Educação Sexual no Ensino Fundamental anos finais), das 57 produções, o número se tornou mais reduzido, haja vista várias pesquisas abordarem aspectos gerais da educação sexual do Ensino Fundamental envolvendo também as séries iniciais ou pesquisas que abordam a Educação Básica até o Ensino Médio e a Educação de Jovens e Adultos. Além disso, há temáticas que tratam especificamente da vivência da sexualidade entre adolescentes e jovens da Educação Básica. Todavia, de cada leitura realizada, um aprendizado adquirido. E, no passo a passo das leituras e análises realizadas, um pouco do registro deste aprendizado, que acreditamos contribuir na construção do Estado da Arte.

Após a leitura e análise, destacamos as seguintes categorias que emergiram em nossa pesquisa:

- a) Carência/Ausência de formação docente sobre a temática;
- b) Silenciamento da temática no espaço escolar;
- c) Perspectiva higienista e Biologizante da educação sexual;
- d) Contextualização histórica, currículo e transversalidade da educação sexual;
- e) Sexualidades e diversidades;
- f) Ação conjunta: Escola e Família;
- g) Prevalência feminina/Protagonismo feminino nas produções acadêmicas.

4.2.1.1 Carência/Ausência de formação docente sobre a temática

Partimos do pressuposto de que a formação é um quesito relevante e necessário para a atuação e trabalho com a sexualidade no espaço escolar, haja vista os desafios contínuos que surgem na atuação em sala de aula. Dentre as produções acadêmicas analisadas, algumas delas estão relacionadas a esta formação, conforme veremos a seguir.

Na dissertação de Pedrosa (2001), intitulada “Educação Sexual: Representações Sociais de Professores(as) de Ensino Fundamental”, a autora assumiu como objeto de pesquisa analisar as representações sociais de docentes do ensino fundamental de escolas públicas sobre a educação sexual. Importante destacar que a autora entrevistou vinte docentes da escola, de disciplinas gerais, ligadas ou não à temática. Nos resultados, Pedrosa (2001) afirma que os sujeitos da pesquisa apresentaram representações ambíguas sobre educação sexual escolar e, ao mesmo tempo, demonstraram a importância de se trabalhar educação sexual na escola como algo positivo, contudo, consideram que não estão preparados para esta tarefa, o que revela a necessidade de uma formação inicial e continuada sobre o trabalhar educação sexual no espaço escolar.

Sobre a formação relacionada à educação sexual escolar, no estudo realizado por Pedrosa (2001), o destaque para a relevância de uma política de formação docente para quem atua na educação sexual escolar. Tal importância é evidenciada também na pesquisa de Figueiró (2001), em sua tese no Doutorado em Educação, intitulada “A formação de educadores sexuais: possibilidades e limites”. Importante destacar que a pesquisa de Figueiró foi em um curso de formação de educadores realizado pela Universidade Estadual de Londrina/PR (UEL). Mesmo não ocorrendo diretamente no espaço escolar do Ensino Fundamental, a relevância do estudo nesta pesquisa reforça a importância do processo de formação continuada sobre a educação sexual no espaço escolar.

Miyasaki (2002), ao pesquisar sobre a “Educação sexual nas escolas: pesquisa-ação com professores do ensino fundamental”, em sua dissertação do mestrado, desenvolveu um estudo abordando dificuldades de docentes do ensino fundamental para trabalhar questões relacionadas à sexualidade e infecções sexualmente transmissíveis, a exemplo da AIDS. Para a autora, o desenvolvimento de uma ação educativa e preventiva direcionada a docentes poderia contribuir para o trabalho com tais temáticas, preparando-os e transformando-os em agentes multiplicadores. Nos resultados, a conclusão sobre a carência de formação e de material de apoio para trabalhar educação sexual no espaço escolar, endossando a importância de uma

formação que contribua para a efetividade de ações e intervenções educativas conjuntas para subsidiar docentes do ensino fundamental nas temáticas relativas à sexualidade.

Rojtenberg (2002), quando pesquisou sobre “Educação Sexual pela Internet para Professores de Ensino Fundamental (ESAD)”, trouxe uma outra categoria à tona: o uso da internet na formação docente sobre educação sexual. Na dissertação, o autor se propôs, observando o disposto nos PCNs, montar um curso de educação sexual para professores de 5ª a 8ª séries do ensino fundamental. A oferta proposta buscava contribuir na habilitação docente, na modalidade a distância (via Internet), para trabalharem a temática de educação sexual no espaço escolar. Sentimos falta, na proposta do pesquisador, de um estudo sobre as condições de acesso para a execução deste curso, seja pela rede de internet ou pelos meios físicos concretos para este acesso – computadores, celular, espaço físico, laboratórios – além da inserção desta proposta de formação como parte da carga horária docente.

Moizés (2007), em seu mestrado, também pesquisou sobre a “A sexualidade na compreensão de professores do ensino fundamental”. Para isso, a autora buscou identificar tanto a compreensão de docentes do Ensino Fundamental sobre sexualidade e sexo na escola quanto o posicionamento da escola e como ela lida com isso no contexto escolar. No grupo pesquisado, a autora verificou que, em sua grande maioria, são do sexo feminino e acima de 40 anos. Compreendem a sexualidade como algo relacionado a algo natural, que proporciona descobertas, desejos, autoconhecimento e atração. E o sexo é visto como algo fisiológico. A pesquisa aponta desafios na formação continuada. Da pesquisa de Moizés (2007), ressaltamos a importância de ações e intervenções educativas sobre educação sexual no cotidiano escolar, de forma conjunta e contínua. Para isso, a necessidade de parcerias e formas de trabalhar a prevenção e o cuidado, seja por meio de palestras ou de oficinas. Uma educação preventiva.

Na pesquisa de mestrado “Educação sexual: uma análise da concepção dos professores de duas escolas estaduais do ensino fundamental de Curitiba”, França (2008) assumiu como foco a concepção de professores do Ensino Fundamental da rede pública de Curitiba acerca da sexualidade. Os dados revelaram uma visão coerente com a concepção médico-higienista da sexualidade. O estudo evidenciou a falta de formação que acaba gerando dificuldades, reforçando tabus e preconceito, além do constrangimento e da desinformação para trabalhar a temática. colocam barreiras na abordagem do tema. França (2008) ressalta a necessidade de formação específica de docentes para atuar como educadores sexuais. Isso possibilitará o repensar Educação Sexual no ambiente escolar.

Costa (2012), em sua tese de doutorado intitulada “Os patamares de adesão das escolas à educação sexual”, investigou sete escolas da rede pública do Paraná que ofertam ensino fundamental e médio acerca da adesão à educação sexual na Educação Básica. De acordo com a autora, os resultados revelaram um quadro pouco favorável à adesão da educação sexual. E, as escolas que aderiram à proposta, ofertam uma educação sexual conservadora, cheia de preconceitos e defensora da heteronormatividade.

Costa (2012) acredita que as mudanças desse panorama precisam de intervenções externas ao espaço escolar, que poderiam ocorrer com parcerias entre as universidades e a secretaria de educação. Isso poderia contribuir na formação docente, capacitando os educadores para trabalharem na Educação Sexual Emancipatória.

Ao pesquisar sobre a “Educação sexual nas escolas: marcas e concepções culturais”, Konrath (2012) chama a atenção para a presença das marcas culturais na vivência da sexualidade. Segundo a autora, há condicionantes históricas, étnicas e religiosas que influenciam a educação escolar na Educação Básica. Assim, em sua dissertação, investigou concepções e marcas culturais em discursos de discentes da oitava série do Ensino Fundamental da rede pública estadual do Vale do Taquari, sob o viés da Análise Textual Discursiva. Para a pesquisadora, os resultados apontaram a necessidade de estudos sobre a sexualidade na formação docente, haja vista as inquietações apresentadas pelos discentes.

Em sua dissertação de mestrado “Educação sexual nas políticas educacionais: um estudo na rede estadual de ensino de Aparecida de Goiânia”, Lima (2018) investigou políticas educacionais sobre a educação sexual em escolas e como, a partir do proposto em documentos legais, ela acontece no município de Aparecida de Goiânia, no estado de Goiás. A autora realizou uma pesquisa na BDTD, em documentos legais e na pesquisa empírica. A pesquisa teórica e documental possibilitou uma visão sobre o que foi pesquisado sobre educação sexual entre os anos 2012 e 2016. Quanto aos dados da pesquisa empírica, os docentes apontaram alguns desafios que nos conduzem à importância da formação continuada, haja vista revelarem uma compreensão de educação sexual escolar sob o viés de uma concepção ainda higienista e afirmarem que se consideram despreparados para trabalhar esta temática, por não receberem formação específica sobre o assunto. Do estudo da autora, destacamos a importância da formação docente – inicial e continuada – como algo inerente à promoção da educação sexual no ambiente escolar.

Destacamos estes estudos por estarem diretamente relacionados à formação docente. Contudo, pelas análises apresentadas a seguir, a formação inicial e continuada de docentes é um desafio constante nas pesquisas lidas e analisadas.

4.2.1.2 Silenciamento da temática no espaço escolar

Quirino (2021), em sua pesquisa de doutorado intitulada “Sexualidade e educação sexual: prática docente em uma escola pública de Juazeiro do Norte-CE”, investigou o trabalho cotidiano docente relacionado à educação sexual de adolescentes do Ensino Fundamental e Médio, em um estudo etnográfico. O autor constatou a presença de elementos religiosos, valores morais e pessoais na prática pedagógica e que a temática da sexualidade não é trabalhada de forma transversal. A constatação foi de uma prática pedagógica sexista e genérica. O silenciamento é assumido como disciplinar, controlador da sexualidade e reproduz valores e atitudes de uma sociedade patriarcal e machista. A conclusão do pesquisador reitera a importância da formação docente continuada, pois é preciso superar o modelo biológico/biomédico/científico e considerar as dimensões histórica, social, cultural e política da sexualidade. Somente assim a transversalidade será atingida e envolverá a diversidade de saberes.

Em sua dissertação sobre “Educação sexual na escola: concepções e perspectivas dos professores de uma escola municipal de Sanclerlândia-GO”, pela Universidade Federal de Goiás, Martins (2021) aponta que educação sexual é uma temática que afeta a formação da pessoa e a construção do conhecimento, além de gerar o silenciamento ou tabus relacionados à sexualidade ou aparecer de forma velada em documentos da educação nacional. Em seu estudo, o autor pesquisa como esta temática é trabalhada em sala de aula. Destaca as barreiras impostas no currículo escolar e pelo senso comum. Dentre as barreiras curriculares, a educação sexual reduzida ao campo biológico/reprodutivo e, no senso comum, os preconceitos provenientes de uma herança machista. Na compreensão do autor, a educação sexual deve ser trabalhada de maneira interdisciplinar e transversal. Depreende-se dos estudos de Martins (2021), que a escola é um espaço para promover aprendizagens que possam romper preconceitos. Para tal, o estudo e o aprofundamento teórico poderão contribuir na formação continuada dos agentes envolvidos no espaço escolar, dando maior visibilidade à educação sexual e questões relativas à sexualidade em prol da formação integral na Educação Básica.

Em relação ao silenciamento de formação sobre a educação sexual no Ensino Fundamental II, se a instituição escolar prescindir de participar desse processo, ela deixará de oferecer uma educação integral e se omitirá, pois, deixará esta (in)formação somente para as redes sociais e/ou algumas instituições – igrejas, por exemplo – correndo-se o risco de uma proposta de (in)formação meramente moralista ou higienista, sem considerar o contexto histórico em que vivemos.

Os resultados nos apontam um silenciamento do tema na área da educação. Quando observamos a totalidade das produções e o percentual de trabalhos (teses e dissertações) nas áreas saúde/ensino e educação, constatamos que nesta última é bem maior.

4.2.1.3 Perspectiva higienista e Biologizante da Educação Sexual

O enfoque predominantemente biológico e higienicista, além da transversalidade, foi objeto de pesquisa de Caobianco (2003), em sua dissertação de mestrado “A educação sexual nas escolas da rede municipal de Curitiba”. A autora pesquisou sobre a forma como vinte e sete escolas da rede municipal curitibana estavam trabalhando a educação sexual com alunos do Ensino Fundamental. De acordo com os resultados obtidos, Caobianco (2003) constatou que o trabalho de educação sexual realizado não se configurava em uma perspectiva de transversalidade. Percebeu também a falta de formação docente neste campo e, quando trabalhado o assunto, o enfoque predominante revelou-se biológico e higienista. A autora constatou ainda que a proposta curricular municipal era meramente prescritiva, não gerando mudanças na estrutura escolar.

Na dissertação de Santos (2002), mesmo se tratando de um mestrado em Ciências da Saúde, da Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto, ressaltamos que a autora aborda o ensino de educação sexual escolar a partir da transversalidade planejada. Ela realizou a pesquisa em duas turmas de quinta série do ensino fundamental. A contribuição do estudo de Santos (2002), mesmo não se referindo às séries finais do Ensino Fundamental, chama a nossa atenção para a importância do planejamento e da ação conjunta entre docentes e gestão escolar, no intuito de se propor uma educação sexual que considere a formação dos envolvidos para que se supere a proposta biologizante e higiênica no tratamento da sexualidade, além de trazer à tona temáticas consideradas polêmicas que precisam ser discutidas também no espaço escolar.

Pereira (2007), em sua dissertação “Navegando nas ondas dos saberes do ser: uma conversa com a sexualidade à luz da corporeidade”, investigou sobre a efetivação da Educação sexual escolar como via de formação e autoformação docente do Ensino Fundamental. A pesquisadora compreende que a corporeidade, a inclusão do corpo, faz parte da aprendizagem e, por isso, conhecimentos sobre a sexualidade humana fazem parte desse processo. Segundo Pereira (2007), a partir dos resultados obtidos em sua pesquisa, as formações docentes devem incluir a temática da sexualidade humana e da corporeidade, para que eles possam superar a visão biologicista da sexualidade e mecanicista do corpo. Uma formação que, efetivamente, contribua no ofício de educar para vida.

Segundo Silva (2008), em sua dissertação “Educação em Ciência e Sexualidade: o professor como mediador das atitudes e crenças sobre sexualidade no aluno”, é perceptível a fragilidade docente na abordagem da sexualidade em sala de aula. Em sua pesquisa, com docentes e discentes do ensino fundamental e médio, a autora constatou a falta de preparo sentida pelos educadores para falar sobre a questão, o que acaba limitando a temática a partir de seus aspectos biológicos, reforçado por um discurso médico-biologista da sexualidade. Do estudo realizado por Silva (2008), ressaltamos a necessidade de uma formação continuada sobre educação sexual escolar, que poderá contribuir na forma de abordar esta temática em sala de aula.

Nesse mesmo viés, Bonfim (2009), em sua tese de doutorado, pesquisou sobre “Educação sexual e formação de professores de Ciências Biológicas: contradições, limites e possibilidades”, na tentativa de compreender esse processo em escolas do Ensino Fundamental. A autora evidenciou a importância de fundamentos históricos, políticos e filosóficos na compreensão e construção da sexualidade humana, além de trazer à tona discursos hegemônicos acerca da sexualidade e educação sexual. Destacamos que a tese corrobora a importância da formação científica e política acerca da temática, haja vista as implicações sociais que ela apresenta. Isso possibilitará superar a educação sexual escolar marcada por paradigmas médico-biologista.

Silva (2011) abordou em sua dissertação o trabalho com a Educação Sexual nas aulas de Ciências no Ensino Fundamental – anos finais – na rede pública estadual do Paraná. O autor pautou sua pesquisa nas concepções sobre educação sexual e o trabalho pedagógico a partir do proposto nos Documentos Curriculares Nacionais que inserem a Educação Sexual no currículo escolar, quase sempre de responsabilidade da disciplina de Ciências. Assim, sua publicação “Educação sexual no ensino de Ciências: um estudo com foco nos professores”, assumiu a concepção de educação sexual apresentada pelos educadores.

Sua pesquisa endossa o que já foi afirmado em estudos já citados, de que há predominância da abordagem da temática sexualidade na 7ª série, pois é o ano em que se trabalha conteúdos sobre a biologia do corpo humano e outras temáticas referentes ao sistema reprodutor dos seres vivos. Isso parece reforçar a visão fragmentada e biomedicalizada da educação sexual escolar, deixando de lado outras dimensões que envolvem a sexualidade, seja do ponto de vista sociocultural, histórico ou das implicações políticas que se revelam ausentes na prática pedagógica acerca da temática em questão.

Na pesquisa de Lopes (2014), em sua dissertação “Fases, discursos e práticas: visões e vivências da sexualidade e da saúde reprodutiva entre adolescentes de uma escola pública de João Pessoa – PB”, a autora constata os desafios e as dificuldades de se trabalhar a educação sexual além dos aspectos naturalizantes e biológicos que normalmente são trabalhados nas escolas públicas na Educação Básica. A pesquisa foi realizada com alunos do 8º e 9º ano do Ensino Fundamental II, no intuito de identificar e compreender como se constroem as percepções e representações sobre sexo e sexualidade para estes estudantes. Da pesquisa realizada, ressaltamos o papel da escola e dos docentes neste processo, que, de certa forma têm um poder disciplinador e normalizador no comportamento dos estudantes.

Teixeira (2019), em sua dissertação, pesquisou sobre a “Educação sexual no meio escolar: elaboração de um guia pedagógico para escolas municipais de Anápolis-GO”. Na pesquisa, a autora objetivou a proposição de um guia pedagógico voltado sobre a educação sexual direcionado a docentes da área de Ciências atuantes no 8º ano do Ensino Fundamental II, especificamente, para a Rede Municipal do município de Anápolis-GO.

Teixeira (2019), por meio de uma pesquisa de campo em 22 escolas municipais, buscou dados sobre as dificuldades encontradas por docentes do Ensino Fundamental II em suas aulas sobre Educação Sexual, considerando que os PCNs apresentam esta temática a ser trabalhada de forma transversal. Contudo, segundo a autora, a revisão da literatura revela que há uma centralização desta temática na disciplina de Ciências, sem o foco multidisciplinar. Isso acaba reforçando a sexualidade biologicista, médica e clínica. Constatamos que se trata de mais uma pesquisa que ressalta a necessidade de formação inicial e continuada docente nesta área, para que se possa ampliar a diversidade de temas e discussões referentes à sexualidade.

4.2.1.4 Contextualização histórica, currículo e transversalidade da educação sexual

Iniciamos com a dissertação de Botelho (2001) intitulada “Adolescentes: a vivência da sexualidade em tempos de AIDS”, que teve como objeto de pesquisa a seguinte questão: “Considerando a existência da AIDS e das Doenças Sexualmente transmissíveis, tais como sífilis, gonorreia, entre outras, descreva como você vem vivenciando suas relações afetivo-sexuais”. A pesquisa foi realizada com dezoito alunos do ensino fundamental em uma escola particular. Observamos que a preocupação da pesquisadora, conforme já deixa explícito desde o resumo, foi mostrar que, pelo fato de a sexualidade ser construída a partir do processo relacional entre os seres humanos, ela também é permeada pelo processo sócio-histórico, político, cultural e religioso. Além disso, sofre influência da família, do sistema educacional, da mídia e da indústria erótica e pornográfica. Segundo a autora, é tarefa da família e da escola

reelaborarem seus discursos para que tenham ressonância no mundo adolescente. A preocupação básica da autora está relacionada à formação de adolescentes, visando prepará-los para responsabilidade sobre si mesmo e adotar postura preventiva em relação a doenças infecciosas, à época, as infecções por HIV estavam em maior evidência.

Do estudo de Botelho (2001), observamos a importância da contextualização histórica em estudos e pesquisas sobre a sexualidade. Ela não pode e não deve ser limitada ao campo da moral ou ao campo religioso. Muito menos como algo que não pode ser mencionado ou sequer estudado no espaço escolar. Sobre este aspecto, poderemos nos remeter ao segundo capítulo desta tese, quando nos ocupamos com a dimensão histórica da educação sexual também no Brasil.

Carvalho (2009), em sua dissertação de mestrado, abordou questões relativas à sexualidade entre adolescentes do Ensino Fundamental II da rede pública de ensino a partir do recorte de cenas de telenovelas assistidas pelos estudantes. O estudo da autora, intitulado “Tá ligado!? Diálogos entre adolescentes e telenovelas da Rede Globo: interfaces na construção da compreensão da sexualidade”.

A partir dos dados, Carvalho (2009) aponta para a necessidade de se desenvolver uma Educação Sexual Emancipatória, intencional e comprometida, para a superação de comportamentos hierarquizados e estereotipados, de preconceitos e tabus, não se eximindo, porém, do estudo dos aspectos sócio-histórico-políticos que influenciaram a concepção de educação sexual no mundo ocidental, que se evidencia nos meios de comunicação de massa. Chama a atenção na pesquisa da autora o uso pedagógico das mídias na educação sexual da juventude, predominantemente de cunho conservador e moralista, mesmo que se revele em uma fachada não conservadora.

Costa (2001), em sua pesquisa de mestrado intitulada “Sexualidade como tema transversal: a estruturação da educação sexual nos PCNs”, ressalta a importância da transversalidade do tema da sexualidade no espaço escolar como parte da adoção de políticas nacionais direcionadas à educação. Para o autor, todas as disciplinas precisam estar envolvidas nesse processo. Conclui que o trabalho pedagógico com a sexualidade, além da transversalidade, exige também programações que abordem outras dimensões escolares da transversalidade (Costa 2001).

Fava (2004), em seu mestrado em Psicologia, foi outra pesquisadora que se dedicou a trabalhar a questão da “Sexualidade como Tema Transversal nas escolas: da teoria à prática”. Ela realizou sua pesquisa em escolas municipais de Florianópolis, entrevistando os

organizadores de cursos em sexualidade oferecidos pela Secretaria Municipal de Educação da capital catarinense. A pesquisa de Fava (2004) foi escolhida pelo fato de enfatizar a importância do trabalho conjunto com a gestão na implementação de políticas públicas em documentos educacionais, a exemplo dos PCNs. Para a autora, a formação docente e outros fatores relacionados à proposta curricular nas escolas públicas podem contribuir para a efetividade de uma proposta concreta de transversalidade na educação sexual no espaço escolar.

Quando a escola propõe um saber que se diz científico sobre a sexualidade, isso acaba como verdade. Altmann (2005), em sua tese de doutorado em educação sobre “Verdades e pedagogias na educação sexual em uma escola”, investigou como se dá a construção social da educação sexual em uma escola municipal do Rio de Janeiro, que tem um Núcleo de Adolescentes Multiplicadores.

A partir dos dados, a pesquisa da autora revelou que educação sexual está relacionada a outras áreas do saber, a exemplo da biologia, da medicina, da demografia e da psicologia, que gerenciam a sexualidade adolescente. Verificou também que esta temática é trabalhada predominantemente por docentes de Ciências, e, mais precisamente, nas turmas de sétima série do Ensino Fundamental. Acaba sendo uma formação a partir do tema reprodução, que, segundo Altmann (2005), e, contraditoriamente, é o que as políticas educacionais procuram trabalhar para evitar gravidez precoce.

Ao pesquisar sobre “As atividades sobre sexualidade aplicadas transversalmente nas aulas de Ciências: limites e possibilidades”, Garcia (2005), em sua dissertação de mestrado em Ensino de Ciências e Educação Matemática, desenvolveu um estudo no intuito de como trabalhar a transversalidade da temática da sexualidade nas aulas de Ciências com alunos do Ensino Fundamental, conforme orientações dos PCNs. A pesquisa foi realizada em uma escola pública de Londrina (PR). Nos resultados obtidos, a autora destacou a importância em abordar e integrar aspectos educacionais, éticos e culturais ao se trabalhar a sexualidade. Para Garcia (2005), “[...] os limites da educação sexual na escola terminam onde começam os limites da educação sexual transmitida pela família do aluno e pelo seu convívio social”.

Nos estudos de mestrado de Oliveira (2006), sobre “Educação sexual na escola - concepções e práticas”, a autora conclui que há duas formas de se trabalhar a educação sexual no contexto escolar: uma oculta e outra explícita, priorizando abordagens médica, pedagógica e política. Ela percebeu que os docentes têm ciência de suas limitações e das possibilidades concretas para trabalhar a educação sexual no espaço escolar, carecendo de formação para tal. Observou ainda que os discentes veem a educação sexual como importante no processo formativo em que se encontram. A conclusão de Oliveira (2006) é de que a educação sexual

exige repensar as possibilidades institucionais da escola e o processo burocrático que a envolve. Ou seja, educação sexual também é uma questão política e não apenas funcional.

A Educação Sexual no Ensino Fundamental sob o viés da transversalidade também foi objeto de pesquisa de Silva (2007), em sua dissertação “Educação em saúde: Políticas Públicas de saúde e educação como construção social” no mestrado em Educação. Todavia, trata-se de uma pesquisa com o Ensino Fundamental, série final da primeira etapa. Escolhemos esta pesquisa pela compreensão da autora sobre o papel da escola na formação de seus discentes. Para Silva (2007), a escola rege-se pelo disposto na LDB/1996 e nos PCNs, mas, contudo, ao assumir a educação sexual como proposta curricular, a escola necessita do auxílio de profissionais da área de saúde e da participação conjunta de docentes nessa proposta, pelo fato de a educação sexual não ser mais apenas uma responsabilidade da família. Isso reitera a importância de se trabalhar a educação sexual também para promover a saúde discente, visando uma formação integral que contribua para a construção da dignidade humana.

Andrade (2008), em sua dissertação de mestrado intitulada “Orientação sexual na escola: o que pensam alunas/adolescentes do ensino fundamental”, desenvolveu um estudo sobre percepções discentes acerca da educação sexual no ensino fundamental no currículo escolar proposto como tema transversal. A autora realizou sua pesquisa na Zona Norte do Rio de Janeiro e concluiu que há uma proposta de Orientação Sexual oferecida pela instituição escolar, mas com um espaço restrito e com informações que nem sempre condizentes com aquelas que os discentes constroem sobre o tema. A pesquisa reitera a importância de uma formação específica para docentes envolvidos na educação sexual escolar. Para isso, a necessidade de políticas públicas integrando a área da Saúde e da Educação Escolar, principalmente no quesito prevenção da gravidez na adolescência e infecções sexualmente transmissíveis.

Outra pesquisa que se ocupa com a questão da transversalidade é a de Reis (2009). A autora, ao aprofundar seus estudos sobre “Escola e sexualidades: diferentes concepções / muitos desafios”, em seu mestrado em Educação, delimita seu trabalho com docentes dos anos finais do ensino fundamental e discentes do 9º ano do ensino fundamental, em uma escola municipal de Juiz de Fora (MG). A autora se preocupa em apresentar o histórico sobre a educação sexual no Brasil até a época em que concluiu sua pesquisa. Segundo Reis (2009), questões políticas, sociais, religiosas e políticas educacionais, a exemplo dos PCNs, também são responsáveis pela inserção da Orientação Sexual no espaço escolar como um dos temas transversais. Para ela, a formação docente é essencial para se trabalhar a educação sexual na prática pedagógica escolar.

Em sua pesquisa de doutorado sobre “Educação sexual, corpo e sexualidade na visão dos alunos e professores do ensino fundamental”, Moizés (2010), cujo estudo já foi citado no segundo capítulo desta tese, quando abordamos no item 2.1 sobre ‘A Educação Sexual: uma visão panorâmica, busca, a partir do significado que discentes e docentes dão sobre educação sexual, corpo e sexualidade no espaço escolar, ressalta que trabalhar a sexualidade em temas transversais na escola é algo que os docentes consideram importante. Contudo, os próprios docentes apontam que são temáticas que não funcionam, pois acabam ficando sob a responsabilidade de quem assume a disciplina de Ciências. A pesquisadora reafirma a necessidade de capacitação docente para trabalhar esta temática. O estudo, segundo a autora, evidenciou uma nova linha de intervenção para efetivar a educação sexual no espaço escolar, por meio de uma proposta de intervenção vinculada a uma programação voltada para ações educativas.

Pantoja (2013), em seu Doutorado em Educação, pesquisou sobre “A Educação Sexual no Amapá: experiências e desafios docentes”, no intuito de investigar experiências pedagógicas docentes relacionadas à educação sexual. O pesquisador verificou as dificuldades docentes para trabalhar o tema em sala de aula bem como na concretização da transversalidade. Além da complexidade do tema, constatou a presença de diversas variáveis que interferem no espaço escolar, tais como: conceitos morais e religiosos socialmente impostos; pouca participação da família; ausência de formação nos cursos realizados pelos docentes sobre educação sexual; o conteudismo dominante nas aulas; e, a insuficiência de uma educação continuada. Segundo Pantoja (2013), a LDB/1996 e os PCNs ainda não foram implementados na prática pedagógica docente, pois há uma deficiência na formação sobre a sexualidade. Ressaltamos que a tese deste pesquisador reafirma a necessidade de preparo técnico dos agentes envolvidos no processo e do apoio da família como fatores importantes na educação sexual escolar.

O estudo de Bertolini (2015), apresentados em sua dissertação de mestrado “Sexualidade e adolescência: rodas de conversa e vivências em uma escola de ensino fundamental”, foi desenvolvido em uma escola pública do interior paulista com estudantes do 7º ano do Ensino Fundamental. A pesquisadora investigou, por meio de rodas de conversa com estudantes de 11 a 13 anos, vivências discentes em aulas de educação sexual com temas transversais conforme descritos nos PCNs. Para Bertolini (2015), as rodas de conversa foram satisfatórias e permitiram um espaço para debates e partilhas sobre a sexualidade. A pesquisa da autora aponta uma alternativa didática para o trabalho sobre a sexualidade: Rodas de Conversa. Contudo, reiteramos a importância do preparo de tais rodas e da assessoria de profissionais da área de Saúde para o desenvolvimento de tais rodas no espaço escolar.

A dissertação de mestrado de Bianco (2017) traz como objeto de estudo o “Tema transversal orientação sexual, prática pedagógica do professor de educação física: trajetórias e desafios”. O pesquisador, a partir do disposto nos PCNs sobre orientação sexual, apresenta o papel de professores de educação física sobre este tema transversal, haja vista ser uma temática, em várias escolas, sob a responsabilidade destes profissionais. Bianco (2017) pesquisou junto a docentes dos ensinos fundamental I e II, buscando apresentar como estes profissionais abordam esta temática em sua prática pedagógica. Os resultados da pesquisa reafirmam a preocupação já apresentada pelos pesquisadores até então analisados: há uma carência de formação docente – inicial e continuada – dos profissionais sobre esta temática. Outro embate encontrado se refere à compreensão familiar sobre a sexualidade ser trabalhada no espaço escolar. Pela leitura realizada, apesar de a pesquisa ser de 2017, observamos que há muitos desafios que ainda persistem, principalmente relacionados à participação gestão-docência-família-escola-educação sexual.

Prosseguindo em nossas leituras, encontramos a dissertação de mestrado de Santos (2019) “Educação Sexual no Ensino Fundamental: construindo uma unidade didática”. A pesquisa da autora baseou-se no proposto pelos temas transversais dos PCNs relacionados ao eixo temático ‘Orientação Sexual’ em 1998. Ela chama a atenção para alguns aspectos tais como a sexualidade ser um tema envolto em tabus e, a dificuldade de muitas famílias conversarem com seus filhos sobre este tema, delegando tal responsabilidade à escola. O lócus de pesquisa foi uma escola rural do interior do Rio Grande do Sul. Como ferramenta para o desenvolvimento da pesquisa, Santos (2019) construiu uma Unidade Didática denominada ‘Falando de Sexo’, com oito aulas sobre sexualidade. Para isso, alternou diversos recursos didáticos distintos para incentivar a participação discente. Os resultados revelaram a falta de informação sobre sexualidade, a ausência do diálogo familiar sobre a temática e como fonte de pesquisas para sanar as dúvidas que surgem, buscas na internet ou nas amizades. Além da transversalidade e da importância da parceria escola-família, a pesquisa também ressalta a questão do respeito à diversidade e à corporalidade como fatores que podem contribuir para amenizar problemas internos e externos à escola, além da importância da formação para auxiliar docentes da educação básica no planejamento e prática pedagógica nas aulas com temáticas relativas à Educação Sexual.

Na pesquisa de mestrado “A educação sexual no contexto do Ensino Fundamental”, Dias (2020) investigou o processo de ensino/aprendizagem sobre sexualidade na prática docente do Ensino Fundamental para, a partir daí, propor um material didático que auxiliasse

os docentes a trabalharem o tema em sala de aula. A autora apresenta uma concepção de educação do sujeito como ser integral e defende que a sala de aula pode se concretizar em um espaço possibilitador de reflexão discente sobre a própria sexualidade. A pesquisa foi realizada em um município do Rio Grande do Sul. Nos resultados apresentados, Dias (2020) apresenta o predomínio feminino na categoria docente (90%). Ressalta também que há um consenso da maioria (86%) sobre a educação sexual escolar ser um trabalho que exige a parceria família-escola e transversalização (70%) da discussão sobre a temática. A autora enfatiza que o corpo docente acredita que a temática da sexualidade trabalhada no espaço escolar poderá contribuir tanto na educação quanto na saúde e exercício responsável da sexualidade estudantil. No quesito formação acadêmica docente sobre a temática, a autora registra que os docentes entrevistados (42%) afirmaram um preparo regular. Estes desafios apresentados pela pesquisadora, reiteram a importância da formação docente em questões relacionadas à educação sexual escolar com uma proposta inter, multi e transdisciplinar.

A transversalidade também fez parte da pesquisa de mestrado de Vizentim (2020), intitulada “O professor como mediador e multiplicador da educação sexual: uma análise de práticas pedagógicas”. O autor reafirma o já mencionado anteriormente em vários estudos, de que a educação sexual escolar nos anos finais do Ensino Fundamental acaba ficando sob a responsabilidade da área de Ciências, mesmo a LDB/1996 e os currículos estaduais e municipais reconhecerem que discentes têm direito a esta formação. Vizentim (2020) aponta que é possível identificar práticas exitosas, mas é preciso também analisar as limitações e dificuldades que os docentes encontram ao trabalharem a educação sexual no espaço escolar. Para ele, a atuação docente pode assumir um papel multiplicador pela abordagem intencional de conteúdo relativo à sexualidade e, também, um papel de mediador, haja vista outros tipos de demandas que aparecem no ambiente escolar envolvendo a sexualidade nas relações entre discentes. A pesquisa mostrou algumas limitações encontradas pelos docentes, a exemplo das limitações, falta de recursos para trabalhar a temática, conteúdos que enfatizam aspectos biológicos, e, uma formação estanque e direcionada especificamente ao 8º ano do Ensino Fundamental, o que revela a descontinuidade do processo. Dentre os aspectos positivos elencados, a receptividade e abertura docente para trabalhar a temática e possíveis conflitos no espaço escolar. Foi possível constatar que os estudos de Vizentim (2020) reforça a formação docente também nos quesitos pessoais para acolher, agir com naturalidade e desconstruir preconceitos embasados em conhecimento científicos. Ou seja, a formação continuada é essencial para o trabalho e o respeito à diversidade também na área da sexualidade no espaço escolar.

Conforme vimos no segundo capítulo desta tese, o contexto histórico revela o modo de organização da sociedade, as concepções e valores defendidos, a influência do modo de organização capitalista. Ou seja, todos estes fatores incidem no processo de discriminação e exclusão, reforça tabus, preconceitos e desigualdades. E isso, amparado em um discurso moralista e fundamentado em um discurso religioso. Os estudos de Silva (2001) reiteram a importância de se trabalhar a educação sexual de forma integrada, considerando o contexto histórico. Caso contrário, reforça-se uma educação isolada, parcial e descontextualizada.

4.2.1.5 Sexualidades e diversidades

Mendes (2005), em seu Mestrado de Psicologia, desenvolve um estudo sobre “Adolescência, Gênero e AIDS: dando voz aos jovens”. A pesquisa foi desenvolvida em três escolas do município de Florianópolis e objetivou investigar qual o entendimento de adolescentes do Ensino Fundamental sobre adolescência, gênero e AIDS, no intuito de ouvir o que estudantes de quinta e sétima séries bem como jovens entre 15 e 20 anos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) teriam sobre estes assuntos. Para a pesquisadora, ao analisar as colocações expostas pelos discentes, foi possível confirmar a necessidade de contextos e realidades específicas relativas na aplicação de políticas de prevenção às DSTs e aos significados atribuídos à sexualidade e às relações de gênero. Isso evidencia a importância de aprofundarmos os saberes relacionados à diversidade que envolve a sexualidade.

Compreender o papel da educação sexual no espaço escolar é uma tarefa árdua e contínua. Observamos que a pesquisa de Silva (2001), intitulada “Educação Sexual na Escola: a prevalência da moral burguesa e a possibilidade de construção da autonomia”, no mestrado em educação pela Universidade Federal de Goiás, analisa o papel das instituições socializadoras referente a esta temática dentro de uma sociedade desigual e preconceituosa. Para auxiliar na compreensão acerca do papel da educação sexual escolar, segundo a autora, exige compreender as concepções e os valores que perpassam a educação sexual na história e o contexto de sua produção (Silva, 2001).

Adolph (2004), ao pesquisar sobre “A participação da escola na produção da identidade sexual do adolescente”, em seu mestrado em Educação, investigou como a discussão da sexualidade na escola pode influenciar tanto a conduta quanto a produção da identidade sexual de estudantes entre 13 e 17 anos. O pesquisador realizou o estudo com uma turma do Ensino Fundamental II (7ª série) em duas escolas – uma pública e outra particular – em Niterói. O estudo apontou três categorias: a valorização das informações, que implica na formação para

prevenir doenças sexualmente transmissíveis e gravidez precoce; as limitações da escola na transmissão de conteúdos e informações sobre a sexualidade; e, a diversidade de concepções, percebidas pelos estudantes quando comparam o tipo de educação sexual ofertada no decorrer das gerações. A partir dos resultados obtidos, o autor concluiu que tanto a escola quanto os meios de comunicação e a família são importantes na construção e produção da identidade sexual de adolescentes. Contudo, a introdução da temática no espaço escolar, como proposta curricular, pode contribuir para a prevenção e a saúde sexual destes jovens, formando-os para que assumam a responsabilidade pelo exercício da sexualidade.

Nos estudos de Braga (2004), em sua dissertação “A sexualidade no currículo da escola fundamental - travessões e reticências sobre a homossexualidade nos discursos e nas atividades em uma escola em Belo Horizonte”, a autora investigou sobre a forma como é desenvolvido trabalho com as sexualidades na escola fundamental, conforme proposto no Projeto de Educação Afetivo-Social, à época, parte do currículo formal da rede municipal em Belo Horizonte-MG. Após a análise dos resultados, Braga (2004) observou que a sexualidade permanecia refém de uma visão dicotomiza e maniqueísta, favorecendo comportamentos e falas hostis, discriminação e silenciamento no cotidiano escolar. Os dados revelaram que a educação sexual continuava a serviço da dissimulação de preconceitos. O discurso das diferenças e das diversidades revelou-se um discurso a favor da homogeneização a partir do considerado normal. Além disso, apesar de a autora não chegar a uma conclusão, as análises a partir dos dados coletados demonstraram que educação sexual que chega nas escolas necessita ser estudada.

Bourscheid (2004) desenvolveu sua dissertação de mestrado estudando sobre a “Sexualidade: reconstruindo compreensões de forma coletiva, partindo da visão dos adolescentes” com estudantes do Ensino Fundamental II, abordando o tema sexualidade de forma científica com um grupo de estudantes da 8ª série. Na pesquisa realizada, ressaltamos a constatação de preconceitos em relação ao corpo e à questão da sexualidade. A autora defende que a temática deve ser trabalhada em forma de pesquisa, envolvendo estudantes e profissionais da educação, pois isso possibilita a participação e o envolvimento estudantil, além de amenizar angústias e o desenvolvimento da sexualidade no aprender integrado por meio de atividades escolares.

Biancon (2016), em sua tese de doutorado “Educação em Sexualidades Crítica: formação continuada de professoras(es) com fundamentos na pedagogia histórico-crítica” propôs um estudo de um processo formativo para educadores que trabalham a sexualidade na Educação Básica – nível fundamental e médio. O autor parte do entendimento da educação como elemento de transformação social, capaz de confrontar a compreensão normativa,

ahistórica, acrítica e homonegativa, em busca de uma Educação em Sexualidades Crítica. Para o pesquisador, os resultados revelaram a necessidade de se conhecer as políticas públicas educacionais voltadas para a formação docente, o trabalho educativo e a temática gênero e sexualidade na educação. A partir da leitura da pesquisa de Biancon (2016), destacamos a importância do processo formativo crítico para todos os envolvidos no processo educativo, buscando ações para se trabalhar a sexualidade sem perder de vista o papel político e emancipatório da educação sexual, haja vista ela também atuar no combate às contradições e divisões de classes, etnias, gênero e sexualidades.

Ao pesquisar sobre a “Educação sexual na escola e juventude: um estudo das pesquisas acadêmicas no Brasil (2000-2004)”, Gulo (2010), em sua dissertação, buscou evidenciar as dissertações e teses com temáticas sobre Educação Sexual, escola e juventude, no intuito de trazer para a Academia uma base de dados com as publicações entre 2000 e 2004. Para isso, estabeleceu como objetivo compreender questões relacionadas à cultura organizacional escolar e às dinâmicas escolares que se destacaram nos resumos das produções analisadas no recorte temporal estabelecido. Pautou-se na teoria bakhtiniana, com o exercício da comunicação contextualizada, refletindo sobre o cenário em que se encontra inseridos as ideias dos autores pesquisados, sob o viés da cultura organizacional escolar e da teoria do Construtivismo Social, além do Socioconstrutivismo. Da pesquisa, ressaltamos o desafio apresentado pelo autor de se trabalhar campos de pesquisa pouco exploradas nas obras estudadas acerca da importância de uma análise da conjuntura entre Educação Sexual, escola e juventude na cultura organizacional escolar.

Quando construímos o primeiro capítulo desta tese, sobre o Estado da Arte, citamos a pesquisa de Mokwa (2014), cuja tese “Estado da Arte sobre Sexualidade e Educação Sexual: estudo analítico-descritivo de teses e dissertações produzidas na Universidade Estadual Paulista” foi explorada e fez parte da construção dos referenciais teóricos que motivaram a nossa pesquisa. Para a autora, a discussão acerca da sexualidade sempre é complexa, mesmo sendo própria ao ser humano. Retomamos a sua publicação para endossar a necessidade de sistematização e padronização das informações das pesquisas apresentadas para que os leitores possam ter uma visão dos aspectos essenciais dos estudos publicados.

Destacamos, nos estudos de Mokwa (2014), a constatação de que a sexualidade tem despertado, no meio acadêmico-científico, mais pesquisas sobre esta temática. Por isso, a necessidade da inserção da Educação Sexual nas escolas tanto na Educação Básica quanto na graduação ou em programas de Pós-Graduação, para que saia do conhecimento restrito às

academias e faça parte da educação escolar como algo pertencente à vida dos seres humanos, com uma energia capaz de transformar valores, incluir ou excluir, e amplamente explorada pelo capital. Assim, as instituições educacionais não podem se eximir da responsabilidade de aceitar o desafio e inserir a Educação Sexual de forma emancipatória.

Outra pesquisa sobre o Estado da Arte é a de Silva (2004), em sua dissertação de mestrado, a autora realizou “Pesquisas sobre formação de professores/educadores para abordagem da educação sexual na escola”, na qual investiga produções de pós-graduação *stricto sensu* acerca da formação docente para atuarem com educação sexual escolar. Do aprendizado com as pesquisas, destacamos a fala da autora sobre a riqueza dos estudos realizados. Ela lamenta que “Nem sempre são lidos na íntegra, mas é importante conhecê-los [...] para serem utilizados quando necessário. A sub-utilização das produções acadêmico-científicas está diretamente relacionada à pouca divulgação deste material e à ausência de um órgão que realmente aglutine as informações de forma atualizada” (Silva, 2004, p. 146).

Na tese de Doutorado em Educação, Gonini (2014) se propôs a pesquisar, pelo viés do Estado da Arte, as pesquisas relacionadas à temática sexualidade e educação sexual que foram apresentadas no Grupo de Trabalho (GT) 23 – Gênero, sexualidade e educação – nos encontros anuais da Associação Nacional de Pesquisa de Pós-Graduação (ANPED), no período de 2004 a 2013. Na pesquisa intitulada “A produção em sexualidade, gênero e educação sexual na ANPED: estudo analítico-descritivo a partir do Estado da Arte como opção metodológica”, a autora destaca que a sexualidade é construída historicamente na vida em sociedade, porém, manifestada de forma distinta em cada indivíduo. Ela é composta de características biológicas, mas, também, carrega consigo valores históricos e culturais da família, da religião ou da sociedade como um todo.

Para Gonini (2014), as categorias que emergiram de sua pesquisa foram: educação sexual; gênero; formação profissional e sexualidade, sendo que a questão de gênero é a que mais se sobressai. Um aspecto falho, percebido pela autora, é a ausência do retorno das pesquisas aos espaços escolares que serviram de base para os estudos, o que dificulta possíveis mudanças na prática educacional de quem participou da pesquisa. Assim, destacamos a importância e a necessidade destes estudos saírem do papel e serem compartilhados, para que avancemos na inserção da educação sexual no espaço escolar do Ensino Fundamental II, que aqui tratamos como anos finais do Ensino Fundamental.

4.2.1.6 Ação conjunta: Escola e Família

O objetivo do estudo de Moraes (2017), em sua dissertação de mestrado “Representações Sociais de Educação Sexual por professores do 9º ano do Ensino Fundamental”, foi investigar as representações sociais de Educação Sexual de docentes do Ensino Fundamental II.

A autora pautou-se no referencial moscoviciano, em estudos sobre educação sexual escolar em consonância com o disposto nos PCNs, no Programa de Saúde na Escola (PSE) e no PNE. Ela identificou duas vertentes em sua pesquisa: a Educação Sexual concretizada na escola e a Educação Sexual presente na legislação. A escola desenvolve projetos, mas o tabu acaba gerando um silenciamento frequente. Também foi constatado o pouco conhecimento dos PCNs, do PSE e do PNE.

Para justificar o silenciamento, Moraes (2017) destacou palavras que se fazem presente no discurso sobre o trabalho com a educação sexual na escola tais como: problema; famílias dos alunos; tema tabu; religião; risco de sofrimento e perigo, além de expressões a exemplo de ‘casa de marimbondo, ‘arapuca’ e ‘entre a cruz e a espada’.

Destacamos, do estudo da autora, que tais ideias são comuns no discurso do dia a dia na escola e revelam o distanciamento entre o proposto nos documentos oficiais e a prática no contexto escolar. Parece haver uma junção de receio com falta de preparação, que revela as dificuldades dos educadores na abordagem do tema e exigem um trabalho conjunto entre família e escola.

Já no segundo capítulo desta tese, abordamos no item 2.4 sobre a importância da integração dos conteúdos curriculares, de forma interdisciplinar, multidisciplinar e transdisciplinar. Das 57 produções inclusas em nossa análise, 18 (dezoito) delas abordaram a questão da transversalidade na educação sexual escolar.

Além da transversalidade, partindo do proposto em documentos oficiais da educação nacional, os estudos evidenciaram a importância da formação inicial e continuada dos envolvidos neste processo. Contudo, observamos também que este é um campo que gera embates e tensões. É como se cada docente necessitasse se proteger com uma armadura de coragem para trabalhar a educação sexual, mesmo sob o amparo das políticas educacionais.

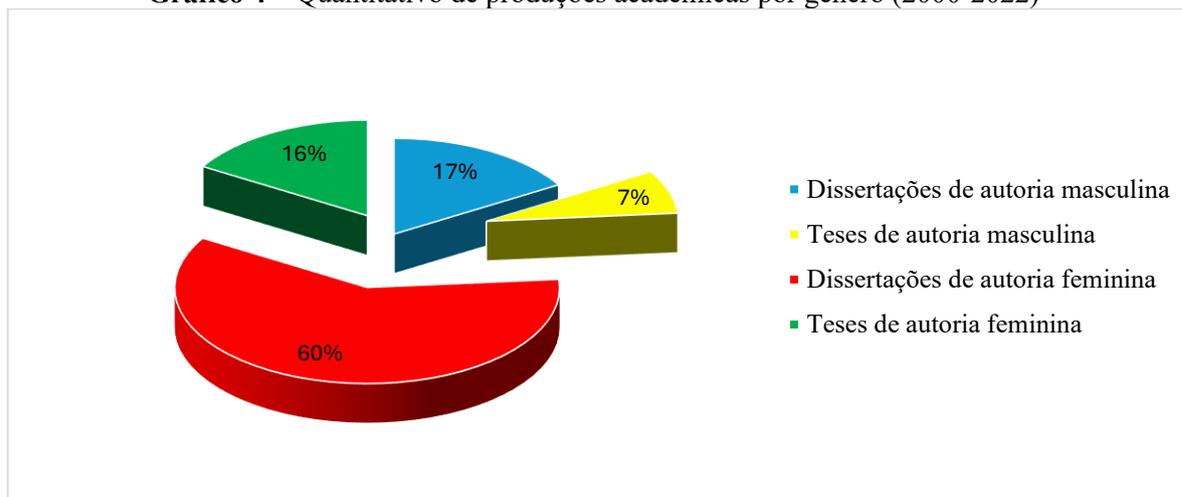
Observamos ainda que a sexualidade/educação sexual escolar é uma temática que gera desconforto e, a depender da classe social, se a escola é pública ou privada, os discursos são diferentes. A interação e o diálogo família-escola também é fundamental no processo de ensino e aprendizado discente.

Consideramos que a categoria sobre a prevalência feminina nas produções acadêmicas pesquisadas merece um tópico único, conforme apresentado a seguir.

4.3 Prevalência feminina/Protagonismo feminino nas produções acadêmicas

O protagonismo feminino das produções acadêmicas pesquisadas pode ser evidenciado pelo quantitativo apresentado no gráfico abaixo.

Gráfico 4 – Quantitativo de produções acadêmicas por gênero (2000-2022)



Fonte: Elaborado pela autora a partir do banco de dados da CAPES/Sucupira (2024).

No total das produções analisadas, computamos 33 dissertações e 09 (nove) teses de autoria feminina. Uma equivalência de 33/11 para dissertações e de 9/4 para as teses.

Em um artigo publicado na página do Ministério da Educação no dia 08 de março de 2024, pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), afirma-se que a “Produção científica das mulheres aumenta, mas ainda é pouco valorizada. [...] Lideradas por mulheres, pesquisas acadêmicas vêm assumindo um papel crucial na ampliação da representatividade e na divulgação das contribuições femininas em diversas áreas” (Brasil/MEC, 2024).

Figura 7 – Mulheres no mundo da pesquisa



Fonte: MEC – Universidade Federal da Integração Latino-Americana⁴³ (2024).

A participação ativa da mulher no cenário educacional brasileiro não faz parte do nosso objeto de estudo, todavia, como pesquisadora-mulher e mulher-negra de origem pobre, e professora de Educação Física, destacamos a necessidade de se chamar a atenção para que se proponham políticas direcionadas ao fortalecimento das mulheres atuantes no campo científico.

Para Bordieu (2007), o campo científico é um lugar de luta concorrencial, sendo que o que se encontra em jogo é o monopólio da autoridade científica e o acúmulo de capital científico. As práticas científicas nunca podem ser entendidas como práticas desinteressadas. Elas produzem e supõem uma forma determinada de interesses.

Conforme sugerido pela banca, após a defesa desta tese, aqui vale um destaque em relação às produções acadêmicas relativas a esta temática ou à questão de gênero e espaço da mulher desenvolvidas no Programa de Pós-Graduação em Educação ofertado pela PUC Goiás. Trata-se de um objeto de pesquisa em crescimento constante encabeçado por mulheres-professoras-orientadoras e ativas na luta pela valorização das mulheres no universo acadêmico e na sociedade em geral. E, dentre estas mulheres-profissionais da educação e docentes, está a Professora Doutora Lúcia Helena Rincón Afonso, da PUC Goiás, merecedora desta homenagem.⁴⁴

⁴³ Disponível em: <https://portal.unila.edu.br/noticias/mulheres-e-ciencia>. Acesso em: 13 maio 2024.

⁴⁴ Quando se pesquisa a participação da professora Dra. Lúcia Rincón em bancas de defesa de mestrado ou doutorado, seja como orientadora ou membro de banca, nas produções disponíveis na Plataforma Sucupira ou no Banco de dados abertos da Capes relacionadas à temática da presença e participação da mulher em diversos ambientes de trabalho, o nome Lúcia Helena Afonso Rincón é uma constante. Há registro da participação em bancas em universidades tais como: Universidade de Brasília (UnB), Universidade de Campinas (Unicamp), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Estadual de Goiás (UEG), além da PUC Goiás, sem falar das bancas do nível da graduação e pós-graduação *Lato Sensu*. A participação ativa e coordenação de Grupos de Pesquisa relacionados a esta área também merecem

No caso da pesquisadora desta tese, são muitas as dificuldades e obstáculos para unir os papéis de mulher-negra-pobre-trabalhadora-assalariada-cuidadora da família-educadora e pesquisadora. Contudo, é um desafio assumido no dia a dia para que nossa voz não seja silenciada ou subestimada como a temática da educação sexual no espaço escolar. Nesse sentido, a luta para estudar e ter o diploma de Doutora em Educação é uma grande conquista, pois nos sentimos na responsabilidade de representar tantas mulheres negras no mundo acadêmico, para que a Academia continue ampliando os espaços de participação das mulheres no mundo da pesquisa em áreas distintas.

destaque, a exemplo do Projeto de Pesquisa “Estar no mundo como trabalhador/a, mulher, professora: configuração histórica e realização nas políticas educacionais, e nos cursos de licenciatura na PUC Goiás, em tempos de produção flexível” ou no Projeto Observatório Século XXI: professor@s formad@s na PUC Goiás em tempos de produção flexível e sociedade midiática - configurações de gênero e representações profissionais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assumimos como objeto de estudo nesta tese pesquisar a educação sexual escolar no Ensino Fundamental anos finais. Tal escolha se deve ao fato de ser a área em que esta pesquisadora atua, ou seja, com o trabalho com pré-adolescentes e adolescentes nos anos finais do Ensino Fundamental.

Ao longo da prática docente, percebemos a necessidade e a relevância do conhecimento envolvendo a sexualidade para os/as estudantes, que precisam de espaço para o desenvolvimento do respeito mútuo, da vivência responsável da sexualidade, da superação do preconceito e da intolerância em relação às diferenças. Percebemos também o quão é difícil para muitos destes jovens terem com quem conversar ou ter um conhecimento técnico sobre este assunto. É uma faixa etária (11-14 anos) em que a descoberta da sexualidade traz insegurança, dúvidas e incertezas. Eis o porquê de acreditarmos que uma proposta de educação sexual escolar poderá contribuir na formação destes estudantes, que encontram na escola um espaço para expor e lidar melhor com sentimentos e, principalmente, possíveis respostas para seus questionamentos.

O problema de pesquisa ao qual nos propomos responder foi: o que dizem as pesquisas acadêmicas sobre educação sexual nos anos finais do Ensino Fundamental?

Para prosseguirmos em nossa pesquisa, assumimos como objetivo geral a busca por compreender o papel atribuído à educação sexual nos anos finais do Ensino Fundamental na produção acadêmica sobre o tema.

Definimos como objetivos específicos: apresentar a base de análise do objeto de estudo; formular um referencial teórico sobre a inserção da educação sexual nos anos finais do Ensino Fundamental; identificar como a produção acadêmica discute a inserção da educação sexual nos anos finais do ensino fundamental.

Acreditamos que esta pesquisa, desenvolvida a partir do Estado da Arte, poderá contribuir para a educação formal e para a ciência de um modo geral. Sabemos que não esgotamos o tema, que permanece como um desafio constante, haja vista as mudanças nas relações sociais serem sempre desafiadoras em nossa sociedade. Constatamos que as produções científicas elaboradas no recorte temporal escolhido (2000 a 2022) apresentam especificidades do tempo histórico em que se encontram inseridas.

Buscamos mapear as produções inclusas para análise e traçar uma narrativa coesa para destacarmos a evolução das ideias. Identificamos influências externas na proposta curricular

dos anos finais do Ensino Fundamental, a carência de formação e a dificuldade de se trabalhar a proposta de uma educação transdisciplinar, pela falta de profissionais preparados, sem uma proposta de concretização de políticas de formação continuada. Isso pode se revelar um desafio para futuras investigações neste campo.

Apresentamos uma base para a análise do nosso objeto de estudo a partir de um referencial teórico sólido sobre a inserção da educação sexual nos anos finais do Ensino Fundamental. Isso também nos possibilitou identificar como a produção acadêmica discute a inserção da educação sexual nos anos finais do ensino fundamental. A opção pelas dissertações e teses deve-se ao fato de serem investigações produzidas no âmbito dos cursos de Pós-Graduação, vinculadas a pesquisadores, profissionais e educandos diretamente relacionados ao espaço escolar.

Ao longo do processo de construção desta tese, buscamos amparo na revisão da literatura que possibilitou a construção da nossa pesquisa. Em nosso caminho metodológico, rumo à construção do Estado da Arte, coletamos os dados na plataforma da Capes/Sucupira. Também consultamos a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, buscando dissertações e teses sobre a Educação Sexual Escolar, delimitando como etapa de formação os anos finais do Ensino Fundamental publicadas entre os anos 2000-2022.

Trabalhar a sexualidade no espaço educativo formal exige qualidades e habilidades específicas, com uma proposta de formação inicial e continuada dos agentes envolvidos neste processo. Caso contrário, a escola corre o risco de acentuar preconceitos, tabus e estereótipos que excluem aquelas pessoas que não se encaixam nos padrões definidos pela sociedade como ‘normais’.

Ao assumirmos uma proposta de formação continuada, foi possível entendermos que a educação sexual escolar também é parte do campo de disputa entre interesses de classe. Essa compreensão nos apresenta a importância da reconstituição histórica e do conhecimento de documentos legais que amparam a instituição escolar na oferta da educação sexual para discentes dos anos finais do Ensino Fundamental.

Nas produções pesquisadas, observamos que a Educação Sexual Escolar apresenta desafios e limitações. Além da formação docente continuada, do contexto histórico e do conhecimento das legislações e documentos que amparam a oferta de Educação Sexual inserida no currículo, precisamos trabalhar a integração Família-Escola neste processo.

Temos ciência de que não é uma tarefa fácil trabalhar questões como a diversidade sexual, de gênero e lidar com o receio que conduz ao silenciamento ou a desculpas de que não é papel da escola lidar com esta temática para não invadir individualidades. Ou, ainda, propor

somente uma educação sexual sob o viés biológico e com perspectiva higienista. Isso contribui para o reforço de tabus historicamente e socialmente construídos, que acabam excluindo as pessoas.

Nesse sentido, é necessário desconstruir a tese de que a educação sexual escolar é responsabilidade única de docentes e gestores escolares. As políticas de formação inicial e continuada para os profissionais da educação e políticas educacionais que disponibilizam recursos didáticos e financeiros para esta área são fatores necessários para a concretização deste processo educativo no espaço escolar.

A proposta de se trabalhar a Orientação Sexual conforme apresentada pelos PCNs e BNCC, assumida pelos governos estaduais e municipais por meio das secretarias de educação, não é suficiente para a concretização desta prática em nossas escolas. Como já mencionamos, a formação específica na área de atuação precisa ser considerada.

Docentes e gestão se empenham para que o processo educativo formal ocorra sem prejudicar os discentes. Muitas vezes, os docentes tiram recursos próprios para desenvolverem atividades diversificadas para seus estudantes, considerando que a escola carece de recursos didáticos básicos por falta de orçamento. Uma contradição entre o que a legislação prevê de que a oferta da educação básica é dever do Estado.

Além disso, a infraestrutura escolar nem sempre dispõe de um espaço fora da sala de aula para o desenvolvimento de atividades extraclasse ou o de oficinas voltadas para o trabalho transdisciplinar. Não foi objeto de estudo desta tese, mas, nesse aspecto, podemos perceber a divisão social na educação formal pública. Aos filhos da classe trabalhadora, escolas com infraestrutura escassa. O que reforça o discurso da privatização da educação básica, mas com recursos públicos.

Ao final de nossa pesquisa no Banco de Dados Abertos da Capes, a partir dos referenciais teóricos que fundamentaram nosso estudo e da análise das produções sobre educação sexual escolar entre os anos 2000-2022, destacamos os aspectos que consideramos relevantes para a concretização da oferta de educação sexual escolar nos anos finais do Ensino Fundamental.

A formação inicial e continuada, como política pública, está amparada pelo disposto na Constituição Federal de 1988 e emendas posteriores, em seu artigo 6º, que assegura a educação como um direito social e dever do Estado. Em relação ao estado de Goiás, a Constituição Estadual de 1989 (CE) corrobora a concepção de educação da CF/1988. E, no quesito formação, a normativa estadual (art. 156, VIII) prescreve a “garantia de educação não diferenciada, através

da preparação de seus agentes educacionais e da eliminação, no conteúdo do material didático, de todas as alusões discriminatórias à mulher, ao negro e ao índio” (CE-GOIÁS, 1989).

Ainda em relação ao direito à educação, vale destacar que ele é retomado no art. 205, como um direito de todos e dever do Estado e da família. Neste aspecto, cabe à União, estados, municípios e Distrito Federal preverem orçamento a ser investido na educação. Se é um dever garantido, onde está o orçamento para a adoção de uma política de formação inicial e continuada sobre educação sexual escolar?

Dentre os entraves que encontramos na pesquisa realizada estão a não oferta de uma política de formação contínua, cortes no orçamento e interesses vinculados à economia de mercado. Isso revela a responsabilidade de a Academia promover mais pesquisas que fortaleçam as discussões sobre a importância da educação sexual escolar como forma de resistência à inserção de políticas repletas de discursos moralistas e hipócritas que apregoam a existência de uma ‘ideologia de gênero’.

Após a leitura e análise das produções acadêmicas que nos forneceram subsídios para a elaboração desta tese, acreditamos que também aprendemos, pois foi possível adquirir um aprofundamento maior sobre a temática. Isso contribuiu para o aprendizado desta pesquisadora, a formação e a prática pedagógica, haja vista ser uma temática que trabalhamos na escola. Por isso, cremos que se esta pesquisa contribuiu para a nossa formação acadêmica, ela também contribuirá com aqueles docentes que trabalham com a Educação Sexual escolar.

Em relação ao caminho metodológico percorrido, a busca em bancos de dados foi desafiadora, pois foi preciso aprender a buscar em banco de dados abertos e, posteriormente, classificar e organizar as produções acadêmicas encontradas. Acreditamos, no entanto, que se começássemos tudo novamente encontraríamos novos desafios, contudo, acreditamos também que tenhamos alcançado o objetivo proposto para esta pesquisa.

Pensamos ainda que esta produção poderá contribuir também na formação de outros docentes, que poderão se remeter às fontes que me proporcionaram construir este estudo. Indiretamente, esta pesquisa divulgará outras pesquisas, ampliando os conhecimentos construídos na Academia, contribuindo na formação continuada de quem se embrenha pelo campo da Educação Sexual escolar, revelando o compromisso, como docente, de remeter esta pesquisa aos estudiosos que deram vida a esta tese.

Chegando ao final desta tese, relembremos as categorias que emergiram de nossa pesquisa:

- a) Carência/Ausência de formação docente sobre a temática;
- b) Silenciamento da temática no espaço escolar;

- c) Perspectiva higienista e Biologizante da educação sexual;
- d) Contextualização histórica, currículo e transversalidade da educação sexual;
- e) Sexualidades e diversidades;
- f) Ação conjunta: Escola e Família;
- g) Prevalência feminina/Protagonismo feminino nas produções acadêmicas.

A partir desta pesquisa, surgiram alguns desafios que podem ser assim sintetizados:

- a) lutar para que haja mais incentivo a uma proposta de formação inicial e continuada de todos os envolvidos no processo educativo formal, com mais pesquisas sobre a educação sexual escolar, visando a produção de materiais didáticos que contribuam para a prática pedagógica docente no espaço escolar;
- b) como oferecer condições para combater preconceitos, tabus e desrespeito à diversidade sexual no ambiente escolar, no intuito de evitar a evasão e incluir estudantes que se identificam com um sexo diferente daquele que consta em suas certidões de nascimento? Ressaltamos que registro de sexo biológico não define personalidade.

Que nossa pesquisa possa reafirmar o quanto os programas de Pós-Graduação em Educação podem contribuir com o debate e com a construção teórica relativas à educação sexual escolar.

A única certeza que fica é esta: temos muita estrada pela frente, principalmente quando nos deparamos com um contexto político em que a extrema direita parece ter ganhado força, fazendo uso de discursos ambíguos, difundindo notícias falsas, denominadas *Fake News*, de maneira deliberada, como se fossem verdades. São posturas que defendem um moralismo hipócrita, muitas vezes embasado em um discurso religioso, em nome da defesa de valores da família, mas com práticas excludentes, preconceituosas e violentas contra as minorias, principalmente quando fogem ao padrão homem-mulher.

Nesta tese o leitor encontrará o resultado de produções sobre Educação Sexual escolar com enfoque nos anos finais do Ensino Fundamental, diretamente relacionadas aos desafios que os profissionais da educação encontram em seu cotidiano escolar e na relação família-escola e sociedade.

Este é o maior desafio que constatamos: propor uma educação sexual escolar que contraponha um discurso que afeta principalmente a classe trabalhadora, pobres e negros, com um discurso machista e misógino. Ao final, sabemos que há muita estrada a trilhar. Esperamos que novas construções teóricas surjam para aprofundar melhor e propor novos debates relacionados à temática pesquisada.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. 3. ed. Lisboa: Presença, 1980.

ALVES-MAZZOTTI, A. J. A “revisão bibliográfica” em teses e dissertações: meus tipos inesquecíveis – o retorno. *In*: BIANCHETTI, L.; MACHADO, A. M. N. (Org.). **A bússola do escrever**: desafios e estratégias na orientação de teses e dissertações. São Paulo: Cortez, 2002.

ANDRÉ, Marli; SIMÕES, Regina H.S.; CARVALHO, Janete M.; BRZEZINSKI, Iria. Estado da Arte da Formação de Professores no Brasil. **Educação & Sociedade**, ano XX, nº 68, Dezembro/1999. 301-309. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/TJLC6dqDhsWxMMmYs8pkJJy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 maio 2023.

APPLE, Michael W. Interromper a direita: realizar trabalho educativo crítico numa época conservadora. **Currículo sem Fronteiras**, v. 2, n. 1, p. 80-98, jan.-jun. 2002. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol2iss1articles/appleconf.pdf>. Acesso em: 18 maio 2023.

AQUINO, C.; MARTELLI, A. C. Escola e educação sexual: uma relação necessária. **Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul**, Caxias do Sul, Anais [...], Caxias do Sul: UCS, 2012. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/23375598/escola-e-educacao-sexual-uma-relacao-necessaria>. Acesso em: 21 abr. 2023.

ARAGUSUKU, Henrique Araujo. O percurso histórico da “ideologia de gênero” na Câmara dos Deputados: uma renovação das direitas nas políticas sexuais. **Agenda Política**, v. 8, n. 1, p. 106-130, 2020. Disponível em: <https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agenda-politica/article/view/310>. Acesso em: 01 jun. 2023.

ARAÚJO, Maria Cristina Ananias. **A educação como instrumento de dominação das massas**: uma análise a partir do pensamento de Karl Marx. Campina Grande-PB: Universidade Estadual da Paraíba, 2016. Disponível em: <https://dspace.bc.uepb.edu.br/jswput/handle/123456789/11498>. Acesso em: 10 dez. 2021.

ARAÚJO, R. P. de; CAMARGO, F. P. Gênero e diversidade no currículo escolar: uma abordagem inter e transdisciplinar no ensino e na formação de professores. **ENTRELETRAS**, Araguaína/TO, v. 3, n. 1, p. 104-123, jan./jul. 2012 (ISSN 2179-3948 – online). Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/riserver/api/core/bitstreams/94f001de-0f39-4e7c-874f-d97a8282869d/content>. Acesso em: 24 maio 2023.

ASSIS, G. A. F.; SOUZA, E. E. F. de; BARBOSA, A. G. Sexualidade na escola: desafios e possibilidades para além dos PCN e da BNCC. **Brasilian Journal of Development**, Curitiba, v. 7, n. 2, p. 13662-13680, feb. 2021. Disponível em: <https://brazilianjournals.com/24374-627223-1-PB.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2021.

ASSOCIAÇÃO MUNDIAL PARA A SAÚDE SEXUAL. **Declaração dos Direitos Sexuais**. Revisada em 2014. *World Association for Sexual Health* (WAS). Disponível em: <https://spsc.pt/wp-content/uploads/2017/01/DIREITOS-SEXUAIS-WAS.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2023.

AUER, Franceila; NEGREIROS, Heitor Lopes; ARAUJO, Gilda Cardoso de; ARAUJO, Vania Carvalho de. O Consed na construção da BNCC: uma experiência pública (com)partilhada? **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 18, e21379, p. 1-17, 2023. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/download/21379/209209217415/209209253375>. Acesso em: 10 fev. 2024.

BARBOSA, L. U.; FOLMER, V. Facilidades e dificuldades da educação sexual na escola: percepções de professores da educação básica. **REVASF**, Petrolina, v. 9, n. 19, p. 221-243, maio/ago. 2019. Disponível em: www.periodicos.univasf.edu.br/index.php/revasf/article/download. Acesso em: 13 out. 2020.

BARBOSA, L. U.; VIÇOSA, C. S. C. Lopes; FOLMER, Vanderley. A educação sexual nos documentos das políticas de educação e suas ressignificações. **REAS/EJCH**, v. 11, n. 10, e 772, p. 1-10, 2019. DOI: Disponível em: <https://doi.org/10.25248/reas.e772.2019>. Acesso em: 08 jun. 2021.

BARBOSA, M. de O. L. LGBTQ1A+. **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/lgbtqia.htm>. Acesso em: 08 jun. 2023.

BARROSO, R. R. De J.; SILVA, L. C. M. da. Gênero e sexualidade na educação brasileira em tempos de Movimento Escola Sem Partido. **Revista Diversidade e Educação**, v. 8, n. 1, p. 427-451, Jan./Jun. 2020. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/11160>. Acesso em: 23 maio 2023.

BASTOS, D.; Cruz, I.; DANTAS, M. **Gênero e sexualidade na escola**. Salvador: UFBA/Instituto de Humanidades, Artes e Ciências, 2018.

BATISTA, G.A.; BOLONHEZI, C.S. de S. **Educação sexual**: um desafio no Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) e as consequências da sexualidade precoce. 2020. Disponível em: <https://www.fap.com.br/anais/congresso-multidisciplinar-2020/comunicacao-oral/023.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2022.

BATISTA, Leonardo dos Santos; KUMADA, Kate Mamhy oliveira. Análise metodológica sobre as diferentes configurações da pesquisa bibliográfica. **Revista Brasileira de Iniciação Científica (RBIC)**, IESP Itapetininga, v. 8, 021029, p. 1-17, 2021. Disponível em: <https://periodicoscientificos.itp.ifsp.edu.br/index.php/rbic/article/download/113/235>. Acesso em: 15 maio 2022.

BEDIN, Regina Celia; MUZZETI, Luci Regina; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. A institucionalização do conhecimento sexual no Brasil: sexologia e educação sexual do século XIX aos nossos dias. **Revista Humanidades e Inovação** v.7, n.27. p. 72-88.

BENITES, M. J. de O. **Educação sexual e formação docente**: um estudo a partir de concepções discentes. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2006.

BENTO, B. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BIBLIOTECA DIGITAL BRASILEIRA DE TESES E DISSERTAÇÕES – BDTD. Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/>. Acesso em: 7 jun. 2023.

BORTOLUZZI; Jussara Santana; SILVA, Adnilson José da. **Pós-Modernidade e Educação**: contribuições para o debate sobre crise de valores na escola. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2311-8.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 31 ago. 2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024**: Linha de Base. Brasília-DF, Inep, 2015.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Relatório do 3º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação – 2020**. Brasília-DF, 2020. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/6975249/Relat%C3%B3rio+do+3%C2%BA+Ciclo+de+Monitoramento+das+Metas+do+Plano+Nacional+de+Educa%C3%A7%C3%A3o/4259eed4-ce87-46c7-b5bb-a9e09dee5abb?version=1.0>. Acesso em: 30 mar. 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 21 jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Terceira versão revista. Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**: Proposta preliminar. Segunda versão revista. Brasília: MEC, 2016. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/documentos/bncc-2versao.revista.pdf>. Acesso em: 10 maio 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Terceiro e Quarto Ciclos do Ensino Fundamental. Temas Transversais. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Ensino Fundamental**. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC/SEF, 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de DST e Aids. **Diretrizes para implantação do Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental.** – Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais. Terceiro e Quarto Ciclos. Ciências Naturais.** Brasília: MEC, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ciencias.pdf>. Acesso em: 1 out. 2019.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental.** – Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais.** Brasília: MEC/SEF, 1998.

BUENO, Rita Cássia Pereira; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. História da educação sexual no Brasil: apontamentos para reflexão. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana-RBSH**, vol. 29, n. 1, p. 49-56, 2018. Disponível em: https://www.rbsh.org.br/revista_sbrash/article/view/41. DOI: <https://doi.org/10.35919/rbsh.v29i1.41>. Acesso em: 09 maio 2023.

BUFREM, Leilah.; PRATES, Yara. O saber científico registrado e as práticas de mensuração da informação. **Ciência da Informação**, v. 34, n. 2, p. 9-25, maio/ago., 2005. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1086/1190>. Acesso em: 20 jan. 2023.

CAETANO, M. R. As disputas na construção da Base Nacional Comum Curricular: anotações em torno do conteúdo da política educacional. **Olhar de Professor**, [S. l.], v. 26, p. 1–24, 2023. DOI: 10.5212/OlharProfr.v.26.20446.014. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/20446>. Acesso em: 12 mar. 2024.

CAPES. **Dados abertos.** <https://dadosabertos.capes.gov.br/>. Acesso em 2023-2024.

CAPES. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>. Acesso em: 2022-2024.

CARRARA, S.; Nascimento, M.; DUQUE, A.; Tramontand, L.; PEREIRA, M. E. **Gênero e diversidade na escola: avaliação de processos, resultados, impactos e projeções.** Rio de Janeiro: CEPESC, 2017.

CARRIAS, E. V. Currículo, identidade e relações de gênero. **Tear: Revista de Educação, Ciência e Tecnologia**, Canoas, v. 2, n. 1, p. 1-11, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/tear/article/view/1778/1401>. Acesso em: 21 nov. 2019.

CARVALHO, L. G. L.; JARDIM, M. C.; GUIMARÃES, A. P. M. Educação sexual na perspectiva dos temas transversais: uma revisão de literatura. **Educationis**, [S. l.], v.7, n.2, p.19-29, 2019.

CASSIAVILLANI, T. P.; ALBRECHT, M. P. S. Educação Sexual: uma análise sobre legislação e documentos oficiais brasileiros em diferentes contextos políticos. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 39, e 39794, p. 1-23, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/edrevista/article/view/39794>. Acesso em: 23 maio 2023.

CEDARO, José Juliano; VILAS BOAS, Luana Michele da Silva; MARTINS, Renata Moreno. Adolescência e sexualidade: um estudo exploratório em uma escola de Porto Velho – RO. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 32, n. 2, p. 320-339, 2012.

CENTRO LATINO AMERICANO EM SEXUALIDADE E DIREITOS HUMANOS – IMS/UERJ. Ministério da Educação. **Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais**. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

CHAUÍ, Marilena de Souza. Ideologia e educação. **Educação e Pesquisa**, v. 42, n. jan/mar. 2016, p. 245-257, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022016420100400>. Acesso em: 25 mar. 2023.

CHIARADIA, C. de F.; NASCIMENTO, M. L. A retirada da orientação do currículo escolar: regulações da vida. **SISYPHUS-Journal of Education**, Lisboa, v. 5, n. 1, p. 101-116, 2017. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/sisyphus/article/view/10453>. Acesso em: 23 maio 2023.

COLLING, L. **Gênero e sexualidade na atualidade**. Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2018.

CORREIA, Leuci Borges; CONCEIÇÃO, Rosivaldo Gama da. **Uma análise da educação sexual a partir da perspectiva docente e pedagógica da Escola Estadual Fagundes Varela no Município de Mazagão/AP**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Licenciatura em Educação do Campo Ciências Agrárias e Biologia) – Campus de Mazagão, Universidade Federal do Amapá, Mazagão, 2021. Disponível em: <http://repositorio.unifap.br:80/jspui/handle/123456789/693>. Acesso em: 23 maio 2023.

CPT – Cursos à Distância. **PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais**: documento completo, atualizado e interativo. Disponível em: <https://www.cpt.com.br/pcn/pcn-parametros-curriculares-nacionais-documento-completo.../> Acesso em: 27 jul. 2023.

CRUZ, P. G. N. de A. **Diversidade de gênero: desafios para a formação docente**. 2018. Monografia (Curso de Pedagogia) - Centro Universitário de Goiás – Uni-Anhanguera, Goiânia, 2018. Disponível em: <repositorio.anhanguera.edu.br/jspui/bitstream>. Acesso em: 23 set. 2021.

DIAS, A. F.; OLIVEIRA, D. A. de. As abordagens de corpo, gênero e sexualidades no Projeto Político Pedagógico em um colégio estadual de Aracaju (SE). **Holos**, Natal, v. 3, ano 31, p. 259-271, 2015. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/3084/1104>. Acesso em: 17 nov. 2020.

DIAS, Fernanda Lima Aragão *et al.* Riscos e vulnerabilidades relacionados à sexualidade na adolescência. **Revista Enfermagem**. UERJ, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 456-461, 2010.

DICIONÁRIO INFORMAL. **Heteronormatividade**. Disponível em: <https://www.dicionarioinformal.com.br/heteronormatividade/>. Acesso em: 05 jul. 2020.

DICIONÁRIO INFORMAL. **Sexismo**. Disponível em: <https://www.dicionarioinformal.com.br/sexismo>. Acesso em: 19 nov. 2021.

DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS. **Loci**. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/loci/>. Acesso em: 19 nov. 2020.

DOCUMENTO CURRICULAR PARA GOIÁS (DC-GO). Goiânia/GO: CONSED/UNDIME Goiás, 2018. Disponível em: <https://cee.go.gov.br>. Acesso em: 15 jan. 2022.

DUARTE, Aldimar Jacinto. Juventudes e Universidade: os desafios da formação de jovens no tempo presente. **Caminhos**. Goiânia, v. 18, n. 1, p. 220-233, jan./abr. 2020.

DUARTE, Newton. As pedagogias do aprender a aprender e algumas ilusões da assim chamada sociedade do conhecimento. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n.18, set. 2001.

EVANGELISTA, O.; SHIROMA, E. O. Professor: protagonista e obstáculo da reforma. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 33, n. 3, p. 531-541, set./dez., 2007.

FELÍCIO, L. A. Um projeto de Educação Sexual para o Brasil; o Círculo Brasileiro de Educação Sexual (1933-1945). **Anais do XXIV Simpósio Nacional de História**, 2011. Disponível em: [https://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300919582_ARQUIVO_TrabalhoparaAnpuh\(primeiraversao\).pdf](https://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300919582_ARQUIVO_TrabalhoparaAnpuh(primeiraversao).pdf). Acesso em: 22 maio 2023.

FERNANDES, F.; LORENZETTI, L. A educação sexual nos anos iniciais: um estudo a partir de dissertações e teses. **Revista Brasileira de Ensino de Ciências e Tecnologia-RBECT**, Ponta Grossa, v. 12, n. 1, p. 507-522, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rbect/article/view/9705>. Acesso em: 10 maio 2023.

FERREIRA, B. M. M. L.; LUZ, N. S. da. Sexualidade e gênero na escola. *In*: Luz, N. S. Da; CARVALHO, M. G. de; CASAGRANDE, L. S. (Orgs.). **Construindo a igualdade na diversidade**: gênero e sexualidade na escola. Curitiba: UTFPR, 2009, p. 33-46.

FERREIRA, M. D. V.; SANTOS, L. P. dos. Diversidade sexual e docência na produção do grupo de trabalho 23 da ANPED (2004/2011). **Revista de Educação PUC – Campinas**, v. 19, n. 3, p. 195-204, set./dez., 2015. Disponível em: periodicos.puc-campinas.edu.br/set/index.php/revolucao/article/.../285. Acesso em: 14. jul. 2021.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade**, ano XXIII, n. 79, agosto/2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/vPsyhSBW4xJT4FfrdCtqf&lang=pt>. Acesso em: 15 maio 2022.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. Pesquisas intituladas estado da arte: em foco. **Revista Internacional de Pesquisa em Didática das Ciências e Matemática (Revin)**, Itapetininga, v. 2, 2014, p. 1-23, 2021. Disponível em: <https://periodicos.cientificos.itp.ifsp.edu.br/index.php/revin/article/download/524/241/1879>. Acesso em: 15 maio 2022.

FERREIRA, P.; Mariz, R. CNE retira gênero e orientação sexual da Base Curricular. **Jornal O Globo**. 12/12/2017. Disponível em: <https://oglobo.com/sociedade/educacao/cne-retira-genero-e-orientacao-sexual-da-base-curricular-22179063>. Acesso em: 19 maio 2020.

FIGUEIRÓ, M. N. D. A produção teórica no Brasil sobre educação sexual. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 98, p. 50–63, 1996. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/795>. Acesso em: 15 maio 2023.

FIGUEIRÓ, M. N. D. **Educação sexual**: como ensinar no espaço da escola. 2006. Disponível em: www.periodicos.udesc.br/linhas/article/download. Acesso em: 15 jul. 2020.

FIGUEIRÓ, M. N. D. **Educação Sexual**: retomando uma proposta um desafio. 2. ed. Londrina: EDUEL, 2001.

FIGUEIRÓ, M. N. D. Revendo a história da educação sexual no Brasil: ponto de partida para construção de um novo rumo. **Nuances**, vol. IV, set. 1998. Disponível em: <https://revista.fct.Unesp.br/index.php/Nuances/article/download/84/96/280>. Acesso em: 15 maio 2023.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. Educação sexual: como ensinar no espaço da. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 7, n. 1, 2007. Disponível em: <https://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1323>. Acesso em: 24 maio. 2023.

FONSECA, J. V. C. **Gênero e diversidade sexual na escola a partir da perspectiva de profissionais da educação**. 2016. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/235/10397/1/21376938.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2020.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 20. ed. São Paulo: Loyola, 2010.

FREIRE, Maria Geiza Ferreira; VIEIRA, Demóstenes Dantas. Reflexões sobre o currículo: das teorias tradicionais às teorias pós-críticas. ANAIS de Evento CONEDU | ISSN: 2358-8829. VI Congresso Nacional de Educação, nov. 2019. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/educacao/detalhes/anais-vi-conedu>. Acesso em: 21 jun. 2022.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREITAS, H. *et al.* O método de pesquisa survey. **Revista de Administração da USP**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 105-112, jul./set. 2000.

FREUD, S. Totem e tabu (1912-1913). In: FREUD, S. **Totem e tabu, contribuição à história do movimento psicanalítico e outros textos** (1912-1914). Tradução e notas: Paulo César de Souza. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2012.

FRIEDERICHS, M. Educação para a igualdade e respeito à diversidade. *In*: SILVEIRA, C. et al. (Orgs.). **Educação em gênero e diversidade**. 2. ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2018. Cap. 5, p. 71-86. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/001082314.pdf>. Acesso em: 23 out. 2020.

FURLAN, C. C.; FURLAN, D. A. B. Gênero e sexualidade na formação de professores/as: a necessidade de reflexões sobre a prática pedagógica. **Plures Humanidades**, Ribeirão Preto, v. 12, n. 2, p. 306-326, jul./dez. 2011. Disponível em: [ser.mouralacerda.edu.br/capa/v.12,n.2\(2011\)/=Furlan](http://ser.mouralacerda.edu.br/capa/v.12,n.2(2011)/=Furlan). Acesso em: 5 out. 2021.

FURLANETTO, Milene Fontana; LAUERMAN, Franciele; COSTA, Cristofer Batista da; MARIN, Angela Helena. Educação sexual em escolas brasileiras: revisão sistemática da literatura. **Cadernos de Pesquisa** v. 48 n.168 p.550-571 abr./jun. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/FnJLpCKWxMc4CMr8mHyShLs/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 maio 2023.

FURLANI, Jimena. Educação sexual: possibilidades didáticas. *In*: Louro, G. L.; Felipe, J.; Goellner, S. V. (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2013, p. 67-82.

FURLANI, Jimena. **Educação sexual na sala de aula: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

FURLANI, Jimena. Educação sexual: quando a articulação de múltiplos discursos possibilita sua inclusão curricular. **Perspectiva**, [S. l.], v. 26, n. 1, p. 283–317, 2009. DOI: 10.5007/2175-795x.2008v26n1p283. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795x.2008v26n1p283>. Acesso em: 15 mar. 2024.

GÊNERO E NÚMEROS. **Mapa da Violência de Gênero**. Séries históricas das duas maiores bases de dados sobre violência no país. 2017. Disponível em: <https://mapadaviolenciade genero.com.br/>. Acesso em: 10 maio 2023.

GOELLNER, S. V. A educação dos corpos, dos gêneros e das sexualidades e o reconhecimento da diversidade. **Cadernos de Formação RBCE**, Porto Alegre, p. 71-83, mar. 2010. Disponível em: reista.cbce.org.br/index.php/cadernos/article/view. Acesso em: 27 out. 2021.

GONINI, F. A. C. **A produção em sexualidade, gênero e educação sexual da ANPED: estudo analítico-descritivo a partir do estado da arte como opção metodológica**. 2014. 222 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras. Araraquara.

GOULART, Rafael Rangel. **Currículo: uma questão de sexo e sexualidade?** Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/123456789/4704/3/P2.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2024.

GRAUPE, M. E.; LINS, C. T. L. de. Gênero e diversidade sexual: homofobia no contexto escolar. **Educação**, Santa Maria, v. 43, n. 1, p. 141-156, jan./mar. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reveducacao/article/view/27530/pdf>. Acesso em: 21 jan. 2021.

GROFF, Apoliana Regina; MAHEIRIE, Kátia; MENDES, Patrícia de Oliveira e Silva Pereira. A educação sexual e a formação de professores/as um convite ao dissenso. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 10, n. especial 2, p. 1431-1444, 2015. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/8329>. Acesso em: 15 maio 2023.

INFORSATO, E. do C. A educação entre o controle e a libertação do corpo. *In*: MOREIRA, W. W. (Orgs). **Século XXI: a era do corpo ativo**. Campinas: Papirus, 2006, p. 91-108.

INSTITUTO EDUCACIONAL CASTRO ALVES. **Os 4 pilares da educação da UNESCO**. Disponível em: <https://iecastroalves.com.br/pilares-da-educacao/>. Acesso em: 15 jul. 2023.

JARDIM, D. P.; BRÊTAS, J. R. S. Orientação sexual na escola: a concepção dos professores de Jandira – SP. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 59, n. 2, p. 157-162, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reben/v59n2/a07>. Acesso em: 31 abr. 2022.

JESUS, Adriana de Regina, **Currículo e educação: conceito e questões no contexto educacional**. Disponível em: https://lagarto.ufs.br/uploads/content_attach/path/11339/curriculo_e_educacao_0.pdf. Acesso em: 8 set. 2022.

JESUS, B. *et al.* **Diversidade sexual na escola: uma metodologia de trabalho com adolescentes e jovens**. São Paulo: ECOS-Comunicação em Sexualidade, 2008.

JESUS, J. G. de. **Orientações sobre a identidade de gênero: conceitos e termos**. 2. ed. rev. amp. Brasília: s.e., 2012. Disponível em: www.diversidadessexual.com.br/wp-content/uploads/2013-04/Genero-Conceitos-E-Termos.pdf. Acesso em: 8 set. 2022.

JESUS, M. G.; FREITAS, M. C. M. A. Abordagem da Sexualidade na Disciplina de Ciências no Ensino Fundamental II. Universidade Evangélica de Goiás. *In*: **I Jornada Científica de Educação do curso de Pedagogia**. Goiás, 2020. Disponível em: <http://anais.unievangelica.edu.br/index.php/pedagogia/article/view/5181>. Acesso em: 12 fev. 2023.

JOHANN, Rafaela Cristina; MALANCHEN, Júlia. Interfaces entre interesses privados e públicos na educação escolar: o caso da Base Nacional Comum Curricular. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 22, n. 49, p. 132–155, 2021. DOI: 10.5965/1984723822492021132. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/20677>. Acesso em: 25 jul. 2023.

LIMA, E. B. Sexualidade e currículo escolar: um diálogo a partir da legislação. *In*: Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade, 6. São Cristóvão (SE), 2012. **Anais...** São Cristóvão: UFSE, 2012. Disponível em: http://educonse.com.br/2012/eixo_02/PDF/112.pdf. Acesso em: 21 maio 2021.

LIMA, Edson; ALMEIDA, Graziela Brito. Educação sexual e práticas pedagógicas. **IV Colóquio de História**. 2010. Disponível em: <http://www.unicap.br/coloiodehistoria/wp-content/uploads/2013/11/4Col-p.723.pdf>. Acesso em: 15 maio 2023.

LIMA, L. C. e S. **Educação sexual nas políticas educacionais**: um estudo da rede estadual de Aparecida de Goiânia. 2018. 119 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2018.

LOPES, Ana Lúcia Mendes; FRACOLLI, Lislaine Aparecida. Revisão sistemática de literatura e metassíntese qualitativa: considerações sobre sua aplicação na pesquisa em enfermagem. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, 2008 Out-Dez; 17(4): 771-8. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/hNWjZ6pFQ3gH8Bfz3nxBCGC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso: 20 jan. 2022.

LOPES, G. De C.; PEREIRA, B. N. Relações de gênero e sexualidade na educação: a visão docente nas práticas escolares cotidianas. *In*: Congresso Nacional De Educação – Educere, 12, Encontro Nacional Sobre Atendimento Escolar Hospitalar – Enaeh, 9., Congresso Nacional De Educação – Educere, 7., Encontro Nacional Sobre Atendimento Escolar Hospitalar – Enaeh, 9., Seminário Internacional De Representações Sociais – Educação – SIRSSE, 3., Curitiba, 2015. **Anais...** Curitiba: PUCPR, 2015. Disponível em: educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015. Acesso em: 13 out. 2020.

LOURO, G. L. Produzindo sujeitos masculinos e cristãos. *In*: Veiga Neto, A. J. da (Orgs.). **Crítica pós-estruturalista e educação**. Porto Alegre: Sulina, 1995.

LOURO, G. L. Sexualidade e gênero na escola. **NH na Escola** *Jornal NH*, 27 set., 1997.

LOURO, Guacira Lopes. Currículo, gênero e sexualidade: o “normal”, o “diferente” e o “excêntrico”. *In*: LOURO, G. L. FELIPE, J.; GOELLNER, S. V. (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. 9. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2013, p. 43-53.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-Posições**, v. 19, n. 2 (56) - maio/ago. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/fZwcZDzPFNctPLxjzSgYvVC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso: 20 jan. 2022.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 16. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2014.

LOURO, Guacira Lopes. **Mulheres na sala de aula**. *In*: PRIORE, Mary Del (org.). **História das mulheres no Brasil**. 10. ed. 7ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2020.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria Queer: uma Política Pós-Identitária para a Educação. **Revista Estudos Feministas**. V.9 n. 2. Florianópolis: IFCH, 2001.

LUDKE, M. A pesquisa qualitativa e o estudo da escola. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 49, p. 43–44, 1984. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/1425>. Acesso: 20 jan. 2022.

LUNA, S. V. **Planejamento de pesquisa**: uma introdução. São Paulo: EDUC, 2002.

LUTZ, Bertha. Cartas de Mulher (1918). **Revista da Semana – RJ**, Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=025909_01&pagfis=31153. Acesso: 20 jul. 2022.

LUZ, N. S. da; CARVALHO, M. G. de; Casagrande, L. S. **Construindo a igualdade na diversidade**: gênero e sexualidade na escola. Curitiba: UTFPR, 2009, p. 11-20.

MACEDO, Elizabeth. As demandas conservadoras do movimento Escola Sem Partido e a Base Nacional Curricular Comum. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 139, p. 50-524, abr./jun. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/JYfWMTKKDmzVgV8VmWzCdQK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 maio 2023.

MADUREIRA, A. F. A.; BRANCO, A. U. Gênero, sexualidade e diversidade na escola a partir da perspectiva de professores/as. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 23, n. 3, p. 577-591, 2015. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/5137/513751492005.pdf>. Acesso em: 10 maio 2022.

MAIA, A. C. B.; EIDT, N. M.; TERRA, B. M.; MAIA, G. L. Educação sexual na escola a partir da psicologia histórico-cultural. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 17, n. 1, jan./mar., 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sciarttext&pid=SI413-73722012000100017>. Acesso em: 1 mar. 2020.

MAIA, A. C. B.; RIBEIRO, P.R.M. Educação sexual: princípios para ação. **Doxa: Revista Brasileira de Psicologia e Educação**, Araraquara, v. 15, n. 1, p. 75-84, 2011.

MALANCHEN, Júlia. **Cultura, Conhecimento e Currículo**: contribuições da Pedagogia Histórico-Crítica. Campinas, SP: Autores Associados, 2016.

MALANCHEN, Júlia. Currículo Escolar e Pedagogia Histórico-Crítica: formação emancipadora e resistência ao capital. In: LOMBARDI, J. C.; COLARES, M. L. I. S.; ORSO, P. J. (Orgs.). **Pedagogia histórico-crítica e prática pedagógica transformadora**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2021. p. 65-82.

MALANCHEN, Julia. Oportunismo do capital e a precarização da educação pública via EAD: análise a partir da Pedagogia Histórico-Crítica. **Revista Pedagogia Cotidiano Ressignificado** online. V. 1 n. 04 (2020). Disponível em: https://rPCR.com.br/index.php/revista_rPCR/article/view/1. Acesso em: 15 jan. 2023.

MALANCHEN, Júlia; SANTOS, Silvia A. dos. Políticas e Reformas Curriculares no Brasil: Perspectiva de Currículo a Partir da Pedagogia Histórico-Crítica versus a Base Nacional Curricular Comum e a Pedagogia das Competências. **Rev. HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 20, p. 1-20, 2020.

MANHAS, C. Nada mais ideológico que “Escola Sem Partido”. *In*: AÇÃO EDUCATIVA, Assessoria, Pesquisa e Informação (Org.). **A ideologia do movimento Escola Sem Partido: 20 autores desmontam o discurso**. São Paulo: Ação Educativa, 2016. Disponível em: <https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org/cedoc/detalhe/tr-a-ideologia-do-movimento-escola-sem-partido-20-autores-desmontam-0-discurso,8003c2b2-a154-4f4b-baf9-2cbdda8b68b68b68b6>. Acesso em: 30 maio 2023.

MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Nova Cultural Ltda., 1985. Vol. II. (Série Os Economistas).

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. 14. ed. Trad.: Marco Aurelio Nogueira; Leandro Konder. São Paulo: EDUSP, 2005.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Textos sobre Educação e Ensino**. 5. ed. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2006.

MATHEUS, Maria Clara Cassuli. Metassíntese qualitativa: desenvolvimento e contribuições para a prática baseada em evidências. **Acta Paul Enferm**. 2009;22(Especial-Nefrologia):543-5. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/vzwwkDtFHR9JNY4xLMcpCtPN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso: 20 jan. 2022.

MEGID NETO, J. **Tendências da pesquisa acadêmica sobre o ensino de Ciências no nível fundamental**. Tese de doutorado. Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Campinas/SP, 1999.

MELO, V. E. Diversidade sexual e igualdade de gênero na escola: reflexões das práticas pedagógicas da Escola Municipal Creusa de Freitas Cavalcanti da rede pública municipal do Recife-PE. **REIA - Revista de Estudos e Investigações Antropológicas**, Recife, ano 3, v. 3, n. 2, p. 240-255, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/reia/article/view/229973/24167>. Acesso em: 10 maio 2021.

MENDES, Karina Dal Sasso; SILVEIRA, Renata Cristina de Campos Pereira; GALVÃO, Cristina Maria. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, 2008 Out-Dez; 17(4): 758-64. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/XzFkq6tjWs4wHNqNjKJLkXQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso: 20 jan. 2022.

MENDES, M. R. G. Sexualidade: atuação dos professores e o uso de práticas pedagógicas no seu ensino. **Cadernos PDE**. Cornélio Procópio (PR): Secretaria de Estado da Educação – SEED/Superintendência da Educação – SUED, 2016. Disponível em: www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/.../2016_pdp_cienuenpd_marciaregina. Acesso em: 14 jul. 2020.

MESQUITA, Maria Cristina das Graças Dutra; ALMEIDA, Renato Barros de; NOLETO, Sylvana de Oliveira Bernardi. **A formação dos ministros da educação no Brasil e o recorte de gênero - 1930 a 2020**: políticas públicas de gestão. *Revista Conjecturas*, vol. 21, nº 5, out. 2021.

MESQUITA, Maria Cristina Dutra; CARNEIRO, Maria Esperança Fernandes; AFONSO, Lucia Helena Rincon. Função da Escola: Uma Reflexão Dialógica. *In: Fragmentos de Cultura*, Goiânia, v. 27, n. 2, p. 167-177, abr./jun. 2017.

MESSINA, Graciela. **Estudio sobre el estado da arte de la investigacion acerca de la formación docente en los noventa**. Organización de Estados IberoAmericanos para La Educación, La Ciencia y La Cultura. *In: Reunión de consulta técnica sobre investigación en formación del professorado*. México, 1998.

MOIZÉS, Julieta Seixas. **Educação sexual, corpo e sexualidade na visão dos alunos e professores do Ensino Fundamental**. (Tese Doutorado). Ribeirão Preto-SP: Universidade de São Paulo-USP, 2010.

MOKWA, Valéria Mara N. Fernandes. **Estado da arte sobre sexualidade e educação sexual: estudo analítico-descritivo de teses e dissertações produzidas na Universidade Estadual Paulista**. (Tese Doutorado). Araraquara-SP: Universidade Estadual Paulista-UNESP, 2014. Disponível em: www.repositorio.unesp.br/handle/000805930. Acesso em: 10 set. 2020.

MONTEIRO, S. A. De S.; RIBEIRO, P. R. M. A. “In” visibilidade dos temas da sexualidade no ambiente escolar e a formação docente. 2019. *In: Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/12701/9409>. DOI: 10.21723/riaee.v14iesp.2.12701. Acesso em: 15 jul. 2023.

MONTEIRO, S. A. de S.; RIBEIRO, P. R. M. Sexualidade e Gênero na atual BNCC: possibilidades e limites. **Pesquisa e Ensino**, [S. l.], v. 1, p. e202011, 2020. DOI: 10.37853/pqe.e202011. Disponível em: <https://revistas.ufob.edu.br/index.php/pqe/article/view/626>. Acesso em: 08 jun. 2021.

MONTEIRO, Solange Aparecida de Souza; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. **Avanços e retrocessos da educação sexual no Brasil**: apontamentos a partir da eleição presidencial de 2018. *Revista Internacional de Formação de Professores (RIFP)*, Itapetininga, v. 3, n. 4, p. 87-110, out./dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.itp.ifsp.edu.br/index.php/RIFP/article/view/1399>. Acesso em: 15 jul. 2021.

MOREIRA, A. F.; SILVA JUNIOR, P. M. S. Conhecimento escolar nos currículos das escolas públicas: reflexões e apostas. **Currículo sem Fronteiras**, v. 17, n. 3, p. 489-500, set./dez. 2017

MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu. (Org.). **Currículo, cultura e sociedade**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

MOURA, F. N. de S.; LEITE, R. C. M. O conservadorismo e a formação cidadã: a abordagem da sexualidade no Ensino Fundamental diante do discurso em documentos oficiais. **Revista de Educação, Ciência e Cultura**, Canoas, v. 24, n. 3, p. 61-77, nov. 2019. Disponível em: <https://xjournals.com/collections/articles/Article?qt=fixLf9yi8J3DZHPPYgTNR+Ls158JuGalNbhSWUG3X8g=>. Acesso em: 15 abr. 2022.

NEIRA, M. G.; ALVIANO Júnior, W.; ALMEIDA, D. F. A primeira e segunda versões da BNCC: construção, intenções e condicionantes. **ECCOS-Revista Científica**, São Paulo, n. 41, p. 31-44, set./dez. 2016. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/download/6807/3374>. Acesso em: 10.05.2023.

NET, Esquerda. **Educação Sexual na Suécia, sem tabus**. 2007. Disponível em: <https://www.esquerda.net/dossier/educacao-sexual-na-suecia-sem-tabus/16807>. Acesso em: 12 jul. 2023.

NOGUEIRA, N. S.; ZOCCA, A. R.; MUZZETI, L. R.; RIBEIRO, P. R. M. Educação sexual no contexto escolar: as estratégias utilizadas em sala de aula pelos educadores. **Holos**, Natal, ano 32, v. 3, p. 319-327, 2016. Disponível em: www2.ifm.edu.br/ojs/index.php/holos/article/download. Acesso em: 1 mar. 2020.

NORONHA, Daisy Pires; FERREIRA, Sueli Mara S. P. Revisões de literatura. *In*: CAMPELLO, Bernadete Santos; CONDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannette Marguerite (orgs.) **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

OLIVEIRA, A. G.; GONÇALVES, T. J. S.; SILVA, M. da; Oliveira, B. C. Marketing Viral: os limites do gênero e religião. *In*: Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologias, 13., Resende (RJ). **Anais...** Resende: Faculdades Dom Bosco, 2016.

OLIVEIRA, L. S. Reforma gerencial, neodesenvolvimentismo e ponte para o futuro: recentes contradições das políticas sociais brasileiras. **Revista Ser Social**, Brasília, v. 21, n. 45, p. 263-282, jul./dez. 2019.

OLIVEIRA, R. D. da S.; BATALHA, E. O. M. O mito da “ideologia de gênero” nas escolas: uma análise sociológica da tentativa conservadora de silenciar o pensamento crítico. **Inter-Legere – Revista de pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN**, Natal-RN, nº 20, p. 44-59, jan./jun., 2017.

OLIVEIRA, R. S. de. Corpo, gênero e sexualidade: compreendendo os conceitos a partir do universo feminino. **Revista Intercâmbio**, Montes Claros (MG), v. X, p. 166-180, 2017. Disponível em: <http://www.intercambio.unimontes.br/index.php/intercambio/article/view/208>. Acesso em: 29 nov. 2021.

PALACIO, Olga Lucía Londoño; GRANADOS, Luis Facundo Maldonado; VILLAFÁÑEZ, Licky, Catalina Calderón. **Guia para construir Estados da arte**. International Corporatio of Networks of Knowledge – ICONK, Bogotá. Colômbia, 2016. Disponível em: <https://gc.scalahed.com/recursos/files/r161r/w25566w/Guia%20estados%20del%20arte.pdf>. Acesso: 20 jan. 2022.

PATINO, Ragnhild Guevara. O estado de arte na investigação: Análise dos conhecimentos acumulados ou indagação por novos sentidos? **Folios** [online]. 2016, n.44, pp.165-179. ISSN 0123-4870. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S0123-48702016000200011&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso: 20 jan. 2022.

PEREIRA, C. C.; PINHEIRO, J. U.; FEITOSA, F. A. R. A BNCC no descompasso entre o ideal do currículo formal e interposições do currículo real. **Debates em Educação**, Maceió, v. 11, n. 25, set./dez, 2019.

PERES, Elisandra de Souza, TORRIGLIA, Patrícia Laura. **Educação, conhecimento e ideologia no currículo**. X Anped Sul, Florianópolis, out. 2014.

PERES, Elisandra de Souza; TORRIGLIA, Patrícia Laura. Análise dos Princípios orientadores da Proposta Curricular de Santa Catarina no contexto das reformas educacionais de 1990. **Anais IX ANPED Sul**, 2012. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1816/960>. Acesso em: 15 jan. 2023.

PESSÔA, L. C.; PEREIRA, R.; TOLEDO, R. Ensinar gênero e sexualidade na escola: desafios para a formação de professores. **REAE – Revista de Estudos Aplicados em Educação**, São Caetano do Sul (SP), v. 2, n. 3, p. 18-32, jan./jun. 2017. Disponível em: ser.uscs.edu.br/index.php/revista_estudos_aplicados/article/view/4729. Acesso em: 29 jul. 2021.

PICCHETTI, V. de P. Sexualidade e relações de gênero na escola: um diálogo com a orientação à queixa escolar. **Estação Científica (UNIFAP)**, Macapá, v. 2, n. 1, p. 69-79, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/estacao/article/view/415>. Acesso em: 29 nov. 2021.

PINTO, Victor Hugo de Oliveira. **Ideologia e currículo: práticas cotidianas e ideologias ocultas no contexto escolar**. II CONEDU – Congresso Nacional de Educação. 2015. Disponível em: https://mail.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2015/TRABALHO_EV045_MD1_SA6_ID6265_14082015193114.pdf. Acesso em: 24 jul. 2022.

PORTAL SIGNIFICADOS. **Significado de Pansexual**. Disponível em: <https://www.significados.com.br/pansexual/> Acesso em: 28 jul. 2020.

QUINALHA, Renan. “Em nome de Deus e da família”: um golpe contra a diversidade. *In*: JINKINS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (Orgs.). Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016

RAMOS, Marise Nogueira. **A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?** - 3. ed., São Paulo: Cortez, 2006.

REIS, G. V. **Sexologia e educação sexual no Brasil nas décadas de 1920 – 1950**: um estudo sobre a obra de José de Albuquerque. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara. Universidade estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2006.

REPÚBLICA PORTUGUESA. **Quais os níveis de educação escolar obrigatória em Portugal?** ACM – Alto Comissariado para as migrações. Disponível em: <https://www.acm.gov.pt/ru/-/quais-os-niveis-de-educacao-escolar-obrigatoria-em-portugal->. Acesso em: 15 fev. 2022.

RIBEIRO, Drielle. Lúcia Gomes da Silva; CASTRO, Regina Celi Alvarenga de Moura. Estado da arte, o que é isso afinal? **III CONEDU – Congresso Nacional de Educação**. 2018. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2018/Trabalho_Evo56_Md1_1D9733_15082018120453.pdf. Acesso em: 12 jul. 2023.

RIBEIRO, E. A violência invisível: reflexões sobre diversidade sexual, exclusão e cultura da paz na escola. **IV Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividades e Educação – SIRSE/VI Seminário Internacional sobre Profissionalização Docente (SIPD/CATEDRA UNESCO)**. 2017. Disponível em: www.educere.br/bruc.com.br/arquivo/pdf2017. Acesso em: 22.jan.2020.

RIBEIRO, P. R. M.; MONTEIRO, S. A. de S. Dossiê: Avanços e retrocessos da educação sexual no Brasil: apontamentos a partir da eleição presidencial de 2018. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 14, n. esp. 2, p. 1254-1264, jul. 2019. Disponível em: <https://periodicos.fclar.Unesp.br/iberoamericana/article/view/12701>. Acesso em: 22 jun. 2023.

RIBEIRO, Paulo Renes Marçal. Entrevista Educação para a Sexualidade. **Diversidade e Educação**, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 7–15, 2018. DOI: 10.14295/de.v5i2.7867. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/7867>. Acesso em: 7 jul. 2023.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal; MONTEIRO, Solange Aparecida de Souza. Avanços e retrocessos da educação sexual no Brasil: apontamentos a partir da eleição presidencial de 2018. **RIAEE– Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 14, n. esp. 2, p. 1254-1264, jul. 2019. E-ISSN: 1982-5587. DOI: 10.21723/riaee.v14iesp.2.12701.

RIZZATO, L. K. **Percepções de professores/as sobre gênero, sexualidade e homofobia: pensando a formação continuada a partir de relatos da prática docente**. (Versão Revisada). São Paulo: FE/USP, 2013.

ROCHA, Eloisa. Acires. Candal. **A pesquisa em Educação Infantil no Brasil: trajetória recente e perspectiva de consolidação de uma pedagogia da educação infantil**. Florianópolis: UFSC, Centro de Ciências da Educação, Núcleo de Publicações, 1999.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodoro. As pesquisas denominadas do tipo “Estado da Arte” em educação. **Diálogo Educ**, Curitiba, v. 6, n. 19, p. 37-50, set./dez. 2006.

ROSA, C. S. F. **Relações de gênero no currículo de uma escola estadual com alto Índice de Desenvolvimento da Educação Básica**. Campo Grande (MS): Universidade Católica Dom Bosco-UCDB, 2016. Disponível em: <https://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/19549-cleir-silverio-ferreira-rosa.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2021.

ROSEMBERG, Fúlvia. Educação sexual na escola. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, n. 53, p. 11-19, mai. 1985. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/issue/view/102>. Acesso em: 16 maio 2023.

ROSENO, C. dos P. Escola sem Partido: um ataque direto às políticas educacionais de gênero no Brasil. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13 Mundo de Mulheres (Anais Eletrônicos)**, Florianópolis-SC, 2017. Disponível em: www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/anais/1499. Acesso em: 22 jul. 2020.

SACRISTÁN, J. G. **O currículo**: uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre: Artmed, 2020.

SACRISTÁN, J.G.; PÉREZ-GÓMEZ, A. I. **Compreender e transformar o ensino**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SANTOS, A. C. T. **A sexualidade e o atual currículo escolar**: quais as contribuições na construção da identidade do educando? Disponível em: <https://www.marilia.Unesp.br/xiisemanadamulher11189/a-sexualidade-e-o-atual-curriculo-escolar-Unesp>. Acesso em: 15. jul. 2020.

SANTOS, F. C. dos; TORRES, N. L.; SANTOS, A. B. dos. **Gênero e diversidade sexual na formação docente**: uma reflexão acerca da importância para a inclusão da temática no currículo. 2016. Disponível em: <https://eventos.set.edu.br/index.php/enfope/article/download>. Acesso em: 13. out. 2021.

SANTOS, M. S. B.; MIESSE, M. C.; CARVALHO, F. A. de; QUEIROZ, L. C. de; SOUZA, V. de F. M. de. Escola Sem Partido e as discussões de gênero e sexualidade: impactos curriculares. **Linhas Críticas**, Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, v. 27, e-ISSN 1981-0431, p. 1-22, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/35543>. Acesso em: 23 maio 2023.

SANTOS, Márcio Antônio R. dos; SANTOS, Carlos Afonso F. dos; SERIQUE, Nádia dos Santos; LIMA, Rafael Rodrigues. Estado da Arte: aspectos históricos e fundamentais. **Revista Pesquisa Qualitativa**. São Paulo-SP, v. 8, n. 17, p. 202-220, ago. 2020. Disponível em DOI: <http://dx.doi.org/10.>

SANTOS, R. A. P. dos. Corpo, sexualidade e diferença: um ensaio sobre a convivência escolar. **Revista Contrapontos-Eletrônica**, Itajaí (SC), v. 11, n. 3, p. 288-298, set./dez. 2011. Disponível em: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rc/article/view/2853.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2020.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 1994.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 11. ed. Campinas-SP: Autores Associados, 2011.

SAYÃO, Y. Orientação sexual na escola: os territórios possíveis e necessários. *In*: Aquino, J. G. (Orgs.). **Sexualidade na escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1997. p. 107-117.

SCOLARI, A. P. **Homofobia e Educação**: problematizações e possibilidades de construção de uma cultura de respeito e liberdade às diferenças. Dissertação (Mestrado em Educação). Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2014, p. 846.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 5 fev. 2020.

SEFFNER, F. Atravessamentos de gênero, sexualidade e educação: tempos difíceis e novas arenas políticas, *In*. **Reunião Científica Regional da Anped-UFPR**, 11, 2016. Anais ... Curitiba: ANPED, 2016, p. 1-17. Disponível em: <https://www.anpedsul2016.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/11/Eixo-18-G%C3%AAnero-Sexualidade-e-Educa%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 05 maio 2023.

SEFFNER, F. Um bocado de sexo, pouco giz, quase nada de apagador e muitas provas: cenas escolares envolvendo questões de gênero e sexualidade. **Estudos Feministas**, Florianópolis, ano 19, n. 2, p. 561-588, maio/ago. 2011.

SEMIS, L. “Gênero” e “orientação sexual” têm saído dos documentos sobre Educação no Brasil. Por que isso é ruim? **Nova Escola**, 11/abr., 2017. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/4900/os-termos-genero-e-orientacao-sexual-tem-sido-retirados-dos-docjmentos-oficiais-sobre-educacao-no-brasil-por-que-isso-e-ruim>. Acesso em: 21 abr. 2023.

SENADO FEDERAL. **Bertha Lutz**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/bertha-lutz>. Acesso em: 21 abr. 2023.

SEVERO, R. A. O. **Gênero e sexualidade**: grupos de discussão como possibilidades formativas. Jundiaí: Paco Editora, 2013.

SILVA, A. C. da; Balbino, e. S. Diversidade sexual no contexto escolar: da concepção à formação docente. In: Congresso de Inovação Pedagógica em Arapiraca, 1., Seminário de Estágio, 7., Arapiraca, 2015. **Anais...** Arapiraca: UFAL, 2015. Disponível em: www.seer.ufd.br/index.php/cipar/article/view. Acesso em: 20. out. 2020.

SILVA, Francisca Jocineide da Costa; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. O estado da arte das pesquisas educacionais sobre gênero e educação infantil: uma introdução. **18º Redor**, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife-PE, 24 a 27 nov. 2014. Disponível em: <http://www.ufpb.br/eventyo/index.php/18redor/18redor/paper/viewFile/2192/648>. Acesso em: 10 jan. 2022.

SILVA, K. A. C. P. C. Articulação, teoria e prática na formação de professores: a concepção oficial. **Inter-Ação**, Goiânia, v. 27, n. 2, p. 1-54, jul./dez. 2002. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/interacao/article/view>. Acesso em: 10 out. 2020.

SILVA, Leonardo Agostinho da.; OLIVEIRA, Meyre-Ester Barbosa de. **Currículo, Sexualidade e Ação Docente**: desdobramentos discursivos e os sentidos produzidos no contexto escolar. *Rev. Espaço do Currículo (online)*, João Pessoa, v.13, n. Especial, p. 820-833, dez. 2020.

SILVA, M. J. da; ARANTES, A. S. Questões de gênero e orientação sexual no currículo, a partir da BNCC. *In: Congresso Nacional De Educação-Conedu*, 4., João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: UFPB, 2017. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/trabalho_ev073_md1_sa2_id1254_12102017103157.pdf. Acesso em: 21 jun. 2019.

SILVA, O. M. da. Origens da educação (Sexual) brasileira e sua trajetória. **Encontro de Pesquisa em Educação da UFPI**, 2, Teresina. Anais ... Teresina: EDUFPI, 2002. Disponível em: <https://docplayer.com.br/70062112-Origens-da-educacao-sexual-brasileira-e-sua-trajetoria.html>. Acesso em: 10 maio 2023.

SILVA, Paloma de Oliveira; SILVA, Breendo Holanda Pereira da; RIBEIRO, Rayane Brandão; PAULINI, Fernanda. **Sociedade e educação sexual: influências do conservadorismo político-religioso nos documentos norteadores do ensino básico brasileiro**, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.5803>. Acesso em: 21 jul. 2023.

SILVA, Ruth Aparecida Viana da. **Trabalhadores da Educação Básica: políticas de formação e (in)visibilidade no espaço escolar**. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2021. Disponível em: <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/4660>. Acesso em: 15 jul. 2023.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3. ed. -1. reimp – Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SILVA, V. L. M. da. Educação, gênero e sexualidade: algumas reflexões sobre o programa Escola sem Partido. **Revista Café com Sociologia**, v. 6, n. 1, p. 158-172, jan./abr, 2017. Disponível em: www.revistacafecomsociologia.com/revista/article/view. Acesso em: 10 jul.2020.

SIQUEIRA, Teresa Cristina Barbo. **A corporeidade & subjetividade dos estudantes dos cursos de pedagogia e psicologia**. Curitiba: Appris, 2017.

SOARES, Lizandra Martins; SOARES, Nandra Martins. Educação sexual no contexto escolar: vozes de professores do Ensino Fundamental, 2022. Disponível em: **Research, Society and Development**, v. 11, n. 3, e45611326910, 2022 (CC BY 4.0) | ISSN 2525-3409 | DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i3.26910>. Acesso em: 10 jul. 2023.

SOARES, Magda B.; MACIEL, Francisca Izabel P. Alfabetização no Brasil: o estado do conhecimento. **XVIII Encontro de Pesquisa em Educação FaE/UFMG**. 2000. Disponível em: <https://www.fac.ufmg.br/encontrodepesquisa/repositorio/alfabetizacao-no-brasil-o-estado-do-conhecimento>. Acesso em: 10 ago. 2022.

SOARES, Magda Beata. **Alfabetização no Brasil: o Estado do Conhecimento**. Brasília: INEP/Santiago: Reduc, 1989.

SOUSA, Marcos R. de.; RIBEIRO, Antonio Luiz P. **Revisão sistemática e meta-análise de estudos de diagnóstico e prognóstico: um tutorial.** Arq. Bras. Cardiol. 92

(3) • Mar 2009 • <https://doi.org/10.1590/S0066-782X2009000300013> . Disponível em: <https://www.scielo.br/j/abc/a/fM7by9YHVXjb3GbdnnMcdJv/?lang=pt>. Acesso: 20 jan. 2022.

SOUSA, Maria Sharmila A. de.; WAINWRIGHT, Megan; SOARES, Cassia Baldini.

Sínteses de Evidências Qualitativas: guia introdutório. *Boletim do Instituto de Saúde - BIS*, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 7–22, 2020. DOI: 10.52753/bis.2019.v20.34465. Disponível em: <https://periodicos.saude.sp.gov.br/bis/article/view/34465>. Acesso: 20 jan. 2022.

SOUZA, E. de J.; SILVA, J. P. da; SANTOS, C. Diversidade sexual e homofobia na escola: (des)conhecimento e vivências de docentes. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 54, n. 41, p. 111-138, maio/ago. 2016.

SOUZA, E. de J.; SILVA, J. P. da; SANTOS, C. Diversidade sexual na escola: uma análise das representações sociais de educadores/as. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 25, p. 299-422, 2014. Disponível em: periodicos.estacio.br/index.php/reeduc/article/viewArticle. Acesso em: 16 jun. 2021.

SOUZA, I.; CHAGAS, I. Escola Sem Partido: entenda a polêmica. **Politize**, set. 2019. Disponível em: <https://www.politize.com.br/escola-sem-partido-entenda-a-polemica>. Acesso em: 16 jan. 2022.

SOUZA, L. A. B.; Graupe, M. E. **Gênero e implementação de políticas públicas na educação.** Santa Catarina: Universidade do Oeste de Santa Catarina, 2014.

SOUZA, L. S. de; SOBRAL, M. P. de O. Gênero, diversidade e inclusão: temas necessários para a formação de professores. *In: Encontro Internacional de Formação de Professores*, 11., Fórum Permanente Internacional De Inovação Educacional, 12., Aracaju, 2018. **Anais...** Aracaju: UFSE, 2018. Disponível em: <https://eventos.set.edu/index.php/infope/article/viewFile>. Acesso em: 27 out. 2021.

TEIXEIRA, L. C. O sujeito adolescente e a intervenção psicanalítica: notas a partir de um caso clínico. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia fundamental**, 17(3), 797-804. <http://dx.doi.org/10.1590/1415-4714.2014v17n3-Suppl.p797.19>, 2014.

TONIOL, Lucas Cardoso. **Escola Sem Partido: ideologia e discurso.** 2022. 130 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos-SP, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/16672/Escola%20sem%20Partido%20-%20Ideologia%20e%20Discurso%20final.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 jul. 2023.

UNBEHAUM, S.; CAVASIN, S.; GAVA, T. Gênero e Sexualidade nos Currículos de Pedagogia. *In: Seminário Internacional Fazendo Gênero*, 9., 2010, Florianópolis. **Anais ...** Florianópolis: UFSC, 2010. Disponível em: www.fazendogenero.ufsc.br/.../1278171100_arquivo_gen_sex_curr_ped_st19_fg9.pdf. Acesso em: 19 jul. 2021.

UNESCO. **Orientações técnicas internacionais de educação em sexualidade** - Uma abordagem baseada em evidências. 2. ed. revisada. Publicada em 2019 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), 7, Place de Fontenoy, 75352 Paris 07 SP, França, e a Representação da UNESCO no Brasil. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000369308>. Acesso em: 20 jul. 2021.

Uol Universa. **O que é pansexual**. 2019. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2019/07/23/0-que-e-pansexual-entenda-o-significado-dessa-orientacao-sexua.htm>. Acesso em: 20 jul. 2021.

VASCONCELOS, G. A. B. L. et. al. Orientação sexual e o processo de inclusão na formação de professores. **Debates em Educação**, Maceió, v. 11, n. 24, p. 125-144, maio/ago. 2019. Disponível em: www.seer.ufal.br/index.php/deba-teseducacao/article/view/5560. Acesso em: 19 nov. 2022.

VIANNA, C. P.; UNBEHAUM, S. O gênero nas políticas públicas de educação no Brasil: 1988-2002. **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 121, p. 77-104, jan./abr., 2004.

VIANNA, C.; UNBEHAUM, S. Contribuições da produção acadêmica sobre gênero nas políticas educacionais: elementos para repensar a agenda. *In: Carreira, D. et al. (Orgs.). Gênero e Educação: fortalecendo uma agenda para as políticas educacionais*. São Paulo: Ação Educativa, Cladem, Ecos, Geledés, Fundação Carlos Chagas, 2016, p. 55-119.

VICENTE, L. da S. **A educação sexual nos documentos curriculares e na perspectiva de professores do Ensino Fundamental**. (Tese Doutorado). São Paulo: Universidade Nove de Julho, 2021. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/NOVE_f81eafafae83d4df62fa5b2205a8874a. Acesso em: 21 jun. 2021.

VIEIRA, Gécika Mendes; FREIRE, Jacqueline Lopes; MÁRQUES, Fernanda Telles. Reflexões sobre o Currículo Oculto e a violência simbólica no contexto escolar. **Revista Crátilo**, v. 14, n. 1, jan./jul. 2021: 212-223. Disponível em: <https://revistas.unipam.edu.br/index.php/cratilo/article/download/3792/1334/10831>. Acesso em: 19 jan. 2023.

VIEIRA, Gécika Mendes; YUARA, Nínive; SANTOS, Gustavo Rezende dos. Currículo formal e currículo oculto: breves reflexões acerca de seus efeitos no âmbito educacional. **Pergaminho** (11): 41-48, dez. 2020. Disponível em: <https://revistas.unipam.edu.br/index.php/pergaminho/article/download/4535/2227>. Acesso em: 21 jun. 2022.

VIEIRA, M. M. Corporeidade, sexualidade e educação: um olhar sobre a consciência do corpo na escola. **Compartilhando Saberes-Revista Digital da Secretaria de Estado da Educação da Paraíba**, João Pessoa, 2015. Disponível em: <http://www.sec.pb.gov.br/revista/index.php/compartilhandosaberes/article/view/30/33>. Acesso em: 17 nov. 2022.

VIEIRA, Priscila Mugnai; MATSUKURA, Thelma Simões. Modelos de educação sexual na escola: concepções e práticas de professores do ensino fundamental da rede pública. **Rev. Bras. Educ.** [online]. 2017, vol.22, n.69, pp. 453-474. ISSN 1809-449X. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782017226923>.

VORTMAN, A. C. S.; CARDOSO, R. S.; SILVA, M. E. da. A formação de professores para a diversidade sexual: discussões iniciais sobre o objeto. In: SEMANA DE INTEGRAÇÃO, 7., Inhumas (GO). **Anais...** Inhumas: UEG, 2018. p. 338-346. Disponível em: <https://www.anais.ueg.br/index.php/semintegracao/article/view/.../8665>. Acesso em: 14 jul. 2023.

VOSGERAU, Dilmeire Sant'Anna Ramos; ROMANOWSKI, Joana Paulin. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. **Revista Diálogo Educacional**, [S. l.], v. 14, n. 41, p. 165–189, 2014. DOI: 10.7213/dialogo.educ.14.041.DS08. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/2317>. Acesso: 20 jan. 2022.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009, vol. 1.

WEREBE, M. J. G. **Sexualidade, política e educação**. Campinas: Autores Associados, 1998.

WORLD ASSOCIATION FOR SEXUAL HEALTH – WAS. **Declaração dos Direitos Sexuais**. 2017. Disponível em: <https://spsc.pt/wp-content/uploads/2017/01/Direitos-Sexuais-Was.pdf>. Acesso em: 14 maio 2023.

XIMENES, S. B. **Temos um documento burocrático e conservador, produzido sem transparência**. [Entrevista a Kátia Machado] EPSJV/Fiocruz, Rio de Janeiro. 15/12/2017 – Atualizado em 01/07/2022. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/entrevista/temos-um-documento-tecnocratico-e-conservador-produzido-sem-transparencia>. Acesso em: 22 maio 2023.

XIMENES, S. O que o direito à educação tem a dizer sobre “escola sem partido? In: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação (Orgs.). **A ideologia do movimento Escola sem Partido: 20 autores desmontam o discurso**. São Paulo: Ação Educativa, 2016, p. 49-58.

ZERBINATI, J. P.; Bruns, M. A. de T. Sexualidade e Educação: revisão sistemática da literatura científica nacional. **Revista Travessias**, Cascavel, v. 11, n. 1, p. 76-92, jan./abr. 2017. Disponível em: <http://www.unioeste.br/travessias>. Acesso em: 20 jul. 2023.

APÊNDICE A – Resumos das produções analisadas

Ano-Base: 2000

Resumo 01: MARTINS, João Carlos. **A Educação Sexual em Tempos de AIDS: um caminho possível para uma ação no âmbito escolar.** 30/04/2000 248 f. Doutorado em Educação (Psicologia da Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. Biblioteca Depositária: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Disponível em: <https://dadosabertos.capes.gov.br/dataset/1987-a-2012-catalogo-de-teses-e-dissertacoes-brasil>. Acesso em: 02 mar. 2024.

Este trabalho teve como objetivo levantar os pontos nodais que devem ser, segundo os professores, contemplados em uma proposta de Educação Sexual, em tempos de AIDS, para **alunos do Ensino Fundamental e Médio**, numa perspectiva sócio-histórica. Nesta perspectiva a mediação social é fundamental tanto para a apropriação de condutas sexuais que não envolvam ou minimizem riscos, como para a reflexão sobre nossas práticas sexuais. O trabalho se organizou em torno de um levantamento teórico sobre o assunto e, a partir daí, formas de inseri-lo na realidade escolar. Assim, desenvolvemos uma pesquisa com professores e alunos onde os primeiros prepararam uma atividade que, desenvolvida com os alunos, possibilitou o levantamento das dúvidas e dificuldades para se trabalhar com sexo, sexualidade, AIDS e DST dentro da escola. Estas questões abriram uma outra reflexão sobre a preparação dos professores para o importante trabalho de formação junto aos seus alunos e sobre como os educadores tratam esses assuntos. Podemos afirmar que os resultados da pesquisa confirmaram nossa hipótese de que cabe aos professores fazer da escola um ambiente privilegiado para a auto-reflexão e para a reflexão sobre a realidade. O desafio está em encontrarmos um caminho que não exponha a intimidade do professor e, ao mesmo tempo, garanta na escola este trabalho, fundamental para os alunos, e também oportunize momentos de troca e formação para os professores e pais. Possibilidades para esta ação é o que tentamos desenvolver neste trabalho.

Palavras-chave: Aids; Mediação; Sexualidade.

Ano-Base: 2001

Resumo 02: BOTELHO, Débora Aparecida. **Adolescentes: a vivência da sexualidade em tempos de Aids.** 2001. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2001. Disponível em: <https://dadosabertos.capes.gov.br/dataset/1987-a-2012-catalogo-de-teses-e-dissertacoes-brasil>. Acesso em: 16 mar. 2024.

Partimos da premissa que a sexualidade é construída nas relações entre os homens, é permeada pelo processo sócio-histórico, político, cultural e religioso, decorre que o ser humano sofre influência da família, do sistema educacional, da repressão, da mídia, da indústria erótica e pornográfica e do fenômeno da AIDS. O Brasil possui elevados índices de casos de AIDS, estatísticas do Ministério da Saúde registraram, 3.133 rapazes e 1.608 garotas, na faixa etária entre 13 a 19 anos, no período de 1980 à março de 2001, sendo que as principais vias de transmissão são a relação heterossexual e drogas injetáveis. Nessa perspectiva, buscamos compreender como o adolescente vivencia a sexualidade considerando o fenômeno da AIDS. **Participaram dessa pesquisa 18 alunos do ensino fundamental** de uma escola da rede particular de ensino de Ribeirão Preto, de classe média, de faixa etária entre 12 e 17 anos de idade, de ambos os sexos, matriculados nos terceiro e quarto ciclos. A entrevista compreensiva foi mediada pela questão: "Considerando a existência da AIDS e das Doenças Sexualmente transmissíveis, tais como sífilis, gonorréia, entre outras, descreva como você vem vivenciando suas relações afetivo-sexuais". Os depoimentos foram submetidos à análise fenomenológica e interpretada à luz da Filosofia do Diálogo proposta por Buber, segundo a qual o homem em sua possibilidade de existir, estabelece relações demarcadas pelas palavras-princípios: EU-TU e EU-ISSO, e nas teorias de adolescência, sexualidade e AIDS. Foram apreendidas oito categorias dos discursos dos adolescentes: O adolescente e o "ficar"; O adolescente e o namoro; O adolescente e os valores familiares, morais e religiosos; O adolescente e a prevenção da AIDS, DST e gravidez; O adolescente e os modelos da não prevenção; O adolescente na visão da adolescente, a adolescente na visão do adolescente, a hora certa para "transar"; O limite é dizer não ou dizer sim;) A família e a orientação sexual no discurso dos adolescentes. A análise e a compreensão dos discursos dos adolescentes evidenciaram convergências entre os gêneros masculino e feminino, de um modo geral. Percebe-se que o adolescente estabelece consigo e com o outro, na maior parte das vezes, relacionamentos marcados pela impessoalidade, revelando a forma EU-ISSO, predominante no contexto em que vive. Os vínculos familiares não proporcionam diálogo aberto e cumplicidade entre pais e filhos, sendo o discurso dos pais carregado de repressão e valores morais e religiosos que não vigoram no mundo atual. A escola realiza programas de educação sexual com enfoque biológico e informativo, não aborda os valores e crenças que permeiam o comportamento sexual dos adolescentes. Em contrapartida, a mídia incita a manifestação do erotismo, do consumismo, da busca dos prazeres imediatos atingindo o público adolescente com eficácia, é importante enfatizar que na maioria das vezes, caracteriza-se por um processo de (des)educação. Dessa forma, tanto a família como a escola precisam reelaborar seus discursos de modo que tenham ressonância no

mundo dos adolescentes, para possibilitá-lo de assumir responsabilidade sobre si mesmo e adotar postura preventiva em relação à AIDS/DST e gravidez.

Palavras-Chave: Adolescentes; Sexualidade; Infecções por HIV.

Resumo 03: PEDROSA, Maria da Piedade. **Educação Sexual:** Representações Sociais de Professores(as) de Ensino Fundamental. 2001. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2001. Disponível em: <https://dadosabertos.capes.gov.br/dataset/1987-a-2012-catalogo-de-teses-e-dissertacoes-brasil>. Acesso em: 16 mar. 2024.

O presente trabalho teve como objeto de estudo a análise das **representações sociais que os(as) professores(as) de ensino fundamental de escolas públicas têm sobre a educação sexual**. Participaram vinte professores(as) que estivessem ou não trabalhando com o conteúdo de educação sexual nas suas disciplinas. Os dados foram coletados através de entrevistas semi-estruturadas, na perspectiva da análise de enunciação e tiveram como suporte teórico as representações sociais de Serge Moscovici. Os resultados revelaram que os professores(as) possuem uma representação ambígua em relação à educação sexual, ou seja, ao mesmo tempo em que mostram a importância de se realizar a educação sexual na escola (imagem positiva), denotam a falta de preparo deles(as) para realizar tal tarefa (imagem negativa).

Palavras-Chave: Educação sexual, Representação social, Professores(as), Ensino.

Resumo 04: FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **A formação de educadores sexuais: possibilidades e limites.** 31/10/2001 317 f. Doutorado em Educação. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São Paulo. Biblioteca Depositária: FFC/Marília. Disponível em: <https://dadosabertos.capes.gov.br/dataset/1987-a-2012-catalogo-de-teses-e-dissertacoes-brasil>. Acesso em: 16 mar. 2024.

O presente trabalho teve como objetivo refletir sobre a **formação continuada de professores voltada para atuação positiva e humanizadora em Educação Sexual**, buscando compreender o processo de construção do saber e do saber-fazer docente em Educação Sexual, no cotidiano escolar. A reflexão se fez com base no estudo de caso da experiência de formação de educadores realizada na Universidade Estadual de Londrina/PR (UEL). Tal experiência foi composta de dois momentos. No primeiro, foram desenvolvidos Grupos de Estudos, em 1997, nos quais participaram professores de várias escolas públicas. Foram formados três grupos de vinte elementos cada, aproximadamente, que se reuniam, uma vez por semana, para estudar sobre Educação Sexual. No segundo momento, 1998, 10 professores e um professor, que haviam participado da etapa anterior, passaram a integrar o Mutirão Orientador, encontro quinzenal que se realizava na Universidade, onde recebiam supervisão para o trabalho prático e davam continuidade aos estudos, debates e reflexões em grupo. **O critério para integrar-se ao mesmo era desenvolver um programa de Educação Sexual junto a crianças e adolescentes.** Como resultado geral, oito professores obtiveram êxito, conseguindo desenvolver um programa e três atenderam parcialmente a exigência, apresentando dificuldades. A reflexão em torno do processo de formação continuada dos que tiveram êxito, assim como dos que não obtiveram, trouxe contribuições para o entendimento do objeto de estudo desta tese. Um ano após o encerramento do Mutirão Orientador, os integrantes voltaram a ser entrevistados, individualmente, a fim de se verificar o quanto conseguiram realizar e avançar em sua prática pedagógica. Foi constatado que, de nove professores (pois duas haviam se aposentado no final de 98), apenas duas professoras conseguiram desenvolver um programa sistemático de ensino da sexualidade, em sua escola. No entanto, descobriu-se junto a todos, várias possibilidades do saber e do saber-fazer docente em educação sexual, no espaço cotidiano da prática escolar que contribuíram para o desenvolvimento pessoal e profissional de cada professor, assim como para o processo de construção da identidade profissional do coletivo docente. Foram constatados também fatores limitantes ao processo, os quais estavam ligados a questões pessoais, ou à peculiaridade da profissão docente e/ou ao contexto de trabalho. Um segundo estudo de caso foi também inserido: o processo de formação continuada vivido por uma professora de Escola Estadual, durante a elaboração de sua monografia voltada para o ensino da sexualidade nas aulas de português. Ficou comprovado que, para a eficácia da formação continuada de professores em Educação Sexual, é preciso seguir o modelo reflexivo de formação, no qual são valorizados a experiência, a história de vida, a prática pedagógica, o saber construído pelo professor e o exercício de reflexão em grupo. É importante que o trabalho de formação seja longo e sistemático e que a prática seja acompanhada de assessoria. Conclui-se que as situações de aprendizagem geradas não foram igualmente formativas para todos os professores, assim como não foram igualmente formativas para o mesmo professor, nos seus variados momentos de vida e de trabalho. Os três tipos de saber que cada professor traz consigo (a experiência, o conhecimento da disciplina que ensina e o conhecimento pedagógico) tiveram influência em seu desempenho e foram responsáveis pelos desempenhos diferenciados entre os vários integrantes. Proponho que haja investimentos (ligados ao campo da sexualidade) no desenvolvimento profissional do professor e, sobretudo, no seu crescimento pessoal. Que ele seja considerado como indivíduo para quem a reeducação sexual é importante e necessária e não somente como um meio para se atingir a Educação Sexual dos alunos.

Palavras-chave: Educação sexual; sexualidade; formação de professores.

Resumo 05: COSTA, Ramiro Marinho. **Sexualidade como tema transversal: a estruturação da educação sexual nos PCNs**. 31/01/2001 97 f. Mestrado em Educação. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Biblioteca Depositária: BU/PPGE. Disponível em: <https://dadosabertos.capes.gov.br/dataset/1987-a-2012-catalogo-de-teses-e-dissertacoes-brasil>. Acesso em: 16 mar. 2024.

O presente trabalho resulta de estudos das políticas nacionais para a educação na década de 1990 e discute sua relação com as orientações emanadas de agências multilaterais - como Banco Mundial, CEPAL, UNESCO - e o modo pelo qual tais políticas foram desencadeadas e consolidadas no Brasil. Indica a importância, entre as diretrizes do MEC, da definição dos **Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs e investiga mais detalhadamente a inclusão da sexualidade como um dos Temas Transversais**, assim como as concepções de orientação sexual e educação sexual. A primeira aparece envolta em ambigüidades, podendo ser interpretada como a orientação do desejo que cada pessoa imprime à sua vivência sexual, ou como prática educativa da sexualidade. A segunda é abordada como uma investigação histórico-crítica da sexualidade. Destaca os conteúdos definidos para a orientação sexual, nos PCNs, em três blocos: corpo, relações de gênero e prevenção das doenças sexualmente transmissíveis/Aids. Estes conteúdos não constituem objeto de estudo de uma disciplina, mas, ao contrário, responsabiliza-se todas as disciplinas pela sua abordagem. O texto expõe as bases para o trabalho pedagógico com a sexualidade em transversalidade e extraprogramação, apresentando a conceituação de transversalidade presente nos Parâmetros, assim como outras dimensões escolares da transversalidade.

Palavras-chave: Sexualidade; PCNs; Política Educacional.

Resumo 06: SILVA, Aurora Helena Fidélis e. **Educação Sexual na Escola: a prevalência da moral burguesa e a possibilidade de construção da autonomia**. 30/11/2001 122 f. Mestrado em Educação. Universidade Federal de Goiás, Goiânia Biblioteca Depositária: UFG. Disponível em: <https://dadosabertos.capes.gov.br/dataset/1987-a-2012-catalogo-de-teses-e-dissertacoes-brasil>. Acesso em: 16 mar. 2024.

Este trabalho tem como objetivo estudar as mediações na formação da concepção e valores da educação sexual. Analisa o papel das instituições socializadoras referente à sexualidade bem como dessa educação em uma sociedade desigual e, com base nessa compreensão, **visa contribuir para a discussão do papel da educação sexual escolar. Pode a escola romper com esse padrão de educação tão excludente?** Este trabalho propõe, ainda, oferecer uma visão geral da questão da sexualidade e da educação na perspectiva da educação para a emancipação, como proposta por Adorno e Horkheimer. À luz da teoria crítica, que função tem a materialidade da concepção instrumentalizada dessa educação e, como se situam as contradições nesse processo para uma educação sexual plena? O estudo indica que a chave para a compreensão das concepções e os valores que permeiam a educação sexual, as relações afetivas e sexuais hoje, encontram-se na compreensão da sua produção histórica. Nessa trajetória, busca mostrar que a sexualidade é, como todo fato humano, um fato histórico e, portanto, varia no decorrer do tempo; suas variações, em última instância, têm em sua base o modo como a sociedade se organiza para a produção dos bens materiais. Busca, assim, apreender as concepções e valores, situando-se em um determinado momento histórico, com sua especificidade vinculada a um determinado modo de organização capitalista, que envolve a discriminação e a exclusão, que têm suporte no tabu, no preconceito e na desigualdade, amparados na ideologia e nos princípios judaico-cristãos. Este estudo mostra que o princípio da autonomia para o desenvolvimento das potencialidades humanas deve estar presente na educação sexual das diferentes instâncias mediadoras desse processo e não trabalhada de forma isolada, parcial, desintegrada.

Palavras-chave: Sexualidade - Autonomia – Educação.

Ano-Base: 2002

Resumo 07: SANTOS, Maria de Lourdes Sperli Galdes. **Educação sexual do adolescente escolar: estudo de caso a partir do desempenho metodológico de duas regências**. 31/07/2002 187 f. Mestrado em Ciências da Saúde. Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto. Biblioteca Depositária: Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto. Disponível em: <https://dadosabertos.capes.gov.br/dataset/1987-a-2012-catalogo-de-teses-e-dissertacoes-brasil>. Acesso em: 16 mar. 2024.

A situação atual do ensino de educação sexual escolar com a qual temos convivido no Brasil apresenta um problema de ordem prática com dois aspectos relevantes: a transversalidade sem nenhum planejamento e a ausência de um espaço específico para o seu desenvolvimento como componente curricular obrigatório sob a responsabilidade de um docente adequadamente preparado. A partir deste problema de ordem prática, configurou-se o seguinte problema científico: "Se interferirmos sistematizando a proposta existente em um *continuum*, qual seria o resultado do processo educativo pelo desenvolvimento de um plano comum de ensino com duas regências? A investigação deste problema científico caracterizou-se por pesquisa qualitativa, baseada em estudo de caso, realizada em uma escola da rede estadual de ensino de São José do Rio Preto, junto a adolescentes

escolares com idade entre dez a quinze anos, de ambos os sexos, matriculados em **duas quintas séries do ensino fundamental**. Tendo como objetivos: integrar a proposta metodológica e programática adotada pela rede estadual do ensino com a visão da disciplina de Enfermagem nas Doenças Transmissíveis em um plano de ensino cronogramado, para orientação de adolescentes escolares sobre temas relacionados à sexualidade, entre os quais, crescimento e desenvolvimento, gravidez e contracepção, DST/AIDS; desenvolver o plano sob dupla regência, uma da professora efetiva da rede escolar e outra de uma acadêmica de Enfermagem, com avaliação e acompanhamento sistemático pelo pesquisador; e acompanhar o desenvolvimento metodológico das regentes, evidenciando convergências e divergências nos procedimentos didáticos e nas relações ensino/aprendizagem. Uma vez avaliados os resultados construídos a partir de registros sistemáticos feitos pela investigadora, foi possível destacar como conclusões que a educação sexual deve: ser realizada mediante um continuum curricular, adequadamente planejado e avaliado, envolver os docentes em uma ação conjunta, participativa e integrada; tratar do assunto de forma inovadora, criativa e transformadora, livre de preconceitos e conceitos estereotipados. Outra evidência foi que a efetividade do desempenho do educador sexual depende de seu preparo para a diversidade didático/metodológica, bem como para lidar com aspectos polêmicos até então silenciados, superando os vieses biologizantes e higiênicos no tratamento dos conteúdos.

Palavras-chave: Educação sexual escolar; planejamento de ensino.

Resumo 08: MIYASAKI, Sandra Cristina Shiguemi. **Educação sexual nas escolas:** pesquisa-ação com professores do ensino fundamental. 2002. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2002. Disponível em: <https://dadosabertos.capes.gov.br/dataset/1987-a-2012-catalogo-de-teses-e-dissertacoes-brasil>. Acesso em: 16 mar. 2024.

Procuramos desenvolver nesta investigação um estudo sobre as dificuldades que os professores do ensino fundamental têm para trabalhar questões de sexualidade e IST/Aids, visando desenvolver ação educativa e preventiva com eles sobre essas temáticas, preparando-os para serem agentes multiplicadores. Na metodologia, trabalhamos a Pesquisa-Ação de forma qualitativa, desenvolvendo referenciais teóricos fundamentados na Organização Mundial da Saúde (OMS) e por Paulo Freire no que tange a humanização, à otimização da vida, a visão totalizadora do ser humano e o resgate da cidadania. Para o levantamento de dados utilizamos a observação e a entrevista individual norteada por um questionário semi-estruturado. Pesquisamos 14 professores de ambos os sexos, sendo a maioria constituída de mulheres e com idade média de 40 anos. Organizamos os dados em quadros e o conteúdo foi analisado por categorização, qualitativamente, possibilitando melhor compreensão e interpretação das falas expressas pelos professores pesquisados. Disso depreendemos que os professores pesquisados em quase sua totalidade, trabalham o assunto educação sexual, contudo, referem sentir necessidade do apoio de um especialista da área: afirmam utilizar como recursos didáticos para este fim livros, cartazes, TV e vídeo e, embora afirmem não haver dificuldades para lidar com o assunto em sala de aula, pedem ajuda no sentido de se atualizarem. Concluímos, portanto, que esses professores possuem certo nível de dificuldade para lidarem com este tema, bem como certo grau de desinformação. Trabalhamos, posteriormente, ações e intervenções educativas conjuntas, visando subsidiar formas de lidar com os professores do ensino fundamental, para que eles possam cada vez mais aprimorar suas atitudes educativas nesta área.

Palavras-Chave: Sexualidade, DST/AIDS e Prevenção.

Resumo 09: ROJTENBERG, Charles. **Educação Sexual pela Internet para Professores de Ensino Fundamental (ESAD)**. 31/07/2002 170 f. Mestrado em Sexologia. Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: Universidade Gama Filho. Disponível em: <https://dadosabertos.capes.gov.br/dataset/1987-a-2012-catalogo-de-teses-e-dissertacoes-brasil>. Acesso em: 16 mar. 2024.

Este trabalho propõe, tomando como base os Parâmetros Curriculares Nacionais, um curso inovador de educação sexual, disponível apenas através da Internet. O curso proposto tem como **público-alvo professores de 5ª a 8ª séries do ensino fundamental**, dada a necessidade de estruturar-se uma escola mais participativa, capaz de gerar cidadão genuínos. A metodologia selecionada para aplicá-lo foi a andragogia - um método de ensino de adultos que valoriza o processo de aquisição de conhecimento de cada indivíduo-aluno, respeitando seus limites e transformando-os em professores multiplicadores, aptos a escolheres a melhor maneira de aplicarem, futuramente, o que aprenderam...Este trabalho tem por objetivo principal, portanto, ajudar a habilitar professores, via Internet, para trabalhares em educação sexual.

Palavras-chave: Educação Sexual à Distância, Internet, Ensino Fundamental.

Ano-Base: 2003

Resumo 10: FOSSA, Angela Marcia. **Educação sexual na escola: um estudo junto a adolescentes**. 31/01/2003 110 f. Mestrado em Educação. Universidade Metodista de Piracicaba. Biblioteca Depositária: Taquaral/UNIMEP;

INEP. Disponível em: <https://dadosabertos.capes.gov.br/dataset/1987-a-2012-catalogo-de-teses-e-dissertacoes-brasil>. Acesso em: 16 mar. 2024.

Este trabalho pretende conhecer como os adolescentes, **alunos do Ensino Fundamental e Médio de escolas públicas** do Município de Piracicaba, percebem a educação sexual na escola, e contribuir para a desmistificação do adolescente como "problema" e da sexualidade como "tabu". Inicialmente resgatamos os conceitos de adolescência, sexualidade e educação sexual. Apresentamos os depoimentos, obtidos de grupos focais de adolescentes, e analisamos com ênfase nos seguintes aspectos: sexualidade na adolescência, educação sexual e educação sexual na escola. A sexualidade aparece como uma característica importante na identidade adolescente. Os entrevistados reconhecem que há diferenças entre sexo e sexualidade e constatamos que eles trazem o desejo de romper com a discussão de sexualidade limitada e reduzida à genitalidade, à reprodução e ao medo de contrair as doenças sexualmente transmissíveis. Consideram a educação sexual na escola como a oportunidade de os adolescentes receberem informações e discutirem assuntos que geralmente não são tratados na família, tais como relacionamento, amor, namoro, prazer, homossexualismo, aborto, masturbação. Eles trazem muitas informações preconceituosas sobre sexualidade. A educação sexual na escola é descrita e lembrada como uma atividade ocasional, sem continuidade, motivada pelas perguntas dos alunos e interesse de alguns professores; parece estar ancorada numa visão biológico-reprodutiva, estando ausentes as reflexões de sexualidade como necessidade humana, modulada por valores subjetivos e individuais, de cunho religioso, cultural, histórico e social. Destacamos a importância do planejamento na educação sexual e da elaboração conjunta das atividades, da formação continuada dos professores e da avaliação das intervenções com os alunos. A escola é uma mediadora privilegiada na discussão da sexualidade junto aos adolescentes, sem substituir a família, mas assumindo o seu papel na tarefa de educar para a vida, incluindo aspectos relacionados à afetividade, gênero, violência doméstica, exploração e abuso sexual, com a finalidade de desenvolver e fortalecer o senso crítico no cotidiano, resgatando a auto-estima e a capacidade de ação para transformação desta sociedade. A formação dos educadores abre espaço para incorporar a discussão da sexualidade, a compreensão desta como dimensão humana e instrumentaliza os educadores para trabalhar as concepções e as transformações da sexualidade ao longo da vida. A parceria com a família, com os serviços de saúde e outras instituições, é fonte potencial de contribuições para o trabalho de educação sexual na escola.

Palavras-chave: Educação sexual; educação sexual na escola.

Resumo 11: CAOBIANCO, Janaina Fernandes Cardoso. **A educação sexual nas escolas da rede municipal de Curitiba.** 28/02/2003 109 f. Mestrado em Educação. Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba. Biblioteca Depositária: Biblioteca da UTP. Disponível em: <https://dadosabertos.capes.gov.br/dataset/1987-a-2012-catalogo-de-teses-e-dissertacoes-brasil>. Acesso em: 16 mar. 2024.

Este trabalho constitui-se em uma pesquisa qualitativa que teve como objetivo investigar como as Escolas da Rede Municipal de Curitiba estavam trabalhando com a educação sexual, no ano de 2002. Uma entrevista semi-estruturada foi utilizada como instrumento de coletas de dados para investigar esse assunto. A amostra deu-se de modo aleatório, através de sorteio, englobando as vinte e sete escolas que fazem parte do núcleo do Portão. A fim de contextualizar e situar a questão da educação sexual na educação escolar, buscou-se compreender a questão da sexualidade e a sua construção histórica no mundo ocidental. Também se levou em conta o processo de educação sexual no Brasil a partir da década de sessenta até nossos dias, chegando às atuais prescrições legais que regulamentam o trabalho de educação sexual: os Parâmetros Curriculares Nacionais, temas transversais. Buscou-se, no segundo capítulo, uma interlocução entre currículo e educação passando pelos temas transversais, chegando à proposta de educação sexual. No terceiro capítulo foram apresentados os resultados obtidos através das entrevistas realizadas. Para tanto, as respostas obtidas foram agrupadas segundo os critérios de similaridade e de diferenças. A seguir, foi verificada a frequência de cada tipo de resposta para subsidiar a interpretação e análise dos dados. Os resultados obtidos apontam para diversas questões. Primeiramente, **constatou-se que as escolas têm uma prática pedagógica que atende à demanda das manifestações da sexualidade dos alunos do Ensino Fundamental.** Porém, essa prática não pode ser caracterizada como um trabalho de Educação Sexual, tampouco se configura como um trabalho em uma perspectiva de transversalidade. O estudo aponta, também, para a questão do despreparo dos professores para tratar do tema, bem como a manutenção de um enfoque médico higienicista na abordagem das questões da sexualidade. Nas considerações, faz-se uma tentativa de interlocução entre as prescrições dos Parâmetros Curriculares Nacionais e as práticas vivenciadas nas escolas da Rede Municipal de Curitiba. Mostra, por outro lado, que a proposta curricular é apenas prescritiva e sua implantação não resultou em nenhuma mudança estrutural da realidade escolar.

Palavras-chaves: Educação; Sexualidade; Educação Sexual; Currículo; Temas transversais.

Resumo 12: FAVA, Carolina Andaló. **Sexualidade como Tema Transversal nas escolas: da teoria à prática.** 29/02/2004 217 f. Mestrado em Psicologia. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Biblioteca Depositária: Biblioteca Universitária. Disponível em: <https://dadosabertos.capes.gov.br/dataset/1987-a-2012-catalogo-de-teses-e-dissertacoes-brasil>. Acesso em: 16 mar. 2024.

Este trabalho teve como objetivo investigar como vem acontecendo a **formação de educadores na área da Educação Sexual nas escolas municipais** de Florianópolis. Para tanto, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com os responsáveis pela organização dos cursos em sexualidade oferecidos pela Secretaria Municipal de Educação e com cinco professoras e duas especialistas, de cinco escolas de diferentes regiões de Florianópolis, que participaram dos cursos oferecidos no ano de 2002. Para a compreensão das entrevistas adotou-se a Análise de Conteúdo Temática, iluminada pela teoria sócio-histórica de L. S. Vygotski. Constatou-se que os entraves à implementação dos PCNs estão relacionados diretamente à estrutura do sistema público de ensino que fragmenta as disciplinas e não permite espaço e tempos para a reflexão e o intercâmbio entre os educadores. A análise demonstrou que ainda existe entre os educadores, de maneira geral, dificuldade, resistência e falta de informação para que a Educação Sexual na escola seja efetivada. Foi possível detectar alguns aspectos importantes no processo de construção deste conhecimento, tais como: a necessidade de interlocução junto às ministrantes dos cursos e ao coletivo da escola; a importância de entrar em contato com sua própria história e vivências relativas à sexualidade; a necessidade de romper com a tradicional cisão entre teoria x prática e a sugestão de uma formação de caráter contínuo e permanente para que a Educação Sexual seja efetivada nas escolas públicas brasileiras

Palavras-chave: Educação Sexual; **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs).**

Resumo 13: ADOLPH, Claudio Fernando. **A participação da escola na produção da identidade sexual do adolescente.** 31/03/2004 145 f. Mestrado em Educação. Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro. Biblioteca Depositária: Biblioteca Setorial Mestrado. Disponível em: <https://dadosabertos.capes.gov.br/dataset/1987-a-2012-catalogo-de-teses-e-dissertacoes-brasil>. Acesso em: 16 mar. 2024.

A pesquisa investiga como a discussão da sexualidade na escola influencia a conduta e a produção da identidade sexual de alunos de 13 a 17 anos, a partir da percepção destes. A intenção foi compreender de que modo a escola, como instância de formação educativa e de produção de identidades, participa da forma pela qual os adolescentes vivenciam sua sexualidade. Tomou-se como embasamento teórico autores como Foucault, (1977); Deleuze, (1992); Giddens, (2002); Lopes Louro, (2000), entre outros. Foram aplicados 84 questionários mistos com 11 perguntas a alunos de 7ª **série de uma escola pública** de São Gonçalo e de uma escola particular de Niterói. Foi feito um levantamento de percentagens e, nas justificativas das perguntas abertas, foi realizada uma análise categorial temática formando-se as seguintes categorias: "valorização das informações", "limitações da escola" e "diversidade de concepções". A primeira reflete a importância atribuída às informações recebidas, em particular as associadas à prevenção das doenças sexualmente transmissíveis e à gravidez. A se refere às limitações para a transmissão de informações sobre a sexualidade na escola. A categoria "diversidade de concepções" indica como os alunos percebem as transformações ocorridas em relação à educação sexual, em comparação com a geração de seus avós e pais. Os resultados indicaram que a escola não é considerada como um lugar privilegiado na produção da identidade sexual dos adolescentes, uma vez que os meios de comunicação e a família são igualmente importantes. A naturalidade com a qual a temática da sexualidade é abordada pelos adolescentes parece refletir transformações na cultura representadas pela passagem de um modelo disciplinar rígido para a ausência de modelos rígidos e pela importância de se preservar dos riscos associados às práticas sexuais. A importância destes cuidados fez com que esta temática entrasse nas escolas, como parte das políticas que envolvem a prevenção e a saúde sexual para os adolescentes, tornando-os responsáveis pelos seus atos e por sua sexualidade.

Palavras-chave: práticas escolares; produção da identidade; sexualidade.

Resumo 14: BRAGA, Denise da Silva. **A sexualidade no currículo da escola fundamental - travessões e reticências sobre a homossexualidade nos discursos e nas atividades em uma escola em Belo Horizonte.** 29/02/2004 156 f. Mestrado em Educação. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: PUC Minas. Disponível em: <https://dadosabertos.capes.gov.br/dataset/1987-a-2012-catalogo-de-teses-e-dissertacoes-brasil>. Acesso em: 16 mar. 2024.

Este estudo teve como objetivo investigar como se desenvolve o trabalho com as **sexualidades na escola fundamental, a partir do "Projeto de Educação Afetivo-Social" incorporado ao currículo formal de uma escola da rede municipal de ensino de Belo Horizonte.** Para contemplar este objetivo realizamos uma pesquisa de cunho qualitativo, particularizada em um estudo de caso. Além das observações, utilizamos estratégias como entrevistas semi-estruturadas, questionários fechados e conversas informais para a recolha de dados. A fundamentação teórica se fez durante todo o percurso da pesquisa através das leituras das obras no campo do currículo, das sexualidades e dos estudos sobre identidades, em especial pelo apoio teórico em Apple (1982); Carvalho (2003); Foucault (1997; 2002); Hall (2002) e Louro (1992; 1995; 2000;2001). Na escola pesquisada, foi

possível demonstrar que a sexualidade permanece refém das dicotomias e maniqueísmos sob os quais se consolidaram os valores da nossa sociedade, que favorecem as concepções de norma e de desvio que pautaram o aprendizado e que se refletem nas formas como se ensina sobre as sexualidades. As ações, comportamentos, falas, atitudes e silêncios, dos quais se faz o cotidiano da escola Adélia Prado, demonstraram que a educação sexual tem servido muito mais para dissimular preconceitos do que para superá-los. O discurso da diferença é trabalhado, no contexto da escola, para a homogeneização a partir do igual, do normal, do bom, do privilegiado. Entretanto, o caráter do trabalho realizado não nos permitiu apresentar conclusões, mas os dados e as análises que desenvolvemos demonstram a precariedade com que a educação sexual tem chegado ao cotidiano das escolas e a necessidade de novos estudos sobre a questão.

Palavras-chave: Currículo; sexualidade; homossexualidade; sociedade disciplina.

Resumo 15: SILVA, Regina Celia Pinheiro da. **Pesquisas sobre formação de professores/educadores para abordagem da educação sexual na escola.** 31/01/2004 130 f. Mestrado em Educação. Universidade Estadual de Campinas. Biblioteca Depositária: Biblioteca Central. Disponível em: <https://dadosabertos.capes.gov.br/dataset/1987-a-2012-catalogo-de-teses-e-dissertacoes-brasil>. Acesso em: 16 mar. 2024.

Investiga as produções de pós-graduação stricto sensu que tratam da formação dos professores/educadores para o trabalho com educação sexual nas escolas, com o objetivo de conhecer essa produção e apontar suas principais tendências. Para isto, identifica, seleciona e classifica as teses de doutorado e de livre-docência e as dissertações de mestrado brasileiras que tratam do tema. O estudo caracteriza-se como uma **pesquisa do estado da arte** selecionando, de 165 produções acadêmicas na área, 65 trabalhos que são descritos e analisados entre outros descritores quanto ao grau de titulação, ano de defesa, instituição de produção, nível escolar, modelos de formação inicial e continuada, características e concepções/representações dos professores.

Palavras-chave: Formação do Professor, Currículo e Ensino Superior.

Resumo 16: BOURSCHIED, Jacinta Lourdes. **Sexualidade:** reconstruindo compreensões de forma coletiva, partindo da visão dos adolescentes. 2004. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <https://dadosabertos.capes.gov.br/dataset/1987-a-2012-catalogo-de-teses-e-dissertacoes-brasil>. Acesso em: 16 mar. 2024.

Esta pesquisa teve por objetivo central investigar uma proposta de trabalho sobre sexualidade, construída a partir da percepção e questionamentos de dois grupos de alunos/adolescentes. Partindo do pressuposto de que a sexualidade implica a própria estruturação do sujeito, estando frente aos adolescentes os quais possuem interesses e necessidades, faz-se necessário o encaminhamento de atividades que busquem abordar cientificamente o tema sexualidade, procurando, ao mesmo tempo, um tipo de trabalho significativo para os envolvidos. Para tanto, escolhi duas turmas de alunos na fase da adolescência, iniciando com um grupo de dezenove alunos, sendo nove meninas e dez meninos, **estudantes da 8ª série do ensino fundamental**, com idade entre treze e dezesseis anos e outra turma de vinte e cinco alunos, treze meninas e doze meninos, com idade entre quatorze e dezenove anos, ambas da rede estadual de ensino de diferentes municípios. Estes alunos foram o canal para que essa pesquisa fosse desenvolvida e construída, pois a pesquisa embasada no educar pela pesquisa, buscou mobilizar e envolver os alunos/adolescentes, proporcionando espaço para refletir e oportunizar 8 questionamentos, questionamentos estes que partiram das dúvidas existentes e foram as premissas norteadoras da presente proposta. A pesquisa consistiu em construir coletivamente respostas aos questionamentos levantados nos grupos. Deste processo emergiram na primeira escola cinco categorias de questionamentos: Transformação do corpo; Iniciação sexual; Doenças sexualmente transmissíveis, Métodos contraceptivos e diversos. Na segunda escola surgiram sete categorias de questionamentos: Transformação do corpo; Sexo; Menstruação; Métodos contraceptivos; Doença sexualmente transmissível e Identidade sexual. Para cada uma delas foi organizado um grupo de alunos que, então, se mobilizaram em busca das respostas. Os resultados da pesquisa foram compartilhados pelos pequenos grupos com o grande grupo e mobilizaram a busca contínua de complexificação dos esclarecimentos, numa espiral de interrogações, onde todos estavam envolvidos procurando respostas. Destacam-se a postura e a importância dada à busca, à socialização nos grupos, momentos em que demonstraram coerência, envolvimento e dinamismo contínuos na compreensão dos questionamentos que surgiam. Durante o processo aconteceram vários encontros, permitindo maior descontração e maior aproveitamento de todos. Como consequência emergiu a conscientização de que há muitos preconceitos em relação ao corpo e à questão da sexualidade. Também ficou claro que devemos compreender como funciona o corpo e que é importante construir uma harmonia entre corpo, mente, fatores físicos, psíquicos e relacionais, sem distorções, assumindo atitudes de auto-valorização. Os achados deste estudo demonstraram a relevância desse assunto ser trabalhado em forma de pesquisa com o envolvimento de todos, pois é um caminho que oportuniza ao adolescente questionar, se envolver, participar, trabalhando suas próprias dúvidas, permitindo indagações e amenizando angústias. Isso possibilita um desenvolvimento mais natural da sexualidade, constituindo-se em ato de aprender integrado nas atividades da escola.

Palavras-Chave: Adolescentes - Educação Sexual. Sexualidade – Adolescência. Educação Sexual na Escola. Educação e Saúde. Pesquisa Educacional. Aprendizagem.

Ano-Base: 2005

Resumo 17: MENDES, Patricia de Oliveira e Silva Pereira. **Adolescência, Gênero e AIDS: dando voz aos jovens.** 31/03/2005 121 f. Mestrado em Psicologia. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis Biblioteca Depositária: central. Disponível em: <https://dadosabertos.capes.gov.br/dataset/1987-a-2012-catalogo-de-teses-e-dissertacoes-brasil>. Acesso em: 17 mar. 2024.

Este trabalho teve como objetivo investigar junto a adolescentes do Ensino Fundamental de três Escolas do Município de Florianópolis, qual o entendimento que possuem sobre adolescência, gênero e AIDS, procurando, dessa forma, dar voz a esses/as jovens. Para tanto, foram aplicados questionários com perguntas abertas e fechadas, nas **5ª e 7ª séries de duas escolas seriadas**, e a jovens de idades entre 15 a 20 anos no Núcleo de Educação de Jovens e Adultos (EJA), bem como foram realizados grupos de discussões focais nas 7ª séries dessas escolas. Foram utilizados procedimentos de análise das informações obtidas nas respostas dadas aos questionários e às falas expressas nos grupos focais, agrupando-as a partir das temáticas investigadas. Constatou-se a importância da escuta do que pensam os/as adolescentes e jovens a respeito da adolescência, das relações de gênero e das DST/AIDS como um recurso a mais para efetivação da participação social desse grupo nas políticas públicas de saúde e promoção de cidadania. A análise das colocações dos/as estudantes investigados/as confirmaram que não é possível propor uma estratégia única na aplicação de políticas de prevenção às DSTs. É necessário pensar contextos e realidades específicas em um trabalho permanente de prevenção, de educação sexual e de tomada de consciência com relação à sexualidade e aos significados atribuídos a ela e às relações de gênero pelos jovens.

Palavras-chave: adolescência e gênero, AIDS, educação sexual.

Resumo 18: ALTMANN, Helena. **Verdades e pedagogias na educação sexual em uma escola.** 31/03/2005 225 f. Doutorado em Educação. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Biblioteca Depositária: Biblioteca Central. Disponível em: <https://dadosabertos.capes.gov.br/dataset/1987-a-2012-catalogo-de-teses-e-dissertacoes-brasil>. Acesso em: 17 mar. 2024.

Esta tese tem como objetivo **investigar a construção social da educação sexual em uma escola municipal do Rio de Janeiro com um Núcleo de Adolescentes Multiplicadores (NAM)**. Para tanto, foi desenvolvida uma pesquisa etnográfica em uma escola da Zona Sul entre agosto de 2002 e junho de 2003. Nesse período, foram feitas observações dos encontros do NAM, de aulas de diversas disciplinas e, em especial, das aulas de Ciências, além de reuniões, recreios, festas, passeios, entre outros. Foram realizadas entrevistas com quatro professoras/es, 30 estudantes, o diretor e a vice-diretora da instituição. Além disso, foram entrevistadas outras quatro professoras de outras escolas. O atual debate intenso sobre a sexualidade adolescente deve-se ao fato de a sexualidade ser um importante foco de investimento político e de tecnologia de governo. Nesse sentido, a escola desponta como um espaço privilegiado para o desenvolvimento do biopoder, buscando garantir, através do controle da sexualidade de crianças e, principalmente, adolescentes, um amplo impacto na população. Esta tese demonstra de que modo a educação está imbricada nessa problemática e como ela se relaciona com outras áreas do saber, como a biologia, a medicina, a demografia e a psicologia, a fim de gerenciar a sexualidade adolescente. A educação sexual tem sido realizada nas escolas, predominantemente por professoras/es de Ciências, em particular nas aulas de Ciências das **7ªs séries**, a partir do tema “reprodução humana” e, em algumas escolas, dentro do NAM. Ao delimitar as distinções entre o que os/as adolescentes aprendem na escola sobre sexualidade e aquilo que aprenderam previamente, observa-se que o aprendido na escola é utilizado pelos/as alunos/as como um critério de verdade para avaliar seus conhecimentos prévios sobre esse tema. A escola lhes oferece um saber que se propõe científico e, portanto, verdadeiro sobre a sexualidade. Nessa perspectiva, o corpo humano é concebido como um organismo, vale dizer, é descrito em sua hierarquia funcional, em que cada um dos órgãos é estudado tendo como foco principal a função reprodutiva. Ganha assim destaque o corpo da mulher em relação ao do homem. Contraditoriamente, ao desenvolver a educação sexual a partir do tema reprodução, é esta que acaba sendo enfatizada, quando é justamente a ocorrência dela entre adolescentes que diversas políticas educacionais querem evitar. As intervenções escolares buscam desenvolver nos/as adolescentes um sentido de “responsabilidade” em torno das relações sexuais, buscando mudar ou adequar os dispositivos que estruturam os comportamentos preventivos. Para isso, além de recomendar o uso do preservativo para uma prática de sexo seguro, aconselha-se um determinado modelo de relacionamento no qual a relação sexual deva ocorrer. De modo semelhante, a gravidez desponta como uma experiência inadequada a esse período da vida.

Palavras-chave: educação sexual, sexualidade, gênero, escola, adolescência.

Resumo 19: GARCIA, Maria de Fatima Lopes. **As atividades sobre sexualidade aplicadas transversalmente nas aulas de ciências:** limites e possibilidades. 28/02/2005 100 f. Mestrado em Ensino de Ciências e Educação Matemática. Universidade Estadual de Londrina. Biblioteca Depositária: Biblioteca Central. Disponível em: <https://dadosabertos.capes.gov.br/dataset/1987-a-2012-catalogo-de-teses-e-dissertacoes-brasil>. Acesso em: 17 mar. 2024.

O presente estudo tem como principal objetivo investigar as possibilidades e os eventuais limites da inserção transversal da **temática da sexualidade** no currículo escolar, como orientam os **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)**. A coleta de dados foi realizada a partir do desenvolvimento de atividades sobre a sexualidade em aulas de Ciências com alunos da **7ª série do ensino fundamental** de uma escola pública do município de Londrina (PR). Primeiramente, foram realizadas seqüências de atividades que envolviam aspectos culturais da sexualidade como: “ficar”, namorar, gravidez precoce e/ou indesejada, masturbação, homossexualidade, relações de gênero, entre outros, para posteriormente desenvolverem-se os conteúdos da anatomia e fisiologia do aparelho reprodutor humano. As atividades foram analisadas diante de suas contribuições e limitações, no que tange aos objetivos e encaminhamentos metodológicos consolidados no documento do tema transversal Orientação Sexual dos PCNs e de acordo com as contribuições e com limitações da educação dos valores morais, relativamente ao exercício da ética democrática para o aperfeiçoamento da cidadania. Os resultados obtidos indicam que o professor pode desenvolver os temas da sexualidade por meio de atividades, as quais devem abordar e integrar os aspectos educacionais, éticos e culturais. No entanto, as atividades sobre a “cultura da sexualidade” não motivaram, de forma consistente, o aluno a se interessar pelos aspectos biológicos da sexualidade humana. As atividades de debates, as simulações, relatos individuais, leitura de textos e depoimentos, permitem a interação entre professor e alunos e contribuem para o raciocínio moral do aluno, promovendo o juízo de valores na tomada de decisões e no fomento da construção autônoma de valores. É possível desenvolver o conteúdo da sexualidade como um processo em construção, em que o aluno é sujeito ativo na construção do seu conhecimento mediado pelo professor. As atividades sobre sexualidade possibilitam o desenvolvimento do seu raciocínio moral, mas não garante que o adolescente exerça, no contexto do seu cotidiano, uma correspondente ação moral. Portanto, os limites da educação sexual na escola terminam onde começam os limites da educação sexual transmitida pela família do aluno e pelo seu convívio social.

Palavras-chave: Ensino de Ciências - Educação Sexual - Tema Transversal.

Ano-Base: 2006

Resumo 20: OLIVEIRA, Célia Maria Soares de. **Educação sexual na escola - concepções e práticas.** 31/03/2006 121 f. Mestrado em Educação. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. Biblioteca Depositária: Humanidades – UFC. Disponível em: <https://dadosabertos.capes.gov.br/dataset/1987-a-2012-catalogo-de-teses-e-dissertacoes-brasil>. Acesso em: 17 mar. 2024.

O presente estudo analisa a **prática pedagógica da educação sexual em duas escolas de ensino fundamental**, no município de Floriano-PI. A seleção das escolas se deu mediante os seguintes critérios: ser uma de natureza pública e outra, particular; possuir **ensino fundamental de quinta a oitava série** nos turnos manhã e/ou tarde; possuir em seu quadro funcional, além do professor de ciências, outros que trabalham a educação sexual. A pesquisa é qualitativa do tipo estudo de caso. Professores e alunos foram entrevistados no intuito de melhor caracterizar essa prática educativa. Com esse estudo conclui-se que as escolas pesquisadas desenvolvem dois tipos principais de educação sexual: uma oculta e outra explícita, com abordagens médica, pedagógica e política. Os professores demonstram maturidade e entendimento de suas limitações e de possibilidades de concretizar a educação sexual como prática educativa escolar. E ainda, concebem a escola como um local ideal para esse exercício pedagógico. No entanto, há consenso apenas que pessoas devidamente capacitadas devam exercê-la. Para os alunos a educação sexual é importante e se faz necessária por fazê-los refletir. No entanto, a falta de integração e de sistematização dos conteúdos abordados, dentre outros fatores, são os que fazem com que a educação sexual aconteça de forma ainda frágil na realidade estudada. E ainda, como protagonista dessa realidade, os próprios alunos sugerem a educação sexual que gostariam de ter na escola, e, contudo, cabe aos educadores repensarem as possibilidades institucionais da escola, repensar o processo burocrático percebendo-o como uma força capitalizadora da unidade e, portanto, uma questão política e não apenas funcional.

Palavras-chave: Educação, Sexualidade, Escola.

Ano-Base: 2007

Resumo 21: PEREIRA, K. M. Navegando nas ondas dos saberes do ser: uma conversa com a sexualidade à luz da corporeidade. Natal, 2007 218p. Mestrado em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Disponível em: <https://dadosabertos.capes.gov.br/dataset/1987-a-2012-catalogo-de-teses-e-dissertacoes-brasil>. Acesso em: 17 mar. 2024.

Este trabalho tem como objetivo oferecer contribuições para a reflexão e a efetivação da **Educação sexual no âmbito do espaço escolar como via de formação e autoformação dos docentes do Ensino Fundamental**. Traz no cerne de suas discussões a importância dos saberes da corporeidade e da sexualidade humana na formação integral dos sujeitos, destacando-os como saberes docentes necessários e fundamentais para uma prática educativa centrada no humano. Nesta direção dialogamos com a humana docência preconizada por Arroyo (2002) e com a humanização (hominização) dos sujeitos pela via da educação – na perspectiva do ser mais de Freire (2003) – bem como nas idéias de Pineau (2004) e de Josso (2004) sobre a compreensão da prática educativa como uma via de construção da autonomia dos sujeitos que propomos educar. Defendemos, à luz dos pressupostos da corporeidade apresentados por Assmann (2001), a inclusão do corpo como fator essencial da aprendizagem, entendendo que toda aprendizagem supõe uma inscrição corporal. Sendo assim, os conhecimentos da sexualidade humana não podem ser excluídos desse processo, visto que se trata é inerente ao sujeito e se constrói e reconstrói no decorrer da existência dos indivíduos. Nossa visão de mundo e de homem se ancora nos saberes da complexidade (Morin, 2004), cuja concepção filosófica propõe a superação da visão mecanicista. Direcionamos nossa pesquisa-investigação-formação tendo como bússola os pressupostos teórico-metodológicos da pesquisa-ação (Barbier, 2002; Morin, 2004; Thiollent, 2004), cujos estudos materializam a confluência dos saberes do ser e da prática educativa, com vistas à formação integral dos sujeitos, a partir do processo de autoformação/autoconhecimento, uma vez que possibilita a participação de todos os envolvidos no processo de resolução ou superação de situações-problema. Utilizamos como via de acesso para a coleta de dados a formação continuada, aplicando um questionário de questões abertas com os envolvidos na pesquisa. Com base nos resultados obtidos podemos inferir que se faz necessário que as formações docentes incluam a temática da sexualidade Humana e da corporeidade, para que os docentes superem a visão biologicista da sexualidade, bem como a superação da visão mecanicista do corpo. Para tanto, sinalizamos que a formação dos docentes se efetive na perspectiva da capacitação e da formação conforme defende Maturana (2004), mobilizando, assim, saberes docentes (Tardiff, 2002), que contribuam efetivamente para o ofício de educar para vida.

Palavras-chave: Corporeidade, Sexualidade, Prática Educativa, Autoformação.

Resumo 22: MOIZÉS, Julieta Seixas. **A sexualidade na compreensão de professores do ensino fundamental** 31/05/2007 83 f. Mestrado em Enfermagem Psiquiátrica. Universidade de São Paulo (Ribeirão Preto). Biblioteca Depositária: Campus da USP. Disponível em: <https://dadosabertos.capes.gov.br/dataset/1987-a-2012-catalogo-de-teses-e-dissertacoes-brasil>. Acesso em: 17 mar. 2024.

Para identificarmos a forma pela qual professores de **Ensino Fundamental** compreendem a sexualidade/ sexo na escola, procuramos levantar dados relativos a estas questões no cotidiano escolar verificando a posição da escola frente a essa temática e como lidam com isto no contexto escolar. Posteriormente, procuramos desenvolver um programa educativo com eles, visando prepará-las para lidar com o assunto, em foco. Esta investigação trata-se de uma pesquisa qualitativa, humanista, por meio de pesquisa-ação constando de um tratamento estatístico complementar para análise dos dados sócio-demográficos. A amostra foi constituída de 13 professores de ensino fundamental de ambos os sexos, de uma Escola Estadual, localizada numa cidade do interior de São Paulo, que aceitaram participar desta investigação, após assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido, aprovado no CEP da EERP-USP. Foi adotado como critério de inclusão, ser professor do local, no nível de ensino (fundamental) e participar voluntariamente, da pesquisa. A coleta dos dados foi realizada de forma qualitativa, por meio da observação participante para melhor conhecer a realidade em estudo e da entrevista individual, usando um questionário com questões norteadoras. Os dados levantados foram construídos através de quadros e para análise, classificamos os achados em categorização. Verificamos que os professores pesquisados, se caracterizam em sua grande maioria do sexo feminino, acima de 40 anos. No que se refere à vida pessoal, poucos falaram desses dados. No que se refere ao profissional e do sentido de ser professor, todos destacaram de maneira significativa, a importância que dão à sua profissão revelando, a sua forma vocacional como educador, ao lidar com a educação e com o educando. O significado que deram à Sexualidade é o ligado a descobertas, desejo, auto-conhecimento, naturalidade e atração. O significado que dão ao Sexo é a prática do ato em si, o interesse pelo sexo oposto, fisiologia, mudança de interesses com a idade, realização, amor e companheirismo. Citam a sexualidade como algo natural e mostram importância em tratar adequadamente do assunto na educação sexual. Quando os professores são questionados pelos alunos sobre temas gerais relacionados à Sexualidade e Sexo, referiram que costumam, em sua maioria, orientá-los, tratando o assunto com naturalidade, usando alguns materiais como elementos didáticos facilitadores. A maioria dos professores dá grande relevância ao diálogo aberto com os alunos, para envolvê-los à orientação, à informação, à prevenção, destacando haver necessidades de contar com o apoio de profissionais qualificados nesta área, bem como integrar o familiar nesse processo. Finalmente desenvolvemos ações/intervenções educativas conjuntamente com os professores, visando prepará-los para atuarem no cotidiano escolar, bem como prepará-los como agentes multiplicadores. A grande maioria dos professores já deu aula para alunas grávidas na escola e reforça que a causa da gravidez precoce é ligada à falta de orientação, tentando tratar

o assunto, mostrando deveres e responsabilidades diante desta questão. Os professores sugerem buscar parcerias e formas de trabalhar a prevenção, através de palestras, oficinas e o cuidado, entre outros.

Palavras-chave: educação preventiva; escola; sexualidade.

Resumo 23: SILVA, Silvana da. **Educação em saúde:** Políticas Públicas de saúde e educação como construção social. 30/11/2007 85 f. Mestrado em Educação. Universidade Cidade de São Paulo. Biblioteca Depositária: Prof. Lúcio de Souza. Disponível em: <https://dadosabertos.capes.gov.br/dataset/1987-a-2012-catalogo-de-teses-e-dissertacoes-brasil>. Acesso em: 17 mar. 2024.

Esta pesquisa, de natureza qualitativa, teve como objetivo estudar como vem ocorrendo a **educação sexual aos alunos do Ensino Fundamental**, sua importância, a postura da escola e dos professores na abordagem desse tema. A educação sexual, nos últimos anos, adquiriu dimensão de problema social, um problema de saúde pública, o que levou a sua inserção nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), como tema transversal. A orientação sexual se justifica também pelo excessivo crescimento de casos de gravidez indesejada entre adolescentes e doenças sexualmente transmissíveis (DSTs). Objetivo da pesquisa: alunos da quarta série do ensino fundamental de ambos os sexos e professores da escola municipal da cidade de Assis, interior de São Paulo. Como educadora, observando as atitudes e reações dos jovens, percebo que as escolas estão deixando de lado a questão da orientação sexual e isso vem interferindo em seu desenvolvimento. Problema de pesquisa: professores estão preparados para orientar seus alunos e os pais sabem estabelecer diálogo positivo com seus filhos? Como procedimentos metodológicos, realizou-se revisão bibliográfica de conceitos, como sexo e sexualidade, diferenças e complementaridade dos sexos, doenças sexualmente transmissíveis, prevenção e tratamento, mudanças físicas e outros; revisão da legislação a respeito da educação sexual na escola - Lei de Diretrizes e Bases da Educação, PCNs.- e pesquisa de campo - questionários, entrevistas, conversas e observação, para conhecer as representações de professores e alunos sobre a educação sexual. A educação sexual deve ser oferecida na escola com o auxílio de um profissional da área (médico, psicólogo, enfermeiro, sexólogo...) e com a participação de todos os educadores da instituição, visando reduzir os índices de doenças sexualmente transmissíveis (DSTs), gravidez na adolescência e, sobretudo, formar o aluno para a vivência equilibrada, prazerosa e sadia do sexo e da sexualidade. Cabe à escola, e não mais apenas à família, desenvolver uma ação crítica, reflexiva e, sobretudo, educativa para promover a saúde das crianças e dos adolescentes (BRASIL, 1998) e, assim, contribuir para sua construção social e dignidade humana.

Palavras-chave: Políticas Públicas de Educação; inclusão social; construção.

Ano-Base: 2008

Resumo 24: ANDRADE, Virginia Ribeiro Lima e. **Orientação sexual na escola:** o que pensam alunas/adolescentes do ensino fundamental. 30/11/2008 86 f. Mestrado em Educação. Universidade Católica de Petrópolis Biblioteca Depositária: UCP. Disponível em: <https://dadosabertos.capes.gov.br/dataset/1987-a-2012-catalogo-de-teses-e-dissertacoes-brasil>. Acesso em: 17 mar. 2024.

O trabalho teve como objetivo analisar as percepções de alunas/adolescentes sobre a Educação Sexual, abordada no ensino fundamental como tema transversal, procurando compreender a importância de sua inclusão no currículo escolar para o debate das questões relativas à educação, saúde e gravidez na adolescência e DSTs. Com base no pensamento de Freud (1976), Foucault (1985, 1993, 1994), Louro (1995, 2003), Altmann (2001), Villela (1998) e outros desenvolveu-se um estudo de tipo qualitativo para dialogar com um grupo de **adolescentes/alunas de uma escola pública municipal**, situada na zona norte do Rio de Janeiro. A análise identificou limites no tratamento do tema e permitiu observar que ainda há um longo caminho a percorrer para a efetiva implantação da educação sexual na escola. Na percepção das alunas a orientação sexual oferecida na escola ocupa um lugar muito restrito na rede de relações e de informações onde as adolescentes constroem seus saberes sobre o tema. O estudo aponta ainda a necessidade de formação específica de professores para o tratamento adequado de questões que envolvem o ensino da educação sexual na escola, e sinaliza para a importância do desenvolvimento de políticas públicas que integrem as instituições de saúde e educação no que se refere a programas de prevenção da gravidez na adolescência e das DSTs.

Palavras-chave: Orientação sexual; ensino fundamental.

Resumo 25: FRANÇA, Lindamara da Silva. **Educação sexual:** uma análise da concepção dos professores de duas escolas estaduais do ensino fundamental de Curitiba. 31/03/2008 249 f. Mestrado em Educação. Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba. Biblioteca Depositária: Campus Prof. Sydnei Lima Santos (Barigüi). Disponível em: <https://dadosabertos.capes.gov.br/dataset/1987-a-2012-catalogo-de-teses-e-dissertacoes-brasil>. Acesso em: 17 mar. 2024.

Este trabalho considera a educação e suas práticas pedagógicas como objeto de reflexão e elege a Educação Sexual na escola como tema de pesquisa. O problema da pesquisa está focado na concepção apresentada pelos **professores que atuam em duas escolas do Ensino Fundamental** da rede pública de Curitiba. O estudo almejou

contextualizar a sexualidade na perspectiva emancipatória, em busca de subsídios para uma educação política e emancipatória que aborda a sexualidade na visão biopsicossocial, dentro de um contexto cultural em que normas de conduta, crenças e valores vão definindo sua vivência, concebendo a sexualidade como fator político relevante na formação da subjetividade do ser humano, com a finalidade centrada no desenvolvimento do indivíduo. A pesquisa de campo foi realizada em duas escolas públicas e os sujeitos pesquisados foram trinta professores das diversas disciplinas do 1º e 2º ciclos do Ensino Fundamental. A metodologia de pesquisa tem caráter qualitativo. O instrumento de pesquisa foi um questionário semi-estruturado contendo onze questões, respondido pelos docentes nas próprias instituições. A análise de dados dos questionários revelou a concepção dos professores de Ensino Fundamental sobre a Educação Sexual na escola. A análise demonstra que a maioria dos professores, para trabalhar a questão da sexualidade na escola, mantém uma visão restrita, coerente com a concepção médico-higienista da sexualidade. As dificuldades, os tabus, o preconceito, o constrangimento e a desinformação colocam barreiras na abordagem do tema. Diante disso, o estudo sugere uma reflexão acerca da formação específica dos professores interessados em atuar como educadores sexuais, possibilitando um repensar sobre a Educação Sexual.

Palavras-chave: Educação Sexual, Parâmetros Curriculares Nacionais, Ensino Fundamental, Práticas Pedagógicas, Sexualidade.

Ano-Base: 2009

Resumo 26: REIS, Eliana Fátima de Almeida. **Escola e sexualidades:** diferentes concepções / muitos desafios. 31/05/2009 130 f. Mestrado em Educação. Universidade Federal Fluminense, Niterói Biblioteca Depositária: BCG. Disponível em: <https://dadosabertos.capes.gov.br/dataset/1987-a-2012-catalogo-de-teses-e-dissertacoes-brasil>. Acesso em: 17 mar. 2024.

O presente trabalho busca identificar os principais **desafios enfrentados pelos professores no trabalho de educação sexual** no âmbito escolar e quais são as expectativas e interesses dos adolescentes em relação à sexualidade. Para alcançarmos nossos objetivos, tomamos como **sujeitos desta pesquisa dois grupos distintos: um, formado por professores dos anos finais do ensino fundamental e outro, composto por dezenove estudantes do nono ano do ensino fundamental**, ambos de uma escola municipal de Juiz de Fora – MG. Foram utilizados como métodos de pesquisa a observação livre, questionários e entrevistas coletivas. Apresentamos um breve histórico sobre a educação sexual no Brasil desde o início do século XX e as transformações ocorridas até os dias de hoje, influenciadas por questões políticas, sociais, pela medicina, pela Igreja e pelas políticas educacionais, como é o caso dos Parâmetros Curriculares Nacionais, que instituíram a Orientação Sexual como um dos temas transversais. Abordamos, ainda, características da adolescência baseadas na teoria psicanalítica e temas de interesse dos jovens nessa fase no que tange a sexualidade, além da formação dos professores no que concerne a abordagem da educação sexual na prática pedagógica.

Palavras-chave: Educação, Sexualidade, Desafios.

Resumo 27: BONFIM, Cláudia Ramos de Souza. **Educação sexual e formação de professores de ciências biológicas:** contradições, limites e possibilidades. 31/01/2009 230 f. Doutorado em Educação. Universidade Estadual de Campinas. Biblioteca Depositária: Biblioteca Central. Disponível em: <https://dadosabertos.capes.gov.br/dataset/1987-a-2012-catalogo-de-teses-e-dissertacoes-brasil>. Acesso em: 17 mar. 2024.

A presente pesquisa consiste em compreender as contradições, **possibilidades e limitações da Educação Sexual na disciplina de Ciências nas Escolas de Ensino Fundamental**. Parte-se dos fundamentos históricos, políticos e filosóficos para compreender a sexualidade humana e os discursos hegemônicos sobre sexualidade e educação. As considerações finais intentam corroborar a tese que defendemos neste estudo: de que a educação sexual escolar ainda não foi capaz de superar as matrizes e paradigmas oriundos da tradição médico-biologista. As novas abordagens da educação, as pesquisas no campo da Ciências Humanas e Sociais e a ampliação da investigação sobre a Sexualidade e suas plurívocas dimensões apontam para uma nova etapa da circunscrição científica e política dessa temática e suas implicações sociais.

Palavras-chave: Educação Sexual; Formação de Professores; Ciências Biológica.

Resumo 28: SILVA, Ricardo Desidério da. **Educação em Ciência e Sexualidade:** o professor como mediador das atitudes e crenças sobre sexualidade no aluno. 31/12/2008 123 f. Mestrado em Educação para a Ciência e o Ensino de Matemática. Universidade Estadual de Maringá. Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da Universidade Estadual de Maringá. Disponível em: <https://dadosabertos.capes.gov.br/dataset/1987-a-2012-catalogo-de-teses-e-dissertacoes-brasil>. Acesso em: 17 mar. 2024.

Na medida em que se tem ponderado a necessidade da discussão sobre o tema sexualidade nas escolas, nota-se com frequência, a fragilidade, por parte dos professores, em abordá-lo em sala de aula. Boa parte dos professores sente-se despreparada para falar abertamente sobre a questão, entretanto, é impossível omitir-se, pois

comportamentos de ansiedade e curiosidade em relação à sexualidade vêm se tornando cada vez mais comuns nas escolas. O professor desempenha um papel muito importante na abordagem desse assunto, já que a escola constitui um espaço enriquecedor para o esclarecimento e para a discussão sobre sexualidade. Considerando-se a diversidade humana e a importância do ensino da sexualidade nas escolas, os educadores não podem se limitar a tratar o tema apenas a partir de seus aspectos biológicos. Assim, aqueles que estiverem dispostos a desenvolver uma Educação Sexual que envolva a aprendizagem sobre sexualidade humana, que esteja inserida dentro de um contexto histórico-cultural e que permita a busca por sentimentos, valores, emoções e atitudes frente à vida sexual, devem refletir sobre a maneira como os temas deverão ser tratados com os alunos. Nesta pesquisa, apresenta-se uma análise das principais atitudes e crenças sobre a temática sexualidade manifestadas por 10 (dez) professores de escolas estaduais do **ensino fundamental e médio**, dos quais, 03 (três) haviam participado de um Grupo de Estudos sobre Educação Sexual, 04 (quatro) estavam cursando o mesmo grupo e 03 (três) nunca tinham participado. Empregou-se entrevistas diretas, semiestruturadas, que foram submetidas a uma análise de conteúdo, a partir dos pressupostos da modalidade denominada Temática, conforme salienta Bardin (2007) e um questionário semiestruturado, junto a 241 alunos do ensino fundamental e médio. Após a tabulação, os dados foram analisados com auxílio do programa estatístico SPSS-14, procurando observar se as atitudes e crenças expressas pelos docentes dos dois grupos coincidiam ou divergiam. Os resultados denotaram que os docentes, apesar de considerarem importante lidar com o assunto sexualidade em sala, manifestaram dificuldade em falar sobre o tema, indicando, inclusive algumas concepções equivocadas, que foram percebidas pelos alunos. Entre estes, também se observou um discurso médico-biologista da sexualidade, tal qual o de seus professores. Este estudo manifesta a necessidade de uma formação continuada, já que se notou mudanças de algumas concepções entre os docentes participantes de um Grupo de Estudos sobre Educação Sexual/UEL/Londrina-PR, mesmo que, para alguns, estas estejam apenas em nível intelectual, não tendo ainda sido integradas ao modo de sentir e agir.

Palavras-chave: Sexualidade; Atitudes; Crenças; Professores; Educação sexual.

Resumo 29: CARVALHO, Gabriela Maria Dutra de. **Tá ligado!? Diálogos entre adolescentes e telenovelas da Rede Globo:** interfaces na construção da compreensão da sexualidade. 31/01/2009 176 f. Mestrado em Educação. Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UDESC. Disponível em: <https://dadosabertos.capes.gov.br/dataset/1987-a-2012-catalogo-de-teses-e-dissertacoes-brasil>. Acesso em: 17 mar. 2024.

O presente trabalho buscou construir um diagnóstico da compreensão dos adolescentes, matriculados em **duas oitavas séries do Ensino Fundamental** de uma escola da rede pública, sobre questões relativas à sexualidade. Para responder a esta questão central, buscaram-se depoimentos orais e escritos a respeito de três temáticas: o beijo nas relações, as relações homossexuais e a gravidez na adolescência. A estratégia para promover o debate foi a realização de oficinas com uso de material audiovisual, com recortes de cenas de quatro telenovelas da Rede Globo de Televisão referentes ao assunto da pesquisa. O trabalho descreve que circunstâncias levaram a pesquisadora à escolha do tema, delineando então os caminhos a percorrer. Subsidiado por bases teóricas, foi realizado um estudo sobre adolescência, período da vida em que se encontram os sujeitos da pesquisa, analisadas as vertentes da educação sexual no Brasil, sistematizadas por teóricos brasileiros e se mostrou a importância da televisão e da telenovela no processo de educação sexual. Como resultado, conseguiu-se elaborar um diagnóstico a respeito da forma de perceber e pensar de adolescentes sobre os temas escolhidos, verificando quais vertentes da educação sexual são preponderantes em seu modo de pensar. A conclusão, que na verdade funciona como sugestão, é que empreenda um trabalho voltado a uma Educação Sexual Emancipatória, de forma intencional, comprometida em promover a autonomia do educando para que ele próprio possa superar padrões de comportamentos hierarquizados e estereotipados, vencer preconceitos e tabus, o que só é possível por meio do entendimento dos aspectos sócio-histórico-políticos que influíram na construção da educação sexual do mundo ocidental. A pesquisa qualitativa, de cunho dialético, foi feita por meio da pesquisa-ação, considerado o caminho ideal pelo motivo de a pesquisadora já atuar em sala de aula com os adolescentes. A análise dos depoimentos orais e escritos foi feita conforme o método de análise de conteúdo. A análise pôde ser enucleada em três categorias, assim denominadas: a) telenovelas como um rico caminho pedagógico para um rico trabalho sobre sexualidade b) o normal ainda dita regras de como os adolescentes ainda são os mesmos como “nossos pais”, c) a esperança expressa pela contradição. Tais categorias evidenciam a importância do uso pedagógico dos meios de comunicação no processo de educação sexual dos jovens, educação essa que se tem revelado bastante conservadora, mas com vestígios de esperança de um novo olhar sobre a sexualidade

Palavras-chave: adolescentes, diálogo, telenovelas, educação sexual.

Ano-Base: 2010

Resumo 30: MOIZÉS, Julieta Seixas. **Educação sexual, corpo e sexualidade na visão dos alunos e professores do ensino fundamental.** 30/04/2010 126 f. Doutorado em Enfermagem Psiquiátrica. Universidade de São Paulo, Ribeirão. Preto. Biblioteca Depositária: Campus da USP. Disponível em:

<https://dadosabertos.capes.gov.br/dataset/1987-a-2012-catalogo-de-teses-e-dissertacoes-brasil>. Acesso em: 17 mar. 2024.

A presente pesquisa resgata a **visão dos alunos e professores do Ensino Fundamental sobre as temáticas que envolvem educação sexual, corpo e sexualidade na escola**, dentro do contexto histórico e demandas atuais. Objetivo: Levantar o significado que alunos e professores dão sobre o tema central articulado com a escola, tendo em vista planejar proposta de programa educativo, sobre esses assuntos, favorecendo o conhecimento do educando e educador para lidarem com estas questões no cotidiano escolar. Visando ainda, a incentivar, sensibilizar e mobilizar o desenvolvimento do senso-crítico sobre os temas em questão. Além disso, procurar contribuir para o debate sobre a formação de educadores que lidam com estes temas no dia-a-dia escolar. Metodologia: Pesquisa qualitativa, utilizando o método da pesquisa-ação, que permite levantar problemas e intervir juntamente com os participantes, de forma participativa e dialogal, através de ações educativas. Como técnicas de coleta de dados, foram utilizadas a Observação Participante: usando o Diário de Campo para o registro dos achados (local e participantes) e a entrevista norteada por um questionário. A amostra constituiu-se de 44 alunos de 7ª. e 8ª. séries e 6 professores (de língua portuguesa, ciências e educação física) do ensino fundamental, de uma Escola Estadual, localizada em Ribeirão Preto SP. Análise dados: Se deu por categorização e a interpretação dos dados se fundamentou nos referenciais teóricos metodológicos propostos por FREIRE e THIOLENT adaptados por BUENO. Resultados: Pôde-se verificar que os alunos relataram dúvidas precárias e básicas, revelando que a escola quase não fala sobre o assunto. Os temas menstruação, bolinação e beijo na escola, são os que mais despertam interesse e preocupação. Os professores citam significado de sexo ligado ao prazer e responsabilidade, ressaltando a banalização. Em relação ao corpo, ligam-no à saúde. Já os alunos trazem a preocupação com a atração física. Em relação à diferença de ser homem e mulher, associam-na às desvantagens de ser mulher: menstruação, parto e gravidez. Mostram uma concepção machista ao falar de gênero. Os professores evidenciam que quando são questionados pelos alunos, procuram trabalhar informações. Salientam que os maiores problemas que enfrentam na escola é o despreparo para orientar sobre o assunto, além da falta de materiais didáticos. Revelam dar importância à educação/orientação sexual, sendo fundamental como forma dos alunos obterem informações adequadas. A maioria ressalta a importância dos temas transversais na escola. Mas, revelam que os assuntos transversais não estão funcionando, porque alguns professores responsabilizam somente os professores de ciências para lidar com educação sexual. A maioria dos alunos procuram pais, depois procuram amigos, poucos procuram professores, médicos e outros profissionais para sanar as dúvidas. Os professores, no geral, sugerem a prevenção e necessidade de capacitação para trabalharem melhor esses temas. Sobre o bullying os professores revelam que existe de forma explícita na escola. Os alunos entendem o bullying como violência e briga entre alunos. Em relação à auto-estima, de acordo com alunos e professores, é essencial para a vida plena e a felicidade. Este estudo indicou uma nova linha de intervenção no sentido de efetivação da educação sexual na escola. Foi desenvolvida uma proposta de intervenção através da programação de ações educativas. Esse já teve seu início na escola, desenvolvendo os achados desta pesquisa e mostrando a problematização emergente em estudo, começando com a organização dos próximos encontros que ocorrerão ao longo prazo, à busca de solução dos problemas em foco.

Palavras-chave: Corpo; Educação em Saúde; Educação Sexual; Ensino Fundamental.

Resumo 31: GULO, Fabio Henrique. **Educação sexual na escola e juventude:** um estudo das pesquisas acadêmicas no Brasil (2000-2004). 30/11/2010 288 f. Mestrado em Educação. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Presidente Prudente). Biblioteca Depositária: Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP. Disponível em: <https://dadosabertos.capes.gov.br/dataset/1987-a-2012-catalogo-de-teses-e-dissertacoes-brasil>. Acesso em: 17 mar. 2024.

Inserido na Linha de Pesquisa “Processos formativos, diferença e valores”, este estudo surgiu da aparente necessidade de se organizarem as **dissertações e teses que evidenciassem as temáticas da Educação Sexual, escola e juventude**, tanto pela emergência de uma base de dados que trouxe para o meio acadêmico, entre outras contribuições, uma ampla gama de possibilidades de se discutirem essas questões, como também pela observação de que se fazia necessária a organização de conceitos, abordagens e teorias que se confundiam em meio à vasta e aparentemente desordenada produção brasileira sobre tais temáticas. Objetivou-se, principalmente, compreender questões relacionadas à cultura organizacional escolar e às dinâmicas escolares que se destacam nos resumos das produções acadêmicas nacionais no período 2000-2004, além de organizar os títulos desses trabalhos de acordo com as abordagens da Educação Sexual neles privilegiadas, os eixos temáticos com os quais se comprometiam, as conceituações de Educação e Orientação Sexual neles apresentadas e as áreas da pesquisa nas quais foram produzidos. Para isso, a partir de uma visão proporcionada pela teoria bakhtiniana, partiu-se do pressuposto de que o material utilizado como fonte principal desta pesquisa, resumos de dissertações e teses, não é apenas um conjunto de signos e significados, mas o exercício da comunicação contextualizada, em que se reflete o meio em que se inserem os pensamentos de seus autores, tanto no que refere à obra em sua versão integral, quanto a um cenário acadêmico no qual ele está inserido. As análises efetuadas estão embasadas, por um lado, nas teorizações sobre

cultura organizacional escolar e, por outro, na teoria do Construtivismo Social, além de aproximações com os estudos críticos através dos quais se defende uma abordagem Emancipatória da Educação Sexual. Para que fossem realizadas as classificações, entretanto, foram levantadas também as bases epistemológicas das quais se originam e nas quais se fundamentam outras teorias, como o Construtivismo, o Socioconstrutivismo e o Construcionismo Social, além de algumas de suas diversas derivações, conjunções e ramificações. As principais conclusões deste trabalho apontam para: a) a necessidade de se pensar os resumos como elementos fundamentais dos trabalhos acadêmicos, os quais têm se apresentado, em sua maioria, com informações incompletas, insuficientes ou ausentes b) a urgência em se padronizar alguns conceitos que têm gerado inúmeras polêmicas no meio acadêmico, c) a importância de se conciliar uma base teórica evidentemente sólida às questões práticas nas quais se estruturam as pesquisas; d) uma acentuada concentração de obras que se propõem analisar aspectos culturais que se constituem no exterior das escolas enquanto são escassas as que analisam as dinâmicas do trabalho escolar como constituintes de uma cultura que se origina e se transmite em seu interior; e) alguns campos ainda pouco explorados entre as obras que se propõem analisar as conjunções entre a Educação Sexual, a escola e a juventude.

Palavras-Chave: Sexualidade; Educação Sexual; Cultura Organizacional Escolar.

Ano-Base: 2011

Resumo 32: Silva, Otoniel Alvaro da. **Educação sexual no ensino de ciências:** um estudo com foco nos professores. 31/08/2011 136 f. Mestrado em Educação. Universidade Federal do Paraná, Curitiba. Biblioteca Depositária: Biblioteca do Setor de Ciências Humanas, Letras e Arte. Disponível em: <https://dadosabertos.capes.gov.br/dataset/1987-a-2012-catalogo-de-teses-e-dissertacoes-brasil>. Acesso em: 17 mar. 2024.

Esta dissertação tem como objetivo identificar como tem sido o trabalho com a Educação Sexual, nas aulas de Ciências no **Ensino Fundamental e Anos Finais** da Rede Pública Estadual de Ensino do Paraná. As questões que nortearam a presente pesquisa estão relacionadas com as principais concepções sobre a educação sexual e o trabalho pedagógico com esta temática. Assim, analisa-se de que forma os Documentos Curriculares Nacionais apresentam e tratam a Educação Sexual, bem como sua inserção curricular e na escola; de que forma o corpo é apresentado no ensino de ciências e quais suas implicações no cotidiano escolar, bem como o trabalho desenvolvido pelos professores. As concepções sobre Educação Sexual apresentadas são três: o ponto de vista dos Sexólogos, o ponto de vista da área da saúde e a Educação sexual sob o ponto de vista dos educadores. Dessas, assumiremos a Concepção de Educação Sexual pelos Educadores, considerando que esta é a que proporciona reflexões na prática pedagógica do professor e consequentemente contribuindo com as expectativas dos estudantes. Também é apresentado no texto o tratamento dado à educação sexual nos documentos curriculares oficiais nacionais que permeiam o espaço escolar, além de apontar um quadro sobre as principais tendências de pesquisa nesta temática, a partir das publicações em artigos de revistas e do principal evento da área, o Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências – ENPEC. Outro aspecto nesta dissertação abordado é a forma com que o “corpo humano” é apresentado no ensino de ciências e quais suas implicações no cotidiano escolar, assim como procura-se estabelecer algumas relações entre concepções de identidade, a relação entre identidade e a compreensão do corpo e as abordagens de ambos na cultura escolar. A investigação junto aos professores foi realizada utilizando um questionário enviado por email e entrevista com dois desses professores. Os resultados apontam que a série de maior predominância da abordagem da **temática sexualidade** foi a **7ª série** em função dos conteúdos relacionados ao corpo humano, principalmente com o sistema reprodutor masculino e feminino e outros como reprodução dos seres vivos, também em virtude de curiosidades, dúvidas ou interesses dos estudantes. A visão fragmentada, biomedicalizada do ser humano foi perceptível, porém as dimensões, como a sociocultural, a histórica, as implicações políticas, entre outras, ou seja, para além do biológico, estiveram ausentes nas respostas dos investigados.

Palavras-chave: Educação Sexual. Orientação Sexual. Sexualidade.

Ano-Base: 2012

Resumo 33: COSTA, Priscila Carozza Frasson. **Os patamares de adesão das escolas à educação sexual.** 30/09/2012 306 f. Doutorado em Educação. Universidade de São Paulo, São Paulo. Biblioteca Depositária: FEUSP. Disponível em: <https://dadosabertos.capes.gov.br/dataset/1987-a-2012-catalogo-de-teses-e-dissertacoes-brasil>. Acesso em: 17 mar. 2024.

A sexualidade humana desperta interesse, curiosidade e fascínio. Trabalhos sobre avaliação da abordagem da Educação Sexual (ES) no âmbito escolar fornecem informações relevantes para área da sexualidade. Esta tese de doutorado investigou sete **escolas da rede pública de Fundamental e Médio** de um município do Norte do Paraná; algumas diretoras, professores, pedagogas e alunos; um grupo de licenciandos em Ciências Biológicas de

uma Universidade Estadual, no projeto de extensão Oficinas de Sexualidade. Os objetivos foram: criar indicadores de adesão à ES, para a compreensão do envolvimento das escolas com a temática; organizar um quadro diagnóstico que apontasse a adesão das escolas à ES; avaliar o comprometimento global das mesmas em relação à problemática da ES. Utilizamos como orientadores na elaboração de indicadores empíricos os Patamares Subjetivos de Aprendizagem de Villani e Barolli (1998; 2000) transformando-os em Patamares de Adesão à ES. São eles: Rejeição à ES (RES), com a recusa da ES; Adesão Passiva à ES (APES), quando a ES não pertence ao currículo escolar; Adesão Ativa à ES (AAES), com o aceite da orientação e prevenção; Adesão Criativa à ES (ACES), com criatividade e objetivo de formação dos alunos para a vivência da sexualidade e o exercício responsável da cidadania. Elaboramos dimensões, subdimensões e categorias, que nos permitiram classificar os relatos dos sujeitos da pesquisa. As categorias de análise corresponderam aos Patamares Fundamentais; a articulação entre as várias classificações nos permitiu delinear o grau de adesão das escolas à ES, e para a classificação final das escolas foram utilizados também Patamares Intermediários, definidos em analogia aos Patamares Intermediários do referencial. Para interpretar os resultados de nossa análise, utilizamos também analogias com as Metas de Realização (MIDGLEY, KAPLAN, MIDDLETON e MAEHR, 1998; BORUCHOVITCH; BZUNECK, 2001), apontando para a motivação da escola para efetuar a ES. Obtivemos um quadro diagnóstico pouco favorável à ES no município, de modo que cinco das sete escolas foram classificadas no APES e apenas duas escolas foram classificadas num nível intermediário entre APES e AAES. Tais resultados, que revelam uma representação social da ES bastante conservadora e com a presença de preconceitos, estão longe do que consideramos ser necessário na ES, com vistas à sexualidade responsável e saudável, que assegure os direitos sexuais e desconstrua a heteronormatividade, conforme inspiração na perspectiva da Abordagem Emancipatória de ES (FIGUEIRÓ, 2011; WEREBE, 1982; NUNES, 1996) e no construcionismo (WEEKS, 1999; VANCE, 1995; PAIVA, 2000, 2008). Nossas considerações finais apontam que mudanças mais significativas no panorama observado envolveriam intervenções externas ao ambiente escolar, que poderiam acontecer sob a forma de convênios entre a Universidade e a Secretaria de Educação. Estas intervenções serviriam para que os professores capacitados sustentassem mudanças na representação social do fenômeno entre os membros da escola.

Palavras-chave: Comprometimento com a Temática, Educação Sexual. Patamares da Adesão.

Resumo 34: QUIRINO, Glauberto da Silva. **Sexualidade e educação sexual:** prática docente em uma escola pública de Juazeiro do Norte-CE. 30/04/2012 117 f. Doutorado em Educação em Ciências Química da Vida e Saúde (UFSM-FURG). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Biblioteca Depositária: Biblioteca Central/UFSM. Disponível em: <https://dadosabertos.capes.gov.br/dataset/1987-a-2012-catalogo-de-teses-e-dissertacoes-brasil>. Acesso em: 17 mar. 2024.

Estudo do tipo etnográfico, adaptado à educação, cujo objetivo geral foi investigar ações e relações dos/as professores/as e seu trabalho cotidiano **na educação sexual de adolescentes do Ensino Fundamental e Médio** que configuram a práxis pedagógica da experiência escolar e os objetivos específicos foram: identificar a abordagem de professores/as acerca da educação sexual no espaço escolar segundo a percepção dos/as adolescentes; caracterizar os/as adolescentes escolares do ponto de vista social e sexual; conhecer a percepção sobre sexualidade e educação sexual dos/as professores/as; descrever o trabalho de educação sexual dos/as professores/as de uma escola pública de Juazeiro do Norte-CE; e, apreender os valores e as atitudes dos/as professores/as em relação à sexualidade de adolescentes no espaço escolar. O trabalho de campo foi desenvolvido de setembro de 2009 a fevereiro de 2010 por meio da aplicação de um questionário respondido por 67 estudantes, seguido de observação e entrevista semiestruturada com sete professores/as que tiveram aulas observadas. Os dados dos questionários foram organizados através do Método do Discurso do Sujeito Coletivo, a percepção docente de sexualidade e educação sexual por categorização temática. A análise aconteceu de forma reflexiva e interpretativa. Os/As estudantes referiram que os/as professores/as, geralmente, não abordavam as questões em sala de aula e quando esta esteve presente localizava-se, predominantemente, nas ciências biológicas, pautadas na prerrogativa da prevenção das infecções sexualmente transmissíveis. O conceito de sexualidade foi dividido em duas categorias: sexo e opção sexual. Além de aspectos corporais, houve elementos espirituais e de expressão do amor entre os seres, embora estes fossem secundários aos atributos genitais e do intercuro sexual, circundados pelo caráter natural. A educação sexual foi pautada sobre três eixos: relação sexual, fisiologia corporal e comportamento social. Para os/as docentes, as aulas de ciências se figuraram como espaço mais adequado para se tratar do assunto. Constatou-se que, mesmo sendo o assunto suscitado por parte dos/as estudantes, os/as professores/as se omitiram em realizar qualquer intervenção. Observou-se a presença de valores morais e pessoais na condução das práticas educativas, atitudes de silenciamento em relação ao preconceito a homossexuais e perda da virgindade, assim como manutenção das desigualdades de gênero. Conclui-se que a abordagem da sexualidade no espaço escolar não ocorre de forma transversal. A prática pedagógica configurou-se como sexista em ambiente generificado que usa o silenciamento como forma de disciplinamento e controle da sexualidade assim como para a manutenção da ordem hegemônica, produzindo e reproduzindo os valores e as atitudes do modelo de sociedade patriarcal e machista. Neste sentido, o trabalho docente necessita de constante renovação, sendo preciso superar o

modelo biomédico/científico na sexualidade, considerando dimensões histórica, social, cultural e política, cuja transversalidade das ações deve ser meta a ser alcançada nos diversos campos do saber.

Palavras-chave: Sexualidade. Educação Sexual. Gênero. Temas Transversais.

Resumo 35: KONRATH, Vera Lucia. **Educação sexual nas escolas:** marcas e concepções culturais. 30/11/2012 94 f. Mestrado Profissionalizante em Ensino de Ciências Exatas. Fundação Vale do Taquari de Educação e Desenvolvimento Social, Lajeado. Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da Univates. Disponível em: <https://dadosabertos.capes.gov.br/dataset/1987-a-2012-catalogo-de-teses-e-dissertacoes-brasil>. Acesso em: 17 mar. 2024.

As marcas culturais, presentes na vivência da sexualidade, registram condicionantes históricos, étnicos e religiosos que têm influenciado os processos educativos desenvolvidos em escolas. Esses processos de formação da criança, do adolescente e do jovem podem ser geradores de concepções impregnadas de preconceitos e tabus que interferem nas relações humanas. Com o objetivo de investigar e refletir sobre aspectos da Educação Sexual na formação do indivíduo, o estudo detalhado, nesta dissertação, buscou, por meio de uma proposta de Ensino, construir conhecimentos, partindo da investigação de concepções e de marcas culturais presentes nos discursos que subjetivam os sujeitos. Procurou-se compreender como **alunos** adolescentes, **matriculados em uma turma de oitava série do Ensino Fundamental** de uma escola Estadual do Vale do Taquari, expressam seus pensamentos e sentimentos em relação à sexualidade a partir de uma proposta de pesquisa e debate sobre o tema. A coleta de dados e informações apoiou-se numa linha participativa e construtivista com produção de relatórios, memoriais de aula, elaboração de textos, entrevistas e relatos orais. A análise das informações foi realizada à luz da Análise Textual Discursiva. Os resultados revelaram a necessidade que os alunos têm de falar sobre sexualidade, fato que levou à realização de estudos mais aprofundados sobre a sexualidade na formação de professores. As investigações evidenciaram a importância da presença do assunto nas discussões contemporâneas, uma vez que o desenvolvimento de uma proposta de ensino investigativa permite emergir concepções e preconceitos que podem ser submetidos à intervenção do professor no sentido de tornar mais autêntica a vivência de sua sexualidade.

Palavras-chave: Educação Sexual na Escola; Ensino Fundamental; Cultura.

Ano-Base: 2013

Resumo 36: PANTOJA, Florinaldo Carreteiro. **A Educação Sexual no Amapá:** experiências e desafios docentes. 01/12/2013 154 f. Doutorado em Educação. Universidade Federal de Uberlândia. Biblioteca Depositária: UFU. Disponível em: <https://dadosabertos.capes.gov.br/dataset/catalogo-de-teses-e-dissertacoes-de-2013-a-2016>. Acesso em: 17 mar. 2024.

Esse estudo retrata experiências pedagógicas do professor voltadas para a educação sexual, com ênfase nas dificuldades de implementação do tema em sala de aula, assim como da vivência no processo da transversalidade. A educação sexual é um tema complexo, que apresenta diversas variáveis que dificultam seu trabalho, entre elas a própria complexidade do tema, conceitos morais e religiosos impostos socialmente, a reduzida participação da família no processo, o descaso das instituições formadoras na inclusão e aprofundamento do tema na formação, o conteudismo que domina as salas de aula e a educação continuada insuficiente. A nossa tese defendida é que anos se passaram desde a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação e dos Parâmetros Curriculares Nacionais, e os professores ainda não conseguiram implementar na sua prática pedagógica os conteúdos sexuais, sendo que a principal causa seria a deficiência na formação docente, pois os poucos subsídios teóricos não permitem que professores implementem essa prática. Os objetivos foram: **conhecer, registrar e compreender as concepções acerca da Educação Sexual vigentes entre os educadores de escolas públicas de ensino fundamental na cidade de Macapá/AP;** destacar a formação dos professores investigados, desde a fase escolar até a profissional e relacionar com a educação sexual; investigar como se dá a atuação profissional dos professores, quais são as possíveis dificuldades com a transversalidade e interdisciplinaridade, como fazem a relação da sua disciplina com a educação sexual; compreender a participação da família no processo de educação sexual sobre o ponto de vista do professor e destacar a participação de programas de saúde no processo de educação sexual nas escolas. Estudar a educação sexual, em seus aspectos gerais, não deixa de ser um desafio no meio acadêmico. As publicações científicas têm se intensificado, por meio de pesquisadores e estudiosos da área como: Ribeiro (1990), Sayão (1997), Vitiello (2000), Altman (2001), Dourado (2002), Furlani (2003), Fazenda (2005), Nunes e Silva (2006), Louro (2008), Stearns (2010); no entanto, nas literaturas específicas sobre formação, Figueiró (2006) são uma das poucas que estudam o tema no Brasil. Este estudo trata de uma abordagem qualitativa descritiva, com a utilização da entrevista como técnica de coleta de dados. Foram 20 sujeitos investigados, sendo 18 docentes e 02 gestores dos programas de saúde. O local da pesquisa foi a cidade de Macapá no Estado do Amapá, em uma escola pública estadual considerada referência nos trabalhos de sexualidade. Como técnica de análise de dados utilizamos a análise de conteúdo de Bardin (2004). Em síntese, os resultados mostraram que a formação desses professores para a temática sexualidade foi muito superficial tanto no ensino fundamental e médio como no profissional. Na

atuação profissional, aparecem como grandes dificuldades a necessidade de trabalhar o próprio “eu” sexual do professor, o despreparo técnico sobre a temática e a falta de apoio da família no processo. Sobre suas experiências, os docentes mostraram que trabalhar a temática dentro da escola traz resultados práticos como a diminuição de gravidez precoce na escola, e a falta dessa vivência com a temática é um fator que contribui para a insegurança e o descaso com o tema. Em suas concepções sobre Parâmetros Curriculares Nacionais, interdisciplinaridade e transversalidade, os dados evidenciaram um distanciamento dos professores com essas temáticas e até certo desconhecimento, pois sabem que existem, mas não conseguem defini-las. Além disso, a família aparece como uma variável importante e primordial nesse processo, devendo haver um maior diálogo e aproximação com a escola. Já sobre os programas de saúde na escola, ainda não existe essa integração entre saúde e educação proposta pelos programas, ainda não sendo uma realidade se ter profissionais de saúde dentro da escola.

Palavras-Chave: Educação Sexual. Escola. Docência. Interdisciplinaridade.

Ano-Base: 2014

Resumo 37: MOKWA, Valeria Marta Nonato Fernandes. **Estado da Arte sobre Sexualidade e Educação Sexual:** estudo analítico-descritivo de teses e dissertações produzidas na Universidade Estadual Paulista. 07/08/2014. *undefined* f. Doutorado em Educação Escolar. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara. Biblioteca Depositária: Faculdade de Ciências e Letras - Campus de Araraquara. Disponível em: <https://dadosabertos.capes.gov.br/dataset/catalogo-de-teses-e-dissertacoes-de-2013-a-2016>. Acesso em: 17 mar. 2024.

A discussão em torno da sexualidade é extremamente complexa, embora seja uma peculiaridade do ser humano. Representa um conjunto de fenômenos relacionados à vida sexual do ser humano e constitui-se como um aspecto importante que contempla suas características biopsicossociais e sua inserção na cultura. Além disso, é um tema que ganhou destaque nos meios científico e educacional e envolve elementos da história dos indivíduos e dos grupos sociais, esbarrando em valores, tabus, crenças, cultura e religião, de acordo com os fatores e aspectos construídos socialmente ao longo dos séculos, e que influenciam a concepção de sexualidade do indivíduo, ou seja, a sua educação sexual. Este trabalho, de caráter bibliográfico, objetivou elaborar o que se denomina Estado da Arte ou Estado do Conhecimento em relação à temática sexualidade e Educação Sexual desenvolvidas nas teses de doutorado e dissertações de mestrado, desde a abertura dos Programas de Pós-Graduação em Educação e Ensino de Ciências da UNESP nos *campi* de Marília, Araraquara, Rio Claro, Presidente Prudente e Bauru. Para tanto, analisamos as dissertações e teses desses programas para identificar suas análises e considerações. Esse estudo visa conhecer as produções acadêmico-científicas em sexualidade e Educação Sexual, suas contribuições e lacunas. Dentre os resultados obtidos, podemos destacar que todas as unidades da UNESP investigadas possuem um grupo de estudo sobre sexualidade, mas ainda é incipiente a produção de pesquisa na área. Há necessidade de sistematização das bibliotecas para disponibilização e organização dos dados no acervo, bem como a padronização das informações no corpo da pesquisa como linha de pesquisa, área de concentração e resumo, norteando as informações essenciais ao leitor. A sexualidade no meio acadêmico-científico vem se tornando interesse de pesquisa, sendo necessária a implantação da Educação Sexual nas escolas desde a Educação Infantil; nas instituições formadoras de profissionais de diversas áreas de conhecimento, assim como, nos programas de Pós-Graduação, já que diferentes profissionais se aventuraram pesquisar a sexualidade. É possível, a partir dos resultados encontrados, delinear novos objetos de estudos para enriquecer a institucionalização da história da sexualidade. Assim é necessário o tema sair das teses, das análises e das dissertações para ser transferido à prática, sendo necessário a educação em sexualidade, a fim de ser realmente aplicado todo esse conhecimento na busca da transformação na formação de profissionais nas instituições, bem como para que haja a disseminação perante nossa sociedade, para que a sexualidade não seja um conhecimento restrito às academias. A sexualidade é uma das forças mais poderosas de transformação da sociedade, só que a forma como vem sendo entendida e aplicada pelas instituições educacionais, família, pessoas, mídia, dentre outras, somente vem entrar a evolução social e individual do ser humano.

Palavras-Chave: Sexualidade. Educação Sexual. Estado da arte. Produção acadêmica e científica. Formação profissional. Sexo.

Resumo 38: GONINI, Fatima Aparecida Coelho. **A produção em sexualidade, gênero e educação sexual na ANPED:** estudo analítico-descritivo a partir do estado da arte como opção metodológica. 26/08/2014 222 f. Doutorado em Educação Escolar. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Araraquara). Biblioteca Depositária: Biblioteca da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, campus de Araraquara. Disponível em: <https://dadosabertos.capes.gov.br/dataset/catalogo-de-teses-e-dissertacoes-de-2013-a-2016>. Acesso em: 17 mar. 2024.

A sexualidade é um dispositivo construído historicamente pela sociedade e que se manifesta em cada indivíduo de maneira peculiar, sendo constituída por características biológicas e por valores histórico-culturais que são passados pelas diferentes instituições sociais como família, religião, entre outros e que influenciam o indivíduo em todo o seu perpassar de vida. Contudo, a temática da sexualidade e seus desdobramentos, enfatizando a educação sexual, vêm se destacando com cientificidade e intensidade no contexto educacional nas últimas décadas. Diante do exposto, o presente trabalho, de caráter bibliográfico, tem como objetivo elaborar o que denomina **estado da arte ou do conhecimento em relação à temática sexualidade e educação sexual** em todas as pesquisas apresentadas no grupo de trabalho (GT) 23 - Gênero, sexualidade e educação - nas reuniões anuais da associação nacional de pesquisa de pós-graduação (Anped), desde a sua criação no ano de 2004 até o ano de 2013. Consideramos esse evento um marco para a institucionalização da educação sexual, pois possibilita entender como pesquisadores/as trabalham e discutem a sexualidade, sendo um espaço em que se apresentam recortes de pesquisas desenvolvidas na área educacional e que discutem a temática. Para tanto, analisamos todos os trabalhos apresentados em cada uma das reuniões no período proposto, identificando suas análises e considerações, buscando contribuir para com os estudos da sexualidade no Brasil. Os resultados da análise possibilitaram encontrar as categorias que nortearam a compreensão das pesquisas realizadas na área da educação, contemplando a temática. As categorias de análise que mais emergiram dos trabalhos foram “educação sexual; gênero; formação profissional e sexualidade. Dentre os apontamentos encontrados através da análise dos dados, a questão de gênero se sobressai de maneira enfática. Outro aspecto que foi possível perceber é que as pesquisas não apontam viés de intervenção e dão indícios de que não retornam aos espaços escolares para proporcionarem discussões e reflexões sobre estes temas tanto com educandos/as, quanto com educadores/as de maneira a suscitar mudanças significativas na prática educacional em relação a estes assuntos. Em suma, sugerimos que o GT 23 da Anped se amplie e oportunize a comunicação e publicação de outras pesquisas que possam ir além da questão de gênero, dando espaço para as diversas abordagens teóricas, possibilitando a efetivação da educação sexual nos diferentes níveis de ensino, ou seja, educação básica, ensino superior e nos cursos de pós-graduação.

Palavras-chave: Sexualidade. Educação Sexual. Estado da Arte. Produções Acadêmico-Científicas.

Resumo 39: LOPES, Sonia Cristina da Nobrega dos Santos. **Faces, discursos e práticas:** visões e vivências da sexualidade e da saúde reprodutiva entre adolescentes de uma escola pública de João Pessoa-PB. 11/09/2014 111 f. Mestrado em Educação. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFPB. Disponível em: <https://dadosabertos.capes.gov.br/dataset/catalogo-de-teses-e-dissertacoes-de-2013-a-2016>. Acesso em: 17 mar. 2024.

Neste estudo questiona-se por que apesar de tanto conhecimento sobre sexualidade e saúde reprodutiva que se tem produzido em pesquisas, há um grande desconhecimento dos indivíduos em relação às suas próprias sexualidades. Diante do exposto, este estudo teve como objetivo investigar que conhecimentos os estudantes, de uma escola pública de ensino fundamental do município de João Pessoa/PB, apresentam sobre temas relacionados à sexualidade e iniciação sexual. A pesquisa tem um caráter quantitativo e qualitativo fenomenológico em que se busca identificar e compreender as **percepções/representações de alunos/as das 8ª e 9ª séries** de uma escola pública municipal localizada no município de João Pessoa, PB. Desta forma, para conhecer estas representações, recorre-se para o discurso que esses estudantes empregam para interpretar o que a eles é transmitido. Neste estudo, foi realizada uma combinação de diferentes técnicas, tais quais: aplicação de questionários, entrevistas individuais semi-estruturadas e observação direta. O aprofundamento qualitativo dos discursos coletados foi por meio da análise de conteúdo. Ao serem perguntados, em questionário, se existe diferença entre sexo e sexualidade, cerca de 35% dos que responderam disseram que não, sendo 18,9% moças e 16,2% rapazes. Ficaram sem responder 8,1% dos estudantes e 1,4% disseram que não sabiam a diferença. Constatou-se, também, que apesar de a masturbação estar fortemente ligada ao sexo masculino, ambos os grupos a associam à busca de prazer 48,6%, sendo a moças a maioria com 36,5% e 12,2% para os rapazes. A busca pelo autoconhecimento ficou em segundo lugar na opinião dos (as) estudantes, com 10,8% (4,1% para as meninas e 6,8 para os meninos). Dos que consideram a masturbação como uma busca pelo prazer, a maioria 24,3% é católica e 10,8% são protestantes. Os (as) alunos (as) também foram perguntados se já haviam iniciado sua vida sexual. Notou-se que os rapazes são a maioria dos que já tiveram relação sexual, 17,6% (13,5% são negros, 2,7% são brancos e 1,4% amarelo). Estes números diminuem bastante quando nos referimos às meninas: apenas 5,5 dos que já haviam transado, sendo 4,1% negras e 1,4% branca. A idade média da primeira relação sexual para as estudantes foi de 11,7 anos. Já para os rapazes, a idade média foi 11,8 anos. Entre os motivos elegidos pelos alunos para se ter a primeira relação, a maioria dos que já haviam transado disse que a primeira vez ocorreu por desejo/atração (12,2% - 9,5% para os rapazes e 2,7% para as moças), seguido de curiosidade com 8,1% dos quais 5,4% se referem aos meninos e 2,7%, às meninas. Através da presente pesquisa, pode-se constatar que os desafios e as dificuldades de se trabalhar a educação sexual fora de um prisma normatizador e abrangente, fugindo dos discursos naturalizantes e biológicos.

Palavras-chave: Educação Sexual. Orientação Sexual. Ensino Público. Análise do Conteúdo.

Ano-Base: 2015

Resumo 40: BERTOLINI, Debora Brandão. **Sexualidade e adolescência:** rodas de conversa e vivências em uma escola de ensino fundamental. 2015. Dissertação (Mestrado) –Universidade Estadual Paulista, Araraquara-SP, 2015. Disponível em: <https://dadosabertos.capes.gov.br/dataset/catalogo-de-teses-e-dissertacoes-de-2013-a-2016>. Acesso em: 17 mar. 2024.

A adolescência é uma época de conflito onde há uma percepção de si como ser com defeitos e em fase de construção final de sua própria identidade se fazendo necessário que esta seja a mais saudável e prazerosa possível para que se tornem adultos mais alegres e com menos culpa. Nesse contexto, essa pesquisa exploratória com abordagem qualitativa teve como objetivo investigar junto a um grupo de adolescentes na faixa etária de 11 a 13 anos, tanto do sexo feminino quanto do sexo masculino, como se manifestam a respeito de sua própria sexualidade e como a vivenciam. O caminho metodológico utilizado foi a roda de conversa sendo esta um espaço para diálogos, debates, troca de informações e aquisição de novos conhecimentos acerca da temática sexualidade possibilitando aos 20 jovens participantes, **estudantes do sétimo ano do ensino fundamental** de uma escola pública do interior paulista, que os mesmos refletissem suas próprias atitudes e comportamentos sexuais através de vivências envolvendo aulas de educação sexual, temas estes relatados como transversais e descritos nos Parâmetros Curriculares Nacionais. Ao final das dez rodas de conversa foi possível verificar elementos que pontuassem que vivências de educação sexual em ambiente escolar se faz necessária para que jovens adolescentes vivenciem sua própria sexualidade de maneira segura, emancipatória, saudável e com uma visão prazerosa, sem culpa e com total responsabilidade, auxiliando desta forma, o processo de transição da infância para a vida adulta de uma maneira mais harmoniosa.

Palavras-chave: Adolescentes. Sexualidade. Educação sexual. Roda de conversa.

Ano-Base: 2016

Resumo 41: BIANCON, Mateus Luiz. **Educação em Sexualidades Crítica:** formação continuada de professoras(es) com fundamentos na pedagogia histórico-crítica. 2016. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Maringá, PR, 2016. Disponível em: <https://dadosabertos.capes.gov.br/dataset/catalogo-de-teses-e-dissertacoes-de-2013-a-2016>. Acesso em: 16 mar. 2024.

A partir de uma matriz teórica que entende a educação como elemento de transformação social, esta pesquisa visa a possibilidade de enfrentar a compreensão normativa, ahistórica, acrítrica e homonegativa em um exercício dialético por meio da ação formativa em Educação em Sexualidades Crítica. Nesse meio, o objetivo deste estudo, como proposta de um processo formativo, consiste em conhecer os elementos necessários da prática social das(os) participantes desta pesquisa, a fim de provocar mudanças nas questões que envolvem a educação, em específico, as questões de gênero e as sexualidades, nas escolas públicas. Desta forma, nesta pesquisa, de caráter qualitativo descritivo, nos fundamentamos na pedagogia histórico-crítica, cuja base consiste no método materialista histórico-dialético. Buscamos compreender a realidade concreta da(o) educador(a) preocupada(o) com a temática sexualidade, o que resultou em uma análise do trabalho educativo, como práxis investigativa, ressaltando, portanto, a importância do materialismo histórico-dialético para o avanço científico. No desenvolvimento deste estudo, formamos um grupo com **22 docentes do Ensino Fundamental - Séries Finais e do Ensino Médio**, que permitiu a organização de um conjunto de estratégias que possibilitaram ações educativas e reflexões críticas, culminando em uma formação continuada em Educação em Sexualidades Crítica, fundamentada na Pedagogia Histórico-Crítica, possibilitando aproximação teórica da mesma com a temática sexualidade na educação. Os resultados desse processo educativo revelaram a necessidade de reflexão sobre a realidade das políticas públicas educacionais, o trabalho e a autonomia da(o) professor(a) por meio da apropriação e possibilidade de interpretar a realidade segundo a concepção política socialista e a concepção pedagógica histórico-crítica das formas hegemônicas de conceber o trabalho educativo e a temática gênero e sexualidade na educação. Assim, a partir deste estudo, concluímos que o processo formativo crítico pode elucidar os conflitos presentes na escola, oferecendo uma ação reflexiva transformadora do pensar e agir, em que as(os) participantes do processo formativo, conscientes do seu papel político e emancipatório no combate às dominações e alienações a que estão sujeitos as pessoas, divididas em classes econômica, étnica, de gênero e em suas sexualidades, possam assumir o papel de transformadoras(es) sociais.

Palavras-Chave: Pedagogia Histórico-Crítica; Educação em Sexualidades Crítica; Formação Continuada de Professoras(es); Método Materialismo Histórico-dialético; Escola Pública.

Ano-Base: 2017

Resumo 42: BIANCO, Adalto Perpetuo. **Tema transversal orientação sexual, prática pedagógica do professor de educação física:** trajetórias e desafios. 06/12/2017 157 f. Mestrado Profissional em Educação Sexual.

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara. Biblioteca Depositária: Biblioteca da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara. Disponível em: <https://dadosabertos.capes.gov.br/dataset/2017-2020-catalogo-de-teses-e-dissertacoes-da-capes>. Acesso em: 30 mar. 2024.

A educação sexual está entremeadada no ambiente escolar por meio do **tema transversal orientação sexual dos Parâmetros Curriculares Nacionais**. Formação de valores positivos, discussão de posturas preconceituosas e segregadas são alguns pontos do trabalho pedagógico do professor para com esse tema. As questões de pesquisa levantadas são: como os professores de educação física trabalham com o tema transversal orientação sexual em sua prática pedagógica; quais os desafios encontrados por estes profissionais em sala de aula junto à temática e quais trajetórias estes profissionais elucidaram de forma empírica a respeito do assunto em questão. O presente trabalho tem por objetivo estudar o tema “Educação física e orientação sexual”, por meio de uma revisão bibliográfica, investigando como a prática pedagógica do professor de educação física vem se desenvolvendo em relação ao referido tema transversal, nos **ensinos fundamental I e II**, bem como apresentar quais são as abordagens feitas por este grupo de profissionais em sua prática pedagógica. A presente pesquisa se caracteriza como uma pesquisa qualitativa e o recurso aplicado para a coleta de dados foi a entrevista semiestruturada, cujo instrumento de análise fica ao encargo da análise temática. Os resultados da pesquisa demonstram uma carência na formação inicial e continuada dos profissionais envolvidos, de modo a atravancar a sua prática pedagógica junto à temática em evidência. Demonstram também uma relativa vulnerabilidade desses profissionais com relação ao entendimento familiar de suas práticas para com temas relacionados à sexualidade. Por fim, denotam, ainda, uma possível proposição de intervenção através de meios que possam criar condições para a superação dos desafios encontrados.

Palavras-chave: Tema Transversal Orientação Sexual; Prática Pedagógica do Professor de Educação Física; Trajetórias e Desafios.

Resumo 43: MORAES, Jacqueline Carvalho de. **Representações Sociais de Educação Sexual por professores do 9º ano do Ensino Fundamental**. 30/10/2017 105 f. Mestrado em Educação. Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: Biblioteca - Centro I. Disponível em: <https://dadosabertos.capes.gov.br/dataset/2017-2020-catalogo-de-teses-e-dissertacoes-da-capes>. Acesso em: 30 mar. 2024.

O objetivo do estudo é investigar representações sociais de Educação Sexual por professores do 9º ano do Ensino Fundamental. A pesquisa se fundamentou no referencial moscoviciano das representações sociais e em estudos sobre sexualidade na escola, considerando também documentos oficiais, como Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), Programa de Saúde na Escola (PSE) e Plano Nacional da Educação (PNE). A pesquisa de abordagem qualitativa foi realizada em uma escola da Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro. Participaram **18 professores do 9º ano do Ensino Fundamental**. A faixa etária dos estudantes corresponde à transição entre infância e adolescência, marcada por intensas mudanças biológicas, emocionais e psicossociais, e, portanto, sujeitos mais vulneráveis à exposição de diversos fatores de risco, incluindo os relacionados a sexualidade. Foram realizadas entrevistas semi-dirigidas com os docentes, analisadas com base na análise de conteúdo temática. Dois temas-chave foram identificados – “Educação Sexual na Escola” e “Educação Sexual na Legislação” – com suas respectivas categorias e subcategorias. Os professores se referiram a aspectos como projetos realizados na escola, o que deveria ser abordado, silenciamento do tema, modo como o tema é conversado com os alunos, entre outros. Mostraram também não terem lido, não conhecerem, ou terem pouco conhecimento dos PCN, do PSE e do PNE. Com base na análise de conteúdo temática buscou-se um modelo figurativo da representação social de Educação Sexual para esses professores, que pode indicar o processo de objetivação (materialização de um conceito em uma imagem). A análise indicou que “problema” organiza o discurso do grupo, condensando o significado de Educação Sexual. Esse termo é associado a “famílias dos alunos”, “tema tabu”, “religião”, “risco de sofrimento”, “perigo”. Metáforas como “casa de marimbondo”, “arapuca” e “entre a cruz e a espada” ajudaram a compreender os significados do modelo figurativo. Essas ideias parecem apontar, como pistas para a ancoragem (enraizamento da representação no contexto social), diferenças entre os documentos oficiais, os discursos dos professores sobre o contexto da escola e o que é praticado na instituição. O estudo mostrou as dificuldades dos professores em abordarem a temática da Educação Sexual nas escolas, assim como seu pouco contato com os documentos oficiais referentes ao assunto, indicando a necessidade de maior discussão das políticas educacionais no campo da formação e atuação dos professores, especialmente na escola pesquisada em relação à Educação Sexual.

Palavras-Chave: Representações Sociais; Educação Sexual; Professores.

Ano-Base: 2018

Resumo 44: LIMA, Lorena Carvelo e Silva. **Educação sexual nas políticas educacionais:** um estudo na rede estadual de ensino de Aparecida de Goiânia. 14/08/2018 119 f. Mestrado em Educação. Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia. Biblioteca Depositária: PUC Goiás. Disponível em:

<https://dadosabertos.capes.gov.br/dataset/2017-2020-catalogo-de-teses-e-dissertacoes-da-capes>. Acesso em: 17 fev. 2024.

Neste estudo, investigou-se o que está posto nas políticas educacionais referente à educação sexual nas escolas e como essa temática se apresenta nos documentos legais. Fez-se necessária uma compreensão das políticas educacionais para a educação sexual no espaço escolar, entendendo que, para um debate teoricamente consistente, a formação dos professores – inicial e continuada – é intrínseca à promoção da educação sexual, tema relevante sobretudo ao ambiente escolar. O problema de pesquisa correspondeu à questão: quais são as políticas públicas educacionais relacionadas à educação sexual escolar, e como elas são desenvolvidas em escolas da Rede Estadual de Ensino de Goiás, situadas precisamente na cidade de Aparecida de Goiânia? A presente investigação se desenvolveu a partir de pesquisa bibliográfica, documental e empírica. Inicialmente, procedeu-se ao levantamento bibliográfico pelo **banco de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)**, o que conferiu uma visão global das pesquisas sobre educação sexual nos anos de 2012 a 2016. Empregaram-se como filtros os termos ‘educação sexual’ e ‘políticas educacionais’, resultando em apenas uma dissertação e duas teses que se relacionam com o presente objeto de pesquisa e que enriqueceram o diálogo. Para a realização da pesquisa empírica, elegeram-se duas escolas – estaduais e urbanas –, uma na região central da cidade e a outra na região periférica. O referencial teórico adotado teve como aporte as reflexões de Saviani (2011) e de Freire (1982), que apresentam a concepção de educação de forma essencialmente emancipadora/libertadora. Já quanto aos fundamentos teóricos da Educação Sexual, contribuíram os autores: Foucault (1988), Vianna e Unberhaum (2004), Santomé (1995), Silva (2000), Figueiró (2006), Siqueira (2004), Vitiello (1994), Werebe (1998) e Nunes (1996), dentre outros estudiosos e pesquisadores que retratam a educação sexual no Brasil e no mundo. Os resultados indicaram que na Constituição Federal de 1988 (CF/1988), na LDB/1996 e no ECA a educação sexual é tratada de forma omissa, em suas entrelinhas. Contudo, no PNE 2014-2024 e no PEE 2015-2015, a sexualidade foi extirpada, segundo o interesse de grupos sociais religiosos/conservadores, impondo barreiras para que não seja oportunizado aos sujeitos escolares um conhecimento integral, a que a Lei Maior – a CF/1988 – assegura a estes o direito. Compreende-se que professores e alunos têm o direito também a um debate teoricamente consistente, que só pode ser concretizado por meio de políticas de formação dos professores, intrinsecamente ligadas à execução de um novo modelo educacional, completo e de qualidade, que não seja suscetível, portanto, aos interesses meramente políticos e/ou religiosos. Os dados da pesquisa empírica revelaram que 100% dos professores participantes entendem a educação sexual na escola a partir de uma concepção ainda higienista, uma vez que a associam à informação e conscientização acerca das DSTs e à prevenção de gravidez na adolescência. Os resultados desta pesquisa também mostraram que, dentre os que responderam à questão, uma grande parcela dos professores – 93% dos respondentes – consideraram-se despreparados para trabalhar a educação sexual de forma efetiva, pois não receberam formação específica para tal. Assim, identifica-se que, para a efetivação da educação sexual na escola, deve-se priorizar urgentemente a formação dos docentes para essa abordagem específica.

Palavras-Chave: Políticas educacionais; Educação sexual; Formação de Professores; Espaços escolares.

Observação: pesquisa em Banco de Dados.

Resumo 45: MACHADO, Vanessa Nascimento. **Estado da Arte em Educação Sexual no Banco de Teses e Dissertações da CAPES:** estudo exploratório - descritivo com ênfase em 2016 e no eixo discursivo educacional-emancipatório. 02/09/2018 187 f. Mestrado em Crítica Cultural. Universidade do Estado da Bahia, Alagoinhas Biblioteca Depositária: Biblioteca do DEDC II. Disponível em: <https://dadosabertos.capes.gov.br/dataset/2017-2020-catalogo-de-teses-e-dissertacoes-da-capes>. Acesso em: 17 fev. 2024.

Pensando na educação sexual emancipatória como uma educação sexual intencional, inserida no cotidiano das pessoas, uma educação sexual planejada, sistematizada, realizada por pessoa livre de (pre) conceitos, uma educação sexual que possamos dizer que seja laica, sem influência religiosa e que reconheça no mundo a pluralidade de indivíduos, identidades e suas subjetividades. Questionando se este modelo de educação sexual estaria presente nos estudos *stricto sensu* do país, inquirimos a questão que norteou este estudo: de que maneira as pesquisas em educação sexual (produção acadêmica brasileira - no âmbito de teses e dissertações da capes) estariam, ou não, alinhadas aos estudos para emancipação das pessoas? Para responder a este questionamento definimos como objetivos: revisar o estado da arte em educação sexual a partir do banco de **pesquisas *stricto sensu* (dissertações de mestrado e teses de doutorado) da Capes entre os anos de 1996-2016**, com ênfase em 2016 e no eixo discursivo educacional-emancipatório; delimitar e avaliar, de forma específica, o acervo sobre educação sexual emancipatória, em suas relações com o empoderamento, desigualdades e gênero. Verificar nos estudos a importância da educação sexual para a saúde e a qualidade de vida. A metodologia utilizada foi de caráter qualitativo com técnica de documentação indireta/bibliográfica, com objetivo exploratório-descritivo. Os capítulos foram construídos seguindo-se as fases propostas para uma pesquisa bibliográfica: identificação, localização, compilação e fichamento que refere-se as nossas considerações sobre o assunto. Identificamos que o estudo em

educação sexual é crescente no banco de teses e dissertações da Capes entre os anos de 1996-2016 e em áreas diversas; apesar de se considerar que os estudos *stricto sensu* devam ser o local de maior discussão para o modelo de educação sexual emancipatória poucos estudos foram identificados no ano de 2016 (ano de refinamento para nosso estudo), apenas 12 estudos num total de 55 estudos e apenas 2 deles efetivamente tratam da temática empoderamento mas estão associados a patologia clínica, configurando que não se referem ao empoderamento no sentido de emancipação da pessoa enquanto sujeito. Além disto, os trabalhos não abordam a questão da educação sexual de público adulto, apenas infantil e no ambiente escolar. Fica para nós muito claro a dificuldade demonstrada pelos estudos em trabalhar esta temática pela falta de formação dos profissionais sobre o assunto e o desconhecimento sobre o elo que se faz entre sexualidade e sua construção cultural sendo necessário e importante dar continuidade e fomentar estudos pertinentes a fim de, levar as pessoas a conhecimentos, para que possam realizar por si próprias análises crítica reflexiva sobre sexualidades e a partir de então, formar suas próprias opiniões e decisões demonstrando seu caráter político com objetivo de transformação social.

Palavras-Chave: Educação Sexual. Educação Sexual Emancipatória. Sexualidade.

Ano-Base: 2019

Resumo 46: SANTOS, Luciana Henzel dos. **Educação Sexual no Ensino Fundamental: construindo uma unidade didática.** 17/10/2019 149 f. Mestrado Profissional em Ensino de Ciências e Matemática. Universidade Federal de Pelotas. Biblioteca Depositária: Biblioteca das Ciências Sociais. Disponível em: <https://dadosabertos.capes.gov.br/dataset/2017-2020-catalogo-de-teses-e-dissertacoes-da-capes>. Acesso em: 17 fev. 2024.

Os jovens estão se tornando sexualmente ativos, cada vez mais cedo, e prolongando a vida sexual por mais tempo. Poucos são aqueles que recebem e procuram orientação adequada. Ainda, no século XXI percebe-se que o tema Sexualidade é tratado com muitos tabus; muitas famílias, por dificuldade de falar, abertamente, sobre o tema com seus filhos, depositam essa responsabilidade apenas na escola. Com isso, a escola torna-se fundamental no processo de educar sexualmente os jovens através do debate sobre a promoção da saúde, da importância do desenvolvimento saudável sem julgamentos e rótulos, auxiliando-os na formação de sua identidade sexual e na apropriação do conhecimento científico. Diante dessa realidade, este estudo visou investigar a realidade encontrada em uma escola rural de um Município da Região Sul do Rio Grande do Sul sobre o tema “sexualidade”, bem como as concepções dos alunos do ensino fundamental sobre o assunto através do desenvolvimento de uma proposta de ensino. O referencial teórico da pesquisa baseou-se nos pressupostos do eixo temático “Orientação Sexual” proposto pelos Temas Transversais contidos nos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998). Para embasamento do estudo buscou-se contemplar reflexões sobre as questões do desenvolvimento sexual, bem como das transformações biopsicossociais dos adolescentes. Para isso, foi criada uma Unidade Didática (U.D) chamada “Falando de Sexo”, totalizando um conjunto de 8 aulas que oportunizaram várias discussões e reflexões tanto de ordem biológica com explicações sobre a chegada da menstruação na vida das meninas, o aparecimento de pelos, os cuidados com o corpo e com a higiene, de ordem psicológica com a administração dos conflitos comuns na adolescência quanto de ordem social através de discussões sobre as questões de respeito e tolerância à diversidade. Além disso, na U.D. foram utilizados diferentes recursos didáticos com o intuito de dinamizar as aulas, incentivar a criatividade, proporcionar o debate e auxiliar na aprendizagem dos estudantes. Para a coleta de dados foram utilizados 2 questionários, sendo eles: 1) sobre as concepções sobre Sexualidade e 2) avaliação e registro dos alunos a cada nova aula da U.D., bem como a opinião dos mesmos sobre as atividades realizadas. Ainda, contou com a gravação de áudio das aulas, registro em diário de bordo pela professora pesquisadora e análise dos documentos da escola. A partir da pesquisa identificou-se que os jovens são inseguros e desinformados sobre sua Sexualidade, não conversam com seus pais sobre o assunto, tiram suas dúvidas com os amigos e na internet, ou seja, uma realidade, comumente, mencionada nas pesquisas sobre o assunto. Também, se constatou que o trabalho com o tema pode promover o autoconhecimento dos alunos, o respeito à diversidade e a seus corpos, amenizando os problemas sociais dentro e fora da escola. Este estudo gerou um produto educacional, cujo objetivo foi construir uma alternativa pedagógica para auxiliar o professor da educação básica a planejar suas aulas sobre Educação Sexual.

Palavras-Chave: Educação Sexual; Sexualidade; **Ensino Fundamental**; Ensino de Ciências; Unidade Didática.

Resumo 47: TEIXEIRA, Camila Sabino. **Educação sexual no meio escolar:** elaboração de um guia pedagógico para escolas municipais de Anápolis-GO. 29/08/2019 76 f. Mestrado Profissional em Ensino de Ciências. Universidade Estadual de Goiás, Anápolis. Biblioteca Depositária: CCET. Disponível em: <https://dadosabertos.capes.gov.br/dataset/2017-2020-catalogo-de-teses-e-dissertacoes-da-capes>. Acesso em: 17 mar. 2024.

Este estudo teve como objetivo a proposição de um guia pedagógico para professores de Ciências do 8º ano do Ensino Fundamental II, na rede municipal da cidade de Anápolis-GO. Atualmente, as questões sexuais têm sido alvo de discussão dentro e fora do ambiente escolar. Consequentemente, questionar como estas questões são

abordadas nas escolas se faz necessário. Sendo assim, este trabalho buscou refletir sobre as **dificuldades do professor do Ensino Fundamental II em Educação Sexual** para que o guia pedagógico produzido fosse construído de forma que suprisse as necessidades do professor que atua no campo educacional. Desta forma, foi utilizada a pesquisa qualitativa por meio de uma pesquisa de campo. Foram visitadas 22 escolas municipais da cidade de Anápolis, número total de escolas que possuem o **8º ano do Ensino Fundamental II**. Para obtenção de dados, foi elaborado um questionário para aplicação aos professores de Ciências e construído um diário de campo que foi preenchido após cada aplicação de questionário. Sua finalidade foi relatar a interação entre pesquisador-escola campo, e pesquisador-pesquisado, sendo acrescentado qualquer postura e/ou fala que o pesquisador julgasse importante para dar luz à sua pesquisa. Este estudo contém uma revisão bibliográfica que sustenta a confecção dos questionários e do guia pedagógico, que é o objetivo do trabalho. Esses passos foram construídos e organizados em forma de capítulos. A partir da revisão da literatura vislumbrou-se a necessidade de descentralizar a Educação Sexual da disciplina de Ciências, visto que a inclusão deste tema no caderno de Orientação Sexual nos temas transversais é a abordagem deste assunto de forma multidisciplinar. Os dados analisados por meio da literatura apurada e da pesquisa de campo apontam uma tendência em deixar a cargo do professor de Ciências a discussão sobre sexualidade, o que gera uma discussão com viés biologicistas, médico e clínico da Educação Sexual. Neste sentido, torna-se fundamental à apresentação aos professores, uma ótica ampla e múltipla da abordagem de temas referentes a sexualidade. A proposta do trabalho, que é também um produto educacional, é a elaboração de um guia pedagógico com atividades multidisciplinares e diferentes competências para ser aplicado aos alunos. Este trabalho sugere ainda um conjunto de outros assuntos que podem e devem ser tratados em futuras investigações, abrangendo a formação inicial e continuada de professores licenciados em Educação Sexual de forma inter e multidisciplinar.

Palavras-Chave: Sexualidade. Educação Sexual. Educação Básica. Formação de Professores.

Ano-Base: 2020

Resumo 48: DIAS, Carolina Nicolodi. **A educação sexual no contexto do Ensino Fundamental**. 17/02/2020 145 f. Mestrado Profissional em Ensino Científico e Tecnológico. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Santo Ângelo. Biblioteca Depositária: URI. Disponível em: <https://dadosabertos.capes.gov.br/dataset/2017-2020-catalogo-de-teses-e-dissertacoes-da-capes>. Acesso em: 17 mar. 2024.

A sexualidade tem importância epidemiológica e social na esfera da saúde individual e coletiva, pois faz parte do desenvolvimento do sujeito como ser integral, dentro de suas necessidades biopsicossociais e de cidadania. A sala de aula pode representar um espaço de verdadeiras possibilidades, onde os estudantes podem refletir sobre eles mesmos e sobre sua sexualidade. Este estudo teve como objetivos investigar como se configura o ensino e a aprendizagem da sexualidade na prática docente de professores do ensino fundamental e **elaborar uma cartilha para auxiliar os docentes na educação sobre o tema**. Caracteriza-se como um estudo descritivo, aplicado, convergente-assistencial os **participantes foram professores de 6º a 9º ano** de escolas municipais de ensino fundamental de um município da região noroeste do rio grande do sul. A coleta de dados foi feita mediante aplicação de um questionário com perguntas abertas e fechadas, que foram analisadas por meio da análise de conteúdo e estatística descritiva. Participaram 50 professores de um universo de 54. Entre os pesquisados predominou o sexo feminino (90%), a idade variou entre 30 e 64 anos. Dos participantes, 86% afirmaram que a educação sexual deve ser um trabalho de parceria entre a escola e a família, 70% concordaram em transversalizar a discussão sobre sexualidade em todas os componentes curriculares e a maioria acredita que trabalhar temas relacionados à sexualidade pode contribuir para a melhoria da educação, para a saúde do estudante e para a sexualidade responsável. Quando solicitados a classificar sua formação acadêmica para trabalhar educação sexual, 42% dos professores consideraram regular. Conclui-se que a sexualidade e questões ligadas ao sexo são aspectos desafiadores no ambiente escolar. A escola tem o papel de ensinar, mas também de acolher. Por isso, deve configurar-se como um espaço de reflexão e diálogo crítico, de modo a educar para a vida, com foco na formação de indivíduos saudáveis.

Palavras-Chave: Sexualidade; Educação em Saúde; Educação de Professores.

Resumo 49: VIZENTIM, Lucas Aparecido. **O professor como mediador e multiplicador da educação sexual:** uma análise de práticas pedagógicas. 24/09/2020 101 f. Mestrado Profissional em Educação Sexual. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara. Biblioteca Depositária: Biblioteca da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara. Disponível em: <https://dadosabertos.capes.gov.br/dataset/2017-2020-catalogo-de-teses-e-dissertacoes-da-capes>. Acesso em: 17 mar. 2024.

Cada vez mais os professores reconhecem a importância da implementação da Educação Sexual no ambiente escolar. Nos **anos finais do Ensino Fundamental**, essas discussões geralmente ficam a cargo dos professores de

Ciências. O tema, alvo de constantes debates nos âmbitos educacional, político e social, como um todo, encontra-se incluído de forma explícita e implícita nos conteúdos formais constantes nos documentos norteadores, em especial na BNCC – Base Nacional Comum Curricular, e, conseqüentemente, é expresso nos currículos estaduais e municipais. A condução desta temática, dessa maneira, deixa de ser algo unicamente transversal, como anteriormente concebido, e torna-se um direito de aprendizagem dos alunos, compondo o rol de aprendizagens essenciais, conduzindo os professores ao desenvolvimento do tema em sala de aula. A forma como tais temáticas são conduzidas, e até mesmo sua omissão, interfere na maneira como os alunos concebem a sexualidade. Analisar quando, como e com quais recursos tais temáticas são abordadas, nos permite compreender a forma com que os docentes vêm conduzindo a Educação Sexual nos espaços escolares, possibilitando-nos identificar práticas exitosas, bem como as limitações, dificuldades e outros detalhes de sua atuação. A pesquisa aqui apresentada, de cunho qualitativo, obteve dados por meio de entrevistas semiestruturadas. A análise e organização dos dados se deu por meio de análise de conteúdo, através da qual foram criadas categorias iniciais, intermediárias e finais que, finalmente, desdobraram-se em subcategorias, facilitando a apresentação e orientando as discussões. Foi possível compreender a atuação dos professores sob duas diferentes perspectivas: seu papel multiplicador, através da abordagem intencional dos conteúdos; e seu papel mediador, nos momentos em que demandas espontâneas surgem nos espaços escolares, de forma pacífica ou conflituosa. Evidenciou-se a valorização do tema em sala de aula e a necessidade de uma abordagem sistematizada dos conteúdos de Educação Sexual. Os dados obtidos desvelaram possíveis limitações e indisponibilidade de recursos complementares para o pleno desenvolvimento da temática. Verificou-se, ainda, que a abordagem intencional de Educação Sexual no contexto de sala de aula parte de aspectos biológicos, porém, não se restringindo a eles, e concentra-se quase sempre no oitavo ano do Ensino Fundamental, sendo eventualmente retomada, mostrando que não se tem uma continuidade neste trabalho. Os professores demonstraram abertura e receptividade às demandas espontâneas, dentro ou fora de sala de aula, geralmente intervindo quando essas acontecem, além disso, qualificaram as intervenções como sendo positivas e, quase sempre, suficientes para combater algumas situações conflituosas. À luz destes achados, vale frisar que agir com naturalidade, utilizar um tom de acolhimento e de abertura de diálogo, de maneira a buscar desconstruir preconceitos por meio dos saberes científicos, voltados a desenvolver a empatia do alunado, são as principais estratégias apontadas pelos professores no trabalho de educação sexual, que as qualificaram como sendo satisfatórias.

Palavras-Chave: Educação Sexual; Prática Pedagógica; Ensino Fundamental; Ciências.

Resumo 50: NONENMACHER, Rosani. **Desafios atuais nas Práticas pedagógicas na educação sexual nos anos finais do ensino fundamental em Campo Novo do Parecis.** 04/06/2020 144 f. Mestrado em Ensino De Ciências e Matemática. Universidade do Estado de Mato Grosso, Barra do Bugres. Biblioteca Depositária: Biblioteca da UNEMAT. Disponível em: <https://dadosabertos.capes.gov.br/dataset/2017-2020-catalogo-de-teses-e-dissertacoes-da-capes>. Acesso em: 17 mar. 2024.

A sexualidade é um aspecto extremamente importante na formação humana e suas temáticas fazem parte do cotidiano de estudantes, sendo elas discutidas ou não dentro das escolas. Ser bem informado e orientado sobre esse assunto pode fazer toda a diferença na vida de crianças e adolescentes. **O objetivo da pesquisa foi delimitado a analisar as percepções dos professores de ciências nos anos finais do ensino fundamental – das escolas estaduais e municipais situadas em Campo Novo do Parecis, estado de Mato Grosso – sobre como o tema “educação sexual” vem sendo incorporado nas práticas pedagógicas.** Dessa forma, buscamos responder ao seguinte problema: quais as percepções dos professores sobre a abordagem do tema educação sexual nas práticas pedagógicas do ensino de ciências nos anos finais do ensino fundamental, das escolas públicas no município de Campo Novo do Parecis, em Mato Grosso? Metodologicamente, trata-se de um estudo de natureza qualitativa, composto de pesquisa bibliográfica, documental e de campo (com aplicação de entrevistas semiestruturadas a nove professores de ciências naturais que atuam nos anos finais do ensino fundamental de escolas públicas municipais e estaduais, e, análise de conteúdo). A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade do Estado de Mato Grosso, sob o parecer nº 3.264.418. Quanto as percepções, os resultados na análise das categorias apontam que os docentes têm se esforçado para dialogar e orientar os alunos quanto a sexualidade e que a incidência da expressão “formação continuada” demonstra o desconhecimento científico do tema. Categorias como orientação, diálogo e parceria evidenciam que os professores têm se manifestado nas aulas sobre o tema e que esperam a interação com outras disciplinas e as famílias. Concluímos que, além de outros fatores serem importantes, a formação continuada baseada na prática reflexiva pode suprir as necessidades de conhecimento docente para influenciar positivamente em suas práticas pedagógicas.

Palavras-Chave: Educação Sexual; Sexualidade; Práticas Pedagógicas.

Resumo 51: PACHECO, Raquel da Veiga. **Consolidação da educação sexual como tema de pesquisa no Brasil: mapeamento das dissertações e teses defendidas nos Programas de Pós-Graduação em Educação.** 06/12/2020 178 f. Doutorado em Educação. Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis. Biblioteca Depositária:

Biblioteca da UDESC. Disponível em: <https://dadosabertos.capes.gov.br/dataset/2017-2020-catalogo-de-teses-e-dissertacoes-da-capes>. Acesso em: 17 mar. 2024.

Na contemporaneidade a Educação Sexual permanece como tema instigante e necessário nos processos de compreensão do ser humano enquanto ser histórico e social e nos desafios da formação docente e, conseqüentemente as reflexões decorrentes, da educação infantil à pós-graduação. Escrita na vida e com vida esta tese representa uma caminhada, não linear e extremamente laboriosa, um **estudo de caráter bibliográfico e documental denominado Estado do Conhecimento**, que objetivou investigar as produções acadêmicas em educação sexual, expresso como tema de pesquisa em programas de pós-graduação em educação do Brasil. Por meio de um mapeamento das produções acadêmicas especificamente com a temática educação sexual, inclusive registrada como parte do título dos trabalhos (dissertações e teses dos Programas de Pós-Graduação em Educação do Brasil) objetivou-se contribuir na socialização e consolidação da área, bem como nos processos de formação regular e continuada de profissionais da educação. Com o objetivo de responder à questão central foram levantadas 141 Instituições de Ensino Superior que continham 187 programas de pós-graduação reconhecidos e avaliados em Educação pela CAPES. Dentre eles foram investigadas 103 produções acadêmicas entre dissertações e teses que continham a categoria Educação Sexual em seu título. Como recorte temporal da busca não foi estabelecido um período inicial nem final, pois todas as produções acadêmicas que se encaixavam no critério estabelecido pela pesquisa, disponibilizadas até maio de 2019, momento de realização da coleta dos dados, foram selecionadas. A ancoragem teórica e metodológica dialoga com os pressupostos do materialismo histórico-dialético. Ao vivenciar esse paradigma, buscou-se compreender a realidade, potencializando os aspectos que expõem as contradições no viver e fazer a pesquisa em um mundo em permanente transformação, onde são tecidas relações sociais que, por sua vez, são relações também de educação sexual, produção e ou apropriação de conhecimento. A análise dos resumos das dissertações e das teses encontradas foram trabalhadas sob a perspectiva de interfaces com uma abordagem de educação sexual emancipatória, com auxílio de uma estrutura metodológica de análise de conteúdo, proposta por Bardin (1988) com apoio também de Triviños (2012). Destaca-se que os dados e reflexões decorrentes deste trabalho são subsídios para o fortalecimento urgente e necessário a uma formação crítico-reflexiva de professores e professoras sobre a temática pois sabe-se das dificuldades em se trabalhar nos espaços escolares. A dimensão humana da sexualidade é muitas vezes negada, como resultado de uma história de preconceitos e repressão. Reafirma-se nesta tese que a educação sexual intencional é uma atribuição fundamental das educadoras e dos educadores comprometidos com práticas pedagógicas emancipatórias. Cursos de licenciatura, redes e sistemas de ensino podem ampliar os percursos formativos com uma investigação rigorosamente sistematizada em Educação Sexual que contribui na formação docente e que aponta novas frentes de pesquisa para a pós-graduação em educação e áreas afins.

Palavras-Chave: Produção Acadêmica em Programas de Pós-Graduação. Estado do Conhecimento; Educação Sexual Emancipatória.

Resumo 52: MEDEIROS, Ewerton Ricardo Viana de. **Educação Sexual:** propostas de oficinas didáticas para o Ensino Fundamental e Médio. 22/01/2020 129 f. Mestrado Profissional em Ensino de Ciências Naturais e Matemática. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Biblioteca Depositária: Repositório Institucional UFRN. Disponível em: <https://dadosabertos.capes.gov.br/dataset/2017-2020-catalogo-de-teses-e-dissertacoes-da-capes>. Acesso em: 17 mar. 2024.

De acordo com os documentos legais, a educação básica deve buscar uma formação integral do indivíduo. Para isso é preciso considerar processos educativos que promovam aprendizagens sintonizadas com as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes. A temática educação sexual, além de pertencer à realidade do aluno, desperta o interesse e contribui para a sua formação integral. Nessa perspectiva, o presente estudo se apoia no referencial dos temas geradores de Paulo Freire e traz um produto educacional composto por oficinas didáticas para trabalhar assuntos relacionadas à Educação Sexual. Essas **oficinas foram aplicadas a alunos do Ensino Fundamental e Médio** de uma Escola Estadual Professora Maria Lídia da Silva localizada no município de São Bento do Trairi/RN. Durante a aplicação das oficinas foi possível perceber a participação ativa dos alunos, uma vez que as atividades propostas favoreciam o diálogo e reflexões. Além disso a temática é de interesse do aluno, o que possibilitou a participação dos mesmos em todas as atividades propostas. Embora todos os professores tenham se envolvido no desenvolvimento das atividades propostas, alguns ainda não se sentem confortáveis para trabalhar essas temáticas em sala de aula. Com este trabalho pôde-se perceber que ainda faltam informações sobre os métodos contraceptivos, Doenças Sexualmente Transmissíveis e quais são os impactos de uma gravidez indesejada na vida de um adolescente. Percebeu-se também que esse assunto, na maioria das vezes, não é tratado no ambiente familiar, porém é trabalhado em algumas disciplinas, na maioria das vezes, como conteúdo curricular. Para os professores as atividades propostas favoreceram a problematização do conhecimento estimularam a participação dos alunos. Ao final da aplicação das oficinas os alunos avaliaram positivamente as atividades e sugeriram outras temáticas para serem trabalhadas em sala de aula. Vale salientar que a temática emergiu da

necessidade dos alunos. Para a produção das oficinas utilizamos como orientações legais a Base Nacional Curricular Comum (BNCC).

Palavras-Chave: Educação Sexual; Tema Gerador; Oficina Didática.

Ano-Base: 2021

Resumo 53: VIEIRA, Mariana Lopes de Oliveira. **Crescer e se relacionar:** percepções de alunos de 6º ano sobre temáticas do âmbito da sexualidade e de seu ensino no ambiente escolar. 29/04/2021 127 f. Mestrado Profissional em Ensino de Ciências. Universidade de Brasília. Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da Universidade de Brasília. Disponível em: <https://dadosabertos.capes.gov.br/dataset/2021-a-2024-catalogo-de-teses-e-dissertacoes-brasil>. Acesso em: 23 mar. 2024.

Esta dissertação de mestrado tem como temática a educação integral em sexualidade (eis). O ensino formal sobre sexualidade começou a ser discutido no Brasil em aulas circunscritas aos conteúdos tradicionais “infecções sexualmente transmissíveis”, “métodos contraceptivos” e “sistemas sexuais”. O Brasil possui profissionais de educação que tentam transformar essa educação sexual em uma eis, em que ensinamentos de conteúdos tradicionais são integrados a diálogos e aprendizagens a outras temáticas do âmbito da sexualidade: como gêneros, emoções, relacionamentos, percepções culturais e respeito. O objetivo geral desta dissertação analisar as **percepções de alunos de 6º ano sobre temáticas do âmbito da sexualidade**, assim como quanto à realização de discussões sobre essas temáticas em aula. Tratou-se de uma pesquisa interventiva de natureza qualitativa. Os dados foram construídos em uma intervenção que ocorreu ao longo de três dias de encontro em uma escola pública do Distrito Federal, com a participação de 14 estudantes, entre 11 e 13 anos. Foram analisados os diálogos dos e com os estudantes; expressões por linguagens não verbais; e respostas a um questionário de avaliação. Esses dados foram analisados a partir dos pressupostos da análise de conteúdo (Bogdan; Biklen, 1999; Moraes, 1999). O estímulo da prática do diálogo foi central e essencial para a intervenção. Tentei estar atenta à realidade dos estudantes para compreender os significados de seus silêncios, palavras, expressões faciais e atitudes. A partir dessas compreensões, pude também apresentar a eles leituras de mundo diferentes das que eles compartilharam. O ambiente de confiança que conseguimos construir contribuiu para que os estudantes se expressassem com naturalidade. As emoções que os estudantes demonstraram sentir quanto a discussões abertas sobre tais temáticas variaram principalmente entre constrangimento e animação. Mesmo entre os estudantes mais tímidos, havia uma demonstração de interesse pelas discussões das temáticas e de compartilhamento de seus conhecimentos prévios. Concluí que os participantes acreditam e reproduzem alguns preconceitos relacionados a mitos e tabus da sexualidade humana. A crença nesses mitos e tabus foi percebida em parte pelo uso frequente de xingamentos. Não foi possível concluir se os estudantes compreendiam o real significado dos xingamentos que expressaram, mas compreendiam que são termos ofensivos. Expor os estudantes a atividades em que possam expressar suas opiniões não se trata de tentar convencê-los sobre determinadas formas de conceber o mundo, mas permitir que possam refletir e problematizar a realidade (Freire, 2017). Os estudantes que participaram da intervenção não representam todos os jovens brasileiros com sua mesma faixa etária, evidentemente. Apesar disso, acredito que este estudo contribua para aumentar a compreensão do potencial de discussões do âmbito da sexualidade com estudantes com os quais não se costuma trabalhar tais temáticas. Espero que este trabalho auxilie outras professoras e professores que queiram desenvolver aulas e pesquisas acadêmicas com temáticas do âmbito da sexualidade.

Palavras-chave: Ensino de Ciências; Educação Integral em Sexualidade; Educação Sexual; Diálogo; Mitos e Tabus.

Resumo 54: MARTINS, Rone Rosa. **Educação sexual na escola: concepções e perspectivas dos professores de uma escola municipal de Sanclerlândia-GO.** 19/01/2021 136 f. Mestrado Profissional em Ensino na Educação Básica. Universidade Federal de Goiás, Goiânia. Biblioteca Depositária: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (TEDE/UFG). Disponível em: <https://dadosabertos.capes.gov.br/dataset/2021-a-2024-catalogo-de-teses-e-dissertacoes-brasil>. Acesso em: 23 mar. 2024.

A temática da educação sexual é um assunto polissêmico que afeta o processo de construção do conhecimento e formação dos indivíduos, produzindo silenciamento e/ou tabus. Documentos oficiais da educação, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), de maneira mais evidente, e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), de modo velado, a educação sexual deve ser trabalhada interdisciplinarmente e transversalmente. Porém, muitos professores sentem-se pouco à vontade para conduzir a abordagem da temática em sala de aula, devido às barreiras e impedimentos impostos tanto pelos currículos escolares como pelo senso comum em torno da questão. Ao reconhecer às inúmeras temáticas investigativas que giram em torno do problema, a pesquisa identifica e analisa a apreensão dos professores sobre **educação sexual em uma escola municipal de Sanclerlândia-GO**. O desenho metodológico parte da pesquisa de natureza qualitativa, exploratória, além de pesquisa bibliográfica, em textos, principalmente, de Foucault (2000; 2012; 2014; 2016; 2017; 2019), Louro (2008; 2013; 2014; 2016) e Figueiró (2006; 2009; 2010; 2014; 2018; 2020); e de pesquisa de campo, recorrendo ao instrumento de formulários para a coleta dos dados. Não se deve definir a sexualidade como algo pronto, acabado, sem possibilidade de

alteração e/ou diálogo, ou apenas no campo da reprodução, mas ela deve ser entendida como um dispositivo e há de se apreender as significações que a envolvem na compreensão plena do sujeito propiciando a agregação de práticas pessoais, frequentes, versáteis, a partir das quais o sujeito percebe, aprende e integra informações, associando-as ao conhecimento prévio e as emprega para produzir novas informações guiando suas ações e propiciando a mudança do meio que faz parte. Compreender a transformação da perspectiva da sexualidade do campo biológico ao campo humano possibilita entender o ser humano como um complexo integrado, no qual as partes compõem o todo. A escola apresenta-se como espaço de promoção de situações de aprendizagem capazes de romper com preconceitos, servindo-se de teorias e argumentos que promovem a formação integral do sujeito, o que deve abranger também a sua sexualidade. O produto educacional desenvolvido no curso de mestrado profissional *stricto sensu* do Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica (PPGEEB) do Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação (Cepae) da Universidade Federal de Goiás (UFG), foi um curso de curta duração, uma formação continuada no formato de ciclo de palestras virtuais “educação sexual na escola”, organizado a partir dos resultados obtidos na pesquisa – com destaque à pesquisa de campo –, construída e elaborada frente às necessidades do coletivo dos sujeitos, com o objetivo de dar visibilidade às questões da sexualidade e da educação sexual e ser um meio de estimular o processo de reflexão e a pesquisa e construção de conhecimento nessa área.

Palavras-Chave: Sexualidade; Ensino; Educação Sexual; Formação Continuada; Educação Básica.

Resumo 55: VICENTE, Luciane da Silva. **A educação sexual nos documentos curriculares e na perspectiva de professores do Ensino Fundamental.** 23/04/2021 348 f. Doutorado em Educação. Universidade Nove de Julho, São Paulo. Biblioteca Depositária: Prof. José Storópoli. Disponível em: <https://dadosabertos.capes.gov.br/dataset/2021-a-2024-catalogo-de-teses-e-dissertacoes-brasil>. Acesso em: 23 mar. 2024.

A pesquisa tem como objeto de estudo o debate sobre educação sexual no contexto escolar contemporâneo. A educação sexual foi tema amplamente debatido e contemplado nas versões preliminares da BNCC. No entanto, a atuação incisiva das bancadas políticas conservadoras culminou na retirada dos conceitos de gênero e de orientação sexual, deixando de evidenciar dimensões importantes no documento final. A presente investigação tem por objetivo geral identificar, analisar e compreender as vertentes da educação sexual presentes nas narrativas de professores do ensino fundamental no atual contexto de disputas de narrativas e de discursos. Os objetivos específicos são: mapear e analisar documentos oficiais que norteiam o trabalho da educação sexual no ensino fundamental; mostrar como os professores das diferentes áreas do conhecimento se apropriam do debate político sobre educação sexual; analisar como o conceito de educação sexual é incorporado pelos professores em suas narrativas sobre suas práticas de ensino e, de que forma o tema sexualidade, diluído na versão final da BNCC, é defendido, criticado ou ignorado pelos docentes participantes da pesquisa. Para alcançar esse intento, além da pesquisa bibliográfica e da análise documental, nosso eixo de análise contempla um conjunto de entrevistas semiestruturadas com oito professores que lecionam em escolas da rede pública Estadual e Municipal de São Paulo. Para análise dos dados, buscamos a articulação entre as técnicas de pesquisa qualitativa e a Análise do Discurso, orientada pelo ciclo de políticas formulado por Stephen Ball e Richard Bowe. O exame das entrevistas revelou que há diferentes concepções de educação sexual entre os professores entrevistados, que tais compreensões são influenciadas pelos valores que compõem a cultura sexual de determinada época, em diferentes contextos e por distintas ideologias que se apregoam nas mais diversas redes de interações sociais. Ainda que haja muito a ser feito para que a educação sexual tenha aceitação positiva na sociedade, os depoimentos obtidos no processo de entrevista oferecem esperança para que as estruturas da desigualdade e da injustiça sejam transformadas por meio de iniciativas como as aqui descritas. São atitudes que contribuem para a desnaturalização da homofobia e para a erradicação de preconceitos vigentes nas esferas da consciência e da afetividade humana.

Palavras-Chave: Educação sexual; Ensino Fundamental; Currículo; Professores; BNCC.

Resumo 56: CARVALHO, Francimeiry Santos. **Educação sexual nos documentos curriculares e nas perspectivas de uma secretaria municipal de educação e dos sujeitos da escola.** 02/09/2021 213 f. Doutorado em Educação. Universidade de São Paulo, São Paulo. Biblioteca Depositária: FEUSP. Disponível em: <https://dadosabertos.capes.gov.br/dataset/2021-a-2024-catalogo-de-teses-e-dissertacoes-brasil>. Acesso em: 23 mar. 2024.

A pesquisa teve como objetivo identificar e analisar o tratamento conferido à educação sexual em documentos municipais, bem como a relevância da temática nas perspectivas dos técnicos da Secretaria Municipal de Educação, de gestores, professores e estudantes de um município do interior do Piauí. Trata-se de uma pesquisa qualitativa que envolveu os procedimentos de análise documental e entrevistas semiestruturadas, com 28 sujeitos, entre março e junho de 2019. Os resultados evidenciaram que alguns assuntos relacionados à educação sexual constam em documentos municipais, apontando para a importância da temática na formação escolar. Entretanto, reconheceu-

se a insuficiência de formações para educadores voltadas a essas questões. Alguns eventos esporádicos são realizados nas escolas, segundo programações estabelecidas por parceiros da Secretaria Municipal de Educação, com destaque para os profissionais de saúde que compõe o Programa Saúde na Escola. Os técnicos, gestores e professores evidenciaram que conferem importância à abordagem da temática no cotidiano escolar e nos documentos, mesmo que reconheçam dificuldades para isto, ligados por exemplo, à inserção ou retirada de termos como gênero e sexualidade de documentos oficiais, dentre outras. Mas também constata a ênfase em uma visão biologicista e reprodutivista no tratamento da educação sexual. Outra dificuldade que apontam é o seu despreparo para lidar com as questões ligadas à educação sexual, inclusive porque não existem no seu cotidiano formações relacionadas a ela. Soma-se à ausência dessa formação, a ausência ou insuficiência do apoio familiar nas orientações aos estudantes. Estes, por sua vez, confiam e recebem bem as orientações dos profissionais de saúde, mas acreditam que a escola é o lugar de protagonismo para esse debate, e suas famílias, o de acolhimento. Identificam o que consideram ser suas diversas vulnerabilidades, principalmente pela ausência dessa escuta sensível e de uma orientação assertiva. Conclui-se que a educação sexual precisa ser realmente incorporada ao currículo dos cursos de formação inicial de professores, assim como nos espaços de formação continuada nos estados e municípios e no interior das escolas, de modo que a prática pedagógica crie condições para essa discussão, inclusive cuidando da parceria com as famílias nesse processo, possibilitando uma formação de cidadãos mais seguros, confiantes e capazes de fazerem as escolhas que favoreçam suas identidades e suas vidas.

Palavras-Chave: Educação Sexual; Ensino Fundamental II; Currículo; Perspectivas de Profissionais da Educação; Perspectivas de Estudantes.

Ano-Base: 2022

Resumo 57: LEONI, Pedro Inacio. **Sexualidades e gêneros nas escolas municipais de Itajaí (SC) e a política educacional na atualidade.** 02/11/2022 149 f. Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas. Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí. Biblioteca Depositária: Sistema Integrado de Bibliotecas Univali - SIBIUN. Disponível em: <https://dadosabertos.capes.gov.br/dataset/2021-a-2024-catalogo-de-teses-e-dissertacoes-brasil>. Acesso em: 23 mar. 2024.

Esta dissertação propõe um estudo sobre a política educacional municipal de Itajaí/SC voltada para a educação sexual de jovens, sua previsão político-pedagógica e legal, e a maneira como professoras e professores das escolas municipais percebem os temas relacionado à sexualidade e ao gênero nesse contexto. Para tanto, a partir de revisão documental e bibliográfica, analisamos inicialmente as principais regulações no campo da política educacional, a partir da década de 1970, com foco àquelas designadas para ordenação do corpo e da sexualidade, seguindo seu processo construtivo no Brasil. Em seguida, busca-se compreender o conceito de educação sexual, orientadas pelos trabalhos de Jimena Furlani, Guacira Lopes Louro e Helena Altmann, a fim de permitir uma reflexão atinente à sua implementação nas escolas públicas de Itajaí. Por fim, através de uma pesquisa de campo, junto de **professoras e professores do ensino fundamental, anos finais**, da rede de ensino público do município de Itajaí/SC, problematizamos as falas dos docentes entrevistados e questionados, concluindo-se pela necessidade de se ampliar a qualidade das informações disponíveis aos professores, bem como a garantia de sua incolumidade para o diálogo acerca de sexualidade e gênero.

Palavras-Chave: Educação Sexual; Políticas Públicas; Sexualidade; Gênero; Escolas Municipais De Itajaí/SC.

APÊNDICE B – Quadros das teses e dissertações

Quadro 3 – Teses e Dissertações. Título: Educação Sexual – Assunto: Ensino Fundamental 2000-2022 – BDTD

	Título	Autoria	Instituição	Tipo	Ano
1	Educação sexual na escola - concepções e práticas	OLIVEIRA, Célia Maria Soares de	UFC	Dissertação	2006
2	Companhia de Jesus. Manuel da Nóbrega. Brasil Colônia. Século XVI. História da Educação Sexual. Cartas.	STOLFI, Paula Furine	Unesp	Dissertação	2009
3	A orientação sexual e a educação física: sobre a prática pedagógica do professor na escola	SANTOS, Ivan Luis dos	Unesp	Dissertação	2009
4	Breve olhar sobre a sexualidade na fala dos professores da educação de jovens e adultos	BACCO Junior, Arnaldo Martinez de	Unesp	Dissertação	2009
5	A Companhia de Jesus e a formação da cultura sexual brasileira: um estudo histórico e documental a partir dos escritos do Padre Manuel da Nóbrega	SCALIA, Anne Caroline Mariank Alves	Unesp	Dissertação	2009

6	Leitura e identidades étnico-raciais: reflexões sobre práticas discursivas na educação de jovens e adultos	MOURA, Dayse Cabral de	UFPE	Tese	2010
7	A institucionalização do conhecimento sexual enquanto tema de investigação e ensino em universidades brasileiras a partir das ações de grupos de pesquisa	BEDIN, Regina Célia	Unesp	Dissertação	2010
8	Sexualidade e gênero: estudo das relações afetivas de jovens surdas de uma escola municipal de educação especial de São Paulo	RIBEIRO, Karen	FEUSP	Tese	2011
9	Sexualidade na fala de um grupo de professores: silenciamentos e interditos na prática educativa em um contexto amazônico	ESTÁCIO, Gisele de Araújo Govea	Unesp	Tese	2011
10	Percepções de alunos e professores da rede pública municipal de ensino fundamental de Uruguaiana acerca da educação sexual na escola	MOREIRA, Betina Loitzenbauer da Rocha	UFSM	Tese	2011
11	Educação sexual no ensino de ciências: um estudo com foco nos professores	SILVA, Otoniel Alvaro da	UFPR	Dissertação	2011
12	Isso é o que não mudou ainda: diversidade sexual, homofobia e cotidiano escolar	SANTOS, Raquel Alexandre Pinho dos	Unesp	Dissertação	2011
13	Educação sexual nas escolas: marcas e concepções culturais	KONRATH, Véra Lucia	UNIVATES	Dissertação	2012
14	Educação sexual na escola pública como estratégia de promoção em saúde	BRILHANTE, Aline Veras Morais	UNIFOR	Dissertação (Pós-Graduação em Saúde Coletiva)	2012
15	Avaliação da implementação das ações de enfrentamento ao abuso sexual contra crianças e adolescentes em escolas públicas de Ensino Fundamental do Bairro de Guamá-Belém/PA	LIRIO, Flávio Corsini	UFPA	Tese	2013
16	A educação sexual no Amapá: experiências e desafios docentes	PANTOJA, Florinaldo Carreteiro	UFU	Tese	2013
17	Imagens da Diferença: artes visuais e diversidade sexual no Ensino Fundamental	PEREIRA, Alexandre Adalberto	UFU	Tese	2013
18	Temas transversais no ensino fundamental: educação para a saúde e educação sexual	ZARTH, Silvana Maria	PUCRS	Tese	2013
19	Marcas da vida viável marcas da vida visível – o governamento da diversidade sexual e o desafio de uma ética/estética pós-identitária para a teorização político-educacional LGBT	SIERRA, Jamil Cabral	UFPR	Tese	2013
20	Sexualidade e gênero: percepções de estudantes e professoras do 5º ano do ensino fundamental de uma escola pública de Itabaiana	SANTANA, João Rogério Menezes	UFSE	Dissertação	2013

21	A sexualidade como lema pedagógico: análise das propostas do MEC e da UNESCO para inserção do tema nas escolas	SILVA, Márcio Magalhães da	Unesp	Dissertação	2013
22	Entre ditos e não ditos: a marcação social de diferenças de gênero e sexualidade por intermédio das práticas escolares da Educação Física	PRADO, Vagner Matias do	Unesp	Tese	2014
23	Mapeamento e articulações: uma análise das iniciativas de formação de educadores em sexualidade da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte (1989-2009)	ANDREA, Anna Cláudia E. Batista D.	UFMG	Tese	2014
24	Estado da arte sobre sexualidade e educação sexual: estudo analítico-descritivo de teses e dissertações produzidas na Universidade Estadual Paulista	MOKWA, Valéria Maria N. Fernandes	Unesp	Tese	2014
25	A produção em sexualidade, gênero e educação sexual na ANPED: estudo analítico-descritivo a partir do estado da arte como opção metodológica.	GONINI, Fátima Aparecida Coelho	Unesp	Tese	2014
26	Efeitos discursivos de políticas educacionais de gênero e de diversidade sexual num currículo de formação inicial em educação física	SANTOS, Luciene Neves	UFRGS	Tese	2014
27	Um estudo histórico da educação sexual do Brasil colonial a partir das representações do século XVI	SCALLA, Anne Caroline Mariank Alves	Unesp	Tese	2014
28	Gênero e Diversidade na Escola-GDE: investigando narrativas de profissionais da educação sobre diversidade sexual e de gênero no espaço escolar	TEIXEIRA, Fabiane Lopes	UFPel	Tese	2014
29	Sexualidade na internet: análise de blogs sobre sexualidade e educação sexual	ARAÚJO, Karla Cristina Vicentini de	Unesp	Dissertação	2014
30	Educação sexual orientada para a ação: um estudo bibliográfico sobre a aplicabilidade dessa modalidade de intervenção	DIAS, Robinson Alves	Unesp	Dissertação	2014
31	Muito prazer!?. Discussões sobre sexualidade, gênero e educação sexual a partir da análise de revistas femininas e masculinas	PASTANA, Marcela	Unesp	Dissertação	2014
32	A educação sexual no Brasil Colônia prescrita nos regimentos do Santo Ofício da Inquisição portuguesa (1552-1774)	SANTOS, Shirley Romeros	Unesp	Dissertação	2014
33	Transição entre a infância e a adolescência: concepções de alunos, professores e pais sobre sexo e sexualidade.	GROFF, Alcione Maria	UFPR	Tese	2015

34	“Minha vida de ameba”; os scripts sexo-normativos e a construção social das assexualidades na internet e na escola.	OLIVEIRA, Elisabete Regina Baptista de	USP	Tese	2015
35	Estado da arte sobre as temáticas sexualidade, educação sexual e gênero nos Encontros Nacionais de Didática e Prática de Ensino-ENDIPE (1996-2012)	PETRENAS, Rita de Cássia	Unesp	Tese	2015
36	Proposta Teórico-interpretativa em sexualidade infantil: contribuição à educação sexual a partir da Grounded Theory	SILVA, Claudionor Renato da	Unesp	Tese	2015
37	Educação audiovisual da sexualidade: olhares a partir do Kit anti-homofobia	SILVA, Ricardo Desiderio da	Unesp	Tese	2015
38	Representações sociais de gênero pela linguagem de moda em um grupo de estudantes do Ensino Fundamental II	BATTISTI, Francisleth Pereira	Unesp	Dissertação	2015
39	Uma contribuição à historiografia da educação sexual no Brasil: análise de três obras de Antônio Austregésilo (1923, 1928 e 1939)	AVILA, Iris Tereza Lafuente	Unesp	Dissertação	2015
40	Heteronormatividade e homofobia na educação escolar básica pública	BARREIRA, Marília Maria Lincoln	Unifor	Dissertação	2015
41	De corpo implicado: desafios para o movimento educacional da sociedade contemporânea.	CINTO, Gregory de Jesus Gonçalves	Unesp	Tese	2016
42	O currículo oficial do Estado de São Paulo e a educação sexual	SANTOS, Franciele Monique Scopete dos	Unesp	Tese	2016
43	Diferentes, porém iguais - o acontecimento do combate à homofobia no Projeto Saúde e Prevenção na Escola (SPE).	MENDES, Sandra Karina Barbosa	UFPA	Tese	2016
44	Educação sexual nos anos iniciais do ensino fundamental: currículo e práticas de uma escola pública da cidade de Marília-SP	FIORINI, Jessica Sampaio	Unesp	Dissertação	2016
45	Educação sexual e comunicação: o rádio como alternativa pedagógica nas escolas a partir de uma intervenção	BRANCO, Aline Santana Castelo	Unesp	Dissertação	2016
46	Educação sexual familiar e religiosidade nas concepções sobre masturbação de jovens evangélicos	PEREIRA, Patrícia Cristiane	Unesp	Dissertação	2016
47	A educação sexual no portal do professor MEC: estudo analítico-descritivo das temáticas referentes à sexualidade no espaço da aula	REIS, Fernanda	Unesp	Dissertação	2016
48	Educação sexual familiar e religiosidade nas concepções sobre masturbação de jovens evangélicos	PEREIRA, Patrícia Cristiane	Unesp	Dissertação	2016

49	A construção dos saberes docentes: um olhar sobre as experiências de professores da disciplina de História acerca da temática de diversidade sexual	VIEIRA, Hamilton Edio dos Santos	Unesp	Dissertação	2016
50	Educação e orientação sexual na Educação Básica: gênero e sexualidade na produção acadêmico-científica brasileira no período de 2006-2015.	COSTA, Zuleika Leonora Schmidt	UNILASALLE	Tese	2017
51	Políticas Públicas e violência sexual contra crianças e adolescentes: Planos Municipais de Educação do Estado do Paraná como documentos de (não) promoção da discussão	OLIVEIRA, Márcio de	UEM	Tese	2017
52	Educación, diversidad sexual y subjetividad: una aproximación cultural-histórica a la educación sexual em Cali-Colombia.	QUEVEDO, Jorge Eduardo Moncayo	UnB	Tese	2017
53	Violência sexual contra crianças: a inserção da perspectiva de gênero em pesquisas de pós-graduação da área da educação	SPAZIANI, Raquel Baptista	Unesp	Tese	2017
54	Gestor escolar: sua influência na construção do projeto político pedagógico no que tange a educação sexual	BULZONI, Ana Maura Martins Castelli	Unesp	Dissertação	2017
55	Responsabilidade de quem? O que pensam os pais de alunos do ensino fundamental sobre a educação sexual na escola.	CABRAL, Priscila Paiva	UNIOESTE	Dissertação	2017
56	A educação e a diversidade sexual e de gênero: uma análise a partir da proposta dos temas transversais na perspectiva dos educadores	BASTIANINI, Marco Antônio Diniz	Unesp	Dissertação	2017
57	Educação em sexualidade: a web educação sexual em ação	SOUZA, Marcilene Mendes de	Unesp	Dissertação	2017
58	Concepções e relatos de adolescentes com altas habilidades ou superdotação sobre aspectos psicossociais da sexualidade	REIS, Veronica Lima dos	Unesp	Tese	2018
59	Incluir excluindo ou excluir incluindo: a escola E-JOVEM/LGBTTI e seus desdobramentos	SILVA, Renan Antônio da	Unesp	Tese	2018
60	TIC e educação em sexualidade: o olhar dos/as professores/as do projeto web educação sexual	CONTI, Larissa De Oliveira	Unesp	Dissertação	2018
61	Educação Sexual nas Políticas Educacionais: um estudo na Rede Estadual de Ensino de Aparecida de Goiânia	LIMA, Lorena Carvelo e Silva	PUC Goiás	Dissertação	2018
62	Lesbianidades, performances de gênero e trajetória educacional	BRAGA, Keith Daiani da Silva	Unesp	Tese	2019

63	A educação sexual na constituição da cidadania global como projeto de transição: ensaio a partir das epistemologias do sul	PIERO, Alekssey Marcos Oliveira Di	Unesp	Tese	2019
64	Violência baseada em gênero na escola: análise a partir de textos jornalísticos	PIERO, Maria Flor Oliveira Di	Unesp	Tese	2019
65	Estudo da produção científica dos congressos nacionais de Psicologia Escolar (CONEP) no campo da sexualidade e educação sexual – 2007 a 2017	BENZONI, Selma Aparecida Geraldo	Unesp	Tese	2019
66	Corpo e sexualidade nas redes sociais e suas interfaces na educação escolar	SANTOS, Fausidos	Unesp	Tese	2019
67	Educação sexual no ensino fundamental: construindo uma unidade didática	SANTOS, Luciana Henzel dos	UFPEL	Dissertação	2019
68	Educação sexual: uma proposta para a Educação de Jovens e Adultos do Ensino Fundamental II	Dias, Danielly Ferreira	UFU	Dissertação	2019
69	Abordagem político-científica acerca da educação em sexualidade e a formação inicial/continuada docente: um estudo de caso no curso de Pedagogia	AUGUSTINI, Érica Rodrigues do Nascimento	Unesp	Tese	2020
70	“Somos pessoas como as outras”: preconceito contra a diversidade sexual e de gênero e variações no clima escolar	BASTOS, Felipe	PUC-Rio	Tese	2020
71	Educação sexual no Brasil: levantamento analítico de documentos oficiais e propostas de intervenção nos últimos 20 anos	FERREIRA, Gabriela Rossetti	Unesp	Tese	2020
72	Consolidação da educação sexual como tema de pesquisa no Brasil: mapeamento das dissertações e teses defendidas nos programas de Pós-Graduação em educação.	PACHECO, Raquel da Veiga	UDESC	Tese	2020
73	Formação em diversidade sexual na (re) significação das docências: um estudo na rede municipal de Manaus-AM	SILVA, Adan Rene Pereira da	UFAM	Tese	2020
74	Quem vê cara não vê orientação, nem a identidade de gênero: compreensões e práticas docentes frente às LGBTI fobias na escola	SILVA, Luciano Marques da	UFRRJ	Tese	2020
75	O professor como mediador e multiplicador da educação sexual: uma análise de práticas pedagógicas	VIZENTIM, Lucas Aparecido	Unesp	Dissertação	2020
76	Educação sexual na escola: perspectiva da gestão	GOMES, Aurélia Garcia	Unesp	Dissertação (Pós-Graduação em Serviço Social)	2020
77	Corporeidade, gênero e diversidade sexual na escola sob a perspectiva docente	CUSTÓDIO, Diane Ângela Cunha	PUC Goiás	Dissertação	2020

78	Educação sexual nos documentos curriculares e nas perspectivas de uma secretaria municipal de educação e dos sujeitos da escola	CARVALHO, Francineiry Santos	USP	Tese	2021
79	Gênero e sexualidade no currículo da cidade de São Paulo	TAVANO, Vinicius	Unesp	Tese	2021
80	A educação sexual nos documentos curriculares e na perspectiva de professores do ensino fundamental	VICENTE, Luciane da Silva	UNINOVE	Tese	2021
81	Sexualidade, gênero e infância: a relação escola, família e pediatria na Educação Sexual de crianças da Educação Infantil	OLIVEIRA, Maria Fernanda Celli de	Unesp	Tese	2021
82	Uma interpretação sócio-histórica acerca da diversidade sexual na concepção de uma comunidade escolar em Rio Branco/Acre	ABREU, Leonardo Lani de	UFPR	Tese	2022
83	Prevenção da violência sexual infantil: desenvolvimento e estudo de viabilidade de um questionário gamificado	CARNEIRO, Rita de Kássia Candido	Unesp	Tese	2022
84	A “ideologia” do azul e do rosa: um estudo de caso sobre sexualidade e gênero no imaginário docente da rede pública de ensino em Parobé/RS	PETTER, Shirlei Alessandra	UNILASALLE	Tese	2022
85	A autoimagem e o autoconceito em adolescentes: ressonâncias da mídia e currículo escolar	MOREIRA, Daniela Arroyo Favero	Unesp	Tese	2022
86	Os caminhos da inclusão no Instituto Federal de Rondônia Campus Porto Velho Calama através da equidade de gênero.	TELLES, Livia Catarina Matoso dos Santos	UNIR	Tese	2022
87	Promoção da educação em saúde sexual com ênfase nos mecanismos de ação dos contraceptivos hormonais e no uso nocivo do contraceptivo de emergência	LEANDRO Augusto de Assis Fonseca	UFMG	Dissertação	2022
88	Educação sexual nos projetos políticos pedagógicos de escolas especiais	COLOMBO, Isabella Mota	UFSCAR	Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação Especial)	2022

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do Portal da BDTD e do Portal da CAPES/Plataforma Sucupira. Pesquisa realizada entre os dias 17 e 23 de julho de 2023, revisada em novembro de 2023 e em março de 2024.

Quadro 4 – Teses e Dissertações – CAPES: “Educação Sexual AND Ensino Fundamental”

	Título	Autoria	Instituição	Tipo	Ano
1	Medicina e Sexualidade Humana: estudo crítico do currículo atual dos cursos de medicina e suas implicações na formação do médico	SILVA, Edna Aparecida da	PUC Campinas-SP	Dissertação	1997
2	A educação sexual na vida cotidiana de pais e adolescentes: uma abordagem compreensiva da ação social	JESUS, Maria Cristina Pinto de	USP	Tese (Doutorado em Enfermagem)	1998
3	Educação Sexual na Escola: O dito e o não-dito na relação cotidiana	FILHA, Constantina Xavier	UFMS	Dissertação	1998
4	Educação sexual em Goiânia: da formação de professores à sala de aula	GONÇALVES, Eliane	UFG	Dissertação	1998
5	Professor como Educador Sexual de Adolescentes: um estudo comparativo sobre o pensamento do professor de escolas da rede municipal e do professor de instituições particulares	BARROSO, Celina Regis	UGF	Dissertação (Mestrado em Sexologia)	1999
6	A realidade da orientação sexual na escola pública: estudo de caso nas escolas estaduais da cidade de Ribeirão Preto	MORELLO, Rita de Cássia Gragel	UFSCar	Dissertação	1999
7	Educação, um compromisso feminino? PROJETO EDUCARTE e a questão de gênero na formação de educadores sexuais	FILGUEIRAS, Vera Maria de Sá Antunes	UGF	Dissertação (Mestrado em Sexologia)	1999
8	A Educação Sexual em Tempos de AIDS: um caminho possível para uma ação no âmbito escolar	MARTINS, João Carlos	PUC - SP	Tese	2000
9	Sexualidade Humana: uma proposta de Inserção Curricular no Curso de Economia Doméstica da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	SILVA, Sueli da	UGF	Dissertação (Mestrado em Sexologia)	2000
10	A Educação Sexual sobre Prisma da Gravidez na Adolescência	GUIMARÃES, Ranilce Mascarenhas	UCB	Dissertação	2000
11	Adolescentes: a vivência da sexualidade em tempos de AIDS	BOTELHO, Débora Aparecida	USP	Dissertação (Mestrado em Psicologia)	2001
12	Educação Sexual: Representações Sociais de Professores(as) de Ensino Fundamental	PEDROSA, Maria da Piedade Lins	UEPB	Dissertação	2001
13	Educação sexual na escola: intenções e concepções	MATTOS, Miriam	UPF	Dissertação	2001
14	Educação Sexual pela Internet para Professores de Ensino Fundamental (ESAD)	ROJTENBERG, Charles	UGF	Dissertação (Mestrado em Sexologia)	2002

15	Educação sexual nas escolas: pesquisa-ação com professores do ensino fundamental	MIYASAKI, Sandra Cristina Shiguemi	USP	Dissertação (Mestrado em Enfermagem)	2002
16	O desenvolvimento do "Conhecimento Pedagógico do Conteúdo" de Sexualidade entre professores e ensino fundamental	SILVA, Mirian Pacheco da	Unesp	Dissertação (Mestrado em Educação para a Ciência)	2002
17	Orientação Sexual: entre o proposto e o realizado nas Escolas Públicas de Ensino Fundamental e Médio na cidade de Ponta Grossa	SCHAFRANSKI, Andréia Perez	UEPG	Dissertação	2002
18	Relações de gênero e sexualidade no cotidiano escolar: concepções de duas professoras do ensino fundamental	NUNES, Maria Dolores de Figueiredo	UFSCar	Dissertação	2002
19	Educação sexual do adolescente escolar: estudo de caso a partir do desempenho metodológico de duas regências	SANTOS, Maria de Lourdes Sperli Geraldes	FAMERP	Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde)	2002
20	Adolescência, Aids e educação escolar: elementos para reflexão	CARRADORE, Vânia Maria	Unesp	Dissertação	2002
21	A educação sexual nas escolas da rede municipal de Curitiba	CAOBIANCO, Janaina Fernandes Cardoso	UTP	Dissertação	2003
22	Educação sexual na escola: um estudo junto a adolescentes	FOSSA, Angela Marcia	UNIMEP	Dissertação	2003
23	Gravidez na Adolescência: análise da reincidência	SAKAMOTO, Dulcinéia Luccas	Unesp	Dissertação (Mestrado em Serviço Social)	2003
24	Apresentação e avaliação de software educativo sobre sexualidade para adolescentes	MUNHOZ, Claudia Jaqueline Martinez	UNIFRAN	Dissertação (Mestrado em Promoção da Saúde)	2003
25	Interação Família e Escola na Educação Sexual da Criança no Contexto Escolar: uma Abordagem Sistêmica'	SOARES, Heliane Vilela	UCB	Dissertação	2003
26	Conhecimento de pais, alunos e professores sobre DST/AIDS: subsídios para uma prática educativa	NEVES, Sinara Mota	UNIFOR	Dissertação	2003
27	Educação Sexual de Deficientes Mentais: Experiências de Professoras do Ensino Fundamental em Aracaju	MELO, Marcos Ribeiro de	UFSE	Dissertação	2004
28	Concepções sobre Diversidade de Orientações Sexuais Veiculadas em Livros Didáticos, Paradidáticos de Ciências e Biologia	ANDRADE, Cristiane Pinto	UFBA	Dissertação (Mestrado em Ensino, Filosofia e História das Ciências)	2004
29	A sexualidade no currículo da escola fundamental - travessões e reticências sobre a homossexualidade nos discursos e nas atividades em uma escola em Belo Horizonte	BRAGA, Denise da Silva	PUC Minas	Dissertação	2004

30	Sexualidade: reconstruindo compreensões de forma coletiva, partindo da visão dos adolescentes	BOURSCHEID, Jacinta Lourdes	PUC – RS	Dissertação	2004
31	A Obra de Chico Buarque de Holanda como Instrumento de Apoio nas Aulas de Educação Sexual	BRITO, Ana Maria Mello da Silva	UGF	Dissertação (Mestrado em Sexologia)	2004
32	Capacitação em Orientação Sexual para Professores: uma proposta pedagógica	Moreira, Maristela Poubel Araújo	UGF	Dissertação (Mestrado em Sexologia)	2004
33	Gênero e sexualidade nas diretrizes curriculares para a educação Brasileira	FREITAG, Marcos José Clivatti	FURB	Dissertação	2004
34	A Prática de Sexo Seguro entre Estudantes de Escolas Públicas de Minas Gerais	VIANA, Francisco José Machado	Unicamp	Dissertação (Mestrado em Tocoginecologia)	2004
35	As representações sociais que professores apresentam acerca do que avaliam ser as representações sociais de sexualidade de alunos do ensino fundamental de escolas públicas	COUTINHO, Marta Maria Telles	UFMT	Dissertação	2004
36	A Educação Sexual na Escola e as Tendências da Prática Pedagógica dos Professores	BIANCON, Mateus Luiz	UEL	Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Educação Matemática)	2005
37	As Atividades sobre Sexualidade Aplicadas Transversalmente nas Aulas de Ciências: Limites e Possibilidades	GARCIA, Maria de Fatima Lopes	UEL	Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Educação Matemática)	2005
38	A Educação Sexual na Escola: um processo em discussão	MARQUES, Maria Regina de Jesus	UNOESTE	Dissertação	2005
39	Adolescência, Gênero e AIDS: dando voz aos jovens	MENDES, Patricia de Oliveira e Silva Pereira	UFSC	Dissertação (Mestrado em Psicologia)	2005
40	Representações sociais da AIDS: um estudo com alunos da 8ª série do Ensino Fundamental em uma escola municipal de Ribeirão Preto'	Palumbo, GIULIANA Angela	Centro Universitário Moura Lacerda	Dissertação	2005
41	Educação sexual na escola - concepções e práticas	OLIVEIRA, Célia Maria Soares de	UFC	Dissertação	2006
42	Orientação sexual na escola: o que pensam alunas/adolescentes do ensino fundamental	ANDRADE, Virginia Ribeiro Lima e	UCP	Dissertação	2008
43	Educação em saúde: Políticas Públicas de saúde e educação como construção social	SILVA, Silvana da	UNICID	Dissertação	2007
44	A sexualidade na compreensão de professores do ensino fundamental	MOIZÉS, Julieta Seixas	USP	Dissertação (Mestrado em Enfermagem Psiquiátrica)	2007
45	Entre Visibilidades e Invisibilidades: sentidos produzido sobre as relações vividas na escola por homossexuais	GRANÚZZIO, Patricia Magri	UNIMEP	Dissertação	2007

46	Navegando nas ondas dos saberes do ser: uma conversa com a sexualidade à luz da corporeidade	PEREIRA, Kátia Maria	UFRN	Dissertação	2007
47	Educação Sexual: uma análise da concepção dos professores de duas escolas estaduais do Ensino Fundamental de Curitiba	FRANÇA, Lindamara da Silva	UTP	Dissertação	2008
48	“O QUE É, O QUE É?”: um ambiente de co-autoria de jogos educacionais baseados em cartas contextualizadas usando conhecimento de senso comum”	PEREIRA, Eliane Nascimento	UFSCar	Dissertação (Mestrado em Ciência da Computação)	2008
49	A enfermeira no contexto da educação sexual dos adolescentes e o olhar da família	ALMEIDA, Ana Carla Campos Hidalgo de	UFPR	Dissertação	2008
50	Educação Sexual e Ensino de Ciências: dilemas enfrentados por docentes do Ensino Fundamental	CRUZ, Izaura Santiago da	UFBA	Dissertação (Mestrado em Ensino, Filosofia e História das Ciências)	2008
51	Educação em Ciência e Sexualidade: o professor como mediador das atitudes e crenças sobre sexualidade no aluno	SILVA, Ricardo Desiderio da	UEM	Dissertação (Mestrado para a Ciência e o Ensino de Matemática)	2008
52	Educação sexual e formação de professores de ciências biológicas: contradições, limites e possibilidades	BONFIM, Cláudia Ramos de Souza	Unicamp	Tese	2009
53	Escola e sexualidades diferentes concepções / muitos desafios	REIS, Eliana Fátima de Almeida	UFF	Dissertação	2009
54	Discursos sobre sexualidade nas escolas municipais de Curitiba	BORDINI, Santina Célia	UFPR	Dissertação	2009
55	(Re)pensando o uso de mapas conceituais: um estudo de caso com libras e <i>signwriting</i> na educação sexual	MALLMANN, Lisiane	ULBRA	Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática)	2009
56	Tá ligado!? Diálogos entre adolescentes e telenovelas da Rede Globo: interfaces na construção da compreensão da sexualidade	CARVALHO, Gabriela Maria Dutra de	UDESC	Dissertação	2009
57	Companhia de Jesus. Manuel da Nóbrega. Brasil Colônia. Século XVI. História da Educação Sexual. Cartas.	STOLFI, Paula Furine	Unesp	Dissertação	2009
58	Orientação sexual nas escolas: seria possível se não incomodasse?	ALMEIDA, Sandra Aparecida de	UFPB	Dissertação	2009
59	Como e Quando Começar a Orientação Sexual na Escola: a Opinião dos Professores do Município de Embu-SP	JARDIM, Dulcilene Pereira	USP	Dissertação (Mestrado em Enfermagem)	2009
60	Educação sexual, corpo e sexualidade na visão dos alunos e professores do ensino fundamental	MOIZÉS, Julieta Seixas	USP	Tese (Doutorado em Enfermagem Psiquiátrica)	2010

61	Sexualidade na fala de um grupo de professores: silenciamentos e interditos na prática educativa em um contexto amazônico	ESTACIO, Gisele de Araujo Gouvea	Unesp	Tese	2011
62	Percepções de alunos e professores da rede pública municipal de ensino fundamental de Uruguaiiana acerca da educação sexual na escola	MOREIRA, Betina Loitzenbauer da Rocha	UFMS	Tese	2011
63	A concepção de indivíduo e suas repercussões na crise da escola	PEREIRA, Valmir	Unesp	Tese	2011
64	Educação sexual no ensino de ciências: um estudo com foco nos professores	SILVA, Otoniel Alvaro da	UFPR	Dissertação	2011
65	Representações de gênero nas falas das professoras da pré-escola e primeiro ano do ensino fundamental que atuam no município de Corumbá/MS	SANTOS, Valéria Lopes dos	UFMS	Dissertação	2011
66	“Saíndo do armário”, portas se abrem/fecham? As sexualidades na escola e na formação docente	FRANÇA, Elisete Santana da Cruz	UNEB	Dissertação (Mestrado em Crítica Cultural)	2011
67	Educação Sexual nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental: concepções e práticas	SANTOS, Claudete Martins	UFSE	Dissertação	2011
68	Brincadeiras no Recreio: uma reflexão sobre as relações de gênero e sexualidade	PENNA, Cleuza Maria Abranches	Unesp	Dissertação	2011
69	Se essa rua fosse minha: concepções de gestores e professores de instituições escolares estaduais que convivem com a exploração sexual de menores	REBOLHO, Ana Claudia Figueiredo	Centro Universitário Moura Lacerda	Dissertação	2011
70	Nem tão azul, nem tão rosa: os professores e suas representações do diferente no contexto escolar	JUNIOR, Paulo Santos Freitas	UENF	Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais)	2011
71	Os patamares de adesão das escolas à educação sexual	COSTA, Priscila Carozza Frasson	USP	Tese	2012
72	Significado da sexualidade e assuntos correlatos no contexto escolar por professores do ensino fundamental na educação sexual: experiência de uma pesquisa-ação	JAQUES, André Estevam	USP	Tese	2012
73	Sexualidade e Educação Sexual: prática docente em uma escola pública de Juazeiro do Norte-CE	QUIRINO, Glauberto da Silva	UFRGS	Tese (Doutorado em Educação em Ciências Químicas da vida e saúde)	2012
74	Esporte escolar e emancipação humana: reflexões à luz da ontologia marxiana	JUNIOR, Waldemar Marques	Unesp	Tese	2012
75	Educação sexual nas escolas: marcas e concepções culturais	KONRATH, Vera Lucia	UNIVATES	Dissertação	2012

76	Concepções de pais de adolescentes escolares sobre temáticas relacionadas à sexualidade humana	QUEIROS, Pollyanna de Siqueira	UFG	Dissertação	2012
77	Educação Sexual na Adolescência. Novos olhares da Educação Física para as sétimas séries do ensino fundamental	CUNHA, Maria de Lourdes Pavei da	UNISAL	Dissertação	2012
78	Existir e deixar existir: possíveis contribuições do ensino de ciências à educação sexual de jovens e adultos à luz de uma abordagem emancipatória de ensino	SOARES, Marina Nunes Teixeira	UnB	Dissertação	2012
79	Sexualidade no Ensino Fundamental: a transversalidade como direito	FALCÃO, Wilmara Maria Dantas	Fundação Visconde de Cairu	Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Desenvolvimento Humano e Responsabilidade Social)	2012
80	Temas transversais no ensino fundamental: educação para a saúde e educação sexual	ZARTH, Silvana Maria	PUCRS	Tese	2013
81	Educação Sexual e Gênero: um estudo da visão de professores/as do Ensino Fundamental I	MOURA, Ana Regina de Oliveira	Centro Universitário Moura Lacerda	Dissertação	2013
82	O desenvolvimento de competências nos estudantes de graduação em enfermagem	SANTOS, Luzia Teresinha Vianna dos	UNILASALLE	Dissertação	2013
83	Mal-estar na docência: um estudo de caso no ensino público da Serra Gaúcha/RS	WEIRICH, Carla	UNILASALLE	Dissertação	2014
84	A prática de alfabetização no primeiro ano do ensino fundamental: um estudo de caso em uma escola pública municipal	CHERUTI, Luciana Joselia Correa	UNILASALLE	Dissertação	2014
85	(Re)Discutindo Saberes (Re)Construindo Fazeres: reflexões sobre a Educação Sexual nas séries iniciais do Ensino Fundamental	VIDAL, Haroldo Junior Evangelista	UNIVC	Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento regional)	2014
86	Síndrome de Down e sexualidade: um estudo sobre as percepções dos/as profissionais que atendem em instituições no Vale do Rio dos Sinos/RS	SENGER, Maureen Koch	Universidade FEEVALE	Dissertação (Mestrado em Diversidade Cultural e Inclusão Social)	2014
87	Educação para a sexualidade no ensino fundamental: discursos e práticas de pais e professores	SILVA, Rosenilda Moura da	UCB	Tese	2015
88	Sexualidade e adolescência: rodas de conversa e vivências em uma escola de ensino fundamental	BERTOLINI, Debora Brandão	Unesp	Dissertação	2015

89	A Educação Sexual nos anos iniciais do Ensino Fundamental em uma escola pública de Santo André	SILVA, Mirtes Pacheco da	UFABC	Dissertação (Mestrado em Ensino e História das Ciências e da Matemática)	2015
90	Trajetórias escolares no Ensino Fundamental: estudo de uma escola pública	SOUSA, Larissa Reno Gomide de	Unesp	Dissertação	2015
91	Contos de Fadas no Ensino Fundamental I: Analisando os recursos empregados e as estratégias que podem ser adotadas pelas/os docentes na desconstrução de estereótipos sexistas	AUGUSTINI, Erica Rodrigues do Nascimento	Unesp	Dissertação	2015
92	Representações sociais de gênero pela linguagem de moda em um grupo de estudantes do Ensino Fundamental II	BATTISTI, Francisleth Pereira	Unesp	Dissertação	2015
93	Educação sexual nos anos iniciais do ensino fundamental: currículo e práticas de uma escola pública da cidade de Marília-SP	FIORINI, Jessica Sampaio	Unesp	Dissertação	2016
94	Dificuldades relatadas por professores do ensino fundamental na implementação de ações de educação sexual	MENEGHETTI, Vanize	Unioeste	Dissertação	2016
95	Oficinas de Educação Sexual para alunos do Ensino Fundamental: educação para a saúde e cidadania	GOMES, Marcus Paulo Nogueira	PUC Minas	Dissertação	2016
96	Senso prático e reflexividade na prática de quatro professores do Ensino Fundamental	SUFICIER, Darbi Masson	Unesp	Tese	2017
97	Responsabilidade de quem? O que pensam os pais de alunos do ensino fundamental sobre a educação sexual na escola.	CABRAL, Priscila Paiva	UNIOESTE	Dissertação	2017
98	Representações sociais de Educação Sexual por professores do 9º ano do Ensino Fundamental	MORAES, Jacqueline Carvalho de	UNESA	Dissertação	2017
99	Educação científica no Ensino Fundamental I: a questão da educação sexual	MIZUNUMA, Samanta	UTFPR	Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de Ciência e Tecnologia)	2017
100	Sexualidade Humana e Educação Sexual: elaboração e análise de formação continuada para professores/as do ensino fundamental	POLA, Lorena Christina De Anchieta Garcia	Unesp	Dissertação	2018
101	Diversidade Sexual e de Gênero: uma proposta criativa e lúdica para professoras/es do Ensino Fundamental I de uma cidade do interior do Paraná	JUNIOR, Jurandir Ferreira de Paiva	Unesp	Dissertação	2018

102	Do Centro de Ressocialização à reinserção social: o papel do Poder Executivo Público Municipal neste processo	DOTOLI, Flavia Saletti Grecco	Unesp	Dissertação	2018
103	A história da criação do Papo Jovem: um Projeto de educação sexual integrado ao currículo de uma escola de ensino fundamental e médio	BUENO, Rita CasCasia Pereira	Unesp	Dissertação	2018
104	Concepções de pais de estudantes do sexto ano do ensino fundamental referentes à educação sexual na escola	MATOS, Maria Conceicao da Costa	Universidade Pitágoras – UNOPAR	Dissertação	2018
105	Elaboração e avaliação de um programa de ensino sobre educação sexual para professores do ensino fundamental I	MOURA, Carla Elias De	UNIOESTE	Dissertação	2018
106	Ensino de Ciência e Sexualidade: um estudo das abordagens e práticas educativas no 5º ano do Ensino Fundamental	COSTA, Paula Naranjo da	UEA	Dissertação	2018
107	A educação sexual: mas qual? Diretrizes para formação de professores em uma perspectiva emancipatória	TUCKMANTEL, Maísa Maganha	Unicamp	Tese	2019
108	Grau de conhecimento, conforto, motivação e envolvimento de professoras(es) do ensino fundamental na promoção da educação sexual em meio escolar: estudo transversal	PASSARO, Anice de Campos	USP	Tese (Doutorado em Ciências da Reabilitação)	2019
109	Educação Sexual nas Políticas Educacionais: um estudo na Rede Estadual de Ensino de Aparecida de Goiânia	LIMA, Lorena Carvelo e Silva	PUC Goiás	Dissertação	2018
110	O olhar dos professores sobre adaptação curricular para alunos com deficiência intelectual: uma ação de formação continuada na escola	NETO, Artur Carmelo	Unesp	Tese	2019
111	Educação crítica libertadora para a sexualidade do adolescente na escola rural na Colômbia e no Brasil	GARZON, Adriana Marcela Monroy	UFMG	Tese (Doutorado em Enfermagem)	2019
112	Oficinas de sexualidade: uma metodologia de ensino de educação sexual para alunos e alunas do ensino fundamental	MASSAN, Caroline Alfieri	UENP	Dissertação	2019
113	Infância, Gênero e Educação Infantil: Percepções e Ações na Formação Continuada dos Educadores	CAMILO, Vanessa Cristina Sossai	Unesp	Dissertação	2019

114	Percepções da infância na contemporaneidade: a escuta de educadores formadores de uma rede municipal de ensino	COLIN, Andrea Simone de Andrade	Unesp	Dissertação	2019
115	Educação sexual no ensino fundamental: construindo uma unidade didática	SANTOS, Luciana Henzel dos	UFPEL	Dissertação	2019
116	Educação sexual: uma proposta para a Educação de Jovens e Adultos do Ensino Fundamental II	DIAS, Danielly Ferreira	UFU	Dissertação	2019
117	Abuso sexual infantil: compreensões de docentes dos anos iniciais do ensino fundamental	CAETANO, Evelyn Diconcili	UNIPLAC	Dissertação	2019
118	Gênero e ensino de ciências: como professores da disciplina abordam o tema em sala de aula	BARROS, Patricia da Silva	CEFET-RJ	Dissertação	2019
119	Avaliação do aprendizado em educação para sexualidade entre adolescentes do oitavo ano numa escola periférica do município de Rio Branco – Acre	VIANA, Samia Raquel da Silva	UFAC	Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de Ciências e Matemática)	2019
120	Educação Sexual no meio escolar: elaboração de um Guia Pedagógico para escolas municipais de Anápolis-GO	TEIXEIRA, Camila Sabino	UEG	Dissertação	2019
121	As infecções sexualmente transmissíveis e a educação em saúde na escola: uma proposta pedagógica para o ensino de Ciências	MARQUES, Ana Paula Lima Cerqueira	UFMA	Dissertação	2019
122	Literatura e transversalidade: a diversidade sexual e a literatura infantojuvenil no Ensino Fundamental II	ARAÚJO, Maciel Nascimento de	UFCG	Dissertação (Mestrado Profissional em Letras)	2019
123	As alunas aprendem só por que são esforçadas? O imaginário social das/dos docentes de um curso técnico em administração, Porto Alegre-RS	PEREIRA, Zeni Terezinha Goncalves	UNILASALE	Dissertação	2019
124	Violências de gênero nas trajetórias de aprendizagens: alunas em vulnerabilidade social e em situação de rua em uma escola de educação de jovens e adultos, Ensino fundamental, Porto Alegre, Sul do Brasil	BADY, Janaina Bueno	UNILASALE	Dissertação	2019
125	Educação em saúde: atuação de estudantes do ensino médio na prevenção de IST	REIS, Marcos Renato Coutinho dos	UFMG	Dissertação (Mestrado Profissional em PROFBIO Ensino de Biologia em Rede Nacional)	2019

126	Cards literários e gamificação da literatura: discursos, modos de existência e subjetividades das escrituras de “Hamlet – o Jogo”	PIMENTA, Leny Andre	Unesp	Tese	2020
127	Sexualidade, gênero e educação nas políticas públicas do município de Campinas-SP: movimentos sociais, projetos educacionais e matrizes jurídicas em disputa (1988-2015)	FACHINI, Michele Alexandra	Unicamp	Tese	2020
128	Consolidação da educação sexual como tema de pesquisa no Brasil: mapeamento das dissertações e teses defendidas nos programas de Pós-Graduação em educação.	PACHECO, Raquel da Veiga	UDESC	Tese	2020
129	Diversidade sexual na escola: um estudo sobre as representações do professor	SILVA, Lilian de Souza	Unesp	Dissertação	2020
130	Infância, Gênero e Educação Infantil: percepções e ações na e para a formação inicial do pedagogo	CROCIARI, Ariane	Unesp	Dissertação	2020
131	Entre a ausência e a representatividade: Gênero e Mulheres nos livros didáticos de História	SOUZA, Mariane Pizarro de	Unesp	Dissertação	2020
132	Sexualidade e educação sexual de alunos (as) alvo da educação especial: concepções de professores (as)	CARVALHO, Leilane Raquel Spadotto de	Unesp	Dissertação (Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem)	2020
133	Promoção da saúde sexual e reprodutiva de adolescentes na perspectiva da teoria holística de saúde	DOEGE, Helena	FURB	Dissertação (Mestrado Profissional em Saúde Coletiva)	2020
134	Desenvolvimento de um jogo digital para educação sexual de adolescentes	MAZZA, Lilian Cerri	UEL	Dissertação (Mestrado em Análise do Comportamento)	2020
135	O professor como mediador e multiplicador da educação sexual: uma análise de práticas pedagógicas	VIZENTIM, Lucas Aparecido	Unesp	Dissertação	2020
136	A Educação Sexual no contexto do Ensino Fundamental	DIAS, Carolina Nicolodi	URI Erechim	Dissertação	2020
137	Pessoas de sexualidades e identidade de gênero desviantes no CEEJA: um olhar para a escola de ensino regular frente às experiências de homofobias	REIS, Rafael dos Santos	UEM	Dissertação	2020
138	Interpretações docentes sobre as expressões da sexualidade infantil na primeira etapa do Ensino Fundamental	MINALI, João Alexandre	Unesp	Dissertação	2020

139	Desafios atuais nas Práticas pedagógicas na educação sexual nos anos finais do ensino fundamental em Campo Novo do Parecis	NONENMACHER, Rosani	UNEMAT	Dissertação Mestrado em (Ensino de Ciências e Matemática)	2020
140	A compreensão dos conselheiros tutelares sobre os atendimentos de violência sexual infanto juvenil: conhecendo os impasses e as facilidades	VICENTE, Aparecido Renan	Unesp	Dissertação	2020
141	Sexualidade e educação sexual de pessoas com deficiência intelectual: entendimentos de professores de uma instituição de educação especial'	ZUIN, Luiz Fernando	Unesp	Dissertação	2020
142	Cyberbullying no Brasil: panorama de pesquisa e legislação	TAVARES, Ronielisson Loiola de Jesus	Unesp	Dissertação	2020
143	Contexto organizacional: possibilidades e barreiras para discussão de sexualidade e diversidade	BOTAN, Keila Isabel	Unesp	Dissertação	2020
144	A formação do/a Pedagogo/a para a educação sexual escolar	MALAGI, Aline	UFFS	Dissertação	2020
145	Educação sexual: propostas de oficinas didáticas para o ensino fundamental e médio	MEDEIROS, Ewerton Ricardo Viana de	UFRN	Dissertação	2020
146	Transmissão das infecções sexualmente transmissíveis – ISTs - entre adolescentes: uma proposta de abordagem metodológica investigativa pela produção de vídeos	MEDEIROS, Vanessa Rodrigues Viana	UFMG	Dissertação (Mestrado Profissional em PROFBIO Ensino de Biologia em Rede Nacional)	2020
147	A Formação Inicial de Professores em Ciências: Ações Mobilizadoras de Sentidos no Estágio Supervisionado	SILVEIRA, Renata Vasconcelos Alves	USP	Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática)	2020
148	Doenças sexualmente transmissíveis em mulheres a partir de cinquenta anos: análise retrospectiva de 2000 a 2017 no setor de doenças sexualmente transmissíveis da Universidade Federal Fluminense	MAIA, Mariana Cotta	UFF	Dissertação (Mestrado Profissional em Saúde Materno-Infantil)	2020
149	Tecnologia informativa para o autocuidado na prevenção da gravidez e infecções sexualmente transmissíveis na adolescência	STANKOWSKI, Sandra Suzana	UFN	Dissertação (Mestrado Profissional em Saúde Materno Infantil)	2020
150	Gênero e sexualidade no currículo da cidade de São Paulo	TAVANO, Vinicius	Unesp	Tese	2021
151	A educação sexual nos documentos curriculares e na perspectiva de professores do ensino fundamental	VICENTE, Luciane da Silva	UNINOVE	Tese	2021

152	Educação sexual e formação de professores: uma revisão bibliográfica sistemática nas bases CAPES e IBICT entre 2000 e 2020	MIRANDA, Ana Regina Branco de	Unesp	Dissertação	2021
153	Fundamentos e práticas educativas sobre Gênero e Sexualidade na Formação Inicial do Pedagogo para atuação na Educação Infantil	ALVES, Guilherme De Souza Vieira	Unesp	Dissertação	2021
154	Inventário de risco e proteção para violência sexual infantojuvenil	Lucca, Roger de	Unesp	Dissertação	2021
155	Educação Sexual na Formação de Professores: caminhos para a prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes	CARVALHO, Hanielly Cristinny Mendes	IF Goiano	Dissertação	2021
156	Web seminários sobre educação sexual como proposta pedagógica para a formação inicial e continuada de professores	COSTA, Evelize Bordinhão	UFTPR	Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de Ciência e Tecnologia)	2021
157	Educação sexual no ambiente escolar	COSTA, Lucas Jose Silva	UFMG	Dissertação	2021
158	Educação e sexualidade: a discriminação do público trans no contexto escolar	PERICO, Lucas	Unesp	Dissertação	2021
159	A importância do ensino da sexualidade humana na formação docente	SILVA, Maria da Conceição Nogueira da	UFAC	Dissertação	2021
160	Um discurso sobre gênero em uma escola profissionalizante do Sul do Brasil. O que pensam, o que dizem, o que sentem, as estudantes do programa jovem aprendiz?	SILVA, Karina Dias da	UNILASALLE	Dissertação	2021
161	A construção das masculinidades de jovens em contexto escolar em uma comunidade de zona rural	FREITAS, Jose Rossicleiton de	URCA	Dissertação	2021
162	Território de negociações, roteiros instáveis: noções de consentimento a partir do diálogo entre jovens	XAVIER, Gláucia Marques	UFRGS	Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências Química da Vida e Saúde)	2021
163	Gênero e sexualidade: um estudo exploratório a partir do PPP de duas escolas de Ensino Fundamental I de Santo Ângelo, RS	COLOVINI, Luana	URI Erechim	Dissertação	2021
164	Violência contra crianças e adolescentes: a percepção dos professores de ciências biológicas do ensino fundamental da rede pública do município de Cáceres/MT	FERNANDES, Catia Aparecida Miguel	UFMT	Dissertação	2021

165	Prevenção da violência sexual infantil: desenvolvimento e estudo de viabilidade de um questionário gamificado	CARNEIRO, Rita de Kássia Candido	Unesp	Tese	2022
166	A “ideologia” do azul e do rosa: um estudo de caso sobre sexualidade e gênero no imaginário docente da rede pública de ensino em Parobé/RS	PETTER, Shirlei Alessandra	UNILASALLE	Tese	2022
167	O direito à educação sexual na perspectiva das quatro escolas de Marie-Benedicte Dembour: uma análise jurídica sobre a heterocisnormatividade e o <i>bullying</i> LGBTfóbico no Ensino Básico	ANDRADE, Arthur Albuquerque de	UFPE	Tese (Doutorado em Direito)	2022
168	Relacionamentos afetivo-sexuais na adolescência precoce e vulnerabilidades associadas em estudantes do município do Rio de Janeiro	COSTA, Simoni Furtado da	UERJ	Tese (Doutorado em Ciências Médicas)	2022
169	Vida sexual e HPV: avaliação do nível de conhecimento de um grupo de estudantes da rede pública de ensino de Miracema (RJ) e a produção de um jogo didático para abordagem do tema	ARRUDA, Sabrina dos Santos	UFF	Dissertação	2022
170	Ensino de ciências de base experimental na pandemia: uma pesquisa bibliográfica exploratória	SANTOS, Isabela Nogueira Basilio dos	USP	Dissertação (Mestrado em Ciências e Matemática)	2022
171	A disciplina escolar Ciências: o caso da escola Raul Saddi (1974-2012)	ELOI, Ana Paula Borges	USP	Dissertação (Mestrado em Ciências e Matemática)	2022
172	Sexualidade e gênero na EJA: um olhar sobre materiais didáticos do município de ribeirão preto	SOUZA, Leticia Franco de	Unesp	Dissertação	2022
173	Sexualidades e gêneros nas escolas municipais de Itajaí (SC) e a política educacional na atualidade	LEONI, Pedro Inacio	UNIVALI	Dissertação	2022
174	Racismo e formação docente: uma análise da produção de teses e dissertações brasileiras de 2016 a 2020	LAGES, Maryolanda Trindade	UNILASALLE	Dissertação	2022
175	Olhares sobre a sexualidade e o atendimento educacional especializado nos anos finais do ensino fundamental da rede pública municipal de Sapucaia do Sul/RS	DUARTE, Julia Maria Marques	UNILASALLE	Dissertação	2022
176	Luzes acesas sobre gênero e sexualidade na formação continuada da educação infantil de Sapucaia do Sul/RS	SOUZA, Marcos Rogerio dos Santos	UNILASALLE	Dissertação	2022

177	Gravidez na adolescência e evasão escolar: um estudo de caso	NOVAES, Matheus Leme	UFES	Dissertação	2022
178	Inserção de conteúdos de Educação Sexual nos cursos de Pedagogia das instituições públicas do Estado de São Paulo	MANCHINI, Isabela Cristina	Unesp	Dissertação	2022
179	Educação sexual e sexualidade no ensino fundamental-anos iniciais: desafios e perspectivas	SILVA, Irene Ferreira da	USCS	Dissertação	2022
180	A importância da disciplina educação sexual no currículo do curso de medicina: observando a sexualidade como plano de dimensões individuais	FONSECA, Paula Erika Osaki da	IAMSPE	Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde)	2022
181	Estratégias didáticas para a promoção da educação sexual no ensino médio	VALE, Ilca Mendes	UFPB	Dissertação (Mestrado Profissional em PROFBIO Ensino de Biologia em Rede Nacional)	2022
182	Elaboração de sequência didática sobre educação sexual à luz da abordagem investigativa: autocuidado e promoção da saúde no ensino médio	RODRIGUES, Juliana Faria	UERJ	Dissertação (Mestrado Profissional em PROFBIO Ensino de Biologia em Rede Nacional)	2022
183	Recursos didáticos para o ensino médio: uma abordagem acerca da temática métodos anticoncepcionais	COSTA, Joice do Socorro Farias da Silva	UFPA	Dissertação (Mestrado Profissional em PROFBIO Ensino de Biologia em Rede Nacional)	2022
184	O Livro de Aço: um jogo de cartas representativo sobre as heroínas do Brasil para versar sobre as relações de gênero e a história das mulheres	RODRIGUES, Lillian Salatini Mauricio	Unesp	Dissertação	2022
185	Educação Científica para o Entendimento da Sexualidade: Análise Bibliográfica e Documental de Aspectos de Ensino Destinados aos Estudantes Surdos de Escolas Bilíngues do Ensino Fundamental	SILVA, Danley Greg Bezerra da	UEL	Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Educação Matemática)	2022
186	A transdisciplinaridade na prevenção da violência sexual na adolescência no contexto escolar	CARGNIN, Sulamyta	Unesp	Dissertação	2022
187	Educação Sexual: potencialidades e fragilidades na Formação Continuada de educadores brasileiros que atuam na Região Centro-Oeste	Maciel, Elizania Regina	Universidade Anhanguera	Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática)	2022

188	Tecnologias digitais de informação e comunicação e ensino remoto em escolas municipais de Jataí durante a pandemia de COVID-19	RODRIGUES, Jessica Lima	UFJ	Dissertação	2022
189	Tecnologias digitais e metodologias ativas na formação inicial do pedagogo: análise de projetos pedagógicos de cursos superiores do estado de Goiás	SZABADACH, Fabiana Prado	UFJ	Dissertação	2022
190	Literatura “cuíer” e diversidade sexual: cores para uma norma em branco sob os enfoques da educação e do direito	CARVALHO, Fabiana Tiraboschi	UFJ	Dissertação	2022
191	Iniciação sexual e fatores associados em adolescentes escolares do Piauí	CASTRO, Lucelia da Cunha	UFPI	Dissertação (Mestrado em Saúde e Comunidade)	2022

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do Portal da BDTD e do Portal da CAPES/Plataforma Sucupira. Pesquisa realizada entre os dias 17 e 23 de julho de 2023, revisada em novembro de 2023 e em março de 2024.

Quadro 5 – Produções (teses e dissertações) BDTD e CAPES – Educação Sexual/Ensino Fundamental – 2000-2022

	Título	Autoria	Instituição	Tipo	Ano
1	A Educação Sexual em Tempos de AIDS: um caminho possível para uma ação no âmbito escolar	MARTINS, João Carlos	PUC SP	Tese	2000
2	Sexualidade Humana: uma proposta de Inserção Curricular no Curso de Economia Doméstica da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	SILVA, Sueli da	UGF	Dissertação (Mestrado em Sexologia)	2000
3	A Educação Sexual sobre Prisma da Gravidez na Adolescência	GUIMARÃES, Ranilce Mascarenhas	UCB	Dissertação	2000
4	Adolescentes: a vivência da sexualidade em tempos de AIDS	BOTELHO, Débora Aparecida	USP	Dissertação (Mestrado em Psicologia)	2001
5	Educação Sexual: Representações Sociais de Professores(as) de Ensino Fundamental	PEDROSA, Maria da Piedade Lins	UFPB	Dissertação	2001
6	Educação sexual na escola: intenções e concepções	MATTOS, Miriam	UPF	Dissertação	2001
7	Educação Sexual pela Internet para Professores de Ensino Fundamental (ESAD)	ROJTENBERG, Charles	UGF	Dissertação (Mestrado em Sexologia)	2002
8	Educação sexual nas escolas: pesquisa-ação com professores do ensino fundamental	MIYASAKI, Sandra Cristina Shiguemi	USP	Dissertação (Mestrado em Enfermagem)	2002
9	O desenvolvimento do "Conhecimento Pedagógico do Conteúdo" de Sexualidade entre professores e ensino fundamental	SILVA, Mirian Pacheco da	Unesp	Dissertação (Mestrado em Educação para a Ciência)	2002
10	Orientação Sexual: entre o proposto e o realizado nas Escolas Públicas de Ensino Fundamental e Médio na cidade de Ponta Grossa	SCHAFRANSKI, Andréia Perez	UEPG	Dissertação	2002
11	Relações de gênero e sexualidade no cotidiano escolar: concepções de duas professoras do ensino fundamental	NUNES, Maria Dolores de Figueiredo	UFSCar	Dissertação	2002
12	Educação sexual do adolescente escolar: estudo de caso a partir do desempenho metodológico de duas regências	SANTOS, Maria de Lourdes Sperli Geraldes	FAMERP	Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde)	2002
13	Adolescência, Aids e educação escolar: elementos para reflexão	CARRADORE, Vânia Maria	Unesp	Dissertação	2002
14	A educação sexual nas escolas da rede municipal de Curitiba	CAOBIANCO, Janaina Fernandes Cardoso	UTP	Dissertação	2003
15	Educação sexual na escola: um estudo junto a adolescentes	FOSSA, Angela Marcia	UNIMEP	Dissertação	2003
16	Gravidez na Adolescência: análise da reincidência	SAKAMOTO, Dulcinéia Luccas	Unesp	Dissertação (Mestrado em Serviço Social)	2003
17	Apresentação e avaliação de software educativo sobre sexualidade para adolescentes	MUNHOZ, Claudia Jaqueline Martinez	UNIFRAN	Dissertação (Mestrado em Promoção da Saúde)	2003

18	Interação Família e Escola na Educação Sexual da Criança no Contexto Escolar: uma Abordagem Sistêmica'	SOARES, Heliane Vilela	UCB	Dissertação	2003
19	Conhecimento de pais, alunos e professores sobre DST/AIDS: subsídios para uma prática educativa	NEVES, Sinara Mota	UNIFOR	Dissertação	2003
20	Educação Sexual de Deficientes Mentais: Experiências de Professoras do Ensino Fundamental em Aracaju	MELO, Marcos Ribeiro de	UFSE	Dissertação	2004
21	Concepções sobre Diversidade de Orientações Sexuais Veiculadas em Livros Didáticos, Paradidáticos de Ciências e Biologia	ANDRADE, Cristiane Pinto	UFBA	Dissertação (Mestrado em Ensino, Filosofia e História das Ciências)	2004
22	A sexualidade no currículo da escola fundamental - travessões e reticências sobre a homossexualidade nos discursos e nas atividades em uma escola em Belo Horizonte	BRAGA, Denise da Silva	PUC Minas	Dissertação	2004
23	Sexualidade: reconstruindo compreensões de forma coletiva, partindo da visão dos adolescentes	BOURSCHEID, Jacinta Lourdes	PUC RS	Dissertação	2004
24	A Obra de Chico Buarque de Holanda como Instrumento de Apoio nas Aulas de Educação Sexual	BRITO, Ana Maria Mello da Silva	UGF	Dissertação (Mestrado em Sexologia)	2004
25	Capacitação em Orientação Sexual para Professores: uma proposta pedagógica	MOREIRA, Maristela Poubel Araújo	UGF	Dissertação (Mestrado em Sexologia)	2004
26	Gênero e sexualidade nas diretrizes curriculares para a educação Brasileira	FREITAG, Marcos José Clivatti	FURB	Dissertação	2004
27	A Prática de Sexo Seguro entre Estudantes de Escolas Públicas de Minas Gerais	VIANA, Francisco José Machado	Unicamp	Dissertação (Mestrado em Tocoginecologia)	2004
28	As representações sociais que professores apresentam acerca do que avaliam ser as representações sociais de sexualidade de alunos do ensino fundamental de escolas públicas	COUTINHO, Marta Maria Telles	UFMT	Dissertação	2004
29	A Educação Sexual na Escola e as Tendências da Prática Pedagógica dos Professores	BIANCON, Mateus Luiz	UEL	Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Educação Matemática)	2005
30	As Atividades sobre Sexualidade Aplicadas Transversalmente nas Aulas de Ciências: Limites e Possibilidades	GARCIA, Maria de Fatima Lopes	UEL	Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Educação Matemática)	2005
31	A Educação Sexual na Escola: um processo em discussão	MARQUES, Maria Regina de Jesus	UNOESTE	Dissertação	2005
32	Adolescência, Gênero e AIDS: dando voz aos jovens	MENDES, Patricia de Oliveira e Silva Pereira	UFSC	Dissertação (Mestrado em Psicologia)	2005
33	Representações sociais da AIDS: um estudo com alunos da 8ª série do	PALUMBO, Giuliana Angela	Centro Universitário	Dissertação	2005

	Ensino Fundamental em uma escola municipal de Ribeirão Preto'		Moura Lacerda		
--	---	--	---------------	--	--

34	Educação sexual na escola - concepções e práticas	OLIVEIRA, Célia Maria Soares de	UFC	Dissertação	2006
35	Educação em saúde: Políticas Públicas de saúde e educação como construção social	SILVA, Silvana da	UNICID	Dissertação	2007
36	A sexualidade na compreensão de professores do ensino fundamental	MOIZÉS, Julieta Seixas	USP	Dissertação (Mestrado em Enfermagem Psiquiátrica)	2007
37	Entre Visibilidades e Invisibilidades: sentidos produzido sobre as relações vividas na escola por homossexuais	GRANÚZZIO, Patrícia Magri	UNIMEP	Dissertação	2007
38	Navegando nas ondas dos saberes do ser: uma conversa com a sexualidade à luz da corporeidade	PEREIRA, Kátia Maria	UFRN	Dissertação	2007
39	Orientação sexual na escola: o que pensam alunas/adolescentes do ensino fundamental	ANDRADE, Virginia Ribeiro Lima e	UCP	Dissertação	2008
40	Educação Sexual: uma análise da concepção dos professores de duas escolas estaduais do Ensino Fundamental de Curitiba	FRANÇA, Lindamara da Silva	UTP	Dissertação	2008
41	"O QUE É, O QUE É?": um ambiente de co-autoria de jogos educacionais baseados em cartas contextualizadas usando conhecimento de senso comum"	PEREIRA, Eliane Nascimento	UFSCar	Dissertação (Mestrado em Ciência da Computação)	2008
42	A enfermeira no contexto da educação sexual dos adolescentes e o olhar da família	ALMEIDA, Ana Carla Campos Hidalgo de	UFPR	Dissertação	2008
43	Educação Sexual e Ensino de Ciências: dilemas enfrentados por docentes do Ensino Fundamental	CRUZ, Izaura Santiago da	UFBA	Dissertação (Mestrado em Ensino, Filosofia e História das Ciências)	2008
44	Educação em Ciência e Sexualidade: o professor como mediador das atitudes e crenças sobre sexualidade no aluno	SILVA, Ricardo Desiderio da	UEM	Dissertação (Mestrado para a Ciência e o Ensino de Matemática)	2008
45	Companhia de Jesus. Manuel da Nóbrega. Brasil Colônia. Século XVI. História da Educação Sexual. Cartas.	STOLFI, Paula Furine	UNESP	Dissertação	2009
46	A orientação sexual e a educação física: sobre a prática pedagógica do professor na escola	SANTOS, Ivan Luis dos	UNESP	Dissertação	2009
47	Breve olhar sobre a sexualidade na fala dos professores da educação de jovens e adultos	BACCO Junior, Arnaldo Martinez de	UNESP	Dissertação	2009
48	A Companhia de Jesus e a formação da cultura sexual brasileira: um estudo histórico e documental a partir dos escritos do Padre Manuel da Nóbrega	SCALIA, Anne Caroline Mariank Alves	UNESP	Dissertação	2009
49	Educação sexual e formação de professores de ciências biológicas:	BONFIM, Cláudia Ramos de Souza	Unicamp	Tese	2009

	contradições, limites e possibilidades				
50	Escola e sexualidades diferentes concepções / muitos desafios	REIS, Eliana Fátima de Almeida	UFF	Dissertação	2009
51	Discursos sobre sexualidade nas escolas municipais de Curitiba	BORDINI, Santina Célia	UFPR	Dissertação	2009
52	(Re)pensando o uso de mapas conceituais: um estudo de caso com libras e <i>signwriting</i> na educação sexual	MALLMANN, Lisiane	ULBRA	Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática)	2009
53	Tá ligado!? Diálogos entre adolescentes e telenovelas da Rede Globo: interfaces na construção da compreensão da sexualidade	CARVALHO, Gabriela Maria Dutra de	UDESC	Dissertação	2009
54	Orientação sexual nas escolas: seria possível se não incomodasse?	ALMEIDA, Sandra Aparecida de	UFPB	Dissertação	2009
55	Como e Quando Começar a Orientação Sexual na Escola: a Opinião dos Professores do Município de Embu-SP	JARDIM, Dulcilene Pereira	USP	Dissertação (Mestrado em Enfermagem)	2009
56	Leitura e identidades étnico-raciais: reflexões sobre práticas discursivas na educação de jovens e adultos	MOURA, Dayse Cabral de	UFPE	Tese	2010
57	A institucionalização do conhecimento sexual enquanto tema de investigação e ensino em universidades brasileiras a partir das ações de grupos de pesquisa	BEDIN, Regina Célia	UNESP	Dissertação	2010
58	Educação sexual, corpo e sexualidade na visão dos alunos e professores do ensino fundamental	MOIZÉS, Julieta Seixas	USP	Tese (Doutorado em Enfermagem Psiquiátrica)	2010
59	Sexualidade e gênero: estudo das relações afetivas de jovens surdas de uma escola municipal de educação especial de São Paulo	RIBEIRO, Karen	FEUSP	Tese	2011
60	Sexualidade na fala de um grupo de professores: silenciamentos e interditos na prática educativa em um contexto amazônico	ESTÁCIO, Gisele de Araújo Govea	UNESP	Tese	2011
61	Percepções de alunos e professores da rede pública municipal de ensino fundamental de Uruguaiana acerca da educação sexual na escola	MOREIRA, Betina Loitzenbauer da Rocha	UFMS	Tese	2011
62	Educação sexual no ensino de ciências: um estudo com foco nos professores	SILVA, Otoniel Alvaro da	UFPR	Dissertação	2011
63	Isso é o que não mudou ainda: diversidade sexual, homofobia e cotidiano escolar	SANTOS, Raquel Alexandre Pinho dos	UNESP	Dissertação	2011
64	Sexualidade na fala de um grupo de professores: silenciamentos e interditos na prática educativa em um contexto amazônico	ESTACIO, Gisele de Araujo Gouvea	Unesp	Tese	2011
65	A concepção de indivíduo e suas repercussões na crise da escola	PEREIRA, Valmir	UNESP	Tese	2011
66	Representações de gênero nas falas das professoras da pré-escola	SANTOS, Valéria Lopes dos	UFMS	Dissertação	2011

	e primeiro ano do ensino fundamental que atuam no município de Corumbá/MS				
--	---	--	--	--	--

67	“Saindo do armário”, portas se abrem/fecham? As sexualidades na escola e na formação docente	FRANÇA, Elisete Santana da Cruz	UNEB	Dissertação (Mestrado em Crítica Cultural)	2011
68	Educação Sexual nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental: concepções e práticas	SANTOS, Claudete Martins	UFSE	Dissertação	2011
69	Brincadeiras no Recreio: uma reflexão sobre as relações de gênero e sexualidade	PENNA, Cleuza Maria Abranches	UNESP	Dissertação	2011
70	Se essa rua fosse minha: concepções de gestores e professores de instituições escolares estaduais que convivem com a exploração sexual de menores	REBOLHO, Ana Claudia Figueiredo	Centro Universitário Moura Lacerda	Dissertação	2011
71	Nem tão azul, nem tão rosa: os professores e suas representações do diferente no contexto escolar	JUNIOR, Paulo Santos Freitas	UENF	Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais)	2011
72	Educação sexual nas escolas: marcas e concepções culturais	KONRATH, Véra Lucia	UNIVATES	Dissertação	2012
73	Educação sexual na escola pública como estratégia de promoção em saúde	BRILHANTE, Aline Veras Morais	UNIFOR	Dissertação (Pós-Graduação em Saúde Coletiva)	2012
74	Os patamares de adesão das escolas à educação sexual	COSTA, Priscila Carozza Frasson	USP	Tese	2012
75	Significado da sexualidade e assuntos correlatos no contexto escolar por professores do ensino fundamental na educação sexual: experiência de uma pesquisa-ação	JAQUES, André Estevam	USP	Tese	2012
76	Sexualidade e Educação Sexual: prática docente em uma escola pública de Juazeiro do Norte-CE	QUIRINO, Glauberto da Silva	UFRGS	Tese (Doutorado em Educação em Ciências Química da vida e saúde)	2012
77	Esporte escolar e emancipação humana: reflexões à luz da ontologia marxiana	JUNIOR, Waldemar Marques	UNESP	Tese	2012
78	Concepções de pais de adolescentes escolares sobre temáticas relacionadas à sexualidade humana	QUEIROS, Pollyanna de Siqueira	UFG	Dissertação	2012
79	Educação Sexual na Adolescência. Novos olhares da Educação Física para as sétimas séries do ensino fundamental	CUNHA, Maria de Lourdes Pavei da	UNISAL	Dissertação	2012
80	Existir e deixar existir: possíveis contribuições do ensino de ciências à educação sexual de jovens e adultos à luz de uma abordagem emancipatória de ensino	SOARES, Marina Nunes Teixeira	UnB	Dissertação	2012

81	Sexualidade no Ensino Fundamental: a transversalidade como direito	FALCÃO, Wilmara Maria Dantas	Fundação Visconde de Cairu	Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Desenvolvimento Humano e Responsabilidade Social)	2012
----	--	------------------------------	----------------------------	---	------

82	Avaliação da implementação das ações de enfrentamento ao abuso sexual contra crianças e adolescentes em escolas públicas de Ensino Fundamental do Bairro de Guamá-Belém/PA	LIRIO, Flávio Corsini	UFPA	Tese	2013
83	A educação sexual no Amapá: experiências e desafios docentes	PANTOJA, Florinaldo Carreteiro	UFU	Tese	2013
84	Imagens da Diferença: artes visuais e diversidade sexual no Ensino Fundamental	PEREIRA, Alexandre Adalberto	UFU	Tese	2013
85	Temas transversais no ensino fundamental: educação para a saúde e educação sexual	ZARTH, Silvana Maria	PUCRS	Tese	2013
86	Marcas da vida viável marcas da vida visível – o governmento da diversidade sexual e o desafio de uma ética/estética pós-identitária para a teorização político-educacional LGBT	SIERRA, Jamil Cabral	UFPR	Tese	2013
87	Sexualidade e gênero: percepções de estudantes e professoras do 5º ano do ensino fundamental de uma escola pública de Itabaiana	SANTANA, João Rogério Menezes	UFSE	Dissertação	2013
88	A sexualidade como lema pedagógico: análise das propostas do MEC e da UNESCO para inserção do tema nas escolas	SILVA, Márcio Magalhães da	UNESP	Dissertação	2013
89	Educação Sexual e Gênero: um estudo da visão de professores/as do Ensino Fundamental I	MOURA, Ana Regina de Oliveira	Centro Universitário Moura Lacerda	Dissertação	2013
90	O desenvolvimento de competências nos estudantes de graduação em enfermagem	SANTOS, Luzia Teresinha Vianna dos	UNILASALLE	Dissertação	2013
91	Entre ditos e não ditos: a marcação social de diferenças de gênero e sexualidade por intermédio das práticas escolares da Educação Física	PRADO, Vagner Matias do	UNESP	Tese	2014
92	Mapeamento e articulações: uma análise das iniciativas de formação de educadores em sexualidade da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte (1989-2009)	ANDREA, Anna Claudia E. Batista D.	UFMG	Tese	2014
93	Estado da arte sobre sexualidade e educação sexual: estudo analítico-descritivo de teses e dissertações produzidas na Universidade Estadual Paulista	MOKWA, Valéria Maria N. Fernandes	UNESP	Tese	2014

94	A produção em sexualidade, gênero e educação sexual na ANPED: estudo analítico-descriptivo a partir do estado da arte como opção metodológica.	GONINI, Fátima Aparecida Coelho	UNESP	Tese	2014
----	--	---------------------------------	-------	------	------

95	Efeitos discursivos de políticas educacionais de gênero e de diversidade sexual num currículo de formação inicial em educação física	SANTOS, Luciene Neves	UFRGS	Tese	2014
96	Um estudo histórico da educação sexual do Brasil colonial a partir das representações do século XVI	SCALLA, Anne Caroline Mariank Alves	UNESP	Tese	2014
97	Gênero e Diversidade na Escola-GDE: investigando narrativas de profissionais da educação sobre diversidade sexual e de gênero no espaço escolar	TEIXEIRA, Fabiane Lopes	UFPEL	Tese	2014
98	Sexualidade na internet: análise de blogs sobre sexualidade e educação sexual	ARAÚJO, Karla Cristina Vicentini de	UNESP	Dissertação	2014
99	Educação sexual orientada para a ação: um estudo bibliográfico sobre a aplicabilidade dessa modalidade de intervenção	DIAS, Robinson Alves	UNESP	Dissertação	2014
100	Muito prazer!?. Discussões sobre sexualidade, gênero e educação sexual a partir da análise de revistas femininas e masculinas	PASTANA, Marcela	UNESP	Dissertação	2014
101	A educação sexual no Brasil Colônia prescrita nos regimentos do Santo Ofício da Inquisição portuguesa (1552-1774)	SANTOS, Shirley Romera dos	UNESP	Dissertação	2014
102	Mal-estar na docência: um estudo de caso no ensino público da Serra Gaúcha/RS	WEIRICH, Carla	UNILASALLE	Dissertação	2014
103	A prática de alfabetização no primeiro ano do ensino fundamental: um estudo de caso em uma escola pública municipal	CHERUTI, Luciana Joselia Correa	UNILASALLE	Dissertação	2014
104	(Re)Discutindo Saberes (Re)Construindo Fazeres: reflexões sobre a Educação Sexual nas séries iniciais do Ensino Fundamental	VIDAL, Haroldo Junior Evangelista	UNIVC	Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento regional)	2014
105	Síndrome de Down e sexualidade: um estudo sobre as percepções dos/as profissionais que atendem em instituições no Vale do Rio dos Sinos/RS	SENGER, Maureen Koch	FEEVALE	Dissertação (Mestrado em Diversidade Cultural e Inclusão Social)	2014
106	Transição entre a infância e a adolescência: concepções de alunos, professores e pais sobre sexo e sexualidade.	GROFF, Alcione Maria	UFPR	Tese	2015

107	“Minha vida de ameiba”; os scripts sexo-normativos e a construção social das assexualidades na internet e na escola.	OLIVEIRA, Elisabete Regina Baptista de	USP	Tese	2015
108	Estado da arte sobre as temáticas sexualidade, educação sexual e gênero nos Encontros Nacionais de Didática e Prática de Ensino-EDIPE (1996-2012)	PETRENAS, Rita de Cássia	UNESP	Tese	2015
109	Proposta Teórico-interpretativa em sexualidade infantil: contribuição à educação sexual a partir da Grounded Theory	SILVA, Claudionor Renato da	UNESP	Tese	2015
110	Educação audiovisual da sexualidade: olhares a partir do Kit anti-homofobia	SILVA, Ricardo Desiderio da	UNESP	Tese	2015
111	Representações sociais de gênero pela linguagem de moda em um grupo de estudantes do Ensino Fundamental II	BATTISTI, Francisleth Pereira	UNESP	Dissertação	2015
112	Uma contribuição à historiografia da educação sexual no Brasil: análise de três obras de Antônio Austregésilo (1923, 1928 e 1939)	AVILA, Iris Tereza Lafuente	UNESP	Dissertação	2015
113	Heteronormatividade e homofobia na educação escolar básica pública	BARREIRA, Marília Maria Lincoln	UNIFOR	Dissertação	2015
114	Educação para a sexualidade no ensino fundamental: discursos e práticas de pais e professores	SILVA, Rosenilda Moura da	UCB	Tese	2015
115	Sexualidade e adolescência: rodas de conversa e vivências em uma escola de ensino fundamental	BERTOLINI, Debora Brandão	UNESP	Dissertação	2015
116	A Educação Sexual nos anos iniciais do Ensino Fundamental em uma escola pública de Santo André	SILVA, Mirtes Pacheco da	UFABC	Dissertação (Mestrado em Ensino e História das Ciências e da Matemática)	2015
117	Trajetórias escolares no Ensino Fundamental: estudo de uma escola pública	SOUSA, Larissa Reno Gomide de	UNESP	Dissertação	2015
118	Contos de Fadas no Ensino Fundamental I: Analisando os recursos empregados e as estratégias que podem ser adotadas pelas/os docentes na desconstrução de estereótipos sexistas	AUGUSTINI, Erica Rodrigues do Nascimento	UNESP	Dissertação	2015
119	De corpo implicado: desafios para o movimento educacional da sociedade contemporânea.	CINTO, Gregory de Jesus Gonçalves	UNESP	Tese	2016
120	O currículo oficial do Estado de São Paulo e a educação sexual	SANTOS, Franciele Monique Scopete dos	UNESP	Tese	2016
121	Diferentes, porém iguais - o acontecimento do combate à homofobia no Projeto Saúde e Prevenção na Escola (SPE).	MENDES, Sandra Karina Barbosa	UFPA	Tese	2016
122	Educação sexual nos anos iniciais do ensino fundamental: currículo e	FIORINI, Jessica Sampaio	UNESP	Dissertação	2016

	práticas de uma escola pública da cidade de Marília-SP				
123	Educação sexual e comunicação: o rádio como alternativa pedagógica nas escolas a partir de uma intervenção	BRANCO, Aline Santana Castelo	UNESP	Dissertação	2016
124	Educação sexual familiar e religiosidade nas concepções sobre masturbação de jovens evangélicos	PEREIRA, Patrícia Cristiane	UNESP	Dissertação	2016

125	A educação sexual no portal do professor MEC: estudo analítico-descritivo das temáticas referentes à sexualidade no espaço da aula	REIS, Fernanda	UNESP	Dissertação	2016
126	Educação sexual familiar e religiosidade nas concepções sobre masturbação de jovens evangélicos	PEREIRA, Patrícia Cristiane	UNESP	Dissertação	2016
127	A construção dos saberes docentes: um olhar sobre as experiências de professores da disciplina de História acerca da temática de diversidade sexual	VIEIRA, Hamilton Edio dos Santos	UNESP	Dissertação	2016
128	Dificuldades relatadas por professores do ensino fundamental na implementação de ações de educação sexual	MENEGHETTI, Vanize	UNIOESTE	Dissertação	2016
129	Oficinas de Educação Sexual para alunos do Ensino Fundamental: educação para a saúde e cidadania	GOMES, Marcus Paulo Nogueira	PUC Minas	Dissertação	2016
130	Educação e orientação sexual na Educação Básica: gênero e sexualidade na produção acadêmico-científica brasileira no período de 2006-2015.	COSTA, Zuleika Leonora Schmidt	UNILASALLE	Tese	2017
131	Políticas Públicas e violência sexual contra crianças e adolescentes: Planos Municipais de Educação do Estado do Paraná como documentos de (não) promoção da discussão	OLIVEIRA, Márcio de	UEM	Tese	2017
132	Educación, diversidad sexual y subjetividad: una aproximación cultural-histórica a la educación sexual em Cali-Colombia.	QUEVEDO, Jorge Eduardo Moncayo	UnB	Tese	2017
133	Violência sexual contra crianças: a inserção da perspectiva de gênero em pesquisas de pós-graduação da área da educação	SPAZIANI, Raquel Baptista	UNESP	Tese	2017
134	Gestor escolar: sua influência na construção do projeto político pedagógico no que tange a educação sexual	BULZONI, Ana Maura Martins Castelli	UNESP	Dissertação	2017
135	Responsabilidade de quem? O que pensam os pais de alunos do ensino fundamental sobre a educação sexual na escola.	CABRAL, Priscila Paiva	UNIOESTE	Dissertação	2017

136	A educação e a diversidade sexual e de gênero: uma análise a partir da proposta dos temas transversais na perspectiva dos educadores	BASTIANINI, Marco Antônio Diniz	UNESP	Dissertação	2017
137	Educação em sexualidade: a web educação sexual em ação	SOUZA, Marcilene Mendes de	UNESP	Dissertação	2017
138	Senso prático e reflexividade na prática de quatro professores do Ensino Fundamental	SUFICIER, Darbi Masson	UNESP	Tese	2017
139	Representações sociais de Educação Sexual por professores do 9º ano do Ensino Fundamental	MORAES, Jacqueline Carvalho de	UNESA	Dissertação	2017

140	Educação científica no Ensino Fundamental I: a questão da educação sexual	MIZUNUMA, Samanta	UTFPR	Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de Ciência e Tecnologia)	2017
141	Concepções e relatos de adolescentes com altas habilidades ou superdotação sobre aspectos psicossociais da sexualidade	REIS, Veronica Lima dos	UNESP	Tese	2018
142	Incluir excluindo ou excluir incluindo: a escola E-JOVEM/LGBTTI e seus desdobramentos	SILVA, Renan Antônio da	UNESP	Tese	2018
143	TIC e educação em sexualidade: o olhar dos/as professores/as do projeto web educação sexual	CONTI, Larissa De Oliveira	UNESP	Dissertação	2018
144	Sexualidade Humana e Educação Sexual: elaboração e análise de formação continuada para professores/as do ensino fundamental	POLA, Lorena Christina De Anchieta Garcia	UNESP	Dissertação	2018
145	Diversidade Sexual e de Gênero: uma proposta criativa e lúdica para professoras/es do Ensino Fundamental I de uma cidade do interior do Paraná	JUNIOR, Jurandir Ferreira de Paiva	UNESP	Dissertação	2018
146	Do Centro de Ressocialização à reinserção social: o papel do Poder Executivo Público Municipal neste processo	DOTOLI, Flavia Saletti Grecco	UNESP	Dissertação	2018
147	A história da criação do Papo Jovem: um Projeto de educação sexual integrado ao currículo de uma escola de ensino fundamental e médio	BUENO, Rita CasCasia Pereira	UNESP	Dissertação	2018
148	Concepções de pais de estudantes do sexto ano do ensino fundamental referentes à educação sexual na escola	Matos, Maria Conceição da Costa	Universidade Pitágoras – UNOPAR	Dissertação	2018
149	Elaboração e avaliação de um programa de ensino sobre educação sexual para professores do ensino fundamental I	MOURA, Carla Elias De	UNIOESTE	Dissertação	2018
150	Educação Sexual nas Políticas Educacionais: um estudo na Rede Estadual de Ensino de Aparecida de Goiânia	LIMA, Lorena Carvelo e Silva	PUC Goiás	Dissertação	2018

151	Ensino de Ciência e Sexualidade: um estudo das abordagens e práticas educativas no 5º ano do Ensino Fundamental	COSTA, Paula Naranjo da	UEA	Dissertação	2018
152	Lesbianidades, performances de gênero e trajetória educacional	BRAGA, Keith Daiani da Silva	UNESP	Tese	2019
153	A educação sexual na constituição da cidadania global como projeto de transição: ensaio a partir das epistemologias do sul	PIERO, Alekssey Marcos Oliveira Di	UNESP	Tese	2019
154	Violência baseada em gênero na escola: análise a partir de textos jornalísticos	PIERO, Maria Flor Oliveira Di	UNESP	Tese	2019
155	Estudo da produção científica dos congressos nacionais de Psicologia Escolar (CONEP) no campo da sexualidade e educação sexual – 2007 a 2017	BENZONI, Selma Aparecida Geraldo	UNESP	Tese	2019
156	Corpo e sexualidade nas redes sociais e suas interfaces na educação escolar	SANTOS, Fausidos	UNESP	Tese	2019
157	Educação sexual no ensino fundamental: construindo uma unidade didática	SANTOS, Luciana Henzel dos	UFPEL	Dissertação	2019
158	Educação sexual: uma proposta para a Educação de Jovens e Adultos do Ensino Fundamental II	DIAS, Danielly Ferreira	UFU	Dissertação	2019
159	A educação sexual: mas qual? Diretrizes para formação de professores em uma perspectiva emancipatória	TUCKMANTEL, Máisa Maganha	UNICAMP	Tese	2019
160	Grau de conhecimento, conforto, motivação e envolvimento de professoras(es) do ensino fundamental na promoção da educação sexual em meio escolar: estudo transversal	PASSARO, Anice de Campos	USP	Tese (Doutorado em Ciências da Reabilitação)	2019
161	O olhar dos professores sobre adaptação curricular para alunos com deficiência intelectual: uma ação de formação continuada na escola	NETO, Artur Carmelo	Unesp	Tese	2019
162	Educação crítica libertadora para a sexualidade do adolescente na escola rural na Colômbia e no Brasil	GARZON, Adriana Marcela Monroy	UFMG	Tese (Doutorado em Enfermagem)	2019
163	Oficinas de sexualidade: uma metodologia de ensino de educação sexual para alunos e alunas do ensino fundamental	MASSAN, Caroline Alfieri	UENP	Dissertação	2019
164	Infância, Gênero e Educação Infantil: Percepções e Ações na Formação Continuada dos Educadores	CAMILO, Vanessa Cristina Sossai	UNESP	Dissertação	2019
165	Percepções da infância na contemporaneidade: a escuta de educadores formadores de uma rede municipal de ensino	COLIN, Andrea Simone de Andrade	UNESP	Dissertação	2019

166	Abuso sexual infantil: compreensões de docentes dos anos iniciais do ensino fundamental	CAETANO, Evelyn Diconcili	UNIPLAC	Dissertação	2019
167	Gênero e ensino de ciências: como professores da disciplina abordam o tema em sala de aula	BARROS, Patricia da Silva	CEFET-RJ	Dissertação	2019
168	Avaliação do aprendizado em educação para sexualidade entre adolescentes do oitavo ano numa escola periférica do município de Rio Branco – Acre	VIANA, Samia Raquel da Silva	UFAC	Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de Ciências e Matemática)	2019

169	Educação Sexual no meio escolar: elaboração de um Guia Pedagógico para escolas municipais de Anápolis-GO	TEIXEIRA, Camila Sabino	UEG	Dissertação	2019
170	As infecções sexualmente transmissíveis e a educação em saúde na escola: uma proposta pedagógica para o ensino de Ciências	MARQUES, Ana Paula Lima Cerqueira	UFMA	Dissertação	2019
171	Literatura e transversalidade: a diversidade sexual e a literatura infantojuvenil no Ensino Fundamental II	ARAÚJO, Maciel Nascimento de	UFCG	Dissertação (Mestrado Profissional em Letras)	2019
172	As alunas aprendem só por que são esforçadas? O imaginário social das/dos docentes de um curso técnico em administração, Porto Alegre-RS	PEREIRA, Zeni Terezinha Goncalves	UNILASALE	Dissertação	2019
173	Violências de gênero nas trajetórias de aprendizagens: alunas em vulnerabilidade social e em situação de rua em uma escola de educação de jovens e adultos, Ensino fundamental, Porto Alegre, Sul do Brasil	BADY, Janaina Bueno	UNILASALE	Dissertação	2019
174	Educação em saúde: atuação de estudantes do ensino médio na prevenção de IST	REIS, Marcos Renato Coutinho dos	UFMG	Dissertação (Mestrado Profissional em PROFBIO Ensino de Biologia em Rede Nacional)	2019
175	Abordagem político-científica acerca da educação em sexualidade e a formação inicial/continuada docente: um estudo de caso no curso de Pedagogia	AUGUSTINI, Érica Rodrigues do Nascimento	UNESP	Tese	2020
176	“Somos pessoas como as outras”: preconceito contra a diversidade sexual e de gênero e variações no clima escolar	BASTOS, Felipe	PUC Rio	Tese	2020
177	Educação sexual no Brasil: levantamento analítico de documentos oficiais e propostas de intervenção nos últimos 20 anos	FERREIRA, Gabriela Rossetti	UNESP	Tese	2020

178	Consolidação da educação sexual como tema de pesquisa no Brasil: mapeamento das dissertações e teses defendidas nos programas de Pós-Graduação em educação.	PACHECO, Raquel da Veiga	UDESC	Tese	2020
179	Formação em diversidade sexual na (re) significação das docências: um estudo na rede municipal de Manaus-AM	SILVA, Adan Rene Pereira da	UFAM	Tese	2020
180	Quem vê cara não vê orientação, nem a identidade de gênero: compreensões e práticas docentes frente às LGBTI fobias na escola	SILVA, Luciano Marques Da	UFRRJ	Tese	2020
181	O professor como mediador e multiplicador da educação sexual: uma análise de práticas pedagógicas	VIZENTIM, Lucas Aparecido	Unesp	Dissertação	2020
182	Educação sexual na escola: perspectiva da gestão	GOMES, Aurélia Garcia	UNESP	Dissertação (Pós-Graduação em Serviço Social)	2020
183	Corporeidade, gênero e diversidade sexual na escola sob a perspectiva docente	CUSTÓDIO, Diane Ângela Cunha	PUC Goiás	Dissertação	2020
184	Educação sexual na escola: perspectiva da gestão	GOMES, Aurélia Garcia	UNESP	Dissertação	2020
185	Cards literários e gamificação da literatura: discursos, modos de existência e subjetividades das escrituras de “Hamlet – o Jogo”	PIMENTA, Leny Andre	UNESP	Tese	2020
186	Sexualidade, gênero e educação nas políticas públicas do município de Campinas-SP: movimentos sociais, projetos educacionais e matrizes jurídicas em disputa (1988-2015)	FACHINI, Michele Alexandra	UNICAMP	Tese	2020
187	Diversidade sexual na escola: um estudo sobre as representações do professor	SILVA, Lilian de Souza	UNESP	Dissertação	2020
188	Infância, Gênero e Educação Infantil: percepções e ações na e para a formação inicial do pedagogo	CROCIARI, Ariane	UNESP	Dissertação	2020
189	Entre a ausência e a representatividade: Gênero e Mulheres nos livros didáticos de História	SOUZA, Mariane Pizarro de	UNESP	Dissertação	2020
190	Sexualidade e educação sexual de alunos (as) alvo da educação especial: concepções de professores (as)	CARVALHO, Leilane Raquel Spadotto de	UNESP	Dissertação (Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem)	2020
191	Promoção da saúde sexual e reprodutiva de adolescentes na perspectiva da teoria holística de saúde	DOEGE, Helena	FURB	Dissertação (Mestrado Profissional em Saúde Coletiva)	2020
192	Desenvolvimento de um jogo digital para educação sexual de adolescentes	MAZZA, Lilian Cerri	UEL	Dissertação (Mestrado em Análise do Comportamento)	2020

193	A Educação Sexual no contexto do Ensino Fundamental	DIAS, Carolina Nicolodi	URI Erechim	Dissertação	2020
194	Pessoas de sexualidades e identidade de gênero desviantes no CEEJA: um olhar para a escola de ensino regular frente às experiências de homofobias	REIS, Rafael dos Santos	UEM	Dissertação	2020
195	Interpretações docentes sobre as expressões da sexualidade infantil na primeira etapa do Ensino Fundamental	MINALI, João Alexandre	UNESP	Dissertação	2020
196	Desafios atuais nas Práticas pedagógicas na educação sexual nos anos finais do ensino fundamental em Campo Novo do Parecis	NONENMACHER, Rosani	UNEMAT	Dissertação Mestrado em (Ensino de Ciências e Matemática)	2020

197	A compreensão dos conselheiros tutelares sobre os atendimentos de violência sexual infanto juvenil: conhecendo os impasses e as facilidades	VICENTE, Aparecido Renan	UNESP	Dissertação	2020
198	Sexualidade e educação sexual de pessoas com deficiência intelectual: entendimentos de professores de uma instituição de educação especial'	ZUIN, Luiz Fernando	UNESP	Dissertação	2020
199	Cyberbullying no Brasil: panorama de pesquisa e legislação	TAVARES, Ronielisson Loiola de Jesus	UNESP	Dissertação	2020
200	Contexto organizacional: possibilidades e barreiras para discussão de sexualidade e diversidade	BOTAN, Keila Isabel	UNESP	Dissertação	2020
201	A formação do/a Pedagogo/a para a educação sexual escolar	MALAGI, Aline	UFFS	Dissertação	2020
202	Educação sexual: propostas de oficinas didáticas para o ensino fundamental e médio	MEDEIROS, Ewerton Ricardo Viana de	UFRN	Dissertação	2020
203	Transmissão das infecções sexualmente transmissíveis – ISTs - entre adolescentes: uma proposta de abordagem metodológica investigativa pela produção de vídeos	MEDEIROS, Vanessa Rodrigues Viana	UFMG	Dissertação (Mestrado Profissional em PROFBIO Ensino de Biologia em Rede Nacional)	2020
204	A Formação Inicial de Professores em Ciências: Ações Mobilizadoras de Sentidos no Estágio Supervisionado	SILVEIRA, Renata Vasconcelos Alves	USP	Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática)	2020
205	Doenças sexualmente transmissíveis em mulheres a partir de cinquenta anos: análise retrospectiva de 2000 a 2017 no setor de doenças sexualmente transmissíveis da Universidade Federal Fluminense	MAIA, Mariana Cotta	UFF	Dissertação (Mestrado Profissional em Saúde Materno-Infantil)	2020
206	Tecnologia informativa para o autocuidado na prevenção da	STANKOWSKI, Sandra Suzana	UFN	Dissertação (Mestrado Profissional em Saúde Materno Infantil)	2020

	gravidez e infecções sexualmente transmissíveis na adolescência				
207	Educação sexual nos documentos curriculares e nas perspectivas de uma secretaria municipal de educação e dos sujeitos da escola	CARVALHO, Francimeiry Santos	USP	Tese	2021
208	Gênero e sexualidade no currículo da cidade de São Paulo	TAVANO, Vinicius	UNESP	Tese	2021
209	A educação sexual nos documentos curriculares e na perspectiva de professores do ensino fundamental	VICENTE, Luciane da Silva	UNINOVE	Tese	2021
210	Sexualidade, gênero e infância: a relação escola, família e pediatria na Educação Sexual de crianças da Educação Infantil	OLIVEIRA, Maria Fernanda Celli de	UNESP	Tese	2021
211	Educação sexual e formação de professores: uma revisão bibliográfica sistemática nas bases CAPES e ibict entre 2000 e 2020	MIRANDA, Ana Regina Branco de	UNESP	Dissertação	2021
212	Fundamentos e práticas educativas sobre Gênero e Sexualidade na Formação Inicial do Pedagogo para atuação na Educação Infantil	ALVES, Guilherme De Souza Vieira	UNESP	Dissertação	2021
213	Inventário de risco e proteção para violência sexual infantojuvenil	LUCCA, Roger de	Unesp	Dissertação	2021
214	Educação Sexual na Formação de Professores: caminhos para a prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes	CARVALHO, Hanielly Cristinny Mendes	IF Goiano	Dissertação	2021
215	Web seminários sobre educação sexual como proposta pedagógica para a formação inicial e continuada de professores	COSTA, Evelize Bordinhão	UFTPR	Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de Ciência e Tecnologia)	2021
216	Educação sexual no ambiente escolar	COSTA, Lucas Jose Silva	UFMG	Dissertação	2021
217	Educação e sexualidade: a discriminação do público trans no contexto escolar	PERICO, Lucas	UNESP	Dissertação	2021
218	A importância do ensino da sexualidade humana na formação docente	SILVA, Maria da Conceição Nogueira da	UFAC	Dissertação	2021
219	Um discurso sobre gênero em uma escola profissionalizante do Sul do Brasil. O que pensam, o que dizem, o que sentem, as estudantes do programa jovem aprendiz?	SILVA, Karina Dias da	UNILASALLE	Dissertação	2021
220	A construção das masculinidades de jovens em contexto escolar em uma comunidade de zona rural	FREITAS, Jose Rossicleiton de	URCA	Dissertação	2021
221	Território de negociações, roteiros instáveis: noções de consentimento a partir do diálogo entre jovens	XAVIER, Glaucia Marques	UFRGS	Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências Química da Vida e Saúde)	2021
222	Gênero e sexualidade: um estudo exploratório a partir do ppp de duas escolas de Ensino	COLOVINI, Luana	URI Erechim	Dissertação	2021

	Fundamental I de Santo Ângelo, RS				
223	Violência contra crianças e adolescentes: a percepção dos professores de ciências biológicas do ensino fundamental da rede pública do município de Cáceres/MT	FERNANDES, Catia Aparecida Miguel	UFMT	Dissertação	2021
224	Uma interpretação sócio-histórica acerca da diversidade sexual na concepção de uma comunidade escolar em Rio Branco/Acre	ABREU, Leonardo Lani de	UFPR	Tese	2022
225	Prevenção da violência sexual infantil: desenvolvimento e estudo de viabilidade de um questionário gamificado	CARNEIRO, Rita de Kássia Candido	UNESP	Tese	2022
226	A “ideologia” do azul e do rosa: um estudo de caso sobre sexualidade e gênero no imaginário docente da rede pública de ensino em Parobé/RS	PETTER, Shirlei Alessandra	UNILASALLE	Tese	2022
227	A autoimagem e o autoconceito em adolescentes: ressonâncias da mídia e currículo escolar	MOREIRA, Daniela Arroyo Favero	UNESP	Tese	2022
228	Os caminhos da inclusão no Instituto Federal de Rondônia Campus Porto Velho Calama através da equidade de gênero.	TELLES, Livia Catarina Matoso dos Santos	UNIR	Tese	2022
229	Promoção da educação em saúde sexual com ênfase nos mecanismos de ação dos contraceptivos hormonais e no uso nocivo do contraceptivo de emergência	LEANDRO Augusto de Assis Fonseca	UFMG	Dissertação	2022
230	Educação sexual nos projetos políticos pedagógicos de escolas especiais	COLOMBO, Isabella Mota	UFSCAR	Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação Especial)	2022
231	O direito à educação sexual na perspectiva das quatro escolas de Marie-Benedicte Dembour: uma análise jurídica sobre a heterocisnormatividade e o <i>bullying</i> LGBTfóbico no Ensino Básico	ANDRADE, Arthur Albuquerque de	UFPE	Tese (Doutorado em Direito)	2022
232	Relacionamentos afetivo-sexuais na adolescência precoce e vulnerabilidades associadas em estudantes do município do Rio de Janeiro	COSTA, Simoni Furtado da	UERJ	Tese (Doutorado em Ciências Médicas)	2022
233	Vida sexual e HPV: avaliação do nível de conhecimento de um grupo de estudantes da rede pública de ensino de Miracema (RJ) e a produção de um jogo didático para abordagem do tema	ARRUDA, Sabrina dos Santos	UFF	Dissertação	2022
234	Ensino de ciências de base experimental na pandemia: uma pesquisa bibliográfica exploratória	SANTOS, Isabela Nogueira Basilio dos	USP	Dissertação (Mestrado em Ciências e Matemática)	2022

235	A disciplina escolar Ciências: o caso da escola Raul Saddi (1974-2012)	ELOI, Ana Paula Borges	USP	Dissertação (Mestrado em Ciências e Matemática)	2022
236	Sexualidade e gênero na EJA: um olhar sobre materiais didáticos do município de ribeirão preto	SOUZA, Leticia Franco de	UNESP	Dissertação	2022
237	Sexualidades e gêneros nas escolas municipais de Itajaí (SC) e a política educacional na atualidade	LEONI, Pedro Inacio	UNIVALI	Dissertação	2022
238	Racismo e formação docente: uma análise da produção de teses e dissertações brasileiras de 2016 a 2020	LAGES, Maryolanda Trindade	UNILASALLE	Dissertação	2022
239	Olhares sobre a sexualidade e o atendimento educacional especializado nos anos finais do ensino fundamental da rede pública municipal de Sapucaia do Sul/RS	DUARTE, Julia Maria Marques	UNILASALLE	Dissertação	2022
240	Luzes acesas sobre gênero e sexualidade na formação continuada da educação infantil de Sapucaia do Sul/RS	SOUZA, Marcos Rogerio dos Santos	UNILASALLE	Dissertação	2022
241	Gravidez na adolescência e evasão escolar: um estudo de caso	NOVAES, Matheus Leme	UFES	Dissertação	2022
242	Inserção de conteúdos de Educação Sexual nos cursos de Pedagogia das instituições públicas do Estado de São Paulo	MANCHINI, Isabela Cristina	UNESP	Dissertação	2022
243	Educação sexual e sexualidade no ensino fundamental-anos iniciais: desafios e perspectivas	SILVA, Irene Ferreira da	USCS	Dissertação	2022
244	A importância da disciplina educação sexual no currículo do curso de medicina: observando a sexualidade como plano de dimensões individuais	FONSECA, Paula Erika Osaki da	IAMSPE	Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde)	2022
245	Estratégias didáticas para a promoção da educação sexual no ensino médio	VALE, Ilca Mendes	UEPB	Dissertação (Mestrado Profissional em PROFBIO Ensino de Biologia em Rede Nacional)	2022
246	Elaboração de sequência didática sobre educação sexual à luz da abordagem investigativa: autocuidado e promoção da saúde no ensino médio	RODRIGUES, Juliana Faria	UERJ	Dissertação (Mestrado Profissional em PROFBIO Ensino de Biologia em Rede Nacional)	2022
247	Recursos didáticos para o ensino médio: uma abordagem acerca da temática métodos anticoncepcionais	COSTA, Joice do Socorro Farias da Silva	UFPA	Dissertação (Mestrado Profissional em PROFBIO Ensino de Biologia em Rede Nacional)	2022

248	O Livro de Aço: um jogo de cartas representativo sobre as heroínas do Brasil para versar sobre as relações de gênero e a história das mulheres	RODRIGUES, Lillian Salatini Mauricio	UNESP	Dissertação	2022
249	Educação Científica para o Entendimento da Sexualidade: Análise Bibliográfica e Documental de Aspectos de Ensino Destinados aos Estudantes Surdos de Escolas Bilíngues do Ensino Fundamental	SILVA, Danley Greg Bezerra da	UEL	Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Educação Matemática)	2022
250	A transdisciplinaridade na prevenção da violência sexual na adolescência no contexto escolar	CARGNIN, Sulamya	UNESP	Dissertação	2022
251	Educação Sexual: potencialidades e fragilidades na Formação Continuada de educadores brasileiros que atuam na Região Centro-Oeste	MACIEL, Elizania Regina	Universidade Anhanguera	Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática)	2022
252	Tecnologias digitais de informação e comunicação e ensino remoto em escolas municipais de jataí durante a pandemia de COVID-19	RODRIGUES, Jessica Lima	UFJ	Dissertação	2022
253	Tecnologias digitais e metodologias ativas na formação inicial do pedagogo: análise de projetos pedagógicos de cursos superiores do estado de Goiás	SZABADACH, Fabiana Prado	UFJ	Dissertação	2022
254	Literatura “cuíer” e diversidade sexual: cores para uma norma em branco sob os enfoques da educação e do direito	CARVALHO, Fabiana Tiraboschi	UFJ	Dissertação	2022
255	Iniciação sexual e fatores associados em adolescentes escolares do Piauí	CASTRO, Lucelia da Cunha	UFPI	Dissertação (Mestrado em Saúde e Comunidade)	2022

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do Portal da BDTD e do Portal da CAPES/Plataforma Sucupira. Pesquisa realizada entre os dias 17 e 23 de julho de 2023, revisada em novembro de 2023 e em março de 2024.

Quadro 6 - Teses sobre “Educação Sexual AND Educação Escolar” – CAPES/Sucupira

Nº	Autoria	Tese	Ano	IES	Palavras-Chave
1	Abreu, Leonardo Lani de.	Uma interpretação sócio-histórica acerca da diversidade sexual na concepção de uma comunidade escolar em Rio Branco/Acre	2022	UFPR	Diversidade sexual; Gênero; Sexualidade; Heteronormatividade; LGBTJ+
2	Andrea, Anna Claudia E. Batista D.	Mapeamento e articulações: uma análise das iniciativas de formação de educadores em sexualidade da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte (1989-2009)	2014	UFMG	Formação de educadores; Educação em Sexualidade; Belo Horizonte
3	Assis, Maria de Fátima Pessoa de.	Corpo e psicosexualidade: metáforas da cultura	2012	UNESP	Não consta
4	Augustini, Érica Rodrigues do Nascimento	Abordagem político-científica acerca da educação em sexualidade e a formação inicial/continuada docente: um estudo de caso no curso de Pedagogia	2020	UNESP	Diversidade; Formação inicial e continuada; Educação em sexualidade; Abordagem político-científica de educação em sexualidade.
5	Bastos, Felipe	“Somos pessoas como as outras”: preconceito contra a diversidade sexual e de gênero e variações no clima escolar.	2020	PUC-Rio	Clima escolar; Diversidade de gênero; Diversidade sexual; Heteronormatividade; Pesquisa qualitativa; preconceito.
6	Braga, Keith Daiani da Silva	Lesbianidades, performances de gênero e trajetória educacional	2019	UNESP	Lebosfobia; Masculinidade feminina; Resistência; Escola; Família; Igreja; Universidade; Trajetória educacional de lésbica.
7	Carneiro, Rita de Kássia Candido	Prevenção da violência sexual infantil: desenvolvimento e estudo de viabilidade de um questionário gamificado	2022	UNESP	Direitos humanos; Crianças; Maus-tratos; Assistência a menores, Games.
8	Carvalho, Francimeiry Santos	Educação sexual nos documentos curriculares e nas perspectivas de uma secretaria municipal de educação e dos sujeitos da escola.	2021	USP	Educação sexual; Ensino Fundamental II; Currículo, Perspectivas de profissionais da educação; Perspectivas de estudantes
9	Cinto, Gregory de Jesus Gonçalves	De corpo implicado: desafios para o movimento educacional da sociedade contemporânea.	2016	UNESP	Corpo implicado; Escola; Processos de subjetivação; Mercado capitalista neoliberal.
10	Costa, Zuleika Leonora Schmidt	Educação e orientação sexual na Educação Básica: gênero e sexualidade na produção acadêmico-científica brasileira no período de	2017	UNILASALLE	Educação sexual; Orientação sexual; Gênero; Sexualidade.

		2006-2015.			
--	--	------------	--	--	--

11	Estácio, Gisele de Araújo Govea	Sexualidade na fala de um grupo de professores: silenciamentos e interditos na prática educativa em um contexto amazônico.	2011	UNESP	Não consta
12	Ferreira, Gabriela Rossetti	Educação sexual no Brasil: levantamento analítico de documentos oficiais e propostas de intervenção nos últimos 20 anos.	2020	UNESP	Educação sexual; Documentos; Propostas; Temas.
13	Petter, Shirlei Alessandra	A “ideologia” do azul e do rosa: um estudo de caso sobre sexualidade e gênero no imaginário docente da rede pública de ensino em Parobé/RS.	2022	UNILASALLE	Educação; Imaginário; Identidade; Sexualidade; Gênero.
14	Gonini, Fátima Aparecida Coelho	A produção em sexualidade, gênero e educação sexual na ANPED: estudo analítico-descritivo a partir do estado da arte como opção metodológica.	2014	UNESP	Sexualidade; Educação sexual; Estado da arte; Produções acadêmico-científicas.
15	Groff, Alcione Maria	Transição entre a infância e a adolescência: concepções de alunos, professores e pais sobre sexo e sexualidade.	2015	UFPR	Sexualidade na Infância; Pré-adolescência e sexualidade; Educação sexual; Família e sexualidade; Escola e sexualidade.
16	Lirio, Flávio Corsini	Avaliação da implementação das ações de enfrentamento ao abuso sexual contra crianças e adolescentes em escolas públicas de Ensino Fundamental do Bairro de Guamá-Belém/PA.	2013	UFPA	Política pública; Violência sexual contra criança e adolescente; Educação.
17	Mendes, Sandra Karina Barbosa.	Diferentes, porém iguais - o acontecimento do combate à homofobia no Projeto Saúde e Prevenção na Escola (SPE).	2016	UFPA	Educação; Homofobia; Projeto Saúde e Prevenção na Escola; Direitos humanos; Sexualidade.
18	Mokwa, Valéria Maria N. Fernandes	Estado da arte sobre sexualidade e educação sexual: estudo analítico-descritivo de teses e dissertações produzidas na Universidade Estadual Paulista.	2014	UNESP	Sexualidade; Educação sexual; Estado da arte; Produção acadêmica e científica; Formação profissional; Sexo.
19	Moreira, Daniela Arroyo Favero.	A autoimagem e o autoconceito em adolescentes: ressonâncias da mídia e currículo escolar.	2022	UNESP	Adolescência; Currículo escolar do Ensino Médio; Sexualidade; Mídia.
20	Moura, Dayse	Leitura e identidades	2010	UFPE	Não Consta

	Cabral de.	étnicos-raciais: reflexões sobre práticas discursivas na educação de jovens e adultos.			
--	------------	--	--	--	--

21	Oliveira, Elisabete Regina Baptista de.	“Minha vida de ameoba”; os scripts sexo-normativos e a construção social das assexualidades na internet e na escola.	2015	USP	Assexualidade; Diversidade sexual; Educação; Educação em sexualidade; Relações de gênero; Sexualidade.
22	Oliveira, Márcio de.	Políticas Públicas e violência sexual contra crianças e adolescentes: Planos Municipais de Educação do Estado do Paraná como documentos de (não) promoção da discussão.	2017	UEM	Violência sexual; Crianças; Adolescentes; Planos Municipais de Educação; Instituições escolares.
23	Pacheco, Raquel da Veiga	Consolidação da educação sexual como tema de pesquisa no Brasil: mapeamento das dissertações e teses defendidas nos programas de Pós-Graduação em educação.	2020	UDESC	Produção acadêmica em programas de Pós-Graduação; Estado do conhecimento; educação sexual emancipatória.
24	Pantoja, Florinaldo Carreteiro	A educação sexual no Amapá: experiências e desafios docentes.	2013	UFU	Educação sexual; Escola; Docência; interdisciplinaridade.
25	Pereira, Alexandre Adalberto	Imagens da Diferença: artes visuais e diversidade sexual no Ensino Fundamental.	2013	UFU	Ensino de Arte; Sexualidade; Diversidade sexual; Ensino Fundamental; Cultura visual.
26	Petrenas, Rita de Cássia	Estado da arte sobre as temáticas sexualidade, educação sexual e gênero nos Encontros Nacionais de Didática e Prática de Ensino-EDIPE (1996-2012).	2015	UNESP	Sexualidade; Educação sexual; Gênero; Estado da Arte; Produções acadêmico-científicas.
27	Piero, Alekssey Marcos Oliveira Di.	A educação sexual na constituição da cidadania global como projeto de transição: ensaio a partir das epistemologias do sul.	2019	UNESP	Educação sexual; Cidadania global; Transição; Epistemologias do Sul.
28	Piero, Maria Flor Oliveira Di.	Violência baseada em gênero na escola: análise a partir de textos jornalísticos.	2019	UNESP	Violência Baseada em Gênero na Escola (VBGE); Violência escolar; Direitos humanos das mulheres; Feminismo pós-colonial; Jornalismo para a paz.
29	Quevedo, Jorge Eduardo Moncayo	Educación, diversidade sexual y subjetividad: una aproximación cultural-histórica a la educación sexual em cali-colombia.	2017	UnB	Educação sexual; Diversidade sexual; Escola; Subjetividade; Epistemologia Qualitativa.
30	Reis, Veronica	Concepções e relatos de	2018	UNESP	Sexualidade; Educação

	Lima dos.	adolescentes com altas habilidades ou superdotação sobre aspectos psicossociais da sexualidade.			sexual; Altas habilidades; Superdotação; Adolescência.
--	-----------	---	--	--	--

31	Ribeiro, Karen	Sexualidade e gênero: estudo das relações afetivas de jovens surdas de uma escola municipal de educação especial de São Paulo.	2011	FEUSP	Não Consta
32	Santos, Fausidos	Corpo e sexualidade nas redes sociais e suas interfaces na educação escolar.	2019	UNESP	Corpo; Sexualidade; Redes sociais; Educação escolar; Subjetividade.
33	Santos, Franciele Monique Scopete dos.	O currículo oficial do Estado de São Paulo e a educação sexual.	2016	UNESP	Educação sexual; Currículo; Análise do discurso; Historiografia da educação sexual; Projetos de lei.
34	Santos, Lígia Pereira dos.	Histórias do corpo negado: uma reflexão educacional sobre gênero e violência feminina.	2005	UFRN	Não consta
35	Santos, Luciene Neves	Efeitos discursivos de políticas educacionais de gênero e de diversidade sexual num currículo de formação inicial em educação física.	2014	UFRS	Educação física; Currículo; Políticas educacionais; Diversidade sexual; Gênero.
36	Scalla, Anne Caroline Mariank Alves	Um estudo histórico da educação sexual do Brasil colonial a partir das representações do século XVI.	2014	UNESP	História da educação sexual; Brasil colonial; Século XVI; Corpo; Crônicas; Xilogravuras.
37	Sierra, Jamil Cabral.	Marcas da vida viável marcas da vida visível – o governamento da diversidade sexual e o desafio de uma ética/estética pós-identitária para a teorização político-educacional LGBT.	2013	UFPR	Diversidade sexual; Governamentalidade; Inclusão neoliberal; Vida viável; Estética da existência.
38	Silva, Adan Rene Pereira da.	Formação em diversidade sexual na (re) significação das docências: um estudo na rede municipal de Manaus-AM.	2020	UFAM	Diversidade sexual; Gênero; Sexualidade; Formação do professor; Educação.
39	Silva, Claudionor Renato da.	Proposta Teórico-interpretativa em sexualidade infantil: contribuição à educação sexual a partir da Grounded Theory.	2015	UNESP	Sexualidade infantil; Grounded Theory; Educação sexual; Psicanálise; Teorização.
40	Silva, Luciano Marques da.	Quem vê cara não vê orientação, nem a	2020	UFRRJ	LGBTIfobia na escola; Orientação sexual;

		identidade de gênero: compreensões e práticas docentes frente às LGBTI fobias na escola.			Identidade de gênero.
--	--	--	--	--	-----------------------

41	Silva, Renan Antônio da.	Incluir excluindo ou excluir incluindo: a escola E-JOVEM/LGBTTI e seus desdobramentos.	2018	UNESP	E-JOVEM; Escola; LGBTTI; Homofobia; Políticas públicas; Violência.
42	Silva, Ricardo Desiderio da.	Educação audiovisual da sexualidade: olhares a partir do Kit anti-homofobia.	2015	UNESP	Educação sexual; Sexualidade; Vídeos; Imagens e sons; Educação Audiovisual; Kit anti-homofobia.
43	Spaziani, Raquel Baptista	Violência sexual contra crianças: a inserção da perspectiva de gênero em pesquisas de pós-graduação da área da educação.	2017	UNESP	Violência sexual contra crianças; Gênero; Educação.
44	Tavano, Vinicius	Gênero e sexualidade no currículo da cidade de São Paulo.	2021	UNESP	Gênero; Sexualidade; Ensino fundamental; Currículo; História da educação sexual.
45	Teixeira, Fabiane Lopes	Gênero e Diversidade na Escola-GDE: investigando narrativas de profissionais da educação sobre diversidade sexual e de gênero no espaço escolar.	2014	UFPeI	Escola; Diversidade sexual; diversidade de gênero; profissionais da educação.
46	Telles, Livia Catarina Matoso dos Santos.	Os caminhos da inclusão no Instituto Federal de Rondônia Campus Porto Velho Calama através da equidade de gênero.	2022	UNIR	Inclusão; IFRO; Equidade d gênero; educação sexual.
47	Zartil, Silvana Maria.	Temas transversais no ensino fundamental: educação para a saúde e educação sexual.	2013	PUCRS	Transversalidade; Temas transversais; Educação para saúde; Orientação sexual.

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do Portal da CAPES/Plataforma Sucupira. Pesquisa realizada em 17/jul./2023.

Quadro 7- Dissertações sobre “Educação Sexual AND Educação Escolar” – CAPES/SUCUPIRA

Nº	Autoria	Dissertação	Ano	IES	Palavras-Chave
1	Araújo, Karla Cristina Vicentini de.	Sexualidade na internet: análise de blogs sobre sexualidade e educação sexual.	2014	UNESP	Sexualidade; Educação; Internet; Blogs; Educação sexual; Instrumento pedagógico.
2	Augusto, Viviane Oliveira	Uma contribuição à historiografia da educação sexual no Brasil: análise de três obras de Antônio Austregésilo (1923, 1928 e 1939).	2015	UNESP	História da sexualidade; Educação sexual; Sexualidade; Educação.
3	Avila, Iris Teresa Lafuente	A reincidência da gravidez na adolescência e a evasão escolar.	2015	UNESP	Sexualidade e adolescência; Gravidez e reincidência; Evasão escolar.
4	Battisti, Francisleth Pereira	Representações sociais de gênero pela linguagem de moda em um grupo de estudantes do Ensino Fundamental II.	2015	UNESP	Moda; Sexualidade; Gênero; Representações sociais.
5	Bedin, Regina Celia	A institucionalização do conhecimento sexual enquanto tema de investigação e ensino em universidades brasileiras a partir das ações de grupos de pesquisa.	2010	UNESP	Não Consta.
6	Caobianco, Janaína Fernandes Cardoso	A educação sexual nas escolas da rede municipal de Curitiba.	2003	UTP	Não Consta.
7	Cinto, Gregory de Jesus Gonçalves	Corpo, escola e processo de subjetivação: a Educação Física no Programa “São Paulo Faz Escola”.	2012	UNESP	Não Consta.
8	Conti, Larissa de Oliveira	TIC e educação em sexualidade: o olhar dos/as formadores/as do projeto Web educação sexual.	2018	UNESP	Educação sexual; Formação de professores; Tecnologias digitais.
9	Custódio, Diane Ângela Cunha	Corporeidade, gênero e diversidade sexual na escola sob a perspectiva docente.	2020	PUC GOIÁS	Identidade de gênero; Corporeidade; Diversidade sexual; Educação sexual; Ensino Médio.
10	Dias, Robinson Alves.	Educação sexual orientada para a ação: um estudo bibliográfico sobre a aplicabilidade dessa modalidade de intervenção.	2014	UNESP	Educação sexual; Sexualidade; Paradigma democrático; Saúde; Enfermagem.
11	Fragiácomo, Vanessa de Mello.	Um estudo sobre a concepção que os pais de crianças em idade escolar têm acerca da sexualidade infantil e suas manifestações.	2003	UNESP	Não Consta.
12	Freitag, Marcos José Clivatti.	Gênero e sexualidade nas diretrizes curriculares para a educação brasileira.	2004	FURB	Não Consta.

13	Gallacho, Jane Cruz	A orientação sexual em um trabalho integrado de educação e saúde: estudo analítico-descritivo e documental de um programa de intervenção.	2000	UNESP	Não Consta.
14	Gulo, Fabio Henrique	Educação sexual na escola e juventude: um estudo das pesquisas acadêmicas no Brasil.	2010	UNESP	Não Consta.
15	Bacco Junior, Arnaldo Martinez de.	Breve olhar sobre a sexualidade na fala dos professores da educação de jovens e adultos.	2009	UNESP	Não Consta.
16	Martins, Rone Rosa	Educação sexual na escola: concepções e perspectivas dos professores de uma escola municipal de Sanclerlândia-GO.	2021	UFG	Sexualidade; Ensino; Educação sexual; Formação continuada; Educação Básica.
17	Moura, Ana Regina de Oliveira	Educação sexual e gênero: um estudo da visão de professores/as do Ensino Fundamental I.	2013	UNESP	Educação sexual: Sexualidade; Educação para a sexualidade; Gênero.
18	Oliveira, Carina Dantas de.	Travestilidades e juventudes: conteúdos submersos no contexto escolar.	2014	UNESP	Escola; Travestilidades; Habitus; Capital cultural, social e econômico.
19	Oliveira, Flávia Mazitelli de.	Orientação sexual para jovens do ensino médio: uma proposta motivadora, reflexiva e emancipatória.	2005	UNESP	Não Consta.
20	Oliveira, Maria Fernanda Celli de.	Trajetória social e sexualidade: a estruturação da identidade de gênero na educação infantil.	2017	UNESP	Capital cultural; Gênero; Habitus; Sexualidade.
21	Palumbo, Gúliana Angela	Representações sociais da AIDS: um estudo com alunos da 8ª série do ensino fundamental em uma escola municipal de Ribeirão Preto.	2005	CUML	Não Consta.
22	Pastana, Marcela	Muito prazer! Discussões sobre sexualidade, gênero e educação sexual a partir da análise de revistas femininas e masculinas.	2014	UNESP	Prazer; Gênero; Sexualidade; Educação sexual; Revistas femininas; Revistas masculinas.
23	Pereira, Patrícia Cristiane	Educação sexual familiar e religiosidade nas concepções sobre masturbação de jovens evangélicos.	2014	UNESP	Masturbação; Educação sexual; Religiosidade; Sexualidade; Gênero.
24	Reis, Fernanda	A educação sexual no portal do professor MEC: estudo analítico-descritivo das temáticas referentes à sexualidade no espaço da aula.	2016	UNESP	Sexualidade; Educação sexual; Escola; Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC's); Portal do Professor MEC.
25	Reis, Giselle Volpato dos.	Sociologia e educação sexual no Brasil nas décadas de 1920-1950: um estudo sobre a obra de José de Albuquerque.	2006	UNESP	Não Consta.

26	Santos, Shirley Romera dos.	A educação sexual no Brasil Colônia prescrita nos regimentos do Santo Ofício da Inquisição portuguesa (1552-1774).	2014	UNESP	Brasil Colônia; Inquisição; História da educação sexual; Regimentos.
27	Santos, Raquel Alexandre Pinho dos.	Isso é o que não mudou ainda: diversidade sexual, homofobia e cotidiano escolar.	2011	PUC Rio	Não Consta.
28	Scalia, Anne Caroline Mariank Alves	A Companhia de Jesus e a formação da cultura sexual brasileira: um estudo histórico e documental a partir dos escritos do Padre Manuel da Nóbrega.	2009	UNESP	Não Consta.
29	Silva, Márcio Magalhães da.	A sexualidade como tema pedagógico: análise das propostas do MEC e da UNESCO para inserção do tema nas escolas.	2013	UNESP	Pedagogia histórico-crítica; Educação sexual; Educação em sexualidade; Orientação sexual; Temas transversais; UNESCO.
30	Souza, Marcilene Mendes de.	Educação em sexualidade: a Web educação Sexual em ação.	2017	UNESP	Educação em sexualidade; Formação continuada; Professoras; Tecnologias digitais, Webinar.
31	Stolfi, Paula Furine	Companhia de Jesus Manuel da Nóbrega. Brasil Colônia. Século XVI. História da Educação Sexual. Cartas.	2009	UNESP	Não Consta.
32	Vidal, Elaine Italiano	Sexo e concepção da sexualidade para jovens estudantes de uma escola pública.	2005	UNESP	Não Consta.
33	Vieira, Hamilton Edio dos Santos	A construção dos saberes docentes: um olhar sobre as experiências de professores da disciplina de História acerca da temática de diversidade sexual.	2014	UNESP	Saberes docentes; Saberes experienciais – diversidade sexual; Sexualidade; Gênero; Formação docente.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir de dados da CAPES/Plataforma Sucupira. Pesquisa realizada em 18/jul./2023.

Quadro 8 - Dissertações sobre “Educação Sexual AND Educação Escolar” – CAPES/SUCUPIRA

Nº	Autoria	Dissertação	Ano	IES	Palavras-Chave
1	Augustini, Erica Rodrigues do Nascimento	Abordagem político-científica acerca da educação em sexualidade e a formação inicial/continuada docente: um estudo de caso no curso de Pedagogia.	2020	UNESP	Diversidade; Formação inicial e continuada; Educação em sexualidade; Abordagem político-científica de educação em sexualidade.
2	Benzoni, Selma Aparecido Geraldo	Estudo da produção científica dos congressos nacionais de Psicologia escolar (CONEP) no campo da sexualidade e educação sexual (2007 a 2017).	2019	UNESP	Estado da arte; Educação sexual; Sexualidade; Pedagogia escolar.
3	Costa, Zuleika Leonora Schmidt	Educação e orientação sexual na educação básica: gênero e sexualidade na produção acadêmico-científica brasileira no período de 2006 a 2015.	2017	UNILA SALLE	Educação sexual; Orientação sexual; Gênero; Sexualidade.
4	Ferreira, Gabriella Rosetti	Educação sexual no Brasil: levantamento e análise dos documentos oficiais e propostas de intervenção nos últimos 20 anos.	2020	UNESP	Educação sexual; Documentos; Propostas; Temas.
5	Gonini, Fátima Aparecida Coelho	A produção em sexualidade; gênero e educação sexual na ANPED: estudo analítico-descritivo a partir do estado da arte como opção metodológica.	2014	UNESP	Sexualidade; educação sexual; Estado da arte; Produções acadêmico-científicas.
6	Mendes, Sandra Karina Barbosa	‘Diferentes, porém iguais’ – o acontecimento do combate à homofobia no Projeto Saúde e Prevenção na Escola (SPE).	2016	UFPA	Educação Homofobia; Projeto Saúde e Prevenção na Escola; Direitos humanos; Sexualidade.
7	Mokwa, Valéria Marta Nonato Fernandes.	Estado da arte sobre sexualidade e educação sexual: estudo analítico-descritivo de teses e dissertações produzidas na Universidade Estadual Paulista.	2014	UNESP	Sexualidade; Educação sexual; Estado da arte; produção acadêmica e científica; Formação profissional; Sexo.
8	Petrenas, Rita de Cássia.	Estado da arte sobre as temáticas sexualidade, educação sexual e gênero nos Encontros Nacionais de Didática e Prática de Ensino-ENDIPE (1996-2012).	2015	UNESP	Não Consta.
9	Piero, Alekssey Marcos Oliveira Di.	A educação sexual na constituição da cidadania global como projeto de transição: ensaios a partir das epistemologias do sul.	2019	UNESP	Educação sexual; Cidadania global; Transição; Epistemologia do sul.
10	Piero, Maria Flor Oliveira Di.	Violência baseada em gênero na escola: análise a partir de textos jornalísticos.	2019	UNESP	Violência baseada em gênero na escola (VBGE); Violência escolar; Direitos humanos das mulheres; Feminismo pós-colonial; Jornalismo para a paz.

11	Reis, Veronica Lima dos.	Concepções e relatos de adolescentes com altas habilidades ou superdotação sobre aspectos psicossociais da sexualidade.	2018	UNESP	Sexualidade; Educação sexual; Altas habilidades; Superdotação; Adolescência.
12	Santos, Fausi dos.	Corpo e sexualidade nas redes sociais e suas interfaces na educação escolar.	2019	UNESP	Corpo; Sexualidade; Redes sociais; Educação escolar; Subjetividade.
13	Santos, Franciele Monique Scopete	O currículo oficial do Estado de São Paulo e a educação sexual: uma análise sobre a produção de sentido das sexualidades.	2018	UNESP	Educação sexual; Currículo; Análise do discurso; Historiografia da educação sexual; projetos de lei.
14	Scalia, Anne Cardine Mariank Alves	Um estudo histórico da educação sexual do Brasil colonial a partir das representações do corpo feminino encontradas em crônicas e xilogravuras do século XVI.	2014	UNESP	História da educação sexual; Brasil colonial; Século XVI; Corpo; Crônicas; Xilogravuras.
15	Silva, Claudionor Renato da.	Proposta teórico-interpretativa em sexualidade infantil: contribuição a educação sexual a partir da Grounded Theory.	2015	UNESP	Sexualidade infantil; Grounded Theory; educação sexual; Psicanálise; Teorização.
16	Silva, Ricardo Desiderio da.	Educação audiovisual da sexualidade: olhares partir do Kit Anti-Homofobia.	2015	UNESP	Educação sexual; Sexualidade; Vídeos; Imagens e sons; Educação audiovisual; Kit Anti-Homofobia.
17	Spaziani, Raquel Baptista.	Violência sexual contra-crianças: a inserção da perspectiva de gênero em pesquisas de pós-graduação da área de educação.	2017	UNESP	Violência sexual contra crianças; Gênero; Educação.
18	Tavano, Vinicius	Gênero e sexualidade no currículo da cidade de São Paulo.	2021	UNESP	Gênero; Sexualidade; Ensino Fundamental; Currículo; História da educação sexual.
19	Vollet, Mayra Rocha	O saber e o não revelar da violência sexual doméstica infantil na dinâmica do profissional escolar.	2012	UNESP	Psicanálise; Crime sexual contra crianças; Educação sexual.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir de dados do Portal da BDTD. Pesquisa realizada em 17/jul./2023.

Quadro 9- Dissertações sobre “Educação Sexual AND Educação Escolar” – BDTD

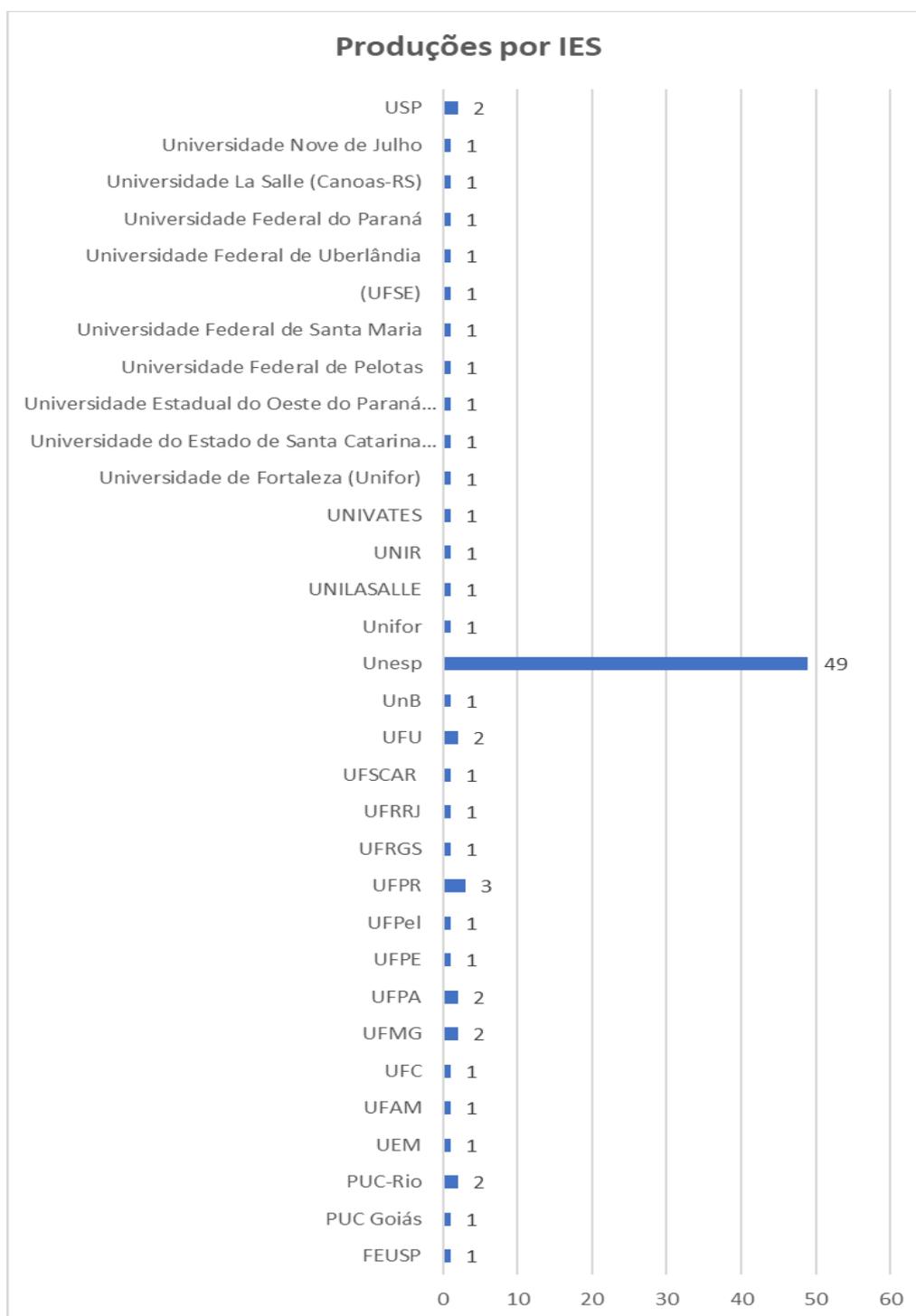
Nº	Autoria	Dissertação	Ano	IES	Palavras-Chave
1	Araújo, Karla Cristina Vicentini de.	Sexualidade na internet: análise de blogs sobre sexualidade e educação sexual.	2014	UNESP	Sexualidade; Educação; Internet; Blogs; Educação sexual; Instrumento pedagógico.
2	Avila, Iris Tereza Lafuente	Uma contribuição à historiografia da educação sexual no Brasil: análise de três obras de Antônio Austregésilo (1923, 1928 e 1939).	2015	UNESP	Sexualidade e adolescência; Gravidez e residência; Evasão escolar.
3	Bacco Junior, Arnaldo Martinez de.	Breve olhar sobre a sexualidade na fala dos professores da educação de jovens e adultos.	2009	UNESP	Não Consta.
4	Bastianini, Marco Antônio Diniz	A educação e a diversidade sexual e de gênero: uma análise a partir da proposta dos temas transversais na perspectiva dos educadores.	2017	UNESP	Identidade de gênero; Pluralismo cultural; Educação sexual para a juventude.
5	Battisti, Francisleth Pereira	Representações sociais de gênero pela linguagem de moda em um grupo de estudantes do Ensino Fundamental II.	2015	UNESP	Moda; Sexualidade; Gênero; Representações sociais.
6	Bedin, Regina Célia	A institucionalização do conhecimento sexual enquanto tema de investigação e ensino em universidades brasileiras a partir da ações de grupos de pesquisa.	2010	UNESP	Não Consta.
7	Barreira, Marília Maria Lincoln	Heteronormatividade e homofobia na educação escolar básica pública.	2015	UNIFOR	Homofobia; Diversidade sexual; Educação Escolar.
8	Conti, Larissa de Oliveira	TIC e educação em sexualidade: o olhar dos/as professores/as do projeto web educação sexual.	2018	UNESP	Educação sexual; Formação de professores; Tecnologias digitais.
9	Custódio, Diane Ângela Cunha	Corporalidade, gênero e diversidade sexual na escola sob a perspectiva docente.	2020	PUC Goiás	Identidade de gênero; Corporeidade; Diversidade sexual; Educação sexual; Ensino Médio.
10	Dias, Robinson Alves	Educação sexual orientada para a ação: um estudo bibliográfico sobre a aplicabilidade dessa modalidade de intervenção.	2014	UNESP	Educação sexual; Sexualidade; Paradigma democrático; Saúde; Enfermagem.
11	Gomes, Aurélia Garcia	Educação sexual na escola: perspectiva da gestão.	2020	UNESP	Gestão da política de educação; Educação sexual nas escolas; Sexualidade.
12	Pastana, Marcela	Muito prazer!? Discussões sobre sexualidade, gênero e educação sexual a partir da análise de revistas femininas e masculinas.	2014	UNESP	Prazer; Gênero; Sexualidade; Educação sexual; Revistas femininas; Revistas masculinas.

13	Pereira, Patrícia Cristiane	Educação sexual familiar e religiosidade nas concepções sobre masturbação de jovens evangélicos.	2016	UNESP	Masturbação; Educação sexual; Religiosidade; Sexualidade; Gênero.
14	Reis, Fernanda	A educação sexual no portal do professor MEC: estudo analítico-descritivo das temáticas referentes à sexualidade no espaço da aula.	2016	UNESP	Sexualidade; Educação sexual; Escola; Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's); Portal do professor MEC.
15	Reis, Giselle Volpato dos.	Sociologia e educação sexual no Brasil nas décadas de 1920-1950: um estudo sobre a obra de José de Albuquerque.	2006	UNESP	Não Consta.
16	Santana, João Rogério Menezes.	Sexualidade e gênero: percepções de estudantes e professoras do 5º ano do ensino fundamental de uma escola pública de Itabaiana.	2013	UFSE	Educação; Itabaiana (SE); Educação Sexual; Ensino Fundamental; Pedagogia crítica.
17	Santos, Shirley Romera dos.	A educação sexual no Brasil Colônia prescrita nos regimentos do Santo Ofício da Inquisição portuguesa (1552-1774).	2014	UNESP	Brasil Colônia; Inquisição; História da educação sexual; Regimentos.
18	Santos, Raquel Alexandre Pinho dos.	Isso é o que não mudou ainda: diversidade sexual, homofobia e cotidiano escolar.	2011	PUC Rio	Não Consta.
19	Scalia, Anne Caroline Mariank Alves.	A Companhia de Jesus e a formação da cultura sexual brasileira: um estudo histórico e documental a partir dos escritos do Padre Manuel da Nóbrega.	2009	UNESP	Não Consta.
20	Silva, Márcio Magalhães da.	A sexualidade como lema pedagógico: análise das propostas do MEC e da UNESCO para inserção do tema nas escolas.	2013	UNESP	Pedagogia histórico-crítica; Educação sexual; Educação em sexualidade; Orientação sexual; Temas transversais; UNESCO.
21	Souza, Marcilene Mendes de.	Educação em sexualidade: a web educação sexual em ação.	2017	UNESP	Educação em sexualidade; Formação continuada; Professoras; Tecnologias digitais; Webinar.
22	Vieira, Hamilton Edio dos Santos	A construção dos saberes docentes: um olhar sobre as experiências de professores da disciplina de História acerca da temática de diversidade sexual.	2016	UNESP	Saberes docentes; saberes experienciais – diversidade sexual; Sexualidade; Gênero; Formação docente.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir de dados do Portal da BDTD. Pesquisa realizada em 23/jul./2023.

APÊNDICE C

Gráfico 5– Produções (Teses e Dissertações) por IES 2000-2022



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do Portal da BDTD e do Portal da CAPES/Plataforma Sucupira. Pesquisa realizada entre os dias 17 e 23 de julho de 2023 e revisada em novembro de 2023.